UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

LUCA OTERO D’ALMEIDA FUSER

Sobre prédios, planos e uma escola: o Prudente e o patrimônio em São Paulo

Versão corrigida

São Paulo
2022

LUCA OTERO D’ALMEIDA FUSER

Sobre prédios, planos e uma escola: o Prudente e o patrimônio em São Paulo

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Contato: fuserluca@gmail.com

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 11 de julho de 2022.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Fuser, Luca Otero D' Almeida
Sobre prédios, planos e uma escola: o Prudente e o patrimônio em São Paulo / Luca Otero D' Almeida Fuser; orientadora Flávia Brito do Nascimento. – São Paulo, 2022.
237p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Patrimônio Cultural. 2. Antropologia Urbana. 3. Política Urbana. 4. São Paulo (cidade). I. Nascimento, Flávia Brito do, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>

Nome: FUSER, Luca Otero D’Almeida

Título: **Sobre prédios, planos e uma escola:** o Prudente e o patrimônio em São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. _____
Instituição: FAU-USP
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

agradecimentos

À Flávia, por ter encarado esse desafio e por todas as conversas ao longo desses anos. Às bancas de qualificação e defesa - Ana Lanna, Heitor Frúgoli Jr. e Samira Chahin - pela atenção e observações sobre o trabalho.

Aos diálogos nas disciplinas da pós-graduação e no grupo de pesquisa ‘Patrimônio Cultural: História e Crítica’.

Aos colegas do DPH, em especial Raquel, Dalva, Fátima, Juliana e Mauro, e também ao João, nas conversas dentro do campo.

Ao Prudente de Moraes, especialmente Maira, Solange e Vanessa, pela abertura e disposição.

Aos amores, que fazem e fizeram a vida acontecer.

RESUMO

FUSER, Luca. **Sobre prédios, planos e uma escola:** o Prudente e o patrimônio em São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A pesquisa busca compreender a saída da Escola Estadual Prudente de Moraes (EE Prudente de Moraes) para uma nova edificação, provocada em 2007 pelos planos de expansão da Pinacoteca de São Paulo, instituição museal vizinha, que passou a deter desde 2014 um prédio tombado construído em 1950 pelo Convênio Escolar, num contexto de mudanças urbanas e pedagógicas. Reconstituindo o que foi produzido - em especial pelos conselhos e órgãos de preservação como o CONPRESP, CONDEPHAAT e IPHAN - entre os anos 1930 e 2022 sobre o patrimônio cultural, no distrito administrativo do Bom Retiro, onde está localizada a edificação e a escola, são obtidos elementos para interpretar essa transferência da instituição de ensino em relação com outras dinâmicas sociais nessa parte da região central. De forma conjunta, se discutem os olhares da comunidade escolar sobre o acontecimento, assim como as percepções da mesma sobre a EE Prudente de Moraes e sua atual edificação, o estabelecimento de identidades territorializadas para a Luz e o Bom Retiro, e outros desdobramentos da patrimonialização de São Paulo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Antropologia social; política urbana; São Paulo (cidade).

ABSTRACT

FUSER, Luca. **About buildings, plans, and a school:** the Prudente and heritage in São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The research aims to understand the transference of the school Prudente de Moraes (Escola Estadual Prudente de Moraes: EE Prudente de Moraes) to a new building, provoked in 2007 by São Paulo Pinacoteca expansion plans, a neighboring museal institution that holds, since 2014, the listed edification built in 1950 by the Scholar Agreement (Convênio Escolar) in a context of urban and pedagogical changes. Analyzing what has been produced between the decade of 1930 and 2022 on cultural heritage in the administrative district of Bom Retiro, where the school and its previous building are located, several useful elements for interpreting the educational institution transference in association with other social dynamics of this central area of São Paulo are obtained. This is done observing specially the actions of the councils and technical institutions such as the Municipal Council for the Preservation of Historical, Cultural and Ambiental Heritage of the CIty of São Paulo (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo: CONPRESP), the Council for the Defence of Historical, Archaeological, Artistic and Touristic Heritage (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico: CONDEPHAAT) and the National Historical and Artistic Heritage Institute (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: IPHAN). Complementary, the research discusses how the scholar community sees this event, the EE Prudente de Moraes and its current building, the creation of territorialized identities of Luz and Bom Retiro, and other unfoldings of São Paulo's heritage making.

Keywords: Cultural heritage; social anthropology; urban policy; São Paulo (city).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
- sobre patrimônios 1
- o recorte da pesquisa, o Bom Retiro 5
- metodologias e perspectivas 14

CAPÍTULO 1
- num centro de São Paulo 18
- uma escola nova 32
- patrimônio e modernidades 42

CAPÍTULO 2
- expande-se o patrimônio 54
- um plano revisitando a luz 62
- a luz, questão cultural 82
- uma escola, entre espaços culturais e um jardim 92
- redemocratização e continuidades 100

CAPÍTULO 3
- reflexos iniciais das mudanças de patrimônio no Bom Retiro 107
- mais planos para a luz 114
- uma virada dos anos 2000 123
- culturalização urbanística dos anos 2000 130
- os anos 2010 e o distrito do Bom Retiro 146

CAPÍTULO 4
- uma escola em mudança 159
- numa sala de aula, virtualmente 163
- as opiniões dos adultos da EE Prudente de Moraes 170
- vislumbres do Prudente, de perto e de dentro 185

CONCLUSÃO 200

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 212

ANEXOS
- Anexo I - Roteiro atividades sala de aula 225
- Anexo II - Roteiro questionário online 226

INTRODUÇÃO

sobre patrimônios

Este mestrado surgiu a partir de um interesse em compreender o impacto do fazer do patrimônio cultural nas dinâmicas sociais da cidade. Meu primeiro contato com esse campo foi minha experiência como pesquisador do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo (DPH), realizando uma série de levantamentos e pareceres para análise do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (CONPRESP), órgão de patrimônio cultural em São Paulo.

Durante esse período, também tive contato com a análise acadêmica crítica sobre as ações de patrimonialização nesta Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, começando na disciplina Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas, em 2015. Os debates surgidos a partir daí – aprofundados quando fui monitor da mesma disciplina, em 2017, ao longo da convivência com o Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural: História e Crítica, e nas disciplinas cursadas como aluno especial - foram fatores que me levaram a propor esta pesquisa. Elaborada, em princípio, fora dos órgãos estatais de patrimônio, o início da pesquisa de mestrado acabou coincidindo com um retorno meu ao DPH em 2019, aprofundando as inquietações anteriores, amplificadas pelas leituras e conversas.

Para trabalhar o tema, foram consideradas algumas possibilidades de recorte, pensando em trazer casos que conseguissem representar uma série de tendências identificadas no campo do patrimônio cultural, e que fosse dispersos em seus contextos históricos e espaciais, além de procurar uma variedade de apropriações dessas referências culturais tornadas patrimônio. Após essas reflexões, acabei optando como estudo de caso a transferência da Escola Estadual Prudente de Moraes (EE Prudente de Moraes)[1] para sua atual construção.

Localizada no distrito do Bom Retiro, uma área que passou por uma série de

[1] A escola teve diversos nomes em sua trajetória, que serão apresentados ao longo do trabalho, tendo sido mantido essa sigla, que é a atual e a mais presente ao longo do tempo. É presente o tratamento como *o Prudente* por parte da comunidade envolvida, sem a flexão feminina de ‘escola’. Por isso optou-se por manter essa referência apenas no título desta dissertação.

planos urbanísticos e diversas visadas dos órgãos de patrimônio ao longo dos anos, essa escola foi deslocada de sua edificação anterior – produto da arquitetura moderna e tombada pelo órgão municipal - em virtude da demanda da Pinacoteca de ampliar suas atividades. O caso se apresenta como representativo das questões contemporâneas do patrimônio cultural em São Paulo e a pesquisa pretende compreender como se deu esse processo de transferência, sua relação com os processos de patrimonialização da região e possíveis impactos na produção de relações sociais na cidade.

No caso estudado, a compreensão da transferência da escola, e das interfaces desta com outros processos sociais, se torna possível a partir de um olhar que perceba os diversos agentes envolvidos, assim como as mudanças e transformações do que constitui o chamado *patrimônio cultural.* Nisso são oportunas reflexões como as trazidas na reformulação teórica que consolidou a referência cultural como paradigma do patrimônio, realizadas pelo antropólogo Antonio Arantes e pela socióloga Maria Cecília Londres Fonseca,[2] conferindo relevância aos processos de atribuição de significados na compreensão do que seriam os objetos a serem considerados como patrimônio cultural.

Ou, também, as da arqueóloga Laurajane Smith ao apontar, como premissa, que o *patrimônio* é um processo social, algo "que se vincula com atos de rememoriar que trabalham para produzir formas de compreender e travar relações com o presente".[3] O patrimônio, portanto, é um fazer, contínuo, ao invés da rigidez da aparência legal de resoluções e conselhos, ou de um produto acabado. Dessa forma, ao me referir a esse processo como *patrimônio*, aproximei as mudanças internas de nomenclatura como *patrimônio histórico* ou *patrimônio cultural,* o último presente a partir da consolidação teórica ocorrida nos anos 1980 no Brasil, como discute o historiador Ulpiano Meneses.[4] O estudo do que se configurou enquanto patrimônio consequentemente acaba focando não um objeto definido, e sim um patrimonializar*,* em que o produto final se dá por conta de como foi constituído seu reconhecimento como tal, suas disputas e sua gestão - todas ações realizadas ao

[2] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação*, 2000.
[3] Smith, *Uses of Heritage,* 2006: p.44, tradução livre.
[4] Meneses, *Repovoar o patrimônio ambiental urbano,* 2017.

longo do tempo.

Essa premissa foi relevante para estabelecer quais deveriam ser as iniciativas a serem consideradas no estudo: entendo que a patrimonialização é uma forma de lidar com a historicidade no presente, com vistas ao que será proposto para o futuro, de forma relacionada com a perspectiva moderna de história que o historiador François Hartog aponta.[5] Assim, são ações relevantes para a análise tanto aquelas ligadas aos órgãos de preservação que constituíram sua especificidade ao longo do tempo, como as de outros atores, desde os estatais do campo do planejamento urbanístico (de trajetória ligada ao campo do patrimônio, inclusive, como veremos) até a comunidade escolar do EE Prudente de Moraes.

Igualmente, para entender essa legitimação é relevante o conceito de *discurso autorizado do patrimônio*, como trabalha Smith,[6] e seus desdobramentos para além do campo discursivo como, por exemplo, na adequação da cidade de Ouro Preto com a orientação estilística de reformas e novas construções, elaborando um elo entre o colonial e o ideário modernista.[7] Ou ainda, num dos outros diversos casos possíveis de serem trazidos, na demolição do tobogã, uma parte do Estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo, devido à aceitação dos conselhos estadual e municipal de projeto arquitetônico que entendia que aquele elemento só teria valor dentro de determinados preceitos estéticos, deixando de propor alternativas relevantes para o circuito do futebol.[8]

Essa vinculação entre os discursos patrimoniais autorizados também é apreensível em relação a espaços urbanos mais amplos. Desta forma, se permite serem direcionadas as valorizações simbólicas na cidade, com reconhecimento de determinados grupos, espaços e locais como mais relevantes e, consequentemente, legitimando tanto os usos que os produziram quantos futuros desdobramentos, como incentivar um tipo de ocupação mais específico. Exemplo disso é atribuir uma identidade ou narrativa a um local, como feito no centro de Salvador e as

[5] Hartog, *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo,* 2013.
[6] Smith, *Uses of heritage,* 2006.
[7] Motta, *O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios,* 1987.
[8] Fuser, *Antropologia do restauro: notas sobre projetos arquitetônicos para o Estádio do Pacaembu,* 2019.

dificuldades ligadas ao habitar por parte da população mais pobre,[9] ou quando no Recife Antigo se propõem espaços para atividades mais lucrativas, como o turismo, de forma atrelada à sua historicidade.[10] Outro exemplo que pode ser citado nesse momento é a relação entre a espacialização de identidades através da instalação de monumentos, como em Miami, ao ser envolvida a criação de narrativas atreladas às disputas de poder em Cuba.[11]

Dentro desse contexto, faz sentido apontar os desdobramentos de pesquisas acadêmicas mais recentes sobre a esfera estatal, entendida como um processo de disputa e formação,[12] no que se reforça a importância, nas leituras sobre patrimônio, das possibilidades de

> interpretar as situações, atribuindo o mesmo valor às narrativas oficiais e não oficiais, ao discurso autorizado e aos sentidos dos moradores capturados por meio da experiência etnográfica, que quanto mais intensa, densa e detalhada, tanto mais potente para falar dos sentidos plurais e por vezes antagônicos atribuídos por especialistas e portadores/moradores.[13]

Ou, sintetizando no quase apócrifo bordão, nem melhores nem piores, as visões sobre patrimônio de fora do discurso legitimado seriam apenas diferentes. E, de toda forma, são extremamente relevantes para a análise dos processos de definição do que seria o patrimônio, posto que servem para compreender as dinâmicas de troca e transformações dos significados ocorridas ao longo do tempo, como observa Marshall Sahlins.[14] Proposição semelhante é disposta por Carlo Ginzburg, ao debater como apreender as dinâmicas simbólicas na escrita da história e sua relação com grupos sociais mais ou menos detentores de poder nos momentos, preterindo um viés que enxergasse uma mera reprodução dos significados criados pelos grupos dominantes e defendendo a adequação de um

---

[9] Montoya Uriarte, *Pobreza e cultura. A luta dos pobres para permanecer morando no Centro Histórico de Salvador,* 2012.
[10] Leite, *Contra-usos da cidade,* 2007.
[11] Gonçalves, J. F., *The Hero's Many Bodies*, 2012.
[12] Teixeira, Lobo, Abreu, *Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais,* 2019.
[13] Tamaso, *Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública,* 2018: p. 65.
[14] Sahlins, *Ilhas de história,* 1990: cap 5.

olhar voltado à reciprocidade nas influências.[15]

o recorte da pesquisa, o Bom Retiro

Dentro dessas premissas, para compreender qual seria um caso adequado para representar a trajetória do campo do patrimônio cultural na cidade de São Paulo, parti de uma recapitulação da bibliografia disponível do tema, que contextualizou e permitiu compreender as ações tratadas com mais detalhes no trabalho, como as obras de Márcia Chuva, Flávia Brito do Nascimento e Paulo Garcez Marins.[16] O diálogo com essa bibliografia - relevante para a periodização aqui adotada e que, em resumo, aponta para um momento de consolidação do campo patrimonial na década de 1930, com um alargamento ocorrido nos anos 1970 e 1980, entraves com as políticas neoliberais nos anos 1990 e 2000 e, ao longo dos anos 2000 e 2010, discussões em torno da ampliação dos bens culturais e com práticas já institucionalizadas - foi realizado ao longo da dissertação, em conjunto com o estudo de caso em questão.

Ao pensar num recorte que permitisse a operacionalização da pesquisa, o olhar efetuado pelos órgãos de preservação do Estado foi fator relevante para o aqui adotado, procurando também discutir ações semelhantes independente do grupo ou instituição atuante. Optei por delimitar como representativo de São Paulo o distrito do Bom Retiro, em seus limites definidos pela Prefeitura do Município de São Paulo. Com o recorte escolhido sem ser ligado às próprias definições que basearam as iniciativas de patrimonialização da área, foi possível compreender as diversas ações que ocorreram sobre ela e as identidades às quais se procurou articular essa parte da cidade, especialmente como *Luz* e *Bom Retiro.*

Sobre o caráter de *distrito* do Bom Retiro, cabe um breve aprofundamento sobre a escolha da área, que teve espaços muitas vezes compreendidos como parte da região da Luz nos projetos que foram desenvolvidos para o território. Analisando a historiografia sobre o Bom Retiro, vemos que há uma questão de

---

[15] Ginzburg, *O queijo e os vermes,* 2006: Prefácio à edição italiana.
[16] Chuva, *Os arquitetos da Memória,* 2009*;* Nascimento, *Blocos de Memórias,* 2016 e *Patrimônio Cultural e escrita da história,* 2016; Marins, *Novos patrimônios, um novo Brasil?,* 2016.

indefinição dos limites e do que seria o bairro enquanto objeto de estudos,[17] se confundindo com os bairros dos Campos Elíseos, Santa Ifigênia e Luz. Os dois primeiros têm processos de patrimonialização que inicialmente atribuem valor ao conjunto de edificações e ao padrão de seu loteamento,[18] situação não encontrada na área em análise nesta dissertação. Ainda, há alguma proximidade espacial, mas as percepções e identificação do que seriam Santa Efigênia e Campos Elíseos não se sobrepõem tão sistematicamente ao distrito do Bom Retiro.

Com a Luz, por outro lado, há diversas intersecções entre a região do Bom Retiro, como no tratamento da área por iniciativas urbanísticas como o Projeto Luz Cultural, de 1984, ou a do Programa Monumenta, que atua a partir do tombamento do IPHAN de 2000 do Conjunto Histórico da Luz.[19] Outro caso significativo é o Nova Luz, apresentado em 2005, programa que chega até um dos limites do distrito do Bom Retiro, na Estação da Luz, visando "principalmente, criar um pólo tecnológico e de serviços, atraindo empresas de informática, gráficas, editoras e especialmente call centers",[20] além de incentivar a "habitação para população de renda média e alta".[21]

Na intersecção dessas construções de identidades territorializadas, como se vê em detalhes no capítulo 4, está a EE Prudente de Moraes. Desde 2014 a escola está na praça Coronel Fernando Prestes com a rua Afonso Pena, numa edificação construída pela Fundação para o Desenvolvimento Escolar (FDE). O prédio usa elementos de fachadas do que existia anteriormente no local, uma antiga garagem municipal posteriormente ocupada pela Defesa Civil. A EE Prudente de Moraes é atualmente uma escola voltada ao primeiro ciclo do fundamental, tendo do primeiro ao quinto ano escolar.

[17] Dertônio, *O bairro do Bom Retiro,* 1971.
[18] Prata, *Patrimônio Cultural e Cidade*, 2009.
[19] Mosqueira, *Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo*, 2007: p. 156-7.
[20] Ibidem: p. 161.
[21] Ibidem.

Imagem 1 - Vista da EE Prudente de Moraes a partir da praça Coronel Fernando Prestes, no momento de saída do turno da manhã.



Foto do autor, de fevereiro/2022.

Imagem 2 - Esquina com a rua Afonso Pena, onde se observa uma das estruturas da antiga garagem municipal.



Foto do autor, de fevereiro/2022.

Imagem 3 - Vista a partir da rua Afonso Pena, mais próxima ao Jardim da Luz. Na direita da foto está o edifício do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), e mais ao fundo, do centro à esquerda, se vê a escola e outra das fachadas da antiga garagem que hoje fazem parte do muro da EE Prudente de Moraes.



Foto do autor, de fevereiro/2022.

As mudanças da escola ao longo de suas décadas de existência serão tratadas nesta dissertação, mas desde já cabe pontuar que a narrativa mobilizada pelo Projeto Nova Luz é central para que a escola saísse, em 2014, da edificação que ocupava desde 1950. Nesta dissertação, o evento da saída serviu como um ponto de contato para aprofundar as sobreposições de quais lugares fariam parte da Luz e o Bom Retiro a partir dos olhares dessa comunidade escolar.

Para efetivamente analisar o tema, os conceitos usados nos processos de reconhecimento da área necessitaram ser um assunto levantado ao longo da dissertação. Para isso, procurei usar *bairro* para tratar de um tipo de produção de localidade através de uma comunidade imaginada contígua e espacialmente

disposta, com certa fluidez e principalmente como construção simbólica.[22] O *distrito,* por outro lado, é um recorte adotado numa ausência de significado intrínseco, conseguindo um maior distanciamento das narrativas sobre a região de forma mais ampla às quais se imbricam os processos de patrimonialização - em que pese a menção ao bairro existente.

O distrito do Bom Retiro passou por várias iniciativas de patrimonialização de São Paulo: o primeiro tombamento é de 1943, pelo IPHAN, que tomba o Mosteiro e a Igreja da Imaculada Conceição da Luz. Há uma continuação de políticas de salvaguarda que tratam do Bom Retiro, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980 e na década de 2010, nas quais se destacam as instâncias estadual e municipal. Também foi o recorte de um estudo do IPHAN de acordo com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC-Bom Retiro) entre 2004 e 2010, que se propunha a entender o 'multiculturalismo em situação urbana complexa', um dos poucos inventários conduzidos pelo órgão federal na cidade. Dessa forma, considerei esse recorte territorial como representativo dos processos de patrimonialização de São Paulo.

[22] Aqui, dialogo com o conceituado pelos antropólogos Benedict Anderson, em *Comunidades imaginadas* (2008), e Arjun Appadurai, em seu *Globalization* (2001).

Imagem 4 - Mapa das restrições relacionadas ao tombamento no distrito do Bom Retiro, classificando os bens culturais reconhecidos pelo tombamento entre 1950 e 1999.



Estão enumerados os bens tombados nesse período, respectivamente 1-Desinfectório Central (tombado pelo CONDEPHAAT); 2-antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia (CONDEPHAAT); 3-Jardim da Luz (CONDEPHAAT); 4-Estação da Luz (CONDEPHAAT); 5-Pinacoteca (CONDEPHAAT); 6-Igreja de São Cristovão (CONDEPHAAT); 7-VIla Economizadora (CONDEPHAAT); 8-Quartel da Luz (CONDEPHAAT); 9-antigo Portal de Pedra do presídio Tiradentes (CONDEPHAAT) e 10-Mosteiro de Luz (IPHAN). Fonte: Geosampa e processos administrativos elencados no texto. Elaboração do autor.[23]

[23] O mapa é inicial e toma como base a data final de tombamento. Ao longo da discussão realizada, será visto que de certa forma é mais relevante o começo do processo de patrimonialização, assim como desdobramentos para além do instrumento do tombamento.

Imagem 5 - Mapa das restrições relacionadas ao tombamento no distrito do Bom Retiro, classificando os bens culturais reconhecidos pelo tombamento entre 2000 e 2019.



Estão enumerados os bens tombados nesse período, respectivamente 1-EE Marechal Deodoro (tombado pelo CONDEPHAAT); 2-Colégio Santa Inês (CONPRESP); 3-conjunto da antiga escola Politécnica (CONDEPHAAT); 4-antiga garagem municipal (CONPRESP); 5-antigos armazéns da Companhia Sorocabana (CONDEPHAAT); 6-antigo Seminário Episcopal (IPHAN); 7-EE Prudente de Moraes (CONPRESP); 8-antigo Hospital da Força Pública (IPHAN); 9-Igreja Armênia do Rito Oriental (CONPRESP); 10-casas da rua Rodrigo de Barros (CONPRESP); 11- estação Ponte Pequena/Armênia do Metrô (CONPRESP); 12-antigo posto de gasolina (CONPRESP); 13-Estação Elevatória de Esgotos da Ponte Pequena (CONDEPHAAT) e 14-Ponte das Bandeiras (CONPRESP). Fonte: Geosampa e processos administrativos elencados no texto. Elaboração do autor.[24]

Dentro do recorte do distrito do Bom Retiro como representativo da patrimonialização de São Paulo, entendo que é necessário realizar uma incursão ainda mais próxima da EE Prudente de Moraes para entender as perspectivas sobre a mesma a partir do campo do patrimônio. Próxima ao Mosteiro da Luz, tombado em 1943, e de linguagem arquitetônica modernista,[25] mas fora da então narrativa do movimento moderno brasileiro canonizado por Lúcio Costa, a escola é mais discutida pelo campo do patrimônio na década de 1970, quando o distrito do Bom Retiro passa por diversos processos de patrimonialização, que resultam na listagem

[24] Idem a nota anterior.

[25] Sobre a definição de termos, procurei dialogar com a discussão sistematizada por Walkiria Martins (2021, p. 54): o movimento moderno enquanto conjunto de agentes especificamente dentro da arquitetura, e modernista a produção ligada a esse grupo.

das Z8-200 e nos tombamentos da Pinacoteca e do Jardim da Luz.

Já na década de 1990, a escola tem o processo de tombamento aberto no contexto da proteção das Z8-200, mesmo período em que há fortalecimento do reconhecimento da arquitetura modernista. Em 1995, o DPH, contribuindo para o "Inventário de Arquitetura Moderna Brasileira a ser produzido pelo Docomomo Brasil por solicitação do Docomomo Internacional", deu início a um levantamento da arquitetura moderna em São Paulo, que incluiria nesse espectro o estudo do Convênio Escolar,[26] responsável pela construção da edificação que a escola ocupava, mas que não se traduziu em ações mais enfáticas de preservação.

Posteriormente, nos anos 2000, é possível perceber outros olhares do patrimônio que se relacionam com a EE Prudente de Moraes. Um é a leitura realizada pelo INRC-Bom Retiro, que lista a edificação como uma das referências a serem preservadas, valorando-a como lugar de convivência multicultural, suas características arquitetônicas e sua relevância para a comunidade, em que se citam também os protestos pela sua manutenção. Outro é a proposta de abertura de tombamento das edificações da antiga garagem e almoxarifado municipal por parte do DPH, que se dá em meio às tratativas para a construção da nova sede da EE Prudente de Moraes e de edificação da Polícia Militar, num processo que anos depois concluiu pela incorporação de remanescentes ao projeto da nova escola e no tombamento da pequena parte da garagem que não havia sido demolida. Também no âmbito municipal, em 2016, dentro da listagem de bens anteriormente enquadrados como Z8-200, é concluído o tombamento da edificação construída em 1950, em que se mantém a valoração pela ligação com o movimento moderno na arquitetura, com a escola já tendo sido transferida para a nova sede.[27]

Assim, pesquisar como se entendeu a EE Prudente de Moraes ao longo do tempo, dentro do contexto do distrito do Bom Retiro, e a relação de sua saída para uma nova edificação com o campo do patrimônio permite a compreensão dos diversos pontos de vista, projetos e valores mobilizados, especialmente os pouco mencionados na produção disponível sobre este tema. O recorte no distrito do Bom Retiro também se justifica, dado que essa divisão administrativa do município de

[26] Baffi, *O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH*, 2006.
[27] Processo Administrativo nº 1992-0.009.298-5/PMSP.

São Paulo abrange diversos lugares aos quais a escola esteve ligada, assim como os espaços sobre os quais operaram formas de identificar essa parte da região central de São Paulo, seja como Luz ou como Bom Retiro.

metodologias e perspectivas

A presente pesquisa tem como objeto os processos de patrimonialização contemporânea de São Paulo, focada num estudo de caso em sua região central, tendo como premissa uma perspectiva crítica do que seria o *patrimônio cultural,* entendendo-o como algo em processo. Abrange também uma reflexão acerca dos processos de produção de conhecimento e da ação estatal, para a qual é especialmente interessante a relação entre a legitimação do que seria patrimônio e a produção de relações sociais na cidade.

A pesquisa foi, metodologicamente, desenvolvida a partir da análise de fontes primárias e secundárias dos processos de patrimonialização do distrito do Bom Retiro, com a consulta de documentos relativos aos processos de reconhecimento de bens culturais na área desde 1943, listados junto à bibliografia, ao exemplo dos processos administrativos dos órgãos estatais de patrimônio cultural na cidade de São Paulo - que, como a própria trajetória institucional, giraram em torno das minúcias da preservação do edificado, especialmente através do tombamento.

O capítulo 1 traz o ocorrido no distrito do Bom Retiro até a década de 1950, com alguns apontamentos iniciais para questões anteriores ao processo de urbanização mais acelerado da virada para o século XX. As mudanças ocorridas na primeira metade desse século são tratadas, especialmente aquelas vinculadas com a conformação de identidades e a ação escolar no distrito. No capítulo 2, foram analisadas as décadas de 1960 até o final dos anos 1980, trazendo as mudanças de paradigma do patrimônio cultural com um olhar mais expandido, urbano e antropológico, e os planos urbanos que leram a área, estruturando uma definição sobre a historicidade no distrito do Bom Retiro e quais deveriam ser as ações a serem realizadas, variando desde a retirada da EE Prudente de Moraes até a preservação da edificação da mesma.

No capítulo 3, a discussão se deu a partir dos anos 1990, percebendo as transformações no processo de culturalização da área e os projetos urbanísticos relacionados, além de outras ações de reconhecimento do patrimônio cultural, num momento em que se percebe um avanço da ampliação inicialmente tecida nas décadas anteriores, tateando-se uma discussão em torno da identidade do Bom Retiro. Tanto no capítulo 3 quanto no capítulo 4 se discute de forma mais detalhada a saída da EE Prudente de Moraes de sua antiga edificação na avenida Tiradentes. O último capítulo apreende as perspectivas da comunidade escolar, entendendo de forma mais ampla e próxima as interpretações dela sobre sua saída e a chegada na nova edificação, abordando também quais os olhares sobre a região em que a escola está localizada e a territorialização das identidades da *Luz* e *Bom Retiro*.

Dei mais peso às primeiras ações de cada processo de patrimonialização, aquelas que consolidaram uma alteração de tratamento às referências culturais. Ou seja, procurei enfatizar o que estaria alterando a forma como essas edificações ou histórias deveriam ser tratadas, priorizando o momento em que se decidia pelo seu reconhecimento como bens culturais, reconhecendo um significado para além daquele seu cotidiano e que, portanto, justificaria um tratamento diferenciado.[28] Exemplos disso são as aberturas de processo de tombamento, enquadramentos urbanísticos específicos e projetos arquitetônicos, entre outras possibilidades de reconhecimento simbólico ou não, legitimadas por narrativas historiográficas, jornalísticas ou antropológicas, como se vê. Por essa razão, também dei menos ênfase para decisões que interferiram pouco no conjunto simbólico patrimonializado ou nas dinâmicas sociais posteriores, ao exemplo de alguns tombamentos *ex-officio*.[29]

Sobre os materiais, também utilizei notícias de jornais e publicações relacionadas, como catálogos de exposições, ofícios e livros, e foram realizadas entrevistas com figuras de relevância nesses processos,[30] como técnicos e responsáveis pela gestão dos trabalhos realizados dentro da área de escopo da

[28] Aqui dialogo com a definição de bem cultural proposta por Carsalade, *Bem,* 2015.
[29] O tombamento *ex-officio* , ou de ofício, é a figura administrativa que replica um tombamento já realizado por um órgão de preservação para outra instância administrativa, conforme previsões legais do CONDEPHAAT e CONPRESP.
[30] Paulo Bruna e Regina Meyer, complementando o discutido através dos documentos consultados.

pesquisa. Além disso, desdobrei mais especificamente a necessidade, elaborada durante o processo de realização deste mestrado, de compreender as percepções da comunidade escolar sobre sua patrimonialização e outros processos urbanos que a tangenciam e a tangenciaram. Esse estudo da comunidade da EE Prudente de Moraes usou como base metodológica a aplicação virtual de questionários, atividades de grupos focais nas salas de aula com crianças e professoras e observação participante, cujo relatório final serviu de base para o quarto capítulo desta dissertação.

O conjunto desse material foi analisado dialogando de forma mais ampla com disposições como o paradigma indiciário apontado por Carlo Ginzburg,[31] e com a consciência da intencionalidade que permeiam essas construções historiográficas, passíveis de serem observadas como documentos, conforme Le Goff discorre.[32] Assim, tive instrumental para compreender as ações, desejos e argumentos mobilizados ao longo do tempo em relação ao tratamento da historicidade no distrito do Bom Retiro, destacando a EE Prudente de Moraes e sua transferência para uma nova edificação - entendendo esse movimento como um acontecimento que, com suas múltiplas interpretações, torna-se evento,[33] e cuja análise permite aprofundar o conhecimento do contexto em que o mesmo se situa e no qual é significado.

Cabe ponderar também a relevância, para esta pesquisa, que foi tratar um objeto aqui marcado seja por uma ausência seja por ser visto como de menor relevância ao longo dos processos de conhecimento e de tomada de decisão em relação ao centro de São Paulo, por diversas razões e com diversos desdobramentos. Na escrita deste texto procurei retomar essa ausência da EE Prudente de Moraes ou de aspectos da mesma, assim como em alguns momentos tentei evidenciar outros enfoques e possibilidades de leitura desses processos.

Sobre a questão da observação participante ou contato com o fazer etnográfico, esse método teve pouco espaço no decorrer da pesquisa, sendo mais presente no quarto capítulo, com essa forma de contato presencial entre o pesquisador e o contexto social pesquisado visando uma investigação sobre

[31] Ginzburg, *Sinais,* 1999.
[32] Le Goff, *Documento/Monumento,* 2016.
[33] Sahlins, *Ilhas de História*, 1990: p. 14-15. O diálogo com a antropologia em São Paulo também se deve à introdução de Lilia Schwartz em Frehse, *O tempo das ruas*, 2005.

relações sociais produzindo uma *descrição* parcial reconfigurada teoricamente a dialogar com a totalidade,[34] em que se percebe (no mínimo) uma proximidade.[35] Mas, de maneira geral, procurei adotar uma perspectiva, entendida como antropológica, que atravesse as metodologias enumeradas com estranhamento, numa reconfiguração constante a partir do confronto com experiências ocorridas ao longo da pesquisa.[36]

Entender as formas como o campo do patrimônio operou sobre São Paulo se justifica ao procurar ampliar os estudos sobre a patrimonialização e sua relação com a produção da cidade e das identidades - significativo para entender um objeto em que se reúnem mais de dez milhões de pessoas, e cuja relevância se espraia ainda mais, no mínimo dentro do território nacional. Em especial, acredito que a pesquisa também se justifica ao procurar compreender sistematicamente o período dos últimos 20 anos, após a virada do milênio, período que ainda foi revisitado por poucas pesquisas, com menos acúmulo teórico. Assim se incentiva uma discussão sobre desafios contemporâneos e a atuação do campo do patrimônio frente a eles, dentro do imbricamento entre teoria e prática em que se situa a reflexão crítica,[37] abrindo margem para a discussão dos agentes envolvidos, como os órgãos estatais de patrimônio e outros grupos sociais que tenham contato com o tema.

Por fim, mas não menos importante, vale notar que, para realizar essa análise dos processos que envolvem o campo do patrimônio cultural, foi relevante considerar, inclusive, a produção desses próprios órgãos para compreender a cidade ao longo do tempo, posto que esses tem uma atuação permeada também por uma postura atenta e crítica. Daqui em diante, segue esta dissertação, cuja primeira intenção é a de alcançar um maior reconhecimento dos fazeres do campo do patrimônio, de grande responsabilidade no tecer das tramas da cidade, proporcionando cada vez mais diálogos em torno dessa elaboração de significados ao longo do tempo, construindo patrimônios de forma cada vez mais efetiva, sensível, igualitária e abrangente.

---

[34] Agier, *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos,* 2011: p. 59-60.
[35] Magnani, *De perto e de dentro*, 2002.
[36] Peirano, *Etnografia não é método*, 2014.
[37] No que parto da leitura sobre as imbricações da análise de discurso e seus desdobramentos nos atuais estudos críticos do patrimônio, como em Wu, Hou, *Heritage and Discourse,* 2015.

CAPÍTULO 1

criações e narrativas: até os anos 1950

num centro de São Paulo

A transferência da Escola Estadual Prudente de Moraes (EE Prudente de Moraes) para uma nova edificação, em 2014, está ligada à forma como o campo do patrimônio cultural trabalhou em São Paulo, dentre outros processos sociais ocorridos nessa parte da região central da cidade. Para compreender a saída desta escola de seu antigo prédio e, consequentemente, as questões ligadas a isso, é oportuno observar o recorte territorial da área mais próxima de onde esteve localizada a EE Prudente de Moraes, o distrito do Bom Retiro.

Uma compreensão dos processos que constituíram a área posteriormente definida como distrito do Bom Retiro inicia-se por entender que é por onde passava o Caminho do Guaré, um dos caminhos de saída da São Paulo colonial pelo qual se circulava entre a cidade e o Sul de Minas Gerais, dentro dos processos de colonização do território brasileiro. Esse fluxo, que se estendia a partir da rua São Bento, levou à uma primeira urbanização da região em torno de onde agora está construída a avenida Tiradentes.[38]

É importante entender a historicidade dessa região para além da ocupação da colonização e seus fluxos de mercadorias e pessoas, como indica a presença de ocorrências arqueológicas, com achados pré-coloniais no Morro dos Lázaros, próximos ao antigo Hospital da Força Pública.[39] Isso aponta para fluxos e usos daquela área em época anterior à ocupação da colonização portuguesa, assim como na área central da cidade de forma mais ampla.[40] É o contexto em que também se insere o Caminho de Piratininga e povoamentos indígenas, uma das

[38] Campos, *A vila de São Paulo em seus primórdios*, 2012.
[39] Couto de Magalhães, 1897, apud Mangueira, *Cartas arqueológicas para a cidade de São Paulo,* 2018.
[40] Campos, ibidem.

conexões com os primeiros núcleos de povoamento colonial que daria origem à São Paulo atual, e que também abrangia parte do que entende-se hoje por Bom Retiro.[41]

Dessa forma, se evita uma leitura que parta de certo vazio de significados no hoje distrito do Bom Retiro antes de, por exemplo, sua ocupação pelo Mosteiro da Luz – um dos primeiros registros de edificações a área,[42] nos quais se iniciam as diversas narrativas disponíveis sobre sua transformação. A urbanização da área tem início a partir do século XVIII, ligada a usos institucionais não comportados na região conhecida como triângulo histórico – demanda relacionada ao crescimento da metrópole e seu ordenamento, que exigia um espaço que não estava disponível na então centralidade,[43] buscando instalar equipamentos voltados para cultivos botânicos e recreação, como o Jardim da Luz, aberto em 1825 e remodelado na década de 1870.[44] Outros equipamentos implantados na região da atual avenida Tiradentes são ligados ao disciplinamento da população, como a Casa de Correção, o Quartel da Força Pública e suas instalações hospitalares.

A segunda metade do século XIX é quando a ocupação residencial da elite local espraia-se na direção do atual distrito do Bom Retiro, especialmente próxima à rua Florêncio de Abreu.[45]

[41] Campos, *A vila de São Paulo em seus primórdios*, 2012.
[42] Jorge, 1988 apud Mosqueira, *Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo,* 2007.
[43] Mosqueira, op. cit., 2007.
[44] Minoda, *Artefatos no Jardim da Luz, 2017.*
[45] Campos, *Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana*, 2005: p. 52-53.

Imagem 6 - Mapa que enumera antigas residências e pontos de referência da virada do século XX, com a linha férrea dividindo o atual distrito do Bom Retiro (à esquerda) e a região da Santa Ifigênia e Luz (à direita).



1. Casa de Miguel Carlos Aires de Carvalho, c.1784.
2. Casa da Luís Antônio Neves de Carvalho, c.1798.
3. Casa de Fidelis Nepomuceno Prates, 1857-c.1862.
4. Primeira casa de José Maria Gavião Peixoto, 1858-1860.
5. Casa da Camilo Gavião Peixoto, c.1859.
6. Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa, 1873-1876.
7. Casa de Rafael Tobias de Aguiar, 1875-c.1877.
8. Segunda casa de José Maria Gavião Peixoto, 1876-1877.
9. Casa de Bernardo Avelino Gavião Peixoto, 1875?
10. Chalé do Conde de Três Rios (casa de aluguel), 1881-1882.
11. Chalé de Diogo Antônio de Barros, c.1882?
12. Casa de Rafael Aguiar Pais de Barros, 1885-1887.
13. Casa de Manuel Ferreira Leal, 1881-1884.
14. Casa de José de Vasconcelos de Almeida Prado, 1888-c.1890.
15. Casa de Antônio Pais de Barros, c.1888/89-c.1890.
16. Casa da Marquesa de Itu, década de 1890.
17. Casa de Antônio Francisco de Paula Sousa, 1891-c.1892.
18. Casa de Maria Rafaela de Paula Sousa, c.1891-c.1892
19. Casa do Barão de Tatuí, c.1882?
20. Casa de Antônio Álvares Leite Penteado, c.1890.

Figura 27 – Composição de detalhes do Mappa Topographico do Município de São Paulo, realizado em 1930 por SARA/Brasil S. A., escala 1: 1000, vôo aerofotogramétrico de 1929, mostrando a localização dos vários palacetes citados no presente artigo. Na maioria dos casos, os limites originais das propriedades já haviam sido reduzidos em função do progressivo adensamento da região e do conseqüente parcelamento das grandes extensões de terra. Algumas residências já nem sequer existiam mais, tendo sido localizadas de modo aproximado. Autoria: Eudes Campos; editoração eletrônica: Ana Carla Luiz.

Autoria: Eudes Campos.[46]

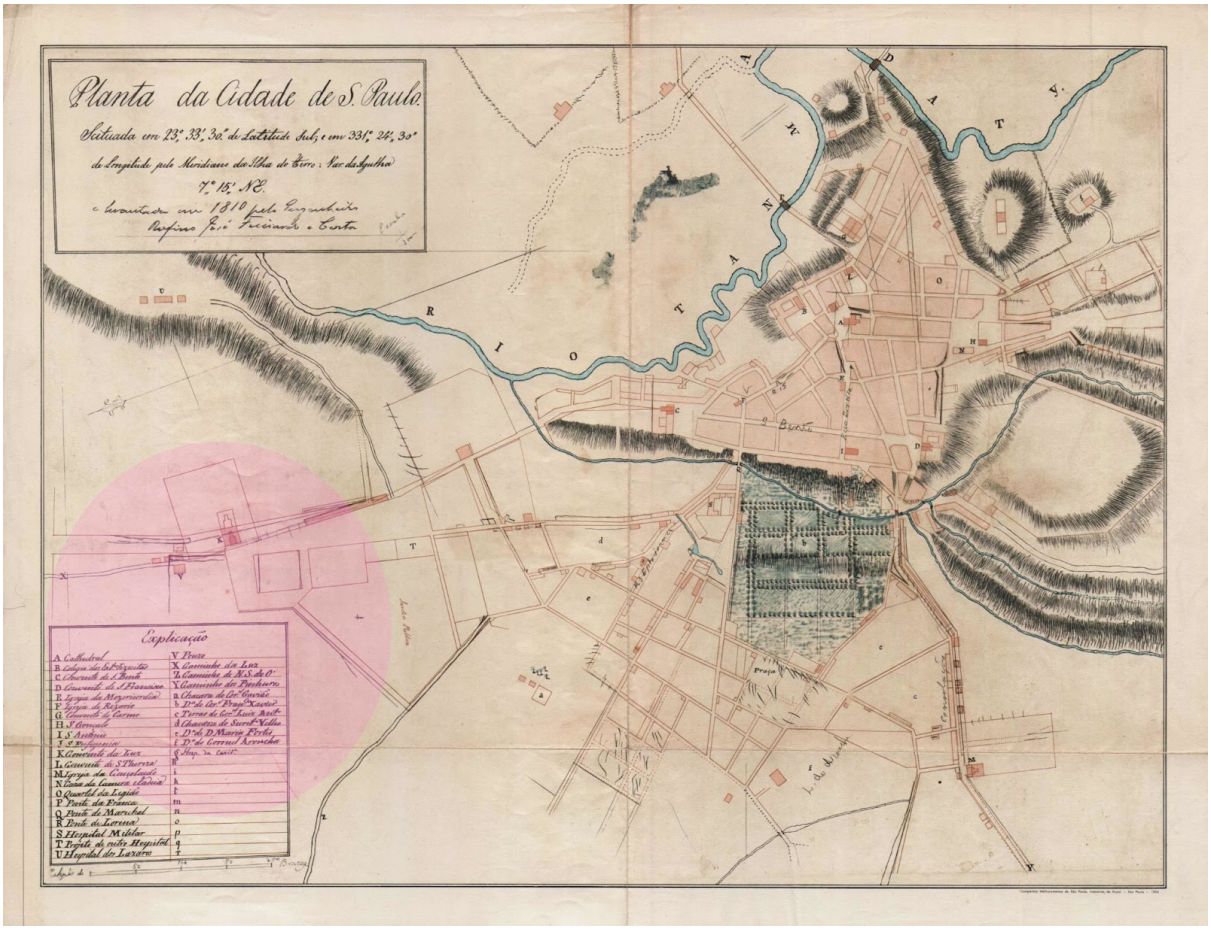
Nesse período, a região também é marcada pela concessão de terras por meio de cartas de datas, sendo um dos grandes vetores de expansão da cidade, inclusive na área mais próxima dos rios Tamanduateí e Tietê, na chamada Ponte Pequena.[47] É o período em que o distrito do Bom Retiro passa pela instalação da ferrovia, com edificações ligadas à mesma, como a Estação da Luz e o Desinfectório Central, além da criação de vilas residenciais e sobrados geminados. No final do século XIX e no início do XX se percebe a inauguração de novos edifícios institucionais, como o Quartel da Luz e a Casa de Correção.[48]

Nesse momento ocorre também o desenvolvimento de atividades industriais ligadas à ocupação das várzeas dos rios e suas olarias, já numerosas no final do século XIX na porção mais varzeana dessa região.[49] No caso do atual distrito do Bom Retiro, é marcante a ação de Manfred Meyer, que também atuou no ramo das

[46] Campos, *Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana,* 2005: p. 52-53.
[47] Silva, *Práticas de apropriação e produção do espaço em São Paulo,* 2012: p. 169-170.
[48] Feldman, *Bom Retiro,* 2013.
[49] Salla, *Produzir para construir,* 2014: p. 100-101.

olarias e, posteriormente, no mercado habitacional na região,[50] que se configurava como um dos bairros operários de São Paulo.[51] O loteamento das chácaras que dividiam o atual distrito do Bom Retiro também ocorreu nesse final do século XIX, como aquela de propriedade de Charles Dulley, nas quais serão construídos os edifícios da Escola de Farmácia e do Colégio de Santa Inês, em 1905 e 1907 respectivamente, dando fôlego ao processo de maior adensamento dessa parte da cidade.[52]

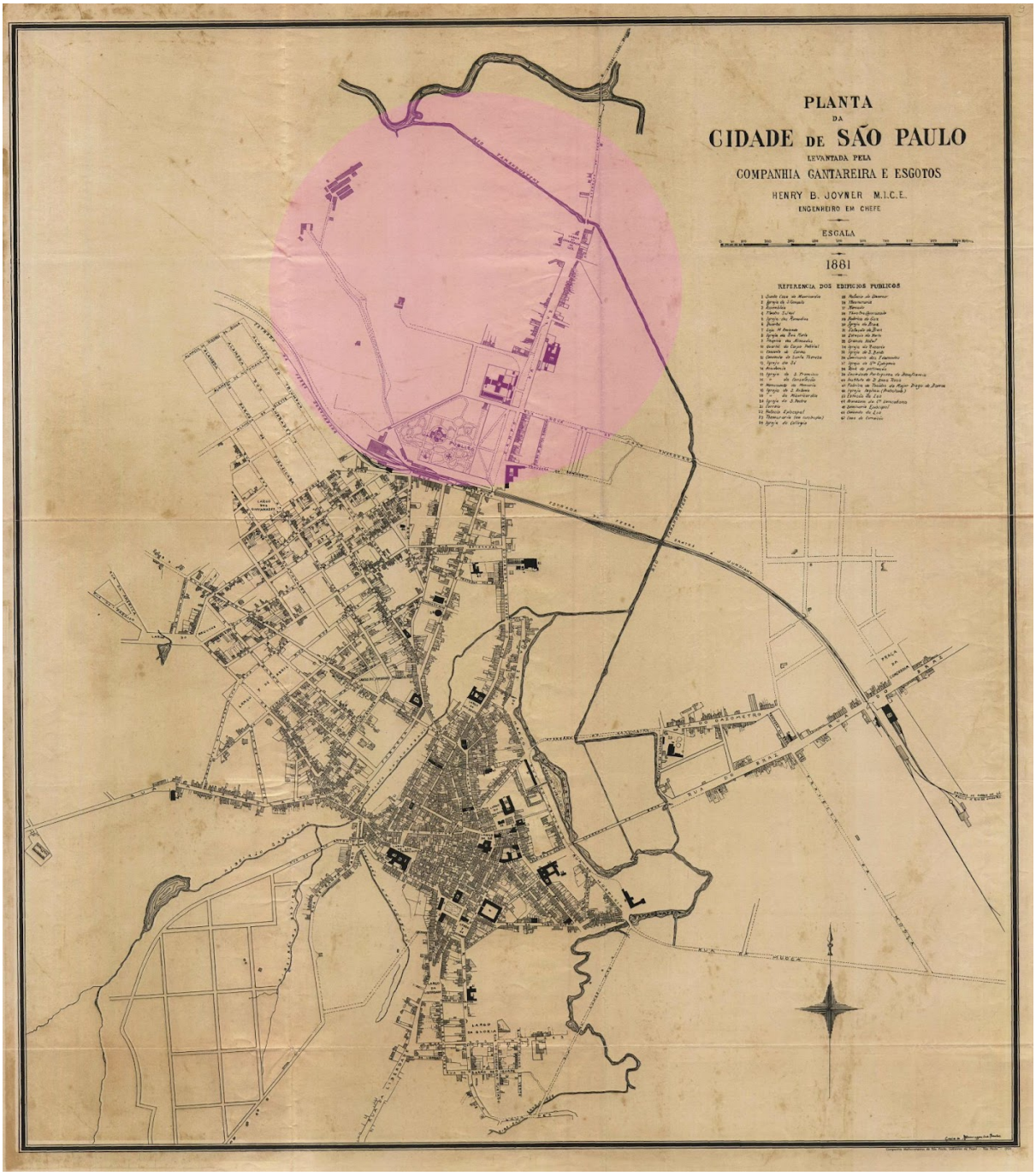
Imagem 7 - Planta da Cidade de São Paulo, 1810, de Rufino Felizardo e Costa, com área correspondente ao atual distrito do Bom Retiro em rosa.



Percebe-se as poucas edificações marcadas - especialmente o atual Museu de Arte Sacra (Convento da Luz, na legenda do original) - e a posição secundária na planta, nos limites do desenhado. Elaboração do autor, fev/2022.

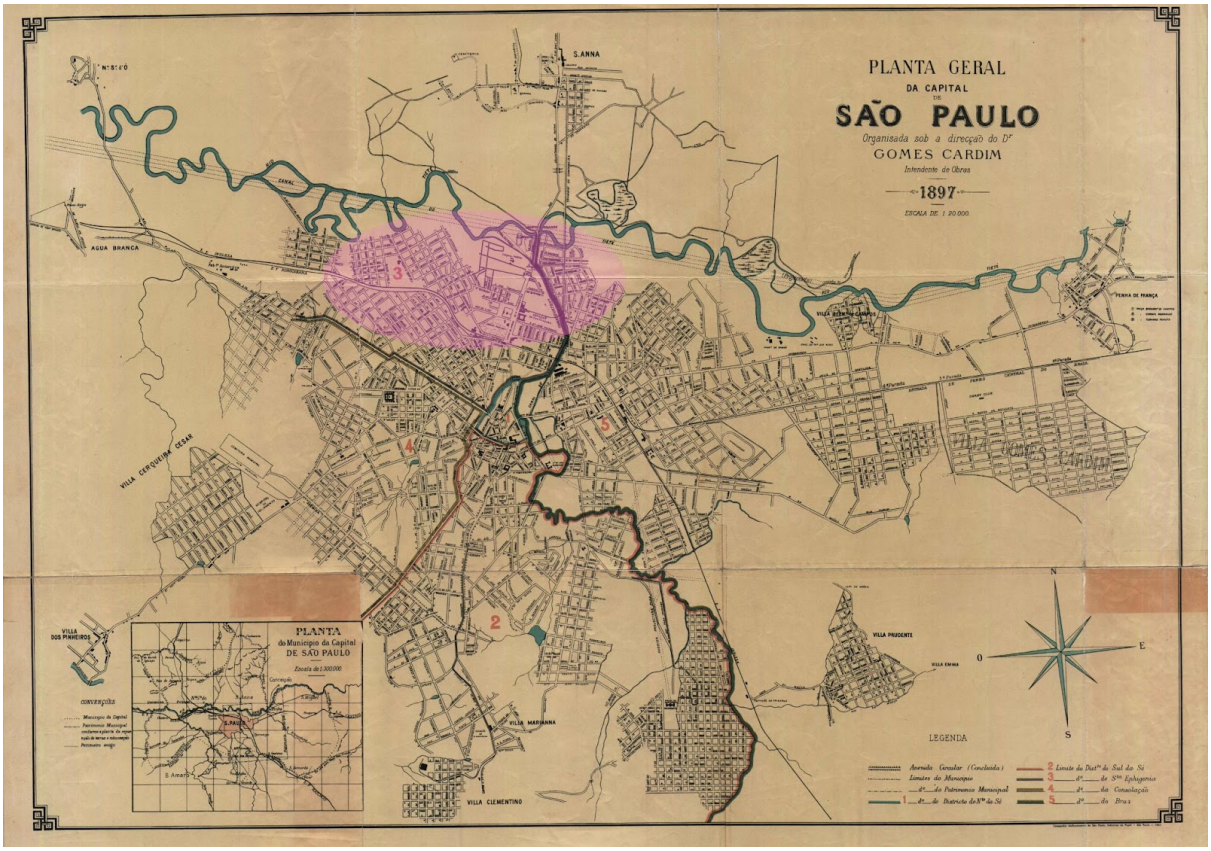
[50] Campos, *Luz e Bom Retiro,* 2008.
[51] Feldman, op. cit., 2013: p. 1.
[52] Campos, op. cit.

Imagem 8 - Planta da Cidade de São Paulo de 1881 (Henry Joyner), da Companhia Cantareira e Esgotos, com área correspondente ao atual distrito do Bom Retiro em rosa.



Percebe-se novamente poucas edificações marcadas, com maior número do que em 1810, inclusive no sentido noroeste, no atual baixo Bom Retiro, e a posição limítrofe na planta. Elaboração do autor.

Imagem 9 - Planta Geral da Capital de São Paulo, 1897, organizada por Gomes Cardim, com área correspondente ao atual distrito do Bom Retiro em rosa.



Percebe-se um aumento substancial nas ruas e edificações mapeadas na então cidade inteira em relação às décadas anteriores, especialmente em suas franjas, como a região do atual distrito do Bom Retiro. Elaboração do autor.

É neste contexto que se situa, espacial e temporalmente, uma das primeiras edificações de um espaço escolar estatal dentro do distrito do Bom Retiro.[53] A partir de 1892, na presidência de Bernardino de Campos e em condições econômicas favoráveis advindas da exploração do café, é instituído o primeiro conjunto de legislação republicana de São Paulo, estabelecendo o ensino leigo, científico, intuitivo, disciplinar e aberto às meninas, sem coeducação.[54] É uma

> clara ofensiva normatizadora. Todos os aspectos da organização escolar passaram a ser regulamentados com preciosos detalhes: prescrições sobre o tipo de escolas, localização e provimento, normas para a matrícula e frequência, sobre os programas de ensino e o método, o material escolar, a forma de fiscalização e controle das escolas, as competências de professores, diretores e funcionários, a escrituração burocrática, a higiene escolar, a disciplina dos alunos, prêmios e punições, o calendário escolar e o emprego do tempo.[55]

[53] O Seminário já funcionava desde 1859, conforme Feldman, *Bom Retiro,* 2013.

[54] Castilho, *O espaço escolar como mediador simbólico*, 2014: p. 65-66.

[55] Souza, 1999, p. 130 apud Castilho, ibidem: p. 66.

Do ponto de vista arquitetônico, esse empenho traduzia-se na proposta de monumentais edifícios vinculados à educação nas cidades, desenhados enquanto referência de um projeto republicano para a sociedade e como conformação do espaço urbano, em que imponentemente se procurava sintetizar o ideal de progresso pretendido. Também se pode notar que essa construção de um referencial republicano pela educação ia além do impacto causado pela forma construída nos passantes ou comunidade escolar, como se vê na profusão de símbolos ligados às práticas escolares. Exemplos desses são os sons das fanfarras, dos hinos cantados e dos sinais de entrada e saída; e as imagens dos brasões, bandeiras e dos patronos que, tornados nomes das escolas, mesclavam-se àquele espaço, conscientemente extravasando os limites do prédio.[56]

Esse é o cenário mais amplo em que se constrói a primeira escola estatal no atual distrito do Bom Retiro, a Escola Modelo da Luz, edificada de 1893 a 1895 e com início das aulas nesse momento,[57] já nesse ano conhecida também como Grupo Escolar Prudente de Moraes (posteriormente referida como EE Prudente de Moraes)[58].

[56] Castilho, *O espaço escolar como mediador simbólico*, 2014: p. 68-69.

[57] Fiammenghi, *Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais*, 2021: p. 44.

[58] Essa instituição depois se tornará a Escola Estadual Prudente de Moraes, no que adotei a sigla correspondente.

Imagem 10 - Fotografia da EE Prudente de Moraes, provavelmente de 1902, de Guilherme Gaensly.

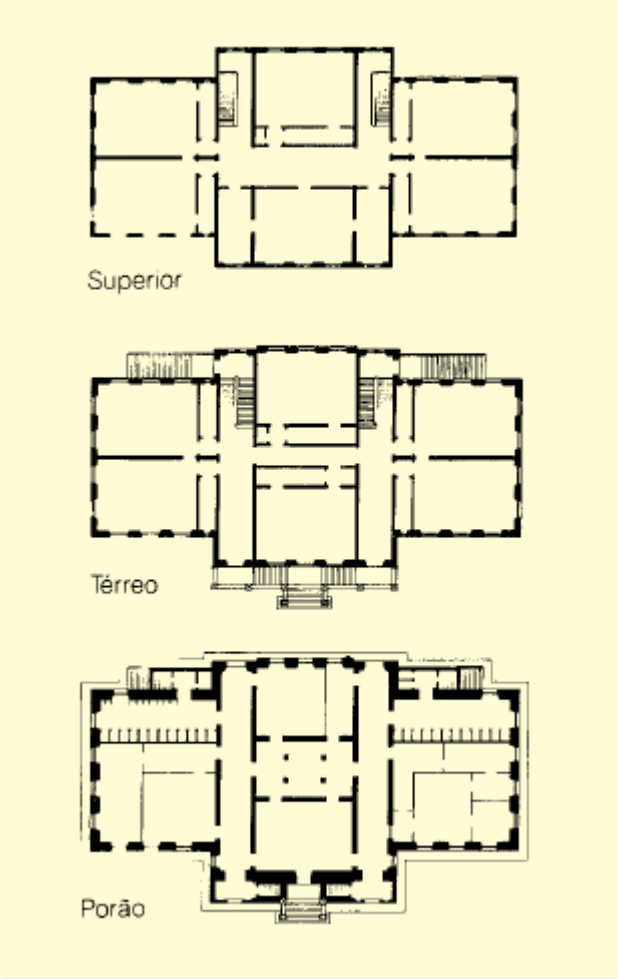


Crédito: Guilherme Gaensly.[59]

A formação republicana de um tipo de cidadão se condensaria na experiência da sala de aula, embora também interfiram nesta os espaços de passagem e os momentos de lazer, parte dessa organização das relações de sociabilidade, de produção de conhecimento e do tempo na sociedade a partir da experiência de ensino.[60]

[59] Gaensly, *Lembrança de São Paulo,* 1902?: p. 22.
[60] Faria Filho; Vidal, *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*, 2000.

Imagem 11 - Planta da primeira edificação projetada para receber a Escola Modelo da Luz, depois nomeada como Grupo Escolar Prudente de Moraes.



Fonte: Correa et al, 1991.[61]

De forma mais ampla, a estrutura dessas edificações escolares se repete, ainda que passando por diversas alterações na fachada, quais espaços distintos das salas de aulas que teriam, na quantidade das mesmas e a distribuição espacial do edifício adotada, com escolhas de construção similares em relação a técnicas construtivas, detalhamento e implantação, além da conformação de tipos e sua replicação em diversos locais do estado.[62]

Para aprofundar a compreensão da criação de escolas por parte do Estado no atual distrito do Bom Retiro, cabe apontar que em 1909 há a inauguração de outra instituição escolar estatal, no caso as Escolas Reunidas do Bom Retiro, posteriormente chamadas de Grupo Escolar do Bom Retiro, depois Grupo Escolar

[61] Correa et al., *1890-1920 Arquitetura escolar paulista*, 1991:, p. 3.
[62] Ramalho; Wolff, 1986: p. 67, apud Castilho, *O espaço escolar como mediador simbólico*, 2014: p. 74.

Marechal Deodoro, e atualmente Escola Estadual Marechal Deodoro (EE Marechal Deodoro),[63] na rua dos Italianos, mais próxima à Várzea da Barra Funda. Sua construção é inicialmente adaptada em outro prédio, com 4 salas de aulas no começo, e cujo projeto de instalações definitivas tem início em 1911, sendo concluído em 1919.[64]

Nisso se percebem algumas diferenças com a trajetória do então Grupo Escolar Prudente de Moraes, um dos primeiros na cidade, construído de forma mais ágil e sem utilizar o expediente de adaptações de edificações já existentes, uma das críticas daquela época às políticas educacionais anteriores. O EE Marechal Deodoro foi situado numa região mais marcada pela proximidade do rio Tietê, e com a nomenclatura associada ao Bom Retiro, entendido naquele momento como um local mais pobre da cidade, de um operariado que recentemente havia se instalado em São Paulo.[65]

Ainda que ocorram diversas menções às atividades escolares desenvolvidas pela EE Marechal Deodoro e seu corpo discente, como um evento em 1930,[66] é possível observar uma diferença da abordagem dessas escolas públicas no atual distrito do Bom Retiro pela imprensa ao longo das décadas.[67] Um exemplo é que em 1945 o Correio Paulistano comemora 50 anos da EE Prudente de Moraes, e em 1946 menciona de passagem a EE Marechal Deodoro como exemplo dos problemas dentários dos alunos da rede pública de ensino. Inclusive, esta última reportagem é material interessante para inferir que a EE Marechal Deodoro tinha na época um perfil discente mais pobre e próximo da média da cidade como um todo, comparado, por exemplo, com a Escola Caetano de Campos, além de ser notável

[63] Novamente mantive a sigla referente à forma como se conhece a instituição atualmente.
[64] O Combate, *Grupo Escolar Bom Retiro,* 1919; A Gazeta, *O que é o Grupo "Marechal Deodoro",* 1930.
[65] Sevcenko, *Orfeu extático na metrópole*, 1992: p. 30-31.
[66] Correio Paulistano, *Uma grande cruzada da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saude,* 1930.
[67] As informações citadas sobre a EE Marechal Deodoro são provenientes de pesquisa documental que realizei, entre as datas de 13 a 15/09/2021, no acervo e na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, buscando nos periódicos relacionados à São Paulo no período de 1890 a 1959 as seguintes palavras-chaves: 'escolas reunidas bom retiro'; 'grupo escolar bom retiro'; grupo escolar marechal deodoro'. Também dialoguei com o relatório sobre o antigo prédio da EE Prudente de Moraes produzido pelo arquiteto João Fiammenghi (2021) para a associação mantenedora da Pinacoteca.

não ter sido encontrada publicação relacionada à alguma efeméride da EE Marechal Deodoro.

Em relação a EE Prudente de Moraes, outro indício de ser uma referência inserida nos círculos sociais mais prestigiados do começo do século XX é serem ressaltados os aniversários dos alunos em jornais ou, ainda, serem feitas matérias comemorativas de seus 42 anos, em 1937, mencionando que diversas figuras relevantes da época haviam passado por essa escola.[68]

Imagem 12 - Matéria comemorativa dos 42 anos da EE Prudente de Moraes, publicada no Correio Paulistano de 1937.



Grupo Escolar "Prudente de Moraes"

HISTORICO — 42.º ANNIVERSARIO DA SUA INSTALLAÇÃO — FESTA COMMEMORATIVA — UM COLLECTIVO GYMNASTICO COM 650 ALUMNOS

O grupo escolar "Prudente de Moraes", um dos primeiros estabelecimentos de ensino primario, fundado pelo Estado, em São Paulo, commemora hoje, o seu 42.º anniversario da sua installação official.

Durante essa longa existencia, passaram pelos seus bancos escolares muitos dos que occupam lugares de destaque na administração publica estadual, federal, na politica, letras e artes.

Coube ao illustrado educador, dr. Cesario Motta, o lançamento da pedra fundamental do predio em que deveria funccionar a Escola "Modelo da Luz", num terreno entre o Jardim da Luz e Cadeia Publica, em 28 de setembro de 1893.

A 1 de fevereiro de 1895, foi criada a "Escola Modelo da Luz" com o nome de Escola Modelo "Prudente de Moraes".

A 16 de fevereiro do mesmo anno foi aberta a matricula pela conhecida educadora norte-americana, miss Marcia Browne, organizadora que já tinha sido da Escola Modelo do Carmo, hoje, grupo escolar "Miss Browne", alcançando um numero sufficiente para 10 classes.

A 25 de março de 1895, embora o predio não estivesse terminado, foram iniciadas as aulas.

A 17 de agosto desse anno, foi feita a inauguração official com grandes festas.

A 6 de fevereiro de 1896, foi criada a Escola Complementar annexa á mesma escola.

Em 1901 passou a denominar-se Grupo Escolar "Prudente de Moraes" e que ainda conserva.

Em 1906 foi desannexada a Escola Complementar.

Foram seus directores effectivos desde a sua fundação: em 1895, miss Browne; em 1896, prof. Pedro Voss; em 1901, prof. João Lourenço Rodrigues; em 1903, João Baptista de Britto; em 1925, prof. Virgilio Quaglio; em 1932, prof. Casemiro Ferreira da Rocha; e actualmente, desde 20 de abril de 1936 é dirigido pelo prof. Horacio Quaglio.

Em 1930, após o movimentos revolucionario, o predio foi requisitado pelo então Cte. Geral da Força Publica, nelle installando o seu Quartel General e que foi incendiado em 1932, sendo o grupo installado no edificio do Lyceu de Artes e Officios, onde ainda está funccionando.

Brevemente serão iniciadas as obras para a construcção do novo predio, no seu primitivo lugar, estando a planta já approvada, constando de 24 salas de aulas além das demais dependencias, obedecendo as modernas exigencias pedagogicas e hygienicas.

Desde a sua fundação até 1936 diplomaram-se nesse estabelecimento, 4.200 alumnos.

Para commemorar essa ephemeride foi organizada uma festa que será realizada no proximo domingo, dia 22, ás 15 horas, no pateo do Instituto D. Bosco, á rua Affonso Penna, para a qual serão convidados o governador e secretarios de Estado, prefeito municipal, todas as autoridades do ensino, etc. da Região Militar e Força Publica, ficando convidados todos os ex-professores e ex-alumnos desse grupo.

Do programma consta um collectivo gymnastico, cantado e acompanhado pela banda musical da Guarda Civil, com 650 alumnos.

Fonte: Correio Paulistano, 1937.[69]

[68] Fiammenghi, *Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais*, 2021: p. 8-11.

[69] Correio Paulistano, *Grupo Escolar 'Prudente de Moraes'*, 1937.

A distinção do tratamento indica que haveria uma diferenciação entre os grupos sociais envolvidos com cada escola, ainda que caiba ponderar que uma eventual maior presença da EE Prudente de Moraes na discussão da imprensa da época também pode ser ligada ao uso de sua edificação por outras iniciativas, como a 'escola para débeis' que lá foi instalada em 1929.[70]

Outro fator relevante que indica um reconhecimento distinto àquela parte do distrito do Bom Retiro e à EE Prudente de Moraes como uma de suas referências é a já mencionada presença da escola no álbum do início do século XX de Guilherme Gaensly,[71] em que consta uma fotografia exclusiva do prédio da EE Prudente de Moraes dentre as 49 imagens do conjunto. Cabe notar ainda que a fotografia feita por Gaensly está entre aquelas da Escola Normal e da Escola Politécnica, duas referências: uma do modelo escolar da Primeira República, como visto, e outra do pensamento técnico ligado à engenharia que observava e definia as legislações aplicáveis à cidade.[72]

Dessa forma, a presença de cada tipo de instituição no álbum de Gaensly sugere uma composição imagética completa de uma trajetória escolar - da infância à formação profissional, através de exemplos de espaços educacionais, no qual a EE Prudente de Moraes representa uma das etapas da formação. Assim, seu papel pode ser entendido como de destaque dentro do circuito paulistano, sendo uma das primeiras edificações escolares em São Paulo e concluída em curto espaço de tempo, com marcante proximidade com outros espaços de referência para a então elite local, como a Escola Politécnica. Ainda, a EE Prudente de Moraes é, nesse momento, relacionada com a região que se entendia como Luz, marcada no primeiro nome da instituição: Escola Modelo *da Luz*.

Após a virada para o século XX, já com algumas mencionadas implicações dispostas pelo projeto político republicano para a capital paulista, o que hoje é o distrito do Bom Retiro passa por mudanças com a chegada de migrantes judeus ashkenazi, vindos do leste europeu no final da década de 1920 e começo de 1930. Num contexto desfavorável, de antissemitismo crescente e crise econômica, o Brasil

[70] Fiammenghi, *Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais*, 2021: p. 8.
[71] Ibidem: p. 12.
[72] Salla, *Produzir para construir,* 2014: p. 29.

surgia, dentro de uma rede americana mais ampla, como um dos locais possíveis para mudança.[73]

O local de chegada desses migrantes em São Paulo é a Estação da Luz, o que favoreceu se instalarem no atual distrito do Bom Retiro, onde também recebiam apoio de associações já existentes da comunidade judaica, como entidades assistenciais e de cooperativa de crédito no bairro. Outro fator de apoio mútuo entre migrantes - no caso com a comunidade sírio-libanesa - levou a uma relação forte da migração judaica do começo do século XX com a indústria têxtil.[74] Em termos de ocupação espacial no distrito do Bom Retiro, o início da trajetória profissional desses migrantes era marcado pelo imbricamento dos locais de moradia e trabalho, com casas e sobrados recebendo as atividades.

Com o crescimento profissional e acumulação de capital - que teve relação com o crescimento da demanda por uniformes na Revolta Constitucionalista de 1932, por exemplo[75] - há uma separação dos espaços de trabalho e moradia, além de alguns casos de inversão do capital na verticalização.[76] Um dos exemplos dessa última trajetória é da família Kon, que passa a ser incorporadora e sai do ramo de confecções:[77]

[73] Andrade, *Indústria e comércio de moda no centro de São Paulo*, 2018: p. 33.
[74] Ibidem: p. 39-40.
[75] Ibidem: p. 49.
[76] Ibidem: p. 59.
[77] Ibidem: p. 89-90.

Imagem 13 - Anúncio de um edifício residencial localizado na rua dos Italianos, com informações na rua José Paulino, ambos locais dentro do atual distrito do Bom Retiro.



Fonte: Nossa Voz, 1955.[78]

A transformação do atual distrito do Bom Retiro foi perceptível, com o crescimento da comunidade judaica, o que leva inclusive a um dos olhares estendido que caracterizava a área como de migrantes judeus - em realidade, eram apenas um dos grupos sociais que marcavam a região, com seus espaços de moradia, trabalho e sociabilidade em geral -,[79] presença que fazia parte do distrito ser visto como um enquistamento étnico, enquadramento criado a partir de um trabalho da prefeitura municipal em 1940.[80]

Ainda, de forma mais ampla, no início da década de 1930 o movimento de valorização imobiliária da área mais próxima ao Vale do Anhangabaú por parte das elites acaba por fortalecer outras políticas dirigidas ao atual distrito do Bom Retiro: a instalação de uma zona oficial do meretrício em um polígono, parcialmente confinado pela linha ferroviária.[81] Existiram resistências das atividades de prostituição às políticas de restrição espacial em São Paulo, se expandindo para

[78] Nossa Voz, Edifício em final de construção (anúncio), 1955.
[79] Feldman, *Segregações espaciais urbanas,* 1988: p. 80-81.
[80] Feldman, *O bairro do Bom Retiro*, 2015: p. 139.
[81] Feldman, op.cit., 1988: p. 71-72.

além dos limites oficialmente dispostos, mas cabe o entendimento dessa política como um movimento que visava deslocar do centro novo as pessoas e locais associados à prostituição, também ligado à ação do Departamento de Cultura e as leituras de quais atividades eram legitimadas como culturais.[82]

A destinação oficial de uma área do Bom Retiro para a instalação dos estabelecimentos vinculados à prostituição, publicamente indesejável para as elites da cidade, é ligada às políticas de caráter nacionalista e xenófobas das décadas de 1930 e 1940, associando territorialmente os mecanismos de controle policial aplicados a ambos os grupos.[83] A medida chegava a entrar em conflito com outras legislações de controle da época, que determinavam um distanciamento entre estabelecimentos de tolerância e educacionais,[84] e uma parte dos grupos da área do Bom Retiro se indispôs com a instalação da zona de meretrício, como pôde ser visto em mobilizações que reuniam escolas da região, incluindo o GE Marechal Deodoro e o GE Prudente de Moraes.[85] Ou, ainda, em afirmações como a de que haveria uma contaminação das ruas vizinhas por parte dessas atividades, com a instalação de uma nova delegacia de polícia na zona do meretrício, que vigorará até 1953.[86]

uma escola nova

Outra das mudanças da década de 1930 no que hoje é o distrito do Bom Retiro é o deslocamento da EE Prudente de Moraes do primeiro edifício construído para esse fim, com a requisição do prédio para servir de quartel-general da Força Pública, em 1931, seguido pela destruição da edificação em 1932 por um incêndio,[87] o que esvazia a esquina da avenida Tiradentes com rua Ribeiro de Lima das atividades educacionais que ocorriam nela. Até 1949, o grupo escolar seguiu com

[82] Rosin, *Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor,* 2021: p.: 169-184).
[83] Feldman, op.cit, 1988: p. 79-87.
[84] Feldman, ibidem, p. 82.
[85] Correio Paulistano, *Movimentam-se os moradores do Bom Retiro contra a permanencia ali do meretricio*, 1947.
[86] Feldman, *Segregações espaciais urbanas,* 1988: p. 82.
[87] Fiammenghi, *Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais,* 2021: p. 9.

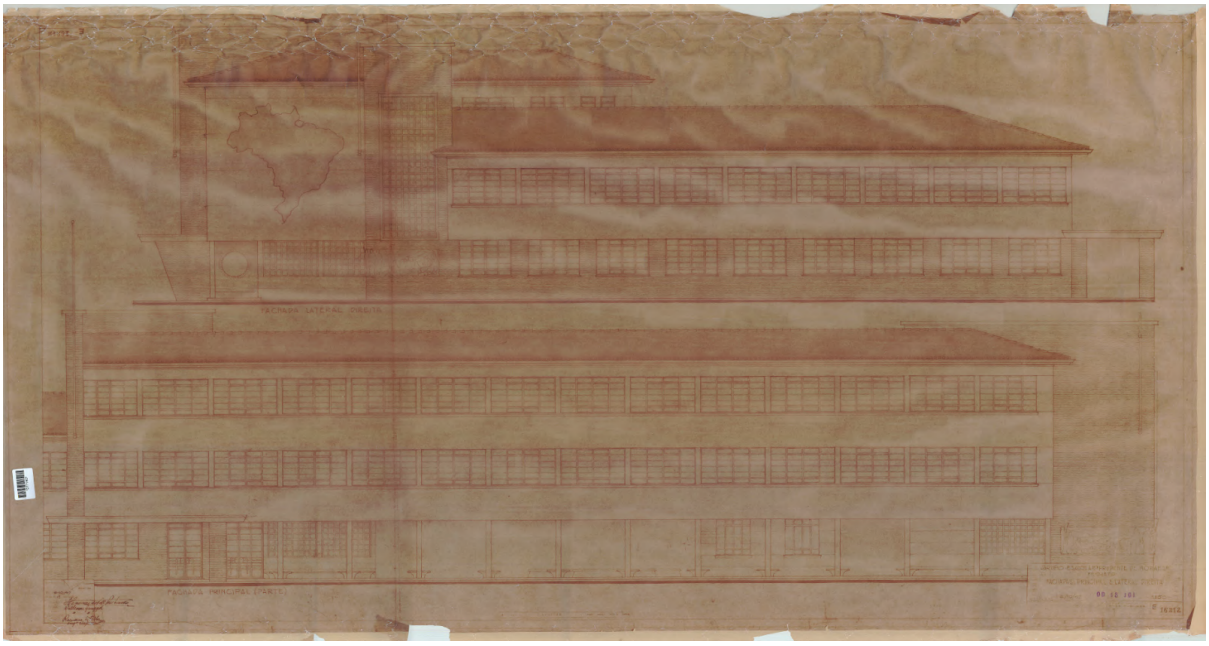
atividades localizadas principalmente no edifício do Liceu de Artes e Ofícios - posteriormente, em conjunto com a Pinacoteca, a Escola Paulista de Belas Artes e o Serviço de Fiscalização Artística.[88]

Após essa perda do primeiro edifício do GE Prudente de Moraes, é possível perceber a variação de projetos para uma nova edificação, ao exemplo de possível reconstrução do projeto de Ramos de Azevedo, em 1933, no qual se propõe uma ampliação, com um quarto pavimento e elevadores, além de estudos para nova disposição nos ambientes internos.

Entre 1937 e 1947, a Diretoria de Obras Públicas (DOP) também realizou projetos para a escola, passando por implantações simétricas e assimétricas dos espaços e por tratamento déco nas fachadas. Em novembro de 1938, um desses projetos era o de uma escola fora da esquina onde se localizava o GE Prudente de Moraes, adotando como local a bifurcação da Avenida Tiradentes, onde hoje é a estação Armênia do Metrô,[89] possivelmente por conjuntura que indicava outro destino ao terreno na esquina da Avenida Tiradentes com Rua Ribeiro de Lima, como se percebe no Decreto 9496 de 14 de setembro de 1938, que transfere o terreno para o Departamento Geográfico e Geológico do Estado.[90] Todavia, a mudança de uso não se efetiva, e em 1947 os projetos de nova edificação se situam na esquina corriqueira.

[88] Fiammenghi, *Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais,* 2021: p. 14.
[89] Fiammenghi, ibidem: p. 17-20.
[90] São Paulo (estado), Decreto N. 9.496, de 14 de Setembro de 1938.

Imagem 14 - Projeto da DOP para a EE Prudente de Moraes, muito provavelmente de Hernani do Val Penteado, de 1947, com frisos e mapa do Brasil em sua fachada.



Fonte: Fiammenghi, 2021.[91]

Em meio aos diversos projetos rascunhados para a escola ocupar uma nova edificação, após o deslocamento da EE Prudente de Moraes do edifício que para ela havia sido projetado em 1893, é necessário retornar o foco para as discussões sobre educação para compreender como se criará um novo prédio para o grupo escolar em 1950. Nesse período, fortalecem-se debates que apontam como limites da política educacional criada na Primeira República sua necessidade de materiais didáticos e equipamentos onerosos em virtude da adoção do método intuitivo, e a incapacidade de atender à demanda pela massificação de um ensino.[92] Ligados ao movimento que se denominou Escola Nova, surgem questionamentos às outras escolhas do projeto de então, como a divisão dos horários das matérias, a distribuição fixa das carteiras e a educação segregada entre meninos e meninas, propondo um ambiente mais aprazível e alegre, que impactam e reformulam o campo do ensino da época.[93]

De forma imbricada a essa disputa em torno de uma política de ensino, ao longo das décadas de 1920 e 1930 debateu-se como esses novos espaços

[91] Fiammenghi, op. cit.: p. 19-20.
[92] Castilho, *O espaço escolar como mediador simbólico*, 2014, p. 83.
[93] Faria Filho; Vidal, *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*, 2000: p. 28.

escolares deveriam ser construídos. Uma atuação pioneira é a de Fernando Azevedo enquanto responsável pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal entre 1927 e 1930, implementando metodologias de planejamento, reformas de conteúdo e outras possibilidades de ocupação de espaço e equipamentos além das salas de aula, seguindo uma linguagem estilística neocolonial. Dialogando com novas propostas pedagógicas, as escolas foram consideradas como custosas demais num momento em que se desejava a expansão da estrutura de ensino, com a monumentalidade característica de seu projeto arquitetônico sendo associado à elitização do ensino.[94]

Com a Revolução de 1930, é conferido um maior peso ao papel da educação em função da perspectiva de formação de mão de obra, favorecendo um investimento amplo no papel do ensino enquanto força de desenvolvimento nacional.[95] É um momento em que Anísio Teixeira, nomeado Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal em 1931, após a ascensão de Getúlio Vargas, desempenha papel relevante ao reorganizar a estrutura educacional estatal – no que se insere a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1931 – dialogando com as propostas do escolanovismo e das escolas *platoon,* propondo implementação de escolas-classe e escolas-parque. Poucas edificações acabaram sendo realizadas, essas com “elementos que evocam a máquina, a arquitetura naval, a velocidade e a aerodinâmica, respostas formais a um modismo que evocava o futuro”, aproximando-se da linguagem art déco, segundo o arquiteto Ivanir Abreu.[96]

Questões semelhantes também ocorriam na década de 1930 no município de São Paulo, com os debates gerados pelo escolanovismo repercutindo na forma de construção de equipamentos de ensino. A partir de 1933, a legislação escolar incorpora o ideário da época, aproximando-se das mudanças ocorridas na gestão de Anísio Teixeira no Distrito Federal, e também abarca a necessidade de adequação das "condições higiênico-pedagógicas" dos espaços de ensino.[97]

---

[94] Ibidem: p. 29.
[95] Lessa, *O ensino na prancheta*, 2017: p. 87.
[96] Abreu, *Convênio escolar*, 2007: p. 37.
[97] Castilho, *O espaço escolar como mediador simbólico,* 2014: p. 93.

Nesse período, a Diretoria de Obras Públicas do governo estadual e o Departamento de Obras Públicas municipal, com participação marcante do arquiteto João Maria da Silva Neves, reformaram e edificaram diversos imóveis escolares[98] e, assim como as propostas de Anísio Teixeira, incorporam os debates do momento, inclusive com perspectivas de menor custo.[99] Também é o mesmo período em que surgem outras formas de espaço para a educação, como os parques infantis criados na gestão de Mário de Andrade no Departamento de Cultura do município de São Paulo, locais de educação infantil fora do edifício escolar, ligados especialmente às crianças do operariado da cidade.[100]

Posteriormente, cabe trazer como ponto relevante para a construção de espaços escolares na cidade inteira a formulação dos Convênios Escolares. Estes foram parcerias firmadas entre as esferas municipal, estadual e federal de forma a operacionalizar previsões legais, estabelecidas inicialmente em 1942 e ratificadas na Constituição Federal de 1946, sobre aplicação de recursos obtidos pela arrecadação de impostos para o desenvolvimento do ensino.[101]

É só com o segundo momento do Convênio Escolar que, no mesmo local onde se encontrava a edificação da Escola Modelo da Luz, há a construção de um novo prédio para a EE Prudente de Moraes, edificado entre 1949 e 1950,[102] com inauguração em 1 de maio de 1950 - data simbólica na lógica trabalhista, como se vê na inauguração de diversas escolas no mesmo dia- [103] e com a saída completa do Grupo Escolar para seu novo edifício em setembro de 1950.[104] O processo de produção da segunda etapa do Convênio Escolar é marcado por uma lógica coletiva de discussão e intercâmbio entre soluções de projeto arquitetônico, ainda que a proximidade temporal das publicações relacionadas permita apontar uma atuação

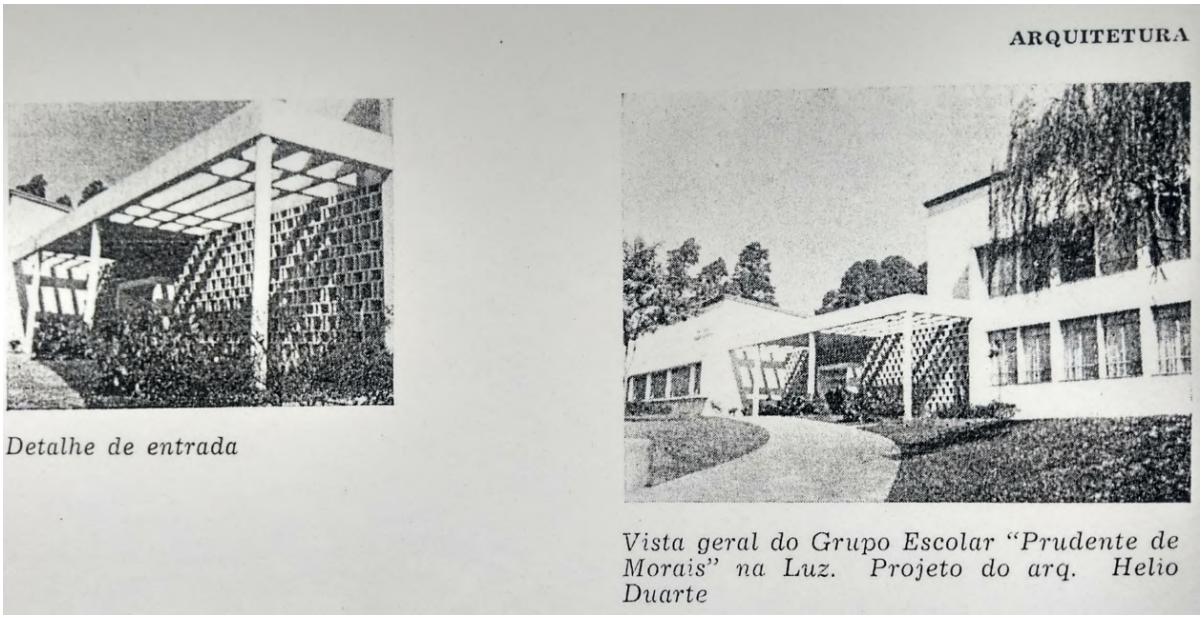
[98] Caldeira*, Arquitetura para educação,* 2005: p. 33-34.
[99] Idem.
[100] Faria, *A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil*, 1999.
[101] Castilho, *O espaço escolar como mediador simbólico,* 2014: p. 110.
[102] Fiammenghi, *Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais,* 2021: p. 28.
[103] Idem.
[104] Idem.

central de Hélio Duarte nesse projeto de novo edifício para a EE Prudente de Moraes.[105]

No contexto paulistano, foi marcante o impacto dos Convênios Escolares na construção de espaços ligados às atividades educacionais, em especial escolas, visando atender um déficit no oferecimento de vagas escolares para a população e antes das comemorações do IV Centenário da cidade em 1954.[106] Num primeiro momento, o Convênio Escolar teve produção mais ligada aos parques infantis e com poucas escolas edificadas, sendo que a partir de 1948 é possível perceber um processo de mudança da atuação na execução do Convênio, com nomeação de novos integrantes da Comissão Executiva em 1949 e reestruturação interna em 1950, que se estende até 1954, quando se inicia um terceiro momento do Convênio, marcado por construções provisórias de madeira.[107]

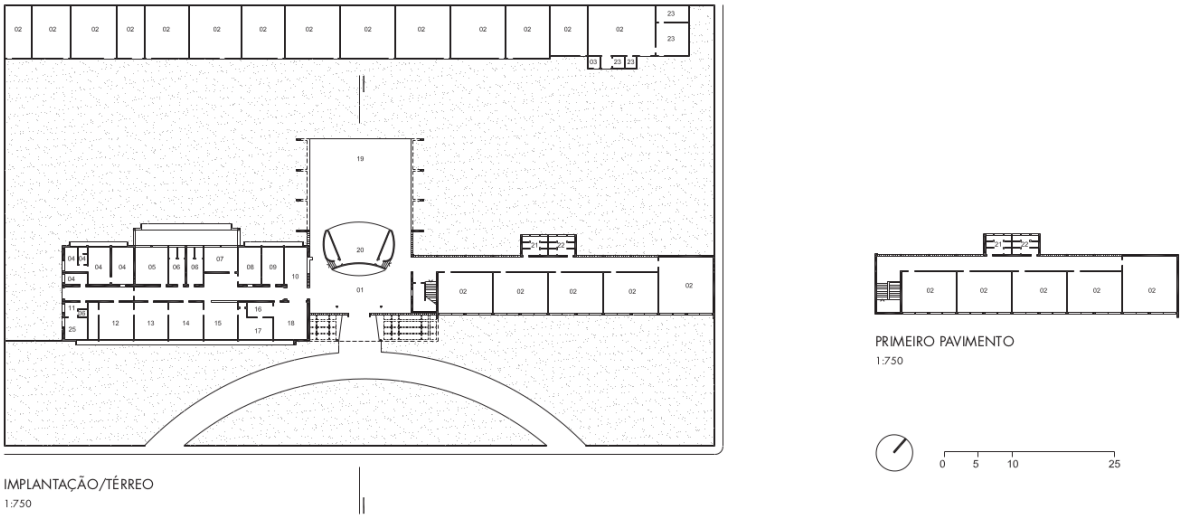
[105] Ibidem, p. 28-29.
[106] Caldeira*, Arquitetura para educação,* 2005: p. 54-59.
[107] Abreu, *Convênio escolar,* 2007: p. 65-80.

Imagem 15 - Fotos da edificação construída para a EE Prudente de Moraes.



Fonte: Duarte, 1951.[108]

Imagem 16 - Planta da edificação do GE Prudente de Moraes, conforme efetivamente construído.



A numeração da planta significa: 1. hall de entrada; 2. sala de aula ; 3. inspetor ; 4. zeladoria ; 5.material escolar ; 6. sanitário ; 7. médico ; 8. dentista ; 9. assistente social ; 10. hall-museu ; 11. serventes ; 12. almoxarifado ; 13. biblioteca ; 14. sala dos professores; 15. sala de espera ; 16. arquivo ; 17. diretoria ; 18. secretaria ; 19. recreio coberto ; 20. palco ; 21. sanitário feminino ; 22. sanitário masculino e 23. depósito.Fonte: Ferreira; Mello, 2006.[109]

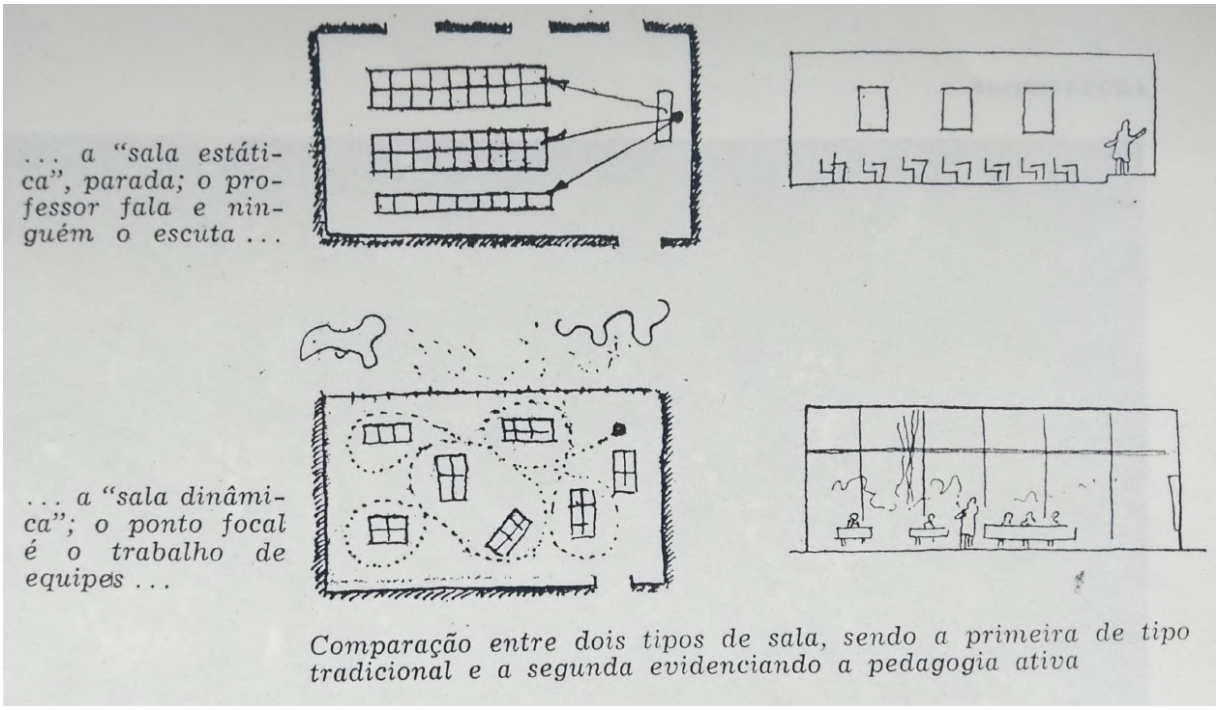
Entre 1949 e 1958 o Convênio Escolar realizou "70 edifícios para escolas, 500 galpões provisórios, 30 bibliotecas populares, 90 'recantos infantis' e 20 ''parques infantis'".[110] O novo prédio para a EE Prudente de Moraes é uma dessas

[108] Duarte, *As arquiteturas do Convênio Escolar*, 1951: p.11.
[109] Ferreira; Mello, *Arquitetura escolar paulista,* 2006.
[110] Caldeira, *Arquitetura para educação,* 2005: p. 70-71.

escolas, sendo uma das primeiras e tendo sido realizado sem o bloco posterior de salas e pátio inicialmente projetados.[111] Ao compará-lo com os espaços da política educacional da Primeira República é possível perceber alguns novos espaços num edifício escolar, a exemplo da assistente social, do palco e da biblioteca.

Seguindo a análise do projeto da Escola Modelo da Luz e desse GE Prudente de Moraes em paralelo, nota-se continuidades entre os dois espaços e políticas educacionais. São casos como o espaço para atendimento dentário ou a forte presença, no espaço escolar, das salas de aula que se vinculam ao modelo seriado, com divisão discente-docente e com tamanhos semelhantes - ainda que abrindo a possibilidade de serem organizadas de forma distinta, como se percebe mais na mobilização dos discursos associados à essa transformação.

Imagem 17 - Comparativo entre as salas de aula em cada modelo, tanto em termos de suas dinâmicas e características construtivas.



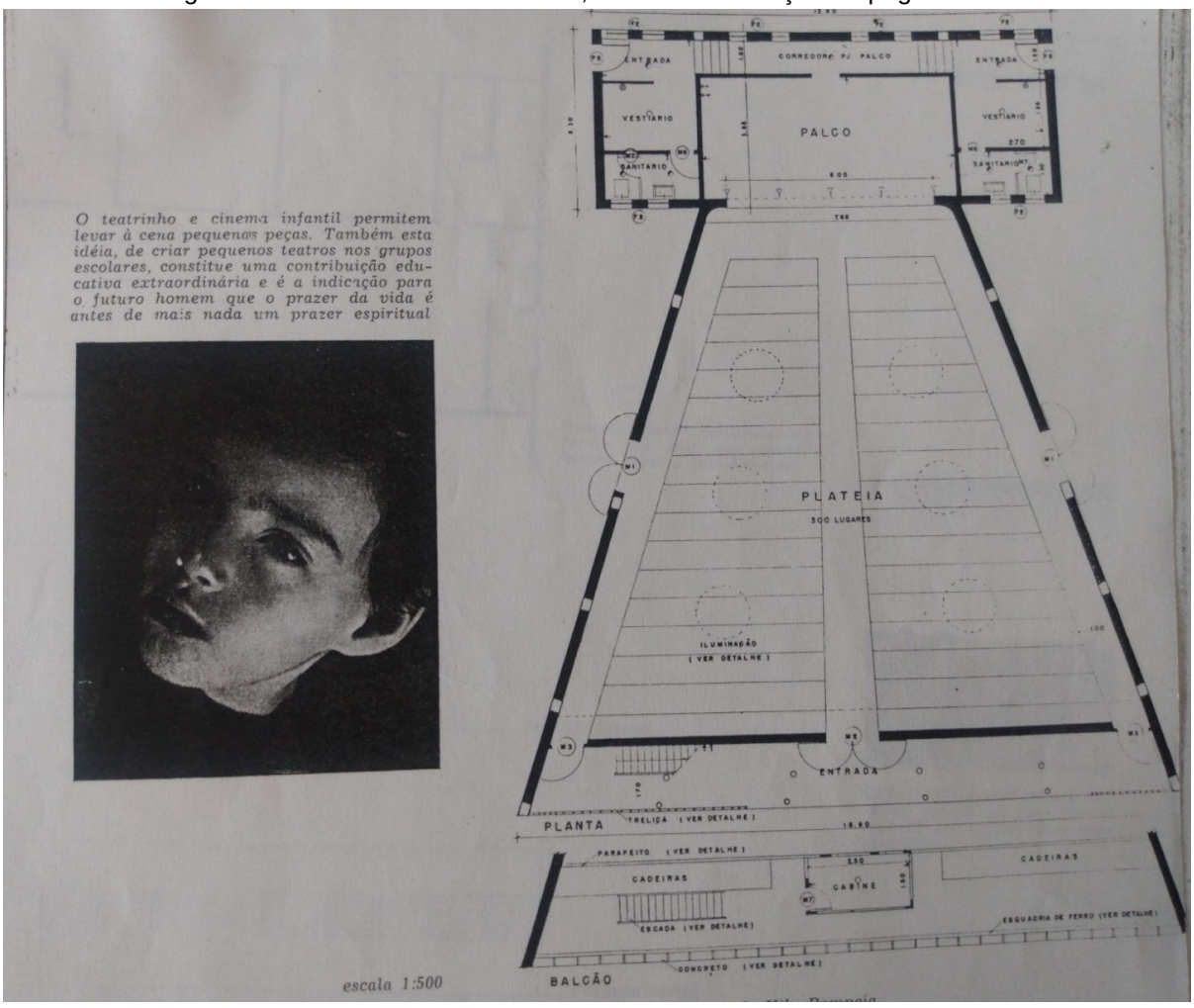
Fonte: Duarte, 1951.[112]

É possível entender essas transformações ao analisar o discurso arquitetônico que se relacionava com a construção desses espaços escolares. A ruptura parcial com o modelo educacional anterior se dá, marcadamente, a partir da

[111] Fiammenghi, *Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais,* 2021: p. 22.
[112] Duarte, *O problema escolar e a arquitetura*, 1951: p.6.

perspectiva voltada à criança, incentivando um processo de contato com o mundo e autonomia no processo de aprendizado. Isso justificaria mudanças em estruturas já presentes no modelo anterior, como um maior destaque a palcos e teatros, onde se fortaleceria “a indicação para o futuro homem que o prazer da vida é antes de mais nada um prazer espiritual”.[113]

Imagem 18 - trecho da revista Habitat, onde está a citação da página anterior.



Nesta página se percebe uma expressiva foto de criança, com a justaposição da imagem e texto à planta de um dos espaços projetados, sugerindo que aquele espaço concretizaria essa possibilidade. Fonte: Duarte, 1951.[114]

À criação infantil, premissa da pedagogia escolanovista, junta-se o entendimento que a interação com a natureza seria um elemento também a ser incorporado no projeto, com esta última sendo percebida como “amiga, mensageira

[113] Duarte, *As arquiteturas do Convênio Escolar*, 1951: p. 16.

[114] Idem.

de visões amplas de generosidade, de sentimentos de alegria"[115] e tendo "enorme valor de realidade, de poesia, de base de nossa vida".[116] Assim se compreende uma convivência com jardins e maiores janelas nas salas, procurando aguçar a criatividade e providenciar esse contato. Outra interface com a possibilidade criativa infantil na construção do espaço é a redefinição do que deveriam ser os museus escolares.[117]

Nesses escritos de Duarte de 1951 transparecem as preocupações com o cenário complexo de crianças sem escolas naquele momento, e de como deveriam ser aplicadas as verbas, além da necessidade de um diálogo com uma política educacional de forma mais ampla, a exemplo da formação de corpo docente que operasse essas mudanças em suas aulas e atividades. É uma preocupação também presente no processo de execução das edificações, como aponta o arquiteto Mário Caldeira, em que foram priorizadas alternativas de menor custo de execução.[118]

A expansão de edificações escolares realizada pelo Convênio foi debatida na imprensa da década de 1950, com a EE Prudente de Moraes tendo certo destaque nesse contexto. Isso se depreende a partir de reportagens, como a de 1951 que levantou questões sobre o planejamento do Convênio, que teria produzido salas sem haver demanda para tanto, com a EE Prudente de Moraes sendo utilizada como exemplo de menor necessidade do que aquela que havia sido construída.[119] Porém, alguns anos depois é possível observar reportagens que indicam a superlotação de grupos escolares, em 1955, também usando a EE Prudente de Moraes como exemplo.[120]

De forma geral, os processos de criação desses dois primeiros prédios da EE Prudente de Moraes, assim como a teia de relações em que os mesmos se inseriram, permitem perceber que o atual distrito do Bom Retiro foi um dos espaços dessas políticas de implantação de equipamentos educacionais, primeiro numa perspectiva monumental, no final do século XIX e, após, na ação de expansão mais

[115] Duarte, ibidem: p. 17.
[116] Duarte, *O problema escolar e a arquitetura*, 1951: p.7.
[117] Idem.
[118] Caldeira, *Arquitetura para educação,* 2005: p. 76-77.
[119] Correio Paulistano, *As autoridades de ensino não souberam prever o crescimento da cidade,* 1951.
[120] Correio Paulistano, *Superlotados os grupos escolares*, 1955.

ampla nos anos 1940 e 1950. Assim, esses diversos projetos foram sendo seguidamente implantados, paulatinamente transformando o distrito do Bom Retiro, principalmente a partir da década de 1870.

patrimônio e modernidades

Em meio às propostas de transformação da realidade, as primeiras décadas do século XX igualmente são permeadas pela discussão de como estruturar iniciativas que protegessem referências culturais consideradas como relevantes à época, como a criação do Museu Histórico Nacional em 1922, a movimentação intelectual em torno de Ouro Preto, transformada em monumento nacional por lei em 1933, ou a criação de algumas inspetorias estaduais de monumentos históricos no final da década de 1920.[121]

No atual distrito do Bom Retiro é possível observar reflexos desses processos de patrimonialização e suas relações com as dinâmicas de transformação que atuavam nesse local, o que permite a compreensão de desdobramentos posteriores. Uma chave para tanto é ler os embates em relação à arquitetura do movimento moderno a partir dos órgãos estatais de preservação, especialmente interessante para compreender a produção da arquitetura escolar do movimento moderno a qual se liga a EE Prudente de Moraes.

No final dos anos 1930, em meio às disputas pela legitimidade do que seria a moderna produção arquitetônica, ligada ao que são conhecidos hoje como o movimento moderno e neocoloniais,[122] a literatura especializada aponta para um esforço de construção, através da historiografia, de uma arquitetura que fosse identificável como brasileira. Esse movimento tem Lúcio Costa como um ator relevante, que simultaneamente atua na consolidação de uma nova linguagem

[121] Magalhães, *A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937),* 2017.
[122] Pinheiro, *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil,* 2011.

arquitetônica e no reconhecimento dos bens que fariam parte do patrimônio histórico e artístico de um projeto nacional.

Na vertente mais diretamente relacionada com os aspectos de ensino e projeto do campo da arquitetura, Costa desenvolve um trabalho destacado a partir do começo dos anos 1930, a exemplo da interrompida experiência ligada à revisão da forma de ensino na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, e como articulador e projetista ligado à criação do edifício do Ministério da Educação e Saúde, também no Rio de Janeiro. A partir de meados dessa década, com a sua participação no IPHAN, Costa passa a ter um papel de construção de uma narrativa de legitimação de uma moderna arquitetura. Aspecto central dessa operação é o estabelecimento de uma continuidade com um passado considerado autenticamente brasileiro, inserido em uma chave lógica de cronologia cultural eurocêntrica, fortalecendo a produção da arquitetura moderna do grupo do qual Costa era figura essencial.[123]

Essa narrativa historiográfica, firmada especialmente nas publicações especializadas do IPHAN e em diálogo com diversos outros intelectuais da época, como Gilberto Freyre,[124] se consolida ao longo da década de 1930 e é retomada por diversas publicações que definem a hegemonia da historiografia de uma arquitetura brasileira, tais como a exposição *Brazil Builds* e *Modern Architecture in Brazil*, respectivamente de 1943 e 1956. Esse conjunto de análises confere reconhecimento internacional, o que legitima uma tendência desse movimento moderno na arquitetura, para a qual Oscar Niemeyer seria o gênio equivalente à Aleijadinho.[125] Isso retroalimenta a atuação do IPHAN em relação a essa produção arquitetônica, onde Costa dirigiu a Divisão de Estudos de Tombamento entre o final da década de 1940 e 1960.[126]

Conforme a bibliografia aponta, a partir desses tombamentos da arquitetura do movimento moderno efetuados no período indicado, é possível perceber uma atuação do órgão de preservação no sentido de proteger especificamente parte dessa produção. Assim se evitariam riscos proporcionados por discordâncias que

[123] Chuva, *Fundando a nação*, 2003: p. 313-318.
[124] Ibidem: p. 322-327.
[125] Martins, *"Há algo de irracional..."*, 2010: p. 144-145.
[126] Nascimento, *Blocos de Memória,* 2016: cap. 2.

colocavam em xeque a narrativa já estabelecida de glorificação de uma moderna arquitetura brasileira, como os casos da não ocupação da Igreja São Francisco de Assis em Belo Horizonte ou a possibilidade de alteração do Aterro do Flamengo. Complementarmente, o tombamento também reiteraria o valor de exemplares dessa historiografia tornada dominante, como o edifício do Ministério da Educação e Saúde e do Catetinho, primeira edificação de Brasília.[127]

Nesse momento, se tornam patrimônio da nação diversos tipos de bens, dentre os quais aqueles caracterizados como elementos de um passado colonial, assim como parte da produção de um grupo específico de arquitetos no movimento moderno. As ações que reconheceram estes últimos se ligam a uma legitimação dos mesmos dentro do contexto de disputas mais amplo da sociedade, operando dentro de uma narrativa que descartava a relevância de outros pontos de início, como Gregori Warchavchik e Flávio de Carvalho, ou a importância de entendimento mais espraiado da arquitetura do movimento moderno.[128] Igualmente é relevante a recusa, efetuada por Costa e pelo IPHAN, ao reconhecimento das produções ligadas ao eclético como parte do patrimônio cultural da nação.[129]

Em suma, obras recém-concluídas de um grupo do movimento moderno na arquitetura, já estabelecidas como parte da historiografia, preventivamente tornavam-se patrimônio pela ação do órgão nacional responsável, ao mesmo tempo em que se ignoravam produções ligadas a outras vertentes desse pensamento arquitetônico, como a habitação social ligada aos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Ou, ainda, o que foi feito no segundo momento do Convênio Escolar paulistano,[130] quando foi construído o novo prédio para a EE Prudente de Moraes, como visto. E isso mesmo em alguns casos nos quais a produção arquitetônica havia sido extensamente registrada e reconhecida internacionalmente já na época, como o Conjunto Residencial do Pedregulho.[131]

Para além dessas distintas valorações vinculadas à arquitetura do movimento moderno, a compreensão de um início de patrimonialização mais ampla na cidade

---

[127] Nascimento, *Blocos de Memórias,* 2016: cap. 2.
[128] Martins, *"Há algo de irracional..."*, 2010: p. 149-151.
[129] Nascimento, op.cit.: p. 106; 141-146.
[130] Martins, op.cit.: p. 158-159.
[131] Nascimento, op.cit., 2016.

de São Paulo pode ser feito a partir de um diálogo com Salvador. Como se sabe, Salvador também é uma cidade com passado colonial e com atuação de grupo de arquitetos do movimento moderno vinculados à educação, como o próprio Hélio Duarte, figura que se evidencia nos discursos ligados ao edifício da EE Prudente de Moraes. Porém, cabe compreender que, desde um primeiro momento de criação de um órgão nacional dedicado à preservação do que se considerava patrimônio, com o IPHAN, em 1937, a cidade de Salvador foi entendida como de maior valor como patrimônio da nação, com os desdobramentos desse reconhecimento impactando seus processos sociais. Assim, se fornece uma perspectiva comparativa para a análise da patrimonialização de São Paulo entre as décadas de 1930 a 1960.

A tabela abaixo serve como sistematização comparativa das ações do órgão nacional nessas escalas distintas, trazendo os períodos analisados e os livros de tombo nos quais o bem foi inscrito:

Tabela 1 - Comparação de ações de tombamento Salvador - São Paulo até 1960.

	Salvador			**São Paulo**	
Períodos	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico (exclusivamente)	Belas Artes	Histórico (exclusivamente)	Belas Artes
1937-1940		1	46 (7 também no histórico)	0	3 (2 também no histórico)
1941-1950		10	18 (12 também no histórico)	1	
1951-1960	8[132]	3	1	1	1

[132] Estes, segundo Sant'Anna (2017:p. 79), teriam sido feitos quando a cidade já se industrializava e se expandia, numa transformação da perspectiva pontual adotada anteriormente.

Elaboração do autor, dez/2019. Fonte: IPHAN.[133]

Ainda que esse simples comparativo numérico não sirva para compreender profundamente os impactos da restrição administrativa advinda do tombamento nas dinâmicas urbanas de cada cidade, facilitam entender o apontamento da arquiteta Márcia Sant'anna de que a região central de Salvador era influenciada pelas ações de tombamento, quantificando em torno de 50 bens tombados nessa parte da cidade. A concentração espacial e número de bens tombados teriam feito com que a preservação fosse questão levada em consideração, sendo obstáculo para novos projetos de modernização da região central soteropolitana e aprofundando um processo já existente de seu abandono por parte das elites.[134]

Parte dessa área central será observada novamente pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), em 1943, em que seriam preservados "apenas os monumentos e edifícios mais importantes, propondo-se a transformação de grande parte da malha viária e do tecido urbano antigo para a construção de uma Estação Central de Tráfego",[135] mas que acabou não sendo efetivado. O EPUCS foi desenvolvido por arquitetos ligados ao grupo de Lucio Costa, como Diógenes Rebouças, com diversos fluxos e trocas entre Salvador e Rio de Janeiro.[136]

Cabe ressaltar um aspecto ligado à legislação de zoneamento que derivou do planejamento daquele momento: em 1948 dividem-se zonas e em 1954 são estabelecidas diretrizes de ocupação, com gabaritos e outros parâmetros.[137] É nesse momento que se estabelece um conjunto de normativas, incluindo na área do Comércio da Cidade Baixa, que dentre outros efeitos impõe um limite de altura às edificações que lá poderiam ser construídas. Essas normas convergiam com construções existentes no local, inclusive as então mais recentes, da década de

[133] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Bens tombados e processos em andamento 2019 Maio*, 2019. Tanto Salvador quanto São Paulo tiveram um tombamento cancelado cada, que não foram contabilizados. Cada entrada é de um bem, normalmente na escala de uma edificação isolada, com exceção ao tombamentos inscritos no livro arqueológico, etnográfico e paisagístico, que compreendem 'conjuntos arquitetônicos e paisagísticos' diversos em Salvador.
[134] Sant'Anna, *A cidade-atração,* 2017.
[135] Sant'Anna, *A cidade-atração,* 2017: p. 79.
[136] Andrade Júnior, *Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951,* 2012.
[137] Ibidem: p. 164-173.

1930, e auxiliavam a percepção da separação entre cidade alta e baixa marcada pela encosta abrupta, preservando uma ambiência da parte baixa e também de aspectos da referência paisagística do conjunto efetivamente tombado.[138]

Dessa forma, na Salvador das décadas de 1930 a 1960 há ações em que se nota a atribuição de valor ao já existente, de forma sistemática, e que chega a estender-se por conjuntos urbanos, tanto pelo tombamento quanto por projetos urbanísticos. As duas frentes são operadas por um grupo próximo e é possível perceber que, em alguns momentos, há a atribuição da execução de projetos também devido a essa circulação.[139] É notável que a situação do bairro do Comércio seguiu com os mesmos parâmetros proposto pelo EPUCS por quase seis décadas, tendo sido objeto de tombamento específico pelo IPHAN discutido a partir de 2009 - e que foi motivado em parte pela perspectiva de aprovação de projetos de intervenção em desconformidade com as diretrizes técnicas que se utilizavam desde 1943.[140]

A valoração da historicidade se dá de forma distinta em São Paulo. Como visto, entre as décadas de 1930 a 1960 o órgão de preservação nacional reconheceu cinco bens na cidade, a saber: Coleções arqueológicas, etnográficas, artísticas e históricas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Igreja de São Miguel Paulista e Igreja de São Gonçalo, tombados em 1938 (este último cancelado posteriormente); o Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal, tombado em 1943; a Casa do Tatuapé, tombada em 1951; e Edifício da Casa Grande do Sítio dos Morrinhos ou Chácara de São Bento, tombada em 1948.[141]

Entre essas pioneiras ações de patrimonialização, está a primeira dentro do distrito do Bom Retiro - o tombamento do Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz (Mosteiro da Luz) em 1943 pelo IPHAN, que se inicia com um comunicado de julho de 1943 do então Superintendente Luiz Saia a Rodrigo Melo Franco de Andrade. O primeiro havia sido provocado pelo então diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que estava interessado na aquisição de terreno

[138] Pereira, *Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil*, 2021: p. 140-142.
[139] Andrade Júnior, *Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951,* 2012: p. 227.
[140] Processo de tombamento 1552-T-2008/IPHAN, fls. 2-4, dentre outras.
[141] Os nomes dos bens foram mantidos conforme tombados pelo IPHAN.

anexo e inquiriu Saia a respeito do ponto de vista do IPHAN sobre o edifício do Convento.

O procedimento administrativo de tombamento se deu em pouco mais de um mês a partir do primeiro contato registrado, tendo sido efetivado em agosto de 1943. As informações anexadas por Saia apresentam uma cronologia da edificação, por ele tratada como "único edifício paulistano realmente defensável do ponto de vista do Serviço", e se procede ao tombamento, sem maiores análises sobre a relação daquela edificação com a cidade de São Paulo ou com a unidade nacional representada pelo então órgão federal de patrimônio cultural, por exemplo. Também não se discute comparativamente com os outros bens já tombados no município - parte desses já observados em ações iniciais de inventário dessa seção regional do IPHAN com Mário de Andrade, nos quais o Mosteiro da Luz havia sido destacado pela "curiosidade dos seus dispositivos arquitetônicos, e pelo seu valor histórico".[142]

Ainda que a própria atuação anterior da Superintendência do órgão federal já tivesse minimamente apontado outra direção, ao retoricamente destacar o Mosteiro como exceção da cidade Saia sinaliza para uma visão da totalidade de São Paulo enquanto indigna de ser preservada, já que somente um único edifício efetivamente se prestaria a tal. Afasta-se a ideia, então, de uma política de identificação e reconhecimento de bens de uma área em conjunto, que o órgão já havia sido capaz de tatear, como visto em Salvador.[143]

De forma mais ampla, nesse momento é possível perceber que a atuação do IPHAN em São Paulo era pautada por uma hierarquia de critérios que priorizava aspectos entendidos como belos, artísticos ou estéticos de forma geral, mais relevante que um valor histórico, como colocava Mário de Andrade em 1937 ao diretor do IPHAN:

> E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos.

[142] Andrade, *Cartas de trabalho*, 1981: p. 81.
[143] A discussão do IPHAN em torno do reconhecimento mais ampliado, de áreas, especialmente em cidades, é longo debate e ainda vigente, como informa Pereira (2021: p. 24-26).

> Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais. Acha bom assim?[144]

Nos trabalhos iniciais de identificação do que seria o patrimônio cultural em São Paulo, por diversas vezes é feita uma comparação com outras regiões brasileiras, como Minas Gerais, sem necessariamente grandes distinções entre a área da capital e outras regiões paulistas, como se vê em carta de Mário de Andrade a Rodrigo Mello Franco de Andrade em junho de 1937: “S. Paulo não é como Minas que pode salvar grandezas de arte, e a rebusca aqui implica constantemente a saída das rodovias por verdadeiros trilhos de índio, mesmo aqui pelo arredor da capital. Talvez, aliás, principalmente aqui”.[145]

No mesmo ano, Mário de Andrade, responsável pelo IPHAN na região de São Paulo, também vê pouco valor ao que chama de arte tradicional paulista[146] e, em 1939, entende que não haveria na cidade edifício residencial

> que se conserve digno de atenção federal. Um serviço estadual, a meu ver, especioso, poderá tombar alguns prédios destes, porém será mais empecilho que guarda de tradição. (...) Edifícios tais, estão completamente deformados muitos, outros menos, têm interesse histórico mais estadual que nacional propriamente; quase nenhum, ou nenhum interesse artístico.[147]

Ações como as analisadas permitem apontar para uma construção de São Paulo - cidade e estado - como um espaço secundário na imagem nacional que se produzia a partir do que era definido como patrimônio. O parâmetro hierárquico é a beleza, reconhecida a partir de um olhar historiográfico estruturado a partir de ciclos econômicos,[148] entendendo a colonização enquanto processo de produção simbólica branca, portuguesa e cristã e acabando, assim, por reconhecer uma materialidade majoritariamente ligada a esses grupos.

Dentro do perímetro estudado do atual distrito do Bom Retiro, a área reconhecida pelo IPHAN como parte desse passado a ser preservado é composta

---

[144] Andrade, op.cit: p. 69.
[145] Andrade, *Cartas de trabalho*, 1981: p. 71.
[146] Ibidem: p. 75.
[147] Ibidem: p. 87-88.
[148] Chuva, *Os arquitetos da memória*, 2009.

isoladamente pelo Mosteiro, aproximando a ação do órgão de uma leitura monumental do que deveria ser preservado, já que não mencionam características do contexto em que se inseria o bem, tais como aspectos urbanos, alguma rede de relações sociais ou expressões culturais de forma mais ampla ligadas a essa parte da região central. Os vizinhos aparecem apenas como possíveis interferências no conjunto edificado que deve ser preservado, como o IPT ou a prefeitura, que cogita desapropriar parte da área para a construção de um grupo escolar em 1944.[149]

A área envoltória ou de entorno do Mosteiro da Luz é delimitada posteriormente, na década de 1960, balizada pela análise de um projeto de intervenção de autoria da instituição religiosa proprietária do edifício, se estende à quadra do Mosteiro, impedindo a verticalização apenas naquele pedaço, estabelecendo então o limite de 3 pavimentos. Novamente, se compreende qual a abrangência da atuação do IPHAN no perímetro recortado para esta pesquisa por meio da definição de contexto ao qual pertence o Mosteiro, sem sinalizar como significativa uma relação com o bairro. Nas narrativas patrimoniais, o Mosteiro segue isolado de tudo além do quarteirão onde está imediatamente localizado, no que é possível compreender como uma continuidade das políticas de definição de áreas de entorno do IPHAN em seu momento inicial, sem o uso de planejamento urbano e um entendimento de ambiência como definição da política para as áreas vizinhas ao bem tombado.[150]

Desta forma, sem construir uma narrativa de contexto ou bairro para o bem, o localizam - além de dentro da nação - num contexto mais amplo da cidade de São Paulo. Consequentemente, a área do atual distrito do Bom Retiro – exceto o Mosteiro, em que o *Patrimônio* atua - fica definida como espaço de normalidade das políticas urbanas daquele presente para o conjunto da cidade.

Num olhar mais amplo, é um período em que é possível ver diversos esforços da elite de transformar o espaço da cidade, com os chamados melhoramentos materiais do final do século XIX[151] ou, inclusive, com a construção de edifícios e

[149] Documento sem nome com no processo 1470/1944 do SPHAN, de 30 de setembro de 1944 – Processo 0325-T-1943/IPHAN.
[150] Melo, *Novos conceitos, velhas práticas na proteção de áreas de entorno de bens tombados federais*, 2016.
[151] Campos, *A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiaes,* 2007.

planejamento urbanístico adequados à vontade de modernização dos grupos sociais que geriam a cidade, especialmente desde as primeiras décadas do século XX na área central.[152] Cabe pontuar também que entre o final do século XIX e começo do XX, é notável o caso de edificações reconstruídas a mando de seus proprietários de forma a maximizar os lucros possíveis de serem auferidos a partir das mesmas, por vezes num período de apenas algumas décadas.[153] Complementarmente, outra iniciativa que impactou os aspectos materiais existentes da cidade foram políticas urbanísticas desenvolvidas a partir da década de 1930, quando começa a implantação do Plano de Avenidas, em que se pode observar uma continuidade na intenção do poder público de agir para a transformação de São Paulo, com novos trânsitos, espaços e edificações.[154]

Esse conjunto de mudanças são percebidas por diversos grupos, a exemplo do samba da Escola Lavapés sobre a troca de iluminação e transformações em São Paulo e no Rio de Janeiro,[155] ou no filme *São Paulo,* produção cinematográfica de 1943 incentivada pelos Estados Unidos que destaca diversas obras de Prestes Maia, como a então Biblioteca Municipal, a Ponte das Bandeiras e o Pacaembu.[156] Essa percepção de mudança também toca Mário de Andrade, já fora da chefia da seção regional do IPHAN, mas ainda exercitando um olhar patrimonial em carta a Rodrigo Mello de Franco Andrade de 1942:

> Em nova visita de estudos à Ordem Terceira do Carmo, desta Capital, mais uma vez me convenci da importância das suas pinturas, principalmente dos seus tetos, sejam estas pinturas da autoria do padre Jesuíno ou não. Ora, com a remodelação urbanística fulminante que…. assola atualmente S. Paulo, a Ordem Terceira do Carmo parece destinada a desaparecer. Talvez sob o ponto de vista arquitetônico isto não seja um mal enorme. Mas encareço a V.Sª a urgência de tombamento de todas essas pintura, para que não se dê com elas o que aconteceu com os tetos da Ordem Primeira, destruídos com a destruição do convento.[157]

[152] D'Elboux, *Joseph-Antoine Bouvard no Brasil,* 2015: p. 226-246.
[153] Bueno, *Arqueologia da paisagem urbana*, 2016.
[154] Fontenele, Relações entre o traçado urbano e os edifícios modernos no centro de São Paulo, 2010: p. 45-54.
[155] Pereira, *Cartografias cruzadas,* 2018: p. 107-8.
[156] Ibidem: p. 119-120.
[157] Andrade, *Cartas de trabalho*, 1981: p. 152.

O atual distrito do Bom Retiro recebeu parte dessas obras associadas à modernização incentivada pela elite paulistana na virada do século XIX para o século XX, como a drenagem e retificação do rio Tietê. E, também, a avenida Tiradentes passando por obras de alargamento,[158] em relação às quais o responsável pelo Mosteiro da Luz registrou ter dialogado com a Prefeitura, antes de ser considerado patrimônio pelo IPHAN, e garantido não ter alterações no conjunto religioso.[159] Ainda que menos ligado diretamente aos planos urbanísticos municipais, também são notáveis as transformações nos espaços construídos no atual distrito do Bom Retiro, com grande fluxo de construções e reformas, vinculada à expansão da urbanização da cidade.[160]

De maneira geral, no caso das edificações e do tecido urbano da cidade, se vê um olhar que aferia pouco valor para o que já existia, como às edificações na região central da cidade. Procurando, num olhar para além do órgão federal de preservação, também é difícil observar iniciativas que atribuíssem valor ao anteriormente existente ou que propusessem a manutenção de alguma referência cultural. Um exemplo em que se vê algo do tipo são as narrativas literárias, mais ou menos próximas da historiografia da época, que consolidam uma identidade regional em torno da figura do bandeirante, usada como forma de legitimar os projetos de parte da elite paulista. O passado surge na categoria criada para essa elite que efetivamente pertenceria ao estado - “quatrocentões” - e também na retórica mobilizada ao longo dos conflituosos anos 1920 e 1930. Para além do trânsito de ideias, vê-se sua interferência em São Paulo especialmente na implantação de esculturas em espaços públicos, como o Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, disposto no Parque Ibirapuera na década de 1950.[161]

No distrito do Bom Retiro, em relação à produção simbólica de monumentos nesse período, vale trazer a criação do Monumento a Ramos de Azevedo, entregue em 1934 como homenagem ao arquiteto e empreendedor que havia falecido recentemente. Até a década de 1960, antes de sua mudança para a CIdade Universitária, no Butantã, o portentoso conjunto escultórico esteve localizado em

[158] Mangili, *Transformações e permanências no bairro do Bom Retiro, SP (1930-1954),* 2009: p. 61.
[159] Documentação anexa ao Processo 0325-T-1943/IPHAN - Superintendência Regional SP.
[160] Mangili, op. cit., 2009.
[161] Carmo, *Fisionomia urbana e bandeirantismo,* 2014.

frente à Pinacoteca do Estado, na avenida Tiradentes[162] - uma glorificação de uma das figuras associadas com a transformação então recente da região, que havia projetado o edifício do Liceu de Artes e Ofícios/Pinacoteca, da primeira edificação da EE Prudente de Moraes, e da Escola Politécnica.

A obra escultórica é de autoria de Galileo Emendabili, que posteriormente seria responsável pela execução do Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, localizado em frente ao Parque do Ibirapuera.[163] Portanto, o atual distrito do Bom Retiro vê nesse momento uma busca por marcar uma narrativa heroica no espaço urbano que, apesar de não glorificar as mesmas figuras, é simbolicamente próxima à exaltação das bandeiras que ocorria naquele período.

Imagem 19 - Avenida Tiradentes em 1952, com a Pinacoteca do Estado em primeiro plano à esquerda, a Igreja de São Cristovão, e o Monumento a Ramos de Azevedo mais ao centro.



Crédito: Sebastião de Assis Ferreira.[164]

[162] Cesar, *Área da Luz,* 1977.
[163] Enciclopédia Itaú Cultural, *Monumento Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932*, 2022.
[164] Número de tombo DC/0000181/F do Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

CAPÍTULO 2

leituras de um urbano: dos 1960 aos 1980

expande-se o patrimônio

A parte de São Paulo que hoje corresponde à área do distrito do Bom Retiro será observada de formas diversas a partir da década de 1960, assim como a edificação para a qual a EE Prudente de Moraes havia se mudado em 1950. Entre os fatores que provocaram esses novos olhares está a discussão internacional, dentro do campo do patrimônio, sobre a necessidade de compreender o valor cultural além de recortes monumentalizantes e grandiosos. Desse processo, é significativa a redação do artigo 1º da Carta de Veneza, de 1964:

> A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.[165]

Assim, no debate do campo patrimonial fortalece-se a possibilidade de considerar enquanto bens objetos portadores de outros valores que não a monumentalidade, ainda que o texto das cartas os coloquem como inferiores aos paradigmas anteriormente existentes, conforme aponta a arqueóloga Laurajane Smith.[166] Assim, esses elementos ganham importância por serem mobilizados e significados num contexto mais amplo da sociedade, assumindo um papel fundamental no processo de reformulação do arcabouço teórico e das práticas do campo do patrimônio, tanto no Brasil quanto globalmente.[167]

Cabe considerar também que é um período em que há uma série de mudanças no contexto brasileiro das políticas culturais do Estado, na década de 1970, trazendo uma regionalização e a reconfiguração de uma elite

[165] Iphan, “Carta de Veneza”, 1964.
[166] Smith, *Uses of heritage*, 2006: p. 90.
[167] Nascimento, *Blocos de memória*s, 2016.

intelectual-burocrática que opera um conjunto de iniciativas nesse campo. Essas políticas públicas passam por uma reformulação dos setores nacionais envolvidos em ações como os Encontros de Governadores em 1970 e 1971, com uma participação e direcionamento maior de iniciativas nas regiões Norte e, notadamente, Nordeste, envolvendo as elites intelectuais e grupos empresariais específicos, o que é lido como um certo degelo do regime militar ao campo artístico e intelectual.[168]

Mais especificamente no campo do patrimônio cultural, a figura de Renato Soeiro surge como central, assumindo a direção do IPHAN e participando de outros cargos relevantes na estrutura burocrática de então. No período, se percebe o estabelecimento de um vínculo forte entre políticas culturais, a agenda desenvolvimentista e o turismo, além de um sistemático incentivo à criação e atuação de órgãos locais de patrimônio, com o Conselho do IPHAN indicando que seria responsabilidade local a preservação de determinados bens.[169] No panorama nacional, uma iniciativa chave desse momento é o Programa Cidades Históricas, que ocorre na década de 1970, focado inicialmente na região Nordeste, pensado para dinamizar o desenvolvimento econômico como estratégia de sustentabilidade do patrimônio cultural dentro de uma agenda integrada do governo da ditadura militar.

Desses movimentos, cabe ressaltar a operação de dois conceitos na estruturação da agenda da preservação e do debate mais amplo relacionado às cidades naquele momento: um é o turismo, visto a partir dos anos 1960 pelos especialistas do patrimônio como possibilidade de incentivar economicamente a preservação de edificações, abordagem que convergia com vigor em direção a uma agenda econômica de desenvolvimento nacional, especialmente em países menos desenvolvidos. O outro é uma abordagem em conjunto com o planejamento urbano, com a percepção da relevância de edificações além dos monumentos, e uma proposta de intervenções em sítios históricos urbanos considerados degradados por meio de ações ligadas ao campo da política cultural. A bibliografia aponta para a

[168] Chuva; Lavinas, *Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970*, 2016.
[169] Idem.

complexidade dessas propostas, indicando que tais ações não encararam questões estruturais dos processos urbanos do período, por exemplo.[170]

A Carta de Veneza, a relação com o desenvolvimento econômico, o turismo e o olhar para o urbano também estão inseridas em discussões do campo de especialistas que ocorrem ao longo das décadas de 1950 e 1970, que envolvem, por exemplo, a mobilização em torno da criação do conceito de patrimônio da humanidade; a construção de diversas cartas patrimoniais pela UNESCO, tratando dos temas já citados e de outros como paisagens; as diversas visitas e intercâmbios promovidos entre o órgão federal e a UNESCO; e a efetivação de uma legislação relativa à arqueologia em 1961.[171]

Por não estar situada na centralidade do processo de patrimonialização operado inicialmente pelo IPHAN nas décadas de 1930 a 1960, como visto anteriormente em relação à atribuição de valor e às dinâmicas que atuam na cidade, é compreensível a pouca intersecção de São Paulo das ações do patrimônio naquele momento. Também é possível perceber uma certa distância da cidade de São Paulo das premissas e possibilidades do turismo cultural então idealizado nacionalmente, que ganha relevância por ser visto como a principal forma de intervenção em cidades ou áreas centrais consideradas relevantes mas estagnadas ou degradadas.

É uma situação distinta daquela de Salvador, por exemplo, cuja área central já havia passado por alguns processos de patrimonialização de forma sistemática, conduzidas pelo órgão federal, o que impediu transformações mais drásticas na região, além da mudança da elite econômica de suas edificações desde o fim do século XIX, como visto anteriormente. No final dos anos 1960 e 1970, há a formação da figura “Salvador - Bahia” como um produto turístico idealizado pela ação estatal, se relacionando com projetos de intervenção urbana para a área central realizados no contexto do PCH e também ao longo dos anos 1990, como o do Pelourinho.[172]

---

[170] Chuva; Lavinas, idem, 2016; Sant’anna, *A herança do PCH,* 2016.
[171] Leal, *Patrimônio e desenvolvimento,* 2016.
[172] Sant’anna, *A cidade-atração*, 2017.

É em 1969 que ocorre uma das mudanças que trará impacto significativo no campo do patrimônio na cidade de São Paulo, com a regulamentação e operação do órgão estadual de patrimônio, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).[173] A ação pode ser entendida, inicialmente, como em consonância com a ausência de valor nacional para a cidade e o estado, juntando-se à política de regionalização adotada pelo órgão federal de patrimônio que marca a gestão de Renato Soeiro, num momento que se criam diversos órgãos regionais de preservação,[174] como o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, em 1967.[175]

O surgimento do órgão paulista é relacionado com a vontade das elites locais de representação da identidade bandeirante, que entende que estaria com pouca presença em âmbito nacional, atuando com um discurso de preservação e defesa de um patrimônio, que "desaparecia dia a dia em mãos ignorantes, de interesses particulares e acima de tudo dos que desconhecem o que é brasilidade".[176] Os conceitos mobilizados permitem outra aproximação com os discursos da chamada retórica da perda, em que a ação dos órgãos de patrimônio é positivada e percebida como civilizatória em comparação com as transformações que ocorriam a partir de outros agentes sociais.[177]

Um dos exemplos dessa articulação intelectual é visível no artigo 'Sôbre o patrimônio de cultura', de Nestor Goulart Reis Filho, publicado originalmente no Estado de São Paulo em julho de 1969[178] e republicado em seu livro 'Quadro da Arquitetura no Brasil', de 1970. No texto, o arquiteto discute a política patrimonial que era executada pelo IPHAN, identificando-a como majoritariamente ligada à Bahia, Pernambuco e Minas Gerais e, dessa forma, "número muito grande de edifícios e obras artísticas em geral, de grande importância regional mas de valor relativo no plano nacional é condenado ao abandono, à destruição ou à

[173] Prata, *Patrimônio Cultural e Cidade*, 2009.
[174] Chuva, Lavinas, *Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970*, 2016: p. 88.
[175] Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, *Institucional,* 2022.
[176] Falkenberg, 1971, apud Rodrigues, *Imagens do Passado*, 2000: p. 27.
[177] Gonçalves, J.R., *O mal-estar no patrimônio,* 2015.
[178] Reis Filho, *Sôbre o patrimônio de cultura,* 1969.

descaracterização".[179] As iniciativas de proteção estaduais são louvadas pelo arquiteto no texto, que reafirma a historicidade de São Paulo a partir de sua trajetória como cidade colonial, retomando "festas populares bem marcadas, que incluíam, até por volta da década de 1940, um animado carnaval de rua, alegres festas juninas e as intermináveis e tradicionais serenatas, infelizmente proibidas", assim como sendo um estado com "apreciáveis tradições de cultura popular e erudita".

Diversos elementos culturalmente significativos, tanto na capital quanto no restante do estado, são listados pelo arquiteto - das quais parte já haviam sido estudados ou patrimonializados à época, notando também uma edificação que seria demolida após a veiculação original do texto em 1969[180] - o que justificaria a inclusão de São Paulo na narrativa patrimonial nacional. Essas características se juntariam à necessidade da cidade de orientar seu processo de desenvolvimento e expansão, integrando a população migrante recente e as conexões estaduais paulistas. Assim, São Paulo, de pujança intelectual, populacional e financeira marcada ao longo do texto, poderia se equiparar a cidades referenciais num turismo interessante economicamente, como Londres, Paris, Rio de Janeiro, Nova Iorque, Buenos Aires e Roma.[181]

Consolidado seu processo de implantação, o CONDEPHAAT operará de forma marcante a partir dos anos 1970. O distrito do Bom Retiro passará por uma de suas ações, a primeira patrimonialização após o tombamento de 1943 do Mosteiro da Luz pelo IPHAN: a abertura de processo de tombamento no CONDEPHAAT do quartel da Luz em 1969, atualmente ocupado pela Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (ROTA), que em 1972 é tombado como 'monumento histórico',[182] reconhecido fora de uma iniciativa mais sistemática e com pouco detalhamento sobre qual seria a relevância enquanto bem.

A atuação dos primeiros anos desse Conselho tem um caráter mais pontual, sem estar acompanhada ou relacionada a outros tombamentos ou estudos sistematizados, no que a historiadora Marly Rodrigues aponta como um período de

---

[179] Idem.
[180] Reis Filho, *Quadro da Arquitetura no Brasil,* 2000 [1970]: p. 201.
[181] Reis Filho, *Sôbre o patrimônio de cultura,* 1969.
[182] Processo 15268/69 – CONDEPHAAT.

relativa ineficiência desse Conselho, em que ainda se formulavam conceitos e procedimentos. Também indica que a patrimonialização, quando feita, tem certa continuidade do arcabouço teórico operado pelo IPHAN, tombando bens de acordo com uma percepção "cultural erudita e das elites",[183] e com uma abertura para uma ação mais individualizada de cada Conselheiro,[184] suprindo uma lacuna do que esses agentes consideravam necessário preservar.

A criação do CONDEPHAAT, como visto, pode ser situada nesse cenário de reforma administrativa e reorganização da estrutura da burocracia estadual, no qual se aponta a permeabilidade de canais de decisão para certos grupos que, na ausência de uma política de governo definida anteriormente, efetivamente implementam uma legislação adequada para o funcionamento de um órgão específico de patrimônio. Também é um momento em que se criam diversas instituições relacionadas às políticas culturais paulistas entre 1967 e 1970, como os Museus da Imagem, do Som, da Casa Brasileira e a Fundação Padre Anchieta, por exemplo,[185] num processo distinto da criação dos chamados Museus Históricos e Pedagógicos, espalhados pelo estado de São Paulo a partir dos anos 1950 .[186]

O atual distrito do Bom Retiro começa a ser tocado de forma mais enfática por esse processo de reconfiguração da política estadual de cultural nos anos 1970 com a constituição do Museu de Arte Sacra, formado principalmente a partir do acervo da Cúria Metropolitana, anteriormente localizado na praça Clóvis Bevilacqua, e que foi deslocado com as obras do Metrô naquele local.[187] O processo de negociação para a criação do Museu e instalação no Mosteiro da Luz contou com a participação de figuras-chave do governo estadual da época e de figuras como Luís Saia, responsável pela seção do IPHAN em São Paulo, culminando com a assinatura do decreto de criação em 1969.[188] No ano seguinte, há o restauro do

[183] Rodrigues, *Passados 50 anos...*, 2019: p. 36.
[184] Rodrigues, *Imagens do Passado*, 2000: p. 41-57.
[185] Ibidem: p. 27-38.
[186] Guerra, *O Projeto de Ernani Silva Bruno,* 2015: p. 38-39.
[187] Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, Resposta ao E-SIC 432032020875. Mensagem eletrônica.
[188] Paixão, *Museu de arte sacra,* 1987: p. 58.

muro do Mosteiro voltado para a avenida Tiradentes, capitaneado pelo IPHAN,[189] assim como a efetiva instalação do Museu em questão.[190]

A articulação em torno do Museu de Arte Sacra, incluindo sua instalação no único bem patrimonializado pelo IPHAN na região naquele momento, acaba evidenciando uma confluência entre as ações estaduais e federais, que fomentam uma política cultural de reconhecimento e difusão de objetos ligado ao catolicismo, mesmo complexo simbólico que já havia sido percebido pelo órgão de preservação federal na década de 1940, como visto. Segue também sendo um olhar relativamente isolado das dinâmicas do distrito do Bom Retiro de forma mais ampla, com o Mosteiro surgindo mais como um local possível de realocação de um acervo previamente existente, e numa ação mais isolada de outras políticas de reconhecimento simbólica dessa parte da região central.

O trânsito dos atores do campo do patrimônio, visto na gênese do Museu de Arte Sacra, também pode ser percebido na criação de cursos de especialização vinculados ao campo da arquitetura, outra das atividades inseridas no contexto de regionalização da política federal de cultura a partir do final da década de 1960.[191] O primeiro curso foi ministrado em 1974, em São Paulo, sendo um incentivo à formação de arquitetos em temas do patrimônio histórico e artístico nacional - até então temática tratada de forma dispersa, e que será incluída no currículo mínimo dos cursos de arquitetura em 1994. Com tratativas para a realização se estendendo desde o fim da década de 1960, o curso de 1974 foi impulsionado definitivamente pelo Encontro de Governadores, evento apontado como essencial para a realização do curso na FAUUSP. Este é efetivado através da realização de um convênio entre ministério e secretaria, e proporciona a articulação de atores já consolidados e também de então iniciantes do patrimônio paulista.[192]

Cabe ressaltar as reflexões teóricas relacionadas ao curso, os atores envolvidos em sua realização, e as perspectivas de atuação que se possibilitaram no campo do patrimônio. O curso de 1974 é mencionado como tendo um papel

---

[189] Documentação anexa ao Processo 0325-T-1943/IPHAN - Superintendência Regional SP.

[190] Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, Resposta ao E-SIC 432032020875. Mensagem eletrônica.

[191] Nascimento, *Formar e questionar?*, 2016. No mesmo texto se menciona a presença de Luis Saia.

[192] Idem.

central na reconfiguração do campo do patrimônio em São Paulo, sendo especialmente relembrados os debates conceituais apresentados a arquitetos que já tinham atuação na área. São exemplos aqueles em que houve a participação de Ulpiano Bezerra de Meneses, aos quais é relacionada a reformulação do debate de patrimônio alinhado às tendências internacionais, com o campo propondo uma integração a uma concepção de cultura que entendia a presença humana e buscava uma 'satisfação de necessidades'.[193]

É notável a presença de diversos atores do campo do patrimônio no curso, em diálogo com o conhecimento já estabelecido no país: o diretor do IPHAN à época, Renato Soeiro, passando por diversas figuras relevantes do corpo técnico daquele órgão, tais como Augusto da Silva Telles e Luiz Saia, e estrangeiros que haviam sido relevantes consultores da UNESCO na década de 1960 e 1970 no Brasil, como Hugues de Varine-Bohan, Michel Parent e Alfredo Viana de Lima. Não menos importante para o debate em questão é a presença de Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos e Murilo Marx,[194] profissionais ligados à FAU-USP e que terão atuação marcada no campo do patrimônio em São Paulo ao longo do século XX.[195] A presença desses agentes nesse momento permite compreender os intercâmbios entre os profissionais, e reforçar a existência de um campo do patrimônio que se movimentava transversalmente às instituições. Também se percebe a correlação entre o campo arquitetônico e a atuação dos órgãos de patrimônio, como indica a bibliografia que tratou da questão de forma aprofundada.[196]

Em relação ao pensamento de patrimonialização, a reconfiguração conceitual apresentada no curso de 1974 estabelecia o conceito de 'patrimônio cultural' como constituído por diversos aspectos, entendendo

---

[193] Andrade, *O patrimônio da cidade,* 2012; Nascimento, op. cit., 2016: p. 217.

[194] Nascimento, *Formar e questionar?*, 2016.

[195] Ainda que fora do objetivo deste texto, gostaria de apontar a possível troca para além do campo do patrimônio mais restrito, como se infere da presença de Thereza Katinsky no curso (Nascimento, idem, 2016: p. 216), profissional que trabalhará no Departamento de Obras Públicas do governo estadual, participando inclusive da elaboração de laudos, ao exemplo do caso do desabamento de parede da Igreja de São Cristóvão visto mais à frente.

[196] Entre outras, ver Chuva, *Os arquitetos da memória*., 2009; Nascimento, *Blocos de memórias*, 2016.

> elementos indissociáveis: o “patrimônio ambiental”: a natureza, o meio ambiente, “o quadro natural e o homem, e o quadro feito pelo homem”; o “patrimônio intangível”: o conhecimento, o saber fazer, costumes, crenças; e por fim, os “bens culturais”:“que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer”.[197]

É apontado que se tratou, no curso, da questão dos critérios a configurar esse patrimônio, que

> deveriam partir dos anseios, das necessidades locais, a partir do entendimento do “quadro geográfico cultural humano, histórico, preciso, é então nesta cultura que devemos estabelecer critérios”. A segunda razão, foi porque ele entedia [sic] que quem deveria responder às questões do patrimônio, era a própria comunidade local, e assim, devolveu a pergunta aos alunos: “Porque vocês querem conservar o patrimônio? Se puderem responder a essa questão, neste momento podemos então estabelecer juntos os critérios”.[198]

O início da década de 1970 em São Paulo, portanto, vê o debate do campo do patrimônio iniciar alguma expansão conceitual além da monumentalidade, assim como numa ampliação das narrativas historiográficas e dos agentes institucionais no país responsáveis - por vezes com atores e pensamentos confluindo em diversos locais institucionais.

um plano revisitando a Luz

Vale ressaltar que essas discussões ocorrem num momento em que, pensando nas dinâmicas sociais mais ligadas à São Paulo como cidade, o chamado *centro histórico* de São Paulo ainda correspondia ao principal polo econômico e simbólico da cidade. A partir dos anos 1970, essa centralidade se desloca paulatinamente para a região da Avenida Paulista, associada à mudança de empresas e investimentos para esse espaço, o que reconfigura as disputas em

[197] Andrade, *O patrimônio da cidade*, 2012: p. 53.
[198] Idem.

torno da área central da cidade mais profundamente nos anos 1990. A alteração de ocupação de uma área percebida anteriormente como parte do centro econômico, habitado e frequentado pela elite, fortalece um sentimento de *decadência* ou *abandono,* que fomenta a realização de planos com propostas de *revitalizações, requalificações* ou *reabilitações.*[199] Em meio a esse momento da cidade, o distrito do Bom Retiro passava por transformações, como as observadas na transferência da Faculdade de Odontologia e Farmácia e das atividades da Escola Politécnica para a Cidade Universitária, no Butantã, e a criação da Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza. Também é notável uma verticalização residencial de médio/alto padrão na parte mais próxima à Luz.[200]

É dentro do rearranjo da circulação de ideias, agentes e instituições políticas relacionadas à cultura e a ação de preservação de um passado, que se inserem as próximas ações de patrimonialização na região estudada. Essas se darão a partir de 1975 através de uma listagem definida em lei de zoneamento, e sendo as primeiras que a observam como um conjunto. Seu ponto de partida foram estudos comissionados pela Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo (COGEP), dentro da perspectiva de planejamento das transformações urbanas da cidade na lei municipal de zoneamento de 1972, para trabalhar as Z8, tipo de zonas de uso especial cuja regulamentação estava em aberto.

Para compreender as visões que perceberam o distrito do Bom Retiro, são mais relevantes dois dos desdobramentos dessa ordenação territorial. Um é o momento da criação das Z8-200, inicialmente em 1975, em estudos mais abrangentes da cidade. E o outro está relacionado com o estudo da *Área da Luz,* chamada assim a partir da definição da lei de zoneamento de 1972 de parte do distrito do Bom Retiro como uma das Z8,[201] as zonas especiais que passariam por um levantamento prévio. O estudo comissionado pela COGEP levará à criação de uma legislação complementar em 1978, que incluiu o enquadramento de novas áreas como Z8-200 e a regulamentação urbanística mais ampla da área, e é

[199] Frúgoli, *Centralidade em São Paulo*, 2000; Oliveira, *Do tombamento às reabilitações urbanas,* 2009: p. 71-73.

[200] Nascimento, *Edificações como documentos,* 2007.

[201] O termo, ainda que não presente na lei de 1972, que delimita seu perímetro sem maiores informações, se vê presente na Lei Municipal 8328 de 1975, de complementação do zoneamento, que menciona a Z8-007, da 'área da Luz'.

especialmente interessante para entender o reconhecimento de identidades territoriais na região, quando a forma como se leu a edificação da EE Prudente de Moraes será eloquente para compreender a movimentação teórica do campo do patrimônio.[202]

Entendo ambos os momentos - das leis de 1975 e a de 1978, vinculada ao estudo feito - como ações de patrimonialização, por mais que não efetuada por órgão de patrimônio cultural propriamente dito, já que se articula uma sobre-significação de identidades e regimes de temporalidade em objetos anteriormente existentes, criando restrições administrativas no tecido urbano de acordo com essa perspectiva específica. No caso das Z8-200, isso se observa na Lei Municipal 8.328/1975 que, complementando o zoneamento de 1972, define que essas seriam zonas de uso de 'imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação' e, no artigo 2º, detalha os procedimentos relacionados:

> Art. 2º: Na zona de uso Z8-200, o remembramento ou desdobro de lotes, as demolições, reformas, ampliações, reconstruções ou novas edificações ficam sujeitas à prévia autorização da Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes.
>
> § 1º Os pedidos referentes ao disposto neste artigo serão apreciados e decididos pela COGEP, no prazo de cento e oitenta (180) dias, a qual ouvirá, se necessário e para os fins de direito, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado.
>
> § 2º As normas para apreciação dos casos que se enquadrem neste artigo serão baixadas por atos do Executivo.[203]

Outro elemento possível de ser observado, no parágrafo 1º do artigo apontado acima, é a relação que se dispõe entre a atuação da COGEP e do CONDEPHAAT, em um momento que ainda não havia órgão municipal específico que tratasse do tema - com o DPH foi criado junto com reformulação da área cultural, em 1975, e com legislação de tombamento sendo efetivada apenas em

---

[202] Agradeço as ponderações sobre o processo de enquadramento das Z8-200 pós-1975 sistematizado em Tonasso, *Zonas de conflito?,* 2019: p. 91.
[203] São Paulo (cidade), Lei nº 8.328 de 2 de dezembro de 1975.

1985 - e de grande trânsito entre os órgãos de preservação e o pensamento urbanístico.[204]

Em 1975 ocorre a primeira das duas intervenções desse zoneamento que deram outra percepção à partes do atual distrito do Bom Retiro, as considerando como Z8-200 e tratadas distintamente. Essa inicial parte de um olhar sobre uma região maior e especificamente ligado ao patrimônio: o estudo “Lista dos bens culturais dignos para a preservação, no Centro de São Paulo’, tratado aqui como ‘Projeto Centro’, ao qual a literatura indica poucas mudanças entre o que foi apontado pelos arquitetos e o disposto pela legislação.[205]

Nesse estudo, o processo de seleção e atribuição de valor se inicia no final de 1974 pelo arquiteto Benedito Lima de Toledo que, chamado pelo então diretor da COGEP João Evangelista Rodrigues Leão, convida seu colega Carlos Lemos, também docente do Departamento de História da FAUUSP, para realizar esse trabalho em parceria.[206]

O procedimento de estudo para a listagem se deu dentro de um período de três meses, nos quais foram analisados pela equipe de Toledo e Lemos diversas edificações na área central, tendo em vista a discussão em torno do processo de planejamento, legislação, transformação e a ameaça de *degradação* da região central na primeira metade da década de 1970. A listagem entregue em 1975 traz diversas indicações de diretrizes urbanísticas, com o zoneamento sendo tratado como uma possibilidade de preservar de forma eficiente e em conjunto com os interesses políticos existentes,[207] operando diferentemente do arcabouço do tombamento.

O entendimento que aquele momento se debatia uma reconfiguração conceitual discutida em torno do que deveria ser considerado patrimônio, já introduzida anteriormente, permite a compreensão dos conceitos operados pelo estudo da equipe de Toledo e Lemos, que mobilizam diversas vezes o conceito de ‘patrimônio ambiental urbano’, propondo uma abordagem de patrimônio “para além

[204] Entrevista concedida por Paulo Bruna ao autor, em 9 de dezembro de 2020.
[205] Andrade, *O patrimônio da cidade*, 2012.
[206] Idem; Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019.
[207] Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019.

dos monumentos isolados e estando sensíveis à 'ambiência urbana'".[208] A listagem do quadro 8B, que enquadrou os imóveis na Z8-200, traz na área do atual distrito do Bom Retiro 3 das 93 manchas definidas. São os bens hoje conhecidos como Vila Economizadora, as estações da Luz e Sorocabana, e a Igreja de São Cristovão, definidos da seguinte forma:

> Z8-200.20 - Importante mancha, com validade documental, composta de casas operárias construída em 1907 pela Companhia Economizadora Paulista, na confluência das ruas São Caetano com Cantareira, envolvendo as ruas Economizadora, dr. Luiz Piza, dr. Gabriel e dr. Cláudio de Souza
>
> Z8-200.021 - O conjunto da estações de estrada de ferro da Luz e Sorocabana, principalmente as antigas desta última, numa delas ocupada pelo DOPS, também devem ser incluídos os hóteis antigos que lhes fazem frente tanto nas ruas Mauá com av. Casper Líbero como no Largo General Osório.
>
> Z8-200.091 - Antigo Seminário da Luz, hoje Igreja de São Cristovão, à avenida Tiradentes, onde ainda existem paredes de taipa, da primitiva construção.

Ao analisar como são definidas essas manchas, a arquiteta Mariana Tonasso aponta outra relação das Z8-200 com o contexto mais amplo do campo do urbanismo na utilização do conceito de manchas, compreendido como um diálogo com as medidas dos *secteurs sauvagardés* de Paris por meio da Lei Malraux, de 1962. Nela se observa um enfoque no entorno e contexto em que estariam inseridos os monumentos[209] - um esforço algo que as Z8-200 tratam mais no campo conceitual, definindo como manchas apenas conjuntos de edifícios individualizados, sem eventual incorporação de outros elementos como de relevância cultural.

Em conjunto ao estudo do Projeto Centro, outro olhar que patrimonializa o distrito do Bom Retiro é o da zona de uso especial definida como Z8-007. Definida inicialmente no momento de promulgação das regras gerais de zoneamento da cidade, em 1972, essa era uma das zonas para as quais a COGEP deveria apresentar estudos específicos de regulamentação posteriormente. Em 1974, o Escritório Rino Levi Arquitetos Associados Ltda. foi contratado pela COGEP para executar essa pesquisa específica da Z8-007, chamada "Área da Luz". A

[208] Ibidem: p. 58.
[209] Tonasso, *Zonas de conflito?*,, 2019.

coordenação geral foi dos arquitetos e sócios Roberto Cerqueira César, Luiz Roberto Carvalho Franco e Paulo Julio Vicentino Bruna, contando com Benedito Lima de Toledo, que recentemente havia conduzido o estudo de bens para as Z8-200, como consultor de “assuntos históricos”, sendo o estudo publicado em 1977 com o título “Área da Luz: Renovação Urbana em São Paulo”.[210]

Imagem 20 - Capa da publicação de 1977.

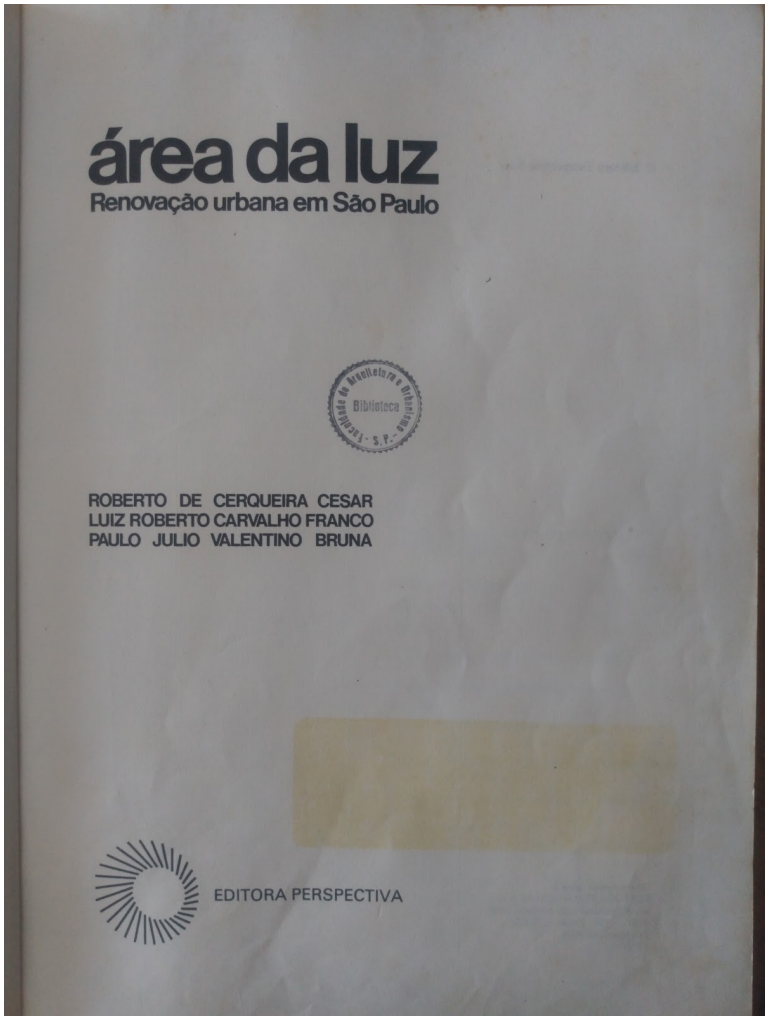


Foto do autor.

O estudo desenvolvido pelo Escritório Rino Levi Associados Ltda. foi estruturado em duas partes, uma de diagnóstico e uma propositiva, visando planejar a ocupação desse território, em resumo definido pela rua Mauá, rua Prates, avenida do Estado, avenida Cruzeiro do Sul e Marginal Tietê. O trabalho partia da

[210] Cesar et al, *Área da Luz,* 1977.

possibilidade de articular uma estratégia territorial integrada na cidade e com a chegada do Metrô na região, fato que implicaria a valorização imobiliária e de *funções* da área, o que deveria ser pensado em conjunto com a preservação de certos aspectos que foram entendidos como relevantes. Num debate que passava por evitar a "descaracterização" do bairro, se pretendia o "adensamento de funções residenciais, comerciais e de serviços, e paralelamente melhorar a qualidade ambiental do bairro, com a recuperação de áreas deterioradas",[211] procurando, com a exceção do uso industrial, não mudar "funções da área, mas, sim, intensificar o aproveitamento do solo por essas mesmas funções".[212]

Entendo que há, nesse plano urbanístico, um reconhecimento de valor no existente dentro do perímetro, que se percebe principalmente ao trabalharem com a preservação de algumas edificações, como se vê ao caracterizaram a área, vista como tendo

> situação estratégica em relação ao centro atual, a iminência de rápido desenvolvimento em função do Metrô, existência de bom número de edificações de interesse histórico e finalmente o fato de que dois terços da superfície total já são de propriedade pública; o terço restante caminha rapidamente para a deterioração.[213]

A leitura dos valores presentes na área é baseada numa historiografia da cidade focada em ciclos econômicos de ocupação do território e seus desdobramentos, como a arquitetura, e também da então situação da região, focado no eixo da avenida Tiradentes. A análise considera um estado de "degeneração urbana, fato que prejudica seriamente o entorno de obras merecedoras de conservação, como o Convento da Luz, o Seminário Episcopal, a Pinacoteca e o conjunto da Politécnica".[214] O Mosteiro da Luz, referido no texto como Convento, é a referência para a qual o breve histórico discorre mais extensamente, com dois parágrafos em que se expõe que a mesma tem "elevado significado histórico e artístico (...) aumentado pela recente instalação do Museu de Arte Sacra em

[211] Mosqueira, *Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo*, 2007: p. 127.
[212] Idem.
[213] Cesar et al., *Área da Luz,* 1977: p. 9.
[214] Ibidem: p. 83.

dependências do edifício",[215] além de se discutir possibilidades de sua valorização a partir da Carta de Veneza, e posto que seu entorno estaria em situação indesejável.

A partir das análises realizadas, a preservação de uma série de edificações fica definida como "condicionante obrigatório" das propostas do estudo. Se dividem em duas categorias, uma que orienta a preservação integral das edificações e outra que indica a necessidade de um estudo mais detalhado e uma posterior decisão sobre quais elementos deveriam ser preservados. Ambas seguem abaixo sistematizadas:

Tabela 2 - Sistematização dos "edifícios, imóveis e logradouros a preservar" na Z8-007.[216]

Ação sugerida pelo *Área da Luz*	**Edifícios**
preservação ou tombamento	Convento da Luz Estação da Luz Edifício ocupado atualmente pela Pinacoteca do Estado e pela Escola de Belas-Artes de São Paulo [atual Pinacoteca] Edifícios Paula Souza e Ramos de Azevedo – conjunto da Escola Politécnica
seleção e estudo individualizado	duas esquinas da rua Mauá com avenida Cásper Líbero hotel situado na esquina da rua Paula Souza com Florêncio de Abreu edificação à rua Paula Souza 370 edificação à rua Plínio Ramos 50; Seminário Episcopal, na esquina da avenida Tiradentes com a rua São Caetano casa à rua D. Antonio de Mello 40 *vila operária* na rua Francisco de Sá Barbosa *vila operária* entre a rua São Caetano, rua Cantareira, avenida do Estado e trilhos [Vila Economizadora] prédio da Caixa Beneficente da Força Policial na rua Alfredo Maia esquina com rua Rodrigo de Barros vila à rua Mauá 842-892 [conhecida como Vila dos Ingleses] casas à rua Deocleciana 86, 98 e 100 casas à rua Luiz Pacheco 169 e 175 conjunto de casas à rua Dr. Rodrigo de Barros 71, 75, 85, 87, 97, 127, 139, 139-A, 153, 161, 169; conjunto de casas à rua Porto Seguro 102,104, 112, 120, 122, 128, 130, 136 e 142 edificação à rua Tapajós 51 e 59 e à rua Victor Airosa 94

[215] Ibidem: p. 86.

[216] Cesar et al, *Área da Luz*, 1977: p. 124.

	residência do início do século à rua Afonso Pena 314 e rua Prates 584 e 626;
	prédio do Jornal “O Dia” na rua Três Rios.

Elaboração do autor. Observações do autor entre colchetes, indicando como foram conhecidas posteriormente. Fonte: Cesar et al., 1977.

A área é marcada por esses elementos, sendo entendida como um “conjunto de logradouros e edifícios de elevado significado histórico e cultural”, que “além de caracterizarem épocas da evolução urbana da cidade de São Paulo, refletem estágios culturais de reconhecido valor histórico”.[217] Em contraposição a isso, os autores do *Área da Luz* entendem que haveria uma “degeneração urbana” que prejudicaria o “entorno dessas importantes obras e logradouros histórico-culturais de Sâo Paulo”, diminuindo a “força atrativa e de formação” que esses elementos deveriam exercer “na vida da população paulistana”.

Considerando como premissa essa relação simbólica de formação identitária, o estudo retoma a importância da qualidade estética do meio ambiente e as premissas da Carta de Veneza[218] e do valor dos *monumentos,* das *obras modesta*s que adquiriram significados, e de seu entorno, entendendo que deveriam orientar o planejamento daquela área. O estudo aponta também que teria que ser proposto que “essas manifestações existam não somente em momentos definidos, mas participem de todo o estilo de vida urbano”, pensando sua visibilidade e fruição como parte do desenho da cidade. Transversalmente a isso, pondera-se que

> a cultura paulistana valoriza o trabalho sobre qualquer elemento, de modo que desfrutar a multiplicidade das relações entre habitar, trabalhar, circular, recrear, se torna duplamente difícil. Isto ocorre principalmente pelos critérios culturais e pelo pragmatismo sem imaginação em que as atividades se organizam, polarizadas em seu fim próprio e único, com o sacrifício dos locais de moradia e a destruição dos pontos de encontro, levando a um enorme empobrecimento das relações sociais. [219]

A saída que o estudo aponta para essa situação depende da liberação de áreas ocupadas por atividades industriais, da solução de desenho urbano que gere

[217] Ibidem: p. 155
[218] Citada erroneamente como a Carta de Atenas na publicação, sendo seguida por uma citação efetivamente da de Veneza.
[219] Cesar et al., *Área da Luz,* 1977:p. 155.

efetivamente uma melhoria dessa qualidade de vida, vista como passível de ser integrada a uma experiência cotidiana, e também do surgimento “de um cidadão mais exigente em relação à sua cidade”.[220] Essas alterações também se relacionariam com a mudança do perfil que se esperava que ocorresse na área com a chegada do metrô, facilitando o acesso para a parcela da população “interessada em programas culturais”.[221]

Desta forma, esses elementos observados como portadores de especial significado cultural foram considerados em conjunto com aspectos paisagísticos, inclusive de áreas verdes e de desenho de espaços livres, com uma das orientações gerais propostas pelo estudo sendo de

- criar melhores condições ambientais;
- criar condições para ambientação de alguns monumentos na região, mesmo que implique demolição de edificações ainda utilizáveis e a proibição de construção de outras;
- facilitar acesso a bens culturais da Área;
- dotar as novas áreas de elementos que propiciem atividades de lazer e recreação;
- criar pontos de vivência para a população, estimulando o cidadão a usar seu patrimônio urbano; nesse sentido, algumas perspectivas de monumentos históricos deverão ser reconquistadas para a comunidade.[222]

As condições de projeto, como as de caráter financeiro, habitacional e de valoração de determinados elementos, impactam no que o momento propositivo do estudo realizado se ancora, subdividindo a área em parte com objetivos e numeração mais específicos, buscando um diálogo com o zoneamento geral de São Paulo e considerando a situação atual do perímetro em estudo.[223]

---

[220] Ibidem: p. 156.
[221] Idem.
[222] Cesar et al., *Área da Luz,* 1977: p. 158.
[223] Ibidem: p. 159.

Imagem 21 - Mapa das subzonas propostas pelo estudo.



As zonas propostas são as Z8-701 (vermelho), Z8-702 (verde claro, na parte central da imagem), Z8-703 (amarelo), Z8-704 (roxo), Z8-705 (azul), Z8-706 (verde escuro) e Z8-707 (laranja). Elaboração do autor, fevereiro/2022. Fonte: Cesar et al., 1977.[224]

[224] Cesar et al., *Área da Luz,* 1977: p. 160.

Pensando nas possibilidades de intervenção do poder público na área, o estudo define uma série de fluxos e táticas, adequadas para cada subzona. Um exemplo desses é o plano de massas proposto para uma das Z8-701, nas quadras que abrangem o Jardim e Estação da Luz, que sugere serem adotadas premissas como eliminar o tráfego entre esses dois elementos, a preservação de edifícios listados anteriormente, e extinguir eventos do Jardim. De especial interesse para compreender as visões em torno da EE Prudente de Moraes, vale atentar para sua proposta de remoção,

> liberando-se o espaço para ampliação do Parque Público, evitando-se assim a desconfiguração e bloqueio da vista do Jardim a partir da Av. Tiradentes. Este Grupo Escolar poderá ser removido para as instalações onde funcionou a Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de São Paulo. Caso não seja possível esta transferência, sugere-se a aquisição de imóvel particular nas imediações com 5000 a 10000 m² de área.[225]

Em outras subáreas, como a Z8-702, basicamente a quadra do Mosteiro da Luz, a proposta do estudo envolve a demolição de edificações lindeiras a outras que deveriam ser preservadas, como a do Mosteiro e de conjunto residencial, e um anteprojeto de centro cultural. A demolição e criação de novos projetos, vistos como mais adequados, é um recurso que o estudo lança mão também na subzonas Z8-703-01, com a criação de área de recreação e lazer para a Vila Economizadora. Cabe ressaltar que é uma abordagem que não necessariamente está atrelada aos bens entendidos como patrimônio, como se vê na parte 2 da subzona Z8-703, onde estavam os usos policiais, que o estudo sugere a construção de conjunto residencial de 450 unidades no lugar de parte das instalações da Polícia Militar na região, ou na zona Z8-705, qualificada como “de renovação urbana, destinada a conjuntos residenciais, com alto índice de aproveitamento do solo”.[226]

Outra articulação relevante entre demolição e preservação se dá em parte da subárea Z8-701, na parte identificada como ‘Conjunto Politécnico’ - cujo nome já sinaliza quais os elementos que a representariam. Para as edificações anteriormente ligadas à Escola Politécnica, se propõe a “preservação e eventual

[225] Cesar et al., *Área da Luz,* 1977: p. 175.
[226] Ibidem: p. 162.

tombamento",[227] sugerindo a remoção do Quartel-General da Polícia Militar e a Garagem e Divisão de Manutenção de Veículos da Prefeitura, assim como das oficinas do Departamento de Estradas de Rodagem e dos galpões então utilizados pela Faculdade de Tecnologia, que seria mantida no local. O plano de massas também incluiria a criação de um "Museu de Tecnologia", possivelmente nos edifícios tombados, além de outras instituições educacionais como um centro de tecnologia e uma escola de segundo grau, a remodelação da praça Coronel Fernando Prestes e sua integração com a nova estação do Metrô.

As decorrências da atribuição de valor histórico e cultural aos elementos apontados é perceptível, servindo como justificativa para a definição das subzonas aos seus respectivos locais. Os elementos reconhecidos tornam-se fatores de valorização e cuja *descaracterização* deve ser evitada, ao passo que outros "usos inadequados",[228] como indústrias, surgem como argumento para a *renovação* e *revitalização* de espaços dentro de cada enquadramento mais específico, além de sua eliminação permitir a proposta de transformação.

Subsidiada por uma leitura extensa da área, o *Área da Luz: renovação urbana em São Paulo* é um primeiro momento de identificação, no recorte do atual distrito do Bom Retiro, de um conjunto como portador de uma historicidade a ser preservada. Em diálogo com a discussão do pensamento preservacionista da época ao mobilizar o conceitual da Carta de Veneza,[229] essa valoração orienta as diretrizes que deveriam ser seguidas para uma intervenção na área como um conjunto, propondo também uma integração do patrimônio com outros elementos paisagísticos e ambientais na elaboração de projetos. Como se viu, isso se dava com uma diversidade de proposições, incluindo a orientação de demolições como a da edificação da EE Prudente de Moraes, vista como um dos entraves que se sugere por abaixo para a valorização das edificações que se reconhecia como relevantes culturalmente - no caso, o Jardim da Luz.

Assim, a lógica do *Área da Luz*, com diferentes pesos culturais dados às partes da cidade, difere da patrimonialização do Mosteiro, que foi entendido como

[227] Ibidem: p. 187.
[228] Cesar et al., *Área da Luz,* 1977: p. 159.
[229] Ibidem: p. 30.

bem isolado ao ser tombado pelo IPHAN, ou das outras edificações enquadradas como Z8-200 anteriormente, entendidas como patrimônio disperso ao redor de São Paulo. Outras medidas que delimitaram espaços na região, como o Plano de Avenidas ou o confinamento da prostituição, também não trabalharam uma relação que unificasse um território, com suas intervenções no recorte desse estudo ligados a usos que atravessavam a região central como um todo.[230] Dessa forma, até o *Área da Luz* não haveria no atual distrito do Bom Retiro uma conexão entre referências que aferisse identidade ao local e que, por isso, justificasse alguma forma de proposta mais específica.

Também vê-se que a imagem da região é representada pelo termo *Luz,* construindo uma associação a esse termo com um local de historicidade a ser preservado. Não são levadas em consideração as relações dos moradores ou das próprias dinâmicas sociais do Bom Retiro como referência mobilizada ou bairro vivenciado - por vezes mencionadas brevemente no estudo, ainda que fosse um fato relevante na realidade então analisada, sendo mobilizado pelos moradores.[231]

Outra tendência apreendida é que as perspectivas traçadas nos planos de massas, na parte propositiva, priorizam projetar museus ou centros culturais nas subzonas em que se reconhecem elementos a serem preservados, como nas proximidades da praça Coronel Fernando Prestes ou na quadra do Mosteiro da Luz, reservando a outras áreas a implantação de novos projetos com usos educacionais ou habitacionais. Nisso se percebe um início da culturalização da região que se fortalecerá nas décadas seguintes, apoiadas numa distinção dos bens culturais considerados relevantes do ponto de vista do patrimônio cultural, o que justificaria a implantação desse tipo de equipamento.

Ainda que o projeto como um todo não tenha sido implantado,[232] especialmente sem a execução de planos de massa ou de intervenções lideradas pelo poder público, o proposto pelo estudo chegou a repercutir numa série de outros acontecimentos. Especialmente na inclusão, em 1978, de outras zonas da Z8-007 e das edificações como Z8-200, através da Lei 8769/1978. A referida lei é um

[230] Feldman, *Segregações espaciais urbanas,* 1988.
[231] Conforme informado por Paulo Bruna em entrevista concedida.
[232] Oliveira, *Do tombamento às reabilitações urbanas*, 2009.

desdobramento das Z8 da COGEP em âmbito municipal,[233] principalmente estendendo as restrições administrativas das Z8-200 para mais algumas áreas dentro do atual distrito do Bom Retiro. Cabe ressaltar que, dentre essas, está a primeira ação de patrimonialização que incidirá sobre a quadra onde está o edifício que então era ocupado pela EE Prudente de Moraes, em que pese as análises realizadas ao longo do *Área da Luz* sobre a escola:

> Z8-200/097 - Começa na confluência da Rua Doutor Rodrigo de Barros com a Rua Alfredo Maia, segue pela Rua Alfredo Maia, Rua Jorge Miranda, Avenida Tiradentes, rua Doutor Rodrigo de Barros até o ponto inicial.
>
> **Z8-200/098 - Começa na confluência da Rua Ribeiro de Lima com a Avenida Tiradentes, Rua Prates, Rua Ribeiro de Lima até o ponto inicial.**
>
> Z8-200/099 - Edifício do Quartel da Polícia Militar Regimento Tobias de Aguiar, situado na confluência da Avenida Tiradentes com a Rua João Teodoro.
>
> Z8-200/100 - Quatro edifícios da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, situados com frente para a Praça Coronel Fernando Prestes, n.os 30,74, 110 e 152.[234]

Vale pontuar que ainda que não ocorram no mesmo ano, o enquadramento de bens como Z8-200 em 1975 e em 1978 se dá a partir de atores, historiografia e metodologia semelhantes - e com bens similares que foram reconhecidos como patrimônio - com a diferença temporal tendo uma menor importância nesse caso, podendo ser entendidos como parte de um mesmo momento histórico. Inclusive, alguns dos objetos apontados como relevantes no estudo do Escritório Rino Levi, de 1974, são entendidos como bens culturais já em 1975 e não na lei específica de 1978.

A preocupação com o contexto urbano, que se discutia naquele momento, pós-Carta de Veneza, é perceptível nas manchas indicadas - até mesmo na nomenclatura é relevante a presença do conceito de *conjunto* ao invés de um

---

[233] Após 1975, foram feitas diversas levas de listagem de bens como Z8-200. Ver Tonasso, *Zonas de conflito?,* 2019: p. 91

[234] São Paulo (cidade), Lei 8769 de 31 de agosto de 1978. Grifo meu.

exemplar isolado, como se viu nas Z8-200.20 e 021 reconhecidas em 1975.[235] Simultaneamente, não deixa de estar presente um olhar para o bem isolado, como se vê na Z8-200.091, do antigo Seminário ou Igreja de São Cristóvão, no que se percebe a ausência do termo *conjunto,* um enfoque no *antigo* e *primitivo* como definidor do bem e uma atenção para sua técnica construtiva, a taipa.

Ainda numa aproximação entre a valoração efetuada em torno do patrimônio nesses dois processos, cabe notar que, sobre a atuação de Toledo e Lemos no contexto do 'Projeto Centro', de 1975, a arquiteta Mariana Pessoa aponta uma continuidade de uso de critérios arquitetônicos para a definição dos bens a serem incluídos no levantamento. Diante do que se via como uma escassez de edificações exemplares desse critério, procedeu-se à inclusão de

> edifícios que não apresentavam "qualidade plástica notável", mas que estariam *associados a fatos socioeconômicos relevantes para a sociedade paulistana*, como construções próprias de agrupamentos étnicos ou alusivas à ação de imigrantes.[236]

Com a valoração pensada a partir de uma perspectiva arquitetônica, a literatura também aponta que o

> pertencimento à história local é o mote para o reconhecimento do edifício e do conjunto urbano como 'bem cultural', visto sob o aspecto de sua representação simbólica na história de uma sociedade em particular (...) Nos discursos de Toledo e Lemos são frequentemente enaltecidas as produções materiais e a história do imigrante lutador que se adapta e recria.[237]

Dentro da abordagem arquitetônica efetuada nesses estudos ligados à COGEP, percebe-se uma mobilização em torno do conceito de *histórico* ao se atribuir valor*,* que no caso abrange a industrialização e crescimento de São Paulo no começo do século XX, com a presença de um grupo mais amplo de sujeitos realizadores de arquitetura do que o arcabouço teórico que embasa a operação

---

[235] Retomando, respectivamente são 'importante mancha (...) de casas operárias', posteriormente conhecida como Vila Economizadora, e de 'conjunto de estações de estrada de ferro da Luz e Sorocabana'.
[236] Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019: p. 81. Grifo no original.
[237] Andrade, *O patrimônio da cidade*, 2012: p. 80.

anterior do IPHAN na região - percepção já tratada na criação de instituições culturais paulistas no começo da década de 1970.

No contexto de discussões mais amplas entre preservação e zoneamento, há também hierarquização entre a preservação via tombamento e a via zoneamento, como se percebe no *Área da Luz*, sendo que a primeira seria necessária em casos que justificassem uma maior restrição e a última ligada a bens mais *modestos* - no caso, não tão alinhados aos critérios estético-estilísticos utilizados. Ainda que num contexto ligeiramente diferente, é possível traçar um paralelo com o que foi realizado no Rio de Janeiro nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) nos anos 1980, em que "os bens de maior valor estilístico, os 'excepcionais', eram encaminhados para tombamentos, e os que tinham valor de ambiência ficavam preservados. Os demais eram tutelados, podendo ser demolidos".[238]

De forma mais geral, trata-se de ação de patrimonialização através do instrumento de zoneamento, o que se relaciona com a discussão, ao longo dos anos 1970, que defende a importância do diálogo entre planejamento urbanístico e a tarefa da preservação. Movimento semelhante também se observa em ações realizadas em Curitiba no final da década de 1960[239] ou, no campo internacional, na Declaração de Amsterdã, de 1975, que apontava "caminhos possíveis de gestão por meio da "conservação integrada", preconizando a descentralização das políticas e seu caráter central no planejamento urbano e territorial".[240]

Cabe notar, ainda, que se mobilizam os conceitos de conjunto urbano e manchas, mas as restrições administrativas incidem principalmente sobre os lotes e edificações, de acordo com a legislação de 1975, não sendo percebidos dentro desse olhar o que Tonasso aponta como "outros elementos que compõe o tecido urbano, como ruas, calçadas, equipamentos urbanos, vegetação, iluminação pública, etc", em debate sobre a utilização do zoneamento e a figura do *lote* como instrumento de preservação.[241]

Outro tema que se pode perceber é a presença marcante de agentes no campo do patrimônio vinculados ao campo da arquitetura, a exemplo de Benedito

[238] Nascimento, *Blocos de memórias,* 2016: p. 205.
[239] Soares, *O espaço do patrimônio na "cidade-modelo",* 2017.
[240] Nascimento, op.cit., 2016: p. 192.
[241] Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019: p. 70.

Lima de Toledo; Carlos Lemos, tanto como vinculado à FAU-USP como chefe de setores técnicos no CONDEPHAAT; e Luis Saia, articulador do curso de 1974 e dirigente regional do IPHAN em São Paulo. Ainda, figura relevante é Nestor Goulart Reis Filho, presença importante no debate público do campo da arquitetura na época e de destaque na FAUUSP desde os anos 1960,[242] chefiando o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto entre 1968 e 1972, quando passa a dirigir a Faculdade toda, até 1975; mesmo ano que passa a ser presidente do CONDEPHAAT, cargo que ocupa até 1980, e vice-presidente da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (EMURB), que exerce até 1978, tendo sido seu presidente em 1979.

Para compreender as continuidades e dilemas associados a esse processo de transformar algo em patrimônio, uma série de tensões ocorridas em 1976 é significativa. No final do primeiro semestre daquele ano, há uma tentativa de reforma da Estação da Luz, acontecimento que envolve as diversas instâncias que tratam do patrimônio na cidade de São Paulo - IPHAN, CONDEPHAAT, COGEP e o recém-criado DPH, também em escala municipal. Mesmo sem instrumental próprio de atuação à época, entendo ser relevante levar em consideração esse último órgão tendo em vista sua presença em matérias de jornais quando da instauração dessa polêmica, e as mudanças posteriores no campo do patrimônio na cidade.

A intervenção pretendida pela Rede Ferroviária Federal (REFESA) discutia a integração com o Metrô, então em implantação, e mudanças no prédio principal, como a troca do material de seu telhado. Há notícias na imprensa sobre o planejamento dessas reformas desde fevereiro de 1976, e obras são apontadas como em realização no final do primeiro semestre.[243] No começo do primeiro semestre de 1976, é possível notar que começa uma mobilização por parte da imprensa e por órgãos de representação profissional que sinalizam que a Estação teria valor como patrimônio.[244] Também se noticia, em fevereiro de 1976,[245] o interesse do CONDEPHAAT em tombar a Estação, assim como as obras que a REFESA planejava realizar.

---

[242] Pereira, *Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil,* 2021: cap. 4.
[243] Processo nº 0944-T-76/IPHAN.
[244] Rodrigues, *Imagens do passado*., 2000: p. 78.
[245] Processo nº 0944-T-76/IPHAN.

Essas manifestações dão início ao processo administrativo de tombamento no IPHAN em junho de 1976. A situação aparenta ficar mais tensa com o início de obras por parte da REFESA sem autorização, o que é comunicado pelos jornais da época. Como visto anteriormente, desde 1975 a Estação já fazia parte de uma das Z8-200 da COGEP, mas não havia sido nem protocolado pedido da intervenção no órgão; em 26 de julho de 1976, o processo de tombamento é aberto no CONDEPHAAT, logo antes de ser noticiada pela imprensa, em 27 de julho, a intenção de embargar a obra por parte da COGEP. A paralisação das obras é informada pelos jornais em 30 de julho de 1976.[246]

Em agosto de 1976, o IPHAN recebe um *aviso* do Ministério dos Transportes, que afirmava a necessidade de obras na Estação da forma como se pretendia devido à "impossibilidade" de encontrar materiais originais. Apontava também uma "campanha da imprensa contra obras" e que os "fins a que se destina a Estação da Luz", inclusive como integração com Metrô, "não se coadunam com os de um monumento histórico tombado".[247] Esse aviso do Ministério dos Transportes, marcado como confidencial, se encerra pedindo que o processo de tombamento seja sustado, com a argumentação de que as obras evitariam acidentes com usuários. Com a obra já paralisada após a abertura de tombamento do CONDEPHAAT e tentativas de gestão pela COGEP, como visto anteriormente, a área técnica do IPHAN responde considerando que caberia ao IPHAN "louvar" iniciativas de estado e município de preservação, colocando que tombamento não implica em "coibir expansões e alterações compatíveis".[248]

Em dezembro de 1976 - momento em que o então governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, comunica ao então Ministro da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva[249] que o CONDEPHAAT havia aberto o processo de tombamento da estação - o processo federal é distribuído ao Conselho Consultivo do IPHAN.[250] Isso se dá simultaneamente à contestação da ação do CONDEPHAAT pela REFESA, que alegava que por ser uma empresa federal, só poderia ser alvo de

[246] Processo nº 0944-T-76/IPHAN.
[247] Processo nº 0944-T-76/IPHAN; Processo 20097/76/CONDEPHAAT.
[248] Idem.
[249] Processo nº 0944-T-76/IPHAN; Processo 20097/76/CONDEPHAAT.
[250] Processo nº 0944-T-76/IPHAN.

tombamento por parte do IPHAN e não de órgão estadual. Em janeiro de 1977 a contestação é indeferida pelo CONDEPHAAT.

No âmbito do IPHAN, a preservação da Estação é colocada em discussão em março de 1977, com o parecer do conselheiro Cyro Lyra, que vê a Estação compondo com o Convento da Luz, a Pinacoteca, o Seminário Episcopal, o Quartel e a Politécnica como “conjunto monumental de grande importância na evolução da cidade”, na qual a Estação seria “documento arquitetônico, testemunho decisivo da evolução de São Paulo”, e “elemento fundamental na paisagem urbana”, “peça indispensável do acervo cultural do Estado de São Paulo”. “Entretanto (...) [a] Estação não se vincula a fatos memoráveis da história brasileira e nem é dotada de excepcional valor artístico”, não tendo “qualidades que motivassem seu tombamento” pelo IPHAN. Lyra conclui defendendo que salvaguarda seria “indispensável”, devendo ser realizada pelo estado e município, dotados de “instrumentos necessários para esse mister”.[251]

Após esse posicionamento, surge no Conselho Consultivo do IPHAN a dúvida se o município ou o estado teriam competência para tombar um bem que seria de propriedade da União - argumentação que dialoga com a retórica de recurso contra o tombamento estadual apresentada pela REFESA - e que se conclui que outros níveis teriam o instrumental necessário para realizar o tombamento, finalizando temporariamente a tramitação do processo no IPHAN. O mesmo será retomado em 1995, conforme será tratado posteriormente na dissertação.

Esse caso da Estação da Luz de 1976 sintetiza uma série de tensões no processo de patrimonialização da área em questão, tais como a legislação preservacionista da época impactava a dinâmica de transformação da cidade. Ainda que algum valor da Estação não fosse negado por nenhum ator - inclusive, utilizando materiais por vezes semelhantes ou produzidos pelos mesmos agentes que participavam do embate - a paralisação das obras então pretendidas pela REFESA só ocorre após a discussão em torno das expectativas legais relacionadas ao processo de tombamento, como se vê nas matérias da imprensa.

[251] Idem.

Sobre o processo de criação de uma proteção através do zoneamento municipal, transparece certa incapacidade de proteger de fato o bem, ainda que amplamente noticiado. Candido Malta Campos, então diretor da COGEP, ao discutir o embargo às obras, afirma que o caso seria a primeira intervenção do órgão no tema[252] - noto que é a COGEP o ator municipal que fala sobre o tema, não o DPH. A situação se altera com as ações do CONDEPHAAT, concluindo em dias o drama anunciado em meses. Vale ressaltar que a homologação do tombamento por parte do Secretário, conforme previsto em lei, só ocorre em 1982 - algo que não impediu a reconfiguração do drama em torno da reforma, alterando as restrições de propriedade a partir de ações de patrimonialização.

Ressalto também a chave de compreensão por parte do IPHAN, ao fazer a atribuição de valor, da Estação da Luz como *histórica* - que no caso desse órgão continua se diferenciando do *artístico* e, dentro dessa lógica, sendo visto com menor relevância. Também se percebe a relação com um aspecto regional do ponto de vista do IPHAN daquela época, que coloca o bem num menor degrau numa hierarquia de valores implícita, já que seria relevante apenas para São Paulo. Também se percebe a relação do reconhecimento da Estação da Luz dentro desse processo de regionalização do patrimônio, com o IPHAN orientando os posicionamentos dessa política de preservação mais expandida, ao exemplo de qual seria o papel de um órgão de preservação federal e as prerrogativas legais para que esse movimento se concretizasse, acabando por reiterar o uso do instrumento do tombamento, desta vez por outras instâncias.

a Luz, questão cultural

Nessa mesma década de 1970, também será possível observar outros processos de patrimonialização na região através das aberturas de tombamento pelo CONDEPHAAT, em 1977, do Jardim da Luz e Vila Economizadora. A última, como visto, já havia sido enquadrada como Z8-200 pela COGEP em 1975 com outro nome. Será tombada definitivamente pelo órgão estadual em 1980, como um

[252] Processo nº 2013/77 / CONDEPHAAT.

“exemplar representativo de nosso primeiro ciclo industrial e documento arquitetônico ligado à imigração italiana em São Paulo”.[253]

Já o Jardim da Luz tem o pedido inicial feito por Carlos Lemos, à época diretor do Serviço Técnico de Conservação e Restauro do CONDEPHAAT, que faz um breve histórico do objeto, atribuindo-o valor por continuar a ser um “ponto de referência importante na leitura da cidade, sendo com a Estação da Luz um conjunto da maior importância - dentro do nosso Patrimônio Ambiental Urbano”,[254] o que justificaria seu tombamento. A análise de Lemos entende que o Jardim teria sido *desfalcado,* ao tratar da parte de terreno cedida para a construção da ferrovia; e passado pela instalação de obras *alheias* à sua função, como o edifício do antigo Liceu de Artes e Ofícios e a edificação então ocupada pela EE Prudente de Moraes.

Com recepção positiva por parte da Divisão de Parques e Jardins da Prefeitura do Município de São Paulo, considerada proprietária do local, o processo tem prosseguimento e, em 1978, segue para parecer de Benedito Lima de Toledo, então conselheiro do CONDEPHAAT. Ao analisar o objeto em questão, este afirma sua relevância na “história da evolução urbana”, tratando também das construções que *haviam sido instaladas em terrenos do Jardim*, como a do antigo Liceu de Artes e Ofícios e da escola, que “roubam a vista do jardim para a Avenida Tiradentes”.[255] Enquanto pondera sobre a relevância da preservação do edifício então ocupado pela Pinacoteca, ligada à ausência de revestimento em sua fachada, Toledo admite a possibilidade de demolição da edificação da EE Prudente de Moraes, apontando sua construção relativamente recente, *restituindo “*à Avenida Tiradentes a vista para o Jardim da Luz”.[256]

Em sua análise, Toledo também atribui valor inestimável às espécies vegetais presentes no Jardim, que estariam prejudicadas por algumas iniciativas da época e construções precárias. Finaliza seu parecer propondo o tombamento do Jardim, com ressalvas às edificações alheias, o qual é votado pelo Conselho em abril de 1978 pelo tombamento, excluindo “da definição do bem cultural em causa, as estruturas que neles se inserem, do Liceu de Artes e Ofício [sic] e do Ginásio

[253] Processo nº 20236/77 / CONDEPHAAT.
[254] Idem.
[255] Idem.
[256] Idem.

Estadual".[257] É possível observar uma grande semelhança na análise feita no *Área da Luz*, do qual Toledo havia participado alguns anos antes, e que naquele 1978 levaram à proteção municipal da quadra inteira do Jardim, incluindo também o prédio então ocupado pela EE Prudente de Moraes.

Essa parte do atual distrito do Bom Retiro que é entendida como Luz, próxima à estação, praça e jardim do mesmo nome, seguirá sendo observada em diálogo com o campo do patrimônio. Em 1979, é aberto pelo CONDEPHAAT o processo de tombamento do edifício então ocupado pela Pinacoteca do Estado. O pedido é feito por Aracy A. Amaral, à época diretora da própria Pinacoteca, num contexto de discussões sobre o estado de conservação do prédio - alertados pelo incêndio de 1978 no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Também fazem parte dessa situação embates entre a instituição e a Faculdade de Belas Artes de São Paulo, que também ocupava o prédio, especialmente em torno de intervenções que a última pretendia realizar na edificação, contestadas pelos seus estudantes, imprensa, equipe técnica e conselheiros do CONDEPHAAT. O tombamento se justificaria, conforme pedido inicial, pelos critérios arquitetônicos da edificação,[258] sendo que será efetivado em 1982 nos termos descritos abaixo:

> Artigo 1º - Fica tombado como monumento de interesse histórico e arquitetônico o Edifício onde a Pinacoteca do Estado se encontra atualmente instalada(…) Trata-se de fino exemplar remanescente de construção em estilo neo-clássico do final do século, projeto do engenheiro, arquiteto Ramos de Azevedo, figura exponencial de nossa arquitetura na época, e peça indispensável para a integridade do conjunto monumental que vai da Estação Sorocabana até o Convento da Luz, em nosso centro urbano''.[259]

Como visto, o edifício ocupado pela Pinacoteca já havia sido observado por estudos na região no começo da década de 1970, estando, desde 1978, protegido por legislação preservacionista municipal. Construído por Ramos de Azevedo para o Liceu de Artes e Ofícios na virada do século XX, a edificação tem valor arquitetônico reconhecido, com seus aspectos estético-estilísticos agora sendo portadores de valor para o campo do patrimônio. A ação de proteção do tombamento se dá de

[257] Idem.
[258] Processo Nº 00215/79 / CONDEPHAAT.
[259] Idem.

forma isolada ao prédio, com um reconhecimento das características arquitetônicas e de autoria, e havendo ainda uma consonância de sua participação num conjunto mais amplo da área, tanto pelo estudo urbanístico da *Área da Luz* quanto em seu processo de tombamento pelo CONDEPHAAT.

O fato do pedido de tombamento ser proveniente da própria Pinacoteca auxilia a situar a instituição como um agente no circuito cultural daquele momento. Dividindo o prédio com outras instituições, percebe-se no processo administrativo que a Pinacoteca é reconhecida pelos outros órgãos estaduais como uma parte legítima para representar e salvaguardar esse bem de interesse, cuja preservação está associada a uma trama de intervenções nos espaços do edifício. Complementarmente a essa aceitação como interlocutor institucional, também é possível supor que haveria algum alinhamento entre a Pinacoteca e o CONDEPHAAT de como o edifício deveria ser gerido, já que a segunda acabaria por interferir de alguma forma na gestão do edifício ocupado pela primeira.

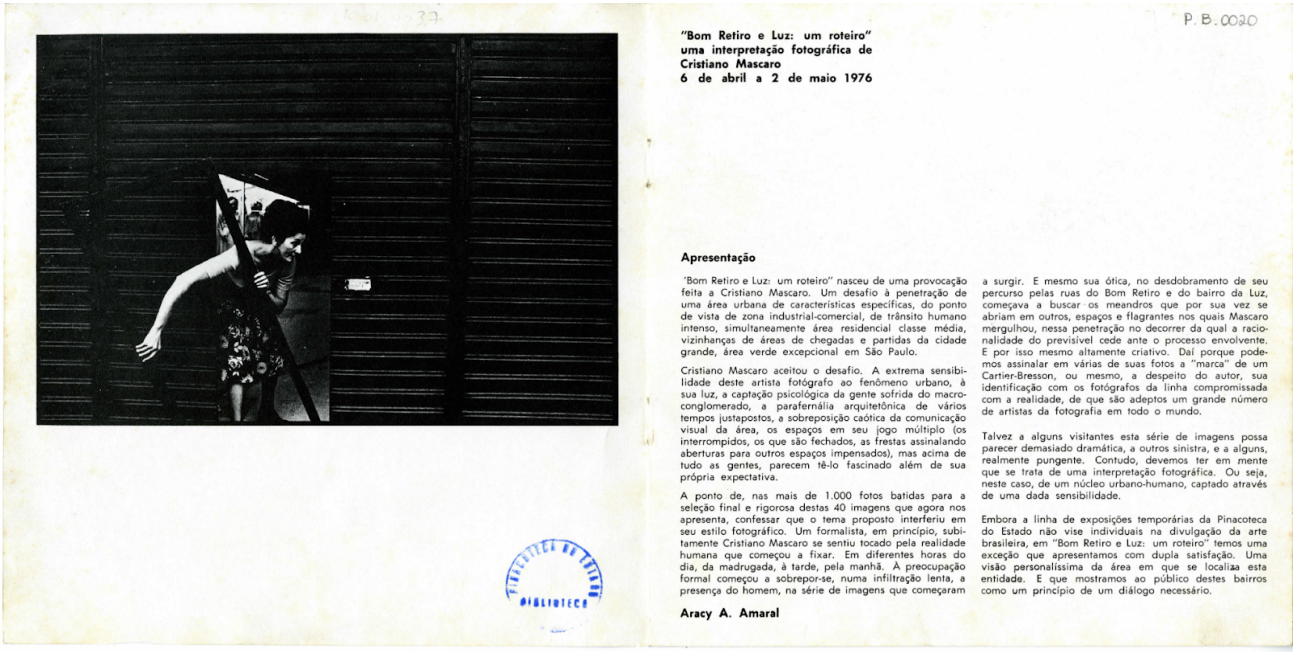
Através de exposições e de outras ações institucionais, a Pinacoteca tem um papel adicional que é o de articular perspectivas sobre a região em que se situa. Um exemplo dessa construção de discurso sobre a cidade é a exposição de 1976 intitulada “Bom Retiro e Luz: um roteiro”, entendida como uma “interpretação fotográfica” de Cristiano Mascaro sobre essa parte da cidade. Essa foi encomendada à Mascaro por Aracy Amaral em janeiro do mesmo 1976, anteriormente ao pedido de tombamento que fará em 1979. A então diretora da Pinacoteca também assina o texto introdutório da exposição.

Imagem 22 - Capa e verso do catálogo da exposição.



Crédito: CEDOC/Pinacoteca.

Imagem 23 - Contracapa e introdução do catálogo da exposição (páginas 1 e 2).



Crédito: CEDOC/Pinacoteca.

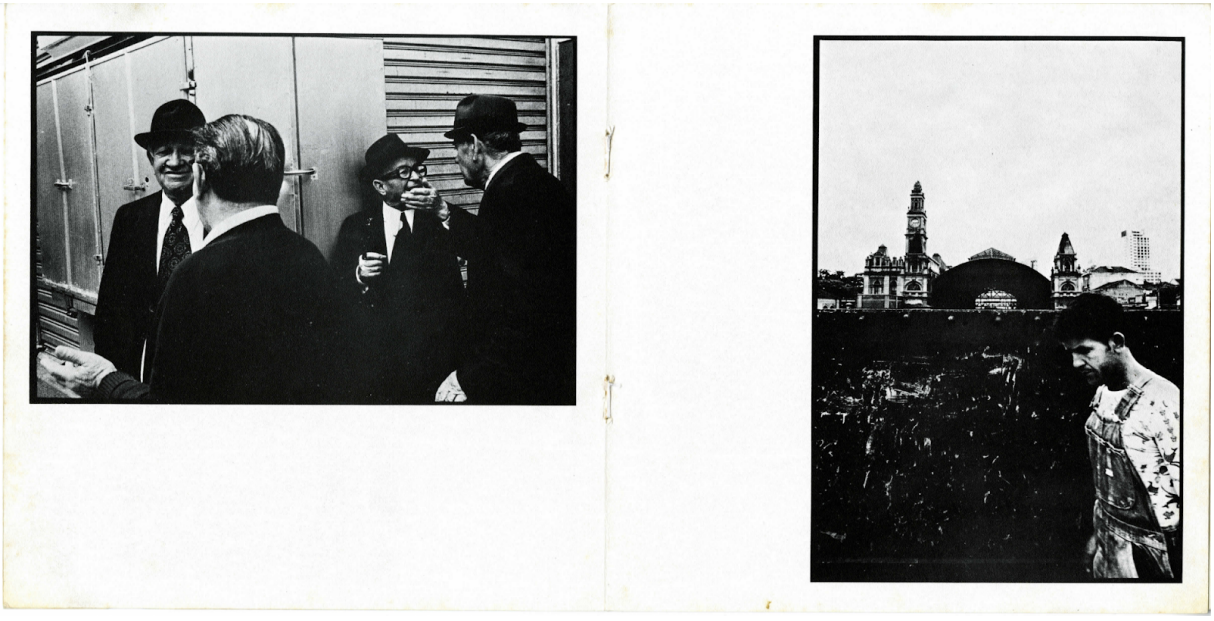
Na introdução, Bom Retiro e Luz são vistos em conjunto e lidos num vocabulário mais próximo do zoneamento, como

> área urbana de características específicas, do ponto de vista de uma zona industrial-comercial, de trânsito humano intenso, simultaneamente área

residencial classe média, vizinhança de áreas de chegadas e partidas da cidade grande, área verde excepcional em São Paulo.

A historicidade e monumentalidade vista nos estudos anteriores aparece pouco no texto introdutório da exposição, assim como em suas imagens. Na contracapa, por exemplo, a fotografia traz uma mulher preocupada em fechar sua loja, sem uma relação específica com o entorno, e com a cortina de ferro dominando praticamente toda a imagem.

Imagem 24 - Páginas 3 e 4 do catálogo da exposição.



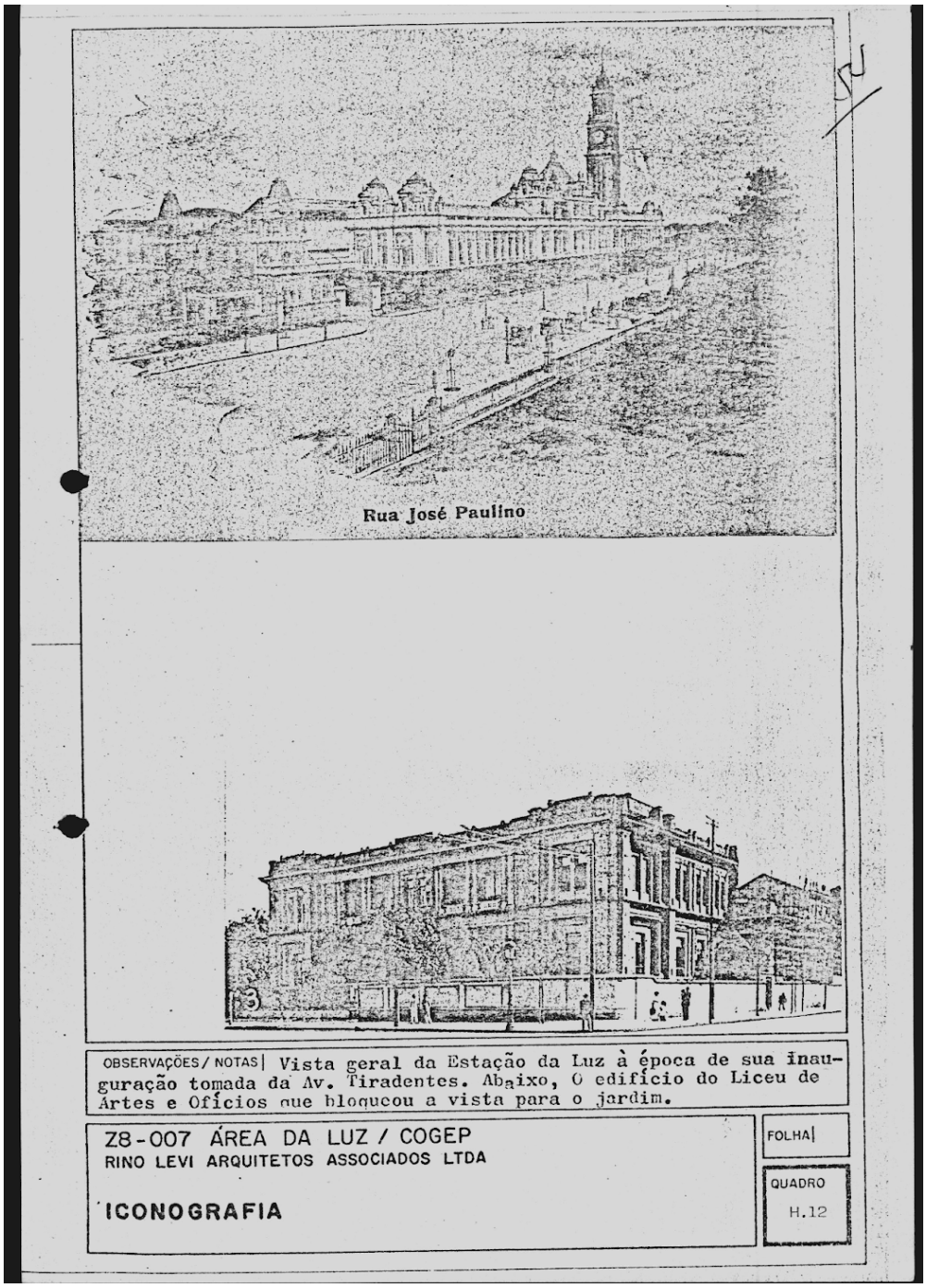
Crédito: CEDOC/Pinacoteca.

O metal e os negócios também marcam outras fotos da exposição, como outra que foi escolhida para o seu catálogo e que mostra quatro adultos, de alguma idade e vestidos sobriamente, conversando e comendo em frente ao que aparenta ser uma banca de jornal, com a foto não dando maiores perspectivas de onde estariam.

A foto na página seguinte do catálogo traz uma das principais referências da região, a Estação da Luz. Essa fotografia está dividida, com metade em uma oposição de um campo claro e outro escuro, com ruídos visuais gerados pelos riscos e deformações nas chapas de metal do viaduto. No canto inferior direito passa um homem cabisbaixo e de semblante preocupado, com macacão jeans. A

imagem sugere, portanto, um contraste entre a clareza monumental onde se situa a Estação, que conforme a percepção da imagem vai pouco a pouco dando lugar ao escuro, ao desgaste e ao trabalho.

Imagem 25 - cópia da ficha iconográfica do estudo da *Área da Luz*, já tratado no texto.

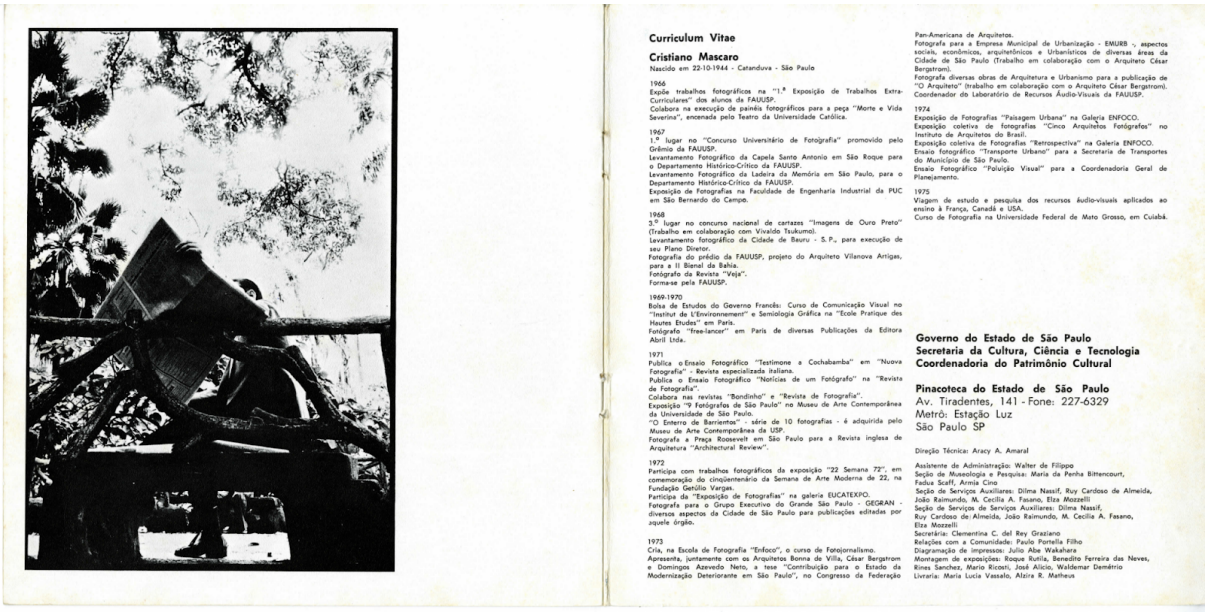


Fonte: CEDOC/CONDEPHAAT. [260]

[260] Processo 20.097/1976 /CONDEPHAAT:p. 54.

Ao compararmos com a ficha iconográfica do *Área da Luz,* feito pelo Escritório Rino Levi Associados, vê-se o destaque para a Estação da Luz e para o edifício do Liceu de Artes e Ofícios, então ocupado pela Pinacoteca, na avenida Tiradentes, com quase nenhuma presença de pessoas e um o foco total nas edificações retratadas em cada ficha, que se repetem para os bens considerados como mais interessantes para esse levantamento. Já a fotografia da exposição *Bom Retiro e Luz* traz a Estação vista de um dos pontilhões mais próximos à rua José Paulino, fora do eixo da avenida Tiradentes, e com a pessoa em primeiro plano, distanciando-se da representação mais comum nas narrativas patrimoniais sobre aquele bem.

Imagem 26 - Páginas 5 e 6 do catálogo da exposição.



Curriculum Vitae

Cristiano Mascaro

Nascido em 22-10-1944 - Catanduva - São Paulo

1966
Expõe trabalhos fotográficos na "1.ª Exposição de Trabalhos Extra-Curriculares" dos alunos da FAUUSP.
Colabora na execução de painéis fotográficos para a peça "Morte e Vida Severina", encenada pelo Teatro da Universidade Católica.

1967
1.º lugar no "Concurso Universitário de Fotografia" promovido pelo Grêmio da FAUUSP.
Levantamento Fotográfico da Capela Santo Antonio em São Roque para o Departamento Histórico-Crítico da FAUUSP.
Levantamento Fotográfico da Ladeira da Memória em São Paulo, para o Departamento Histórico-Crítico da FAUUSP.
Exposição de Fotografias na Faculdade de Engenharia Industrial da PUC em São Bernardo do Campo.

1968
3.º lugar no concurso nacional de cartazes "Imagens de Ouro Preto" (Trabalho em colaboração com Vivaldo Tsukumo).
Levantamento fotográfico da Cidade de Bauru - S. P., para execução de seu Plano Diretor.
Fotografia do prédio da FAUUSP, projeto do Arquiteto Vilanova Artigas, para a II Bienal da Bahia.
Fotógrafo da Revista "Veja".
Forma-se pela FAUUSP.

1969-1970
Bolsa de Estudos do Governo Francês: Curso de Comunicação Visual no "Institut de L'Environnement" e Semiologia Gráfica na "Ecole Pratique des Hautes Etudes" em Paris.
Fotógrafo "free-lancer" em Paris de diversas Publicações da Editora Abril Ltda.

1971
Publica o Ensaio Fotográfico "Testimone a Cochabamba" em "Nuova Fotografia" - Revista especializada italiana.
Publica o Ensaio Fotográfico "Notícias de um Fotógrafo" na "Revista de Fotografia".
Colabora nas revistas "Bondinho" e "Revista de Fotografia".
Exposição "9 Fotógrafos de São Paulo" no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.
"O Enterro de Barrientos" - série de 10 fotografias - é adquirida pelo Museu de Arte Contemporânea da USP.
Fotografa a Praça Roosevelt em São Paulo para a Revista inglesa de Arquitetura "Architectural Review".

1972
Participa com trabalhos fotográficos da exposição "22 Semana 72", em comemoração do cinqüentenário da Semana de Arte Moderna de 22, na Fundação Getúlio Vargas.
Participa da "Exposição de Fotografias" na galeria EUCATEXPO.
Fotografa para o Grupo Executivo da Grande São Paulo - GEGRAN - diversos aspectos da Cidade de São Paulo para publicações editadas por aquele órgão.

1973
Cria, na Escola de Fotografia "Enfoco", o curso de Fotojornalismo.
Apresenta, juntamente com os Arquitetos Bonna de Villa, César Bergstrom e Domingos Azevedo Neto, a tese "Contribuição para o Estado da Modernização Deteriorante em São Paulo", no Congresso da Federação Pan-Americana de Arquitetos.
Fotografa para a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB -, aspectos sociais, econômicos, arquitetônicos e Urbanísticos de diversas áreas da Cidade de São Paulo (Trabalho em colaboração com o Arquiteto César Bergstrom).
Fotografa diversas obras de Arquitetura e Urbanismo para a publicação de "O Arquiteto" (trabalho em colaboração com o Arquiteto César Bergstrom).
Coordenador do Laboratório de Recursos Áudio-Visuais da FAUUSP.

1974
Exposição de Fotografias "Paisagem Urbana" na Galeria ENFOCO.
Exposição coletiva de fotografias "Cinco Arquitetos Fotógrafos" no Instituto de Arquitetos do Brasil.
Exposição coletiva de Fotografias "Retrospectiva" na Galeria ENFOCO.
Ensaio fotográfico "Transporte Urbano" para a Secretaria de Transportes do Município de São Paulo.
Ensaio Fotográfico "Poluição Visual" para a Coordenadoria Geral de Planejamento.

1975
Viagem de estudo e pesquisa dos recursos áudio-visuais aplicados ao ensino à França, Canadá e USA.
Curso de Fotografia na Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia
Coordenadoria do Patrimônio Cultural

Pinacoteca do Estado de São Paulo
Av. Tiradentes, 141 - Fone: 227-6329
Metrô: Estação Luz
São Paulo SP

Direção Técnica: Aracy A. Amaral

Assistente de Administração: Walter de Filippo
Seção de Museologia e Pesquisa: Maria da Penha Bittencourt, Fadua Scaff, Armia Cino
Seção de Serviços Auxiliares: Dilma Nassif, Ruy Cardoso de Almeida, João Raimundo, M. Cecília A. Fasano, Elza Mozzelli
Seção de Serviços de Serviços Auxiliares: Dilma Nassif, Ruy Cardoso de Almeida, João Raimundo, M. Cecília A. Fasano, Elza Mozzelli
Secretária: Clementina C. del Rey Graziano
Relações com a Comunidade: Paulo Portella Filho
Diagramação de impressão: Julio Abe Wakahara
Montagem de exposições: Roque Rutila, Benedito Ferreira das Neves, Rines Sanchez, Mario Ricoti, José Alício, Waldemar Demétrio
Livraria: Maria Lucia Vassalo, Aleira R. Matheus

Crédito: CEDOC/Pinacoteca.

A última imagem do catálogo da exposição também joga com um contraste de iluminação, trazendo um homem lendo jornal sentado sozinho em um banco. Ao fundo vêem-se árvores e, num primeiro plano, um tronco que serve como guarda-corpo. Considerado o contexto da exposição, supõe-se que seja no Jardim da Luz, associando a imagem ao desfrute do tempo e de lazer, de certa forma. Pontuo que o Jardim será - e atualmente é - local relacionado à prostituição, mas

relatos do período não indicam uma associação desse tipo à época, que se via mais próxima à Boca do Lixo.[261]

Nos outros trechos de sua introdução à exposição, Amaral imbrica as características da região nas imagens produzidas por Mascaro, levantando que teria ocorrido uma alteração no estilo do fotógrafo a partir do contato com as pessoas. O olhar do formado em arquitetura na FAUUSP em 1968 passaria, segundo Amaral, a ter "uma identificação com os fotógrafos da linha compromissada com a realidade". Indica-se, então, que as imagens seriam de certa forma fidedignas da situação daquela área, com a exposição, naquele momento sendo montada com 40 das mais de 1000 fotografias tiradas.

Seguindo a análise do texto de Amaral, em conjunto com as fotografias do catálogo, podemos compreender qual seria esta realidade da área que se mostrava:

> Talvez a alguns visitantes esta série de imagens possa parecer demasiado dramática, a outros sinistra, e a alguns, realmente pungente. Contudo, devemos ter em mente que se trata de uma interpretação fotográfica. Ou seja, neste caso, de um núcleo urbano-humano, captado através de uma dada sensibilidade.

Matizado por Amaral, o discurso imagético de Mascaro apresenta o Bom Retiro e a Luz de forma mesclada, caracterizando os dois espaços como palco desorganizado e sujo de dramas pessoais, permeado por sofrimentos e pelo universo de trabalho, propiciando uma visão que se alinha a uma narrativa de decadência da região central percebida em outras representações da área, como em partes do *Área da Luz*. A historicidade da região é menos marcada neste seu trabalho, ainda que o permeie como elemento em que se situam contrastes sociais.

Além de relativo alinhavo com a visão do *Área da Luz*, cabe ressaltar também a proximidade de Mascaro com o campo arquitetônico, tendo feito diversos trabalhos para órgãos ligados à gestão urbana, como fotografias para a revista inglesa Architectural Review, para o Grupo Executivo do Grande São Paulo (GEGRAN), para a EMURB e para a COGEP, como se menciona na ficha do catálogo da exposição.

---

[261] Conforme consulta a Rosin, *Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor,* 2021; Feldman, *Segregações espaciais urbanas,* 1988; Perlongher, *O negócio do michê,* 2008; Dertônio, *Luz*, 1971.

Ao mesmo tempo, percebe-se que há uma distância da produção especificamente feita pelos órgãos de preservação em São Paulo, tanto imagética quanto textualmente. Portanto, vale entender que a exposição envolve uma certa mudança de perspectiva sobre a região, mas não chega a ser uma transformação de como o patrimônio lia esse pedaço de São Paulo, como ocorreu em casos como o dos cartões-postais de 1987 ligados ao projeto do Corredor Cultural carioca, em que se enfocam as relações sociais dentro da área tratada como historicamente relevante, com um olhar mais próximo às pessoas em seus momentos de lazer.[262]

Imagem 27 - Cartão-postal da série 'Olho na Rua', na Rua Luís de Camões.



Foto: Zeca Linhares, 1985.[263]

A exposição de Mascaro na Pinacoteca ficaria aproximadamente um mês em cartaz, com Amaral tratando-a como uma exceção ao ser uma individual, além de marcar que se tratava da "área em que se localiza esta entidade", e que seria um "princípio de diálogo necessário" com os grupos do Bom Retiro e Luz. Alguns meses após o encerramento da exposição, a Pinacoteca recebeu um ofício da EE Prudente de Moraes, no que o diretor da escola à época afirmava que estão "entusiasmados

[262] Nascimento, *Olhar a rua*, 2016.
[263] Ibidem: p. 181.

pela campanha de divulgação do acervo da Pinacoteca junto aos escolares de 1º grau", sugerindo um cronograma de visita.[264]

uma escola, entre espaços culturais e um jardim

Não é possível perceber que a mensagem da EE Prudente de Moraes se dá por conta do mencionado desejo da Pinacoteca em abrir um diálogo com a região, mas se vê algum contato entre a instituição museal e a escola nesse período.

Imagem 28 - Reportagem da sobre a visita da EE Prudente de Moraes à Pinacoteca.



Arte e frutas para as crianças

Na Pinacoteca, alunos mostram um grande senso crítico

Evanir B. Silveira

PAULO SÉRGIO SCARPA

Comer uma grande salada de frutas, recheada com banana, laranja, maçã, abacaxi e mamão, após visitar os amplos salões da Pinacoteca do Estado, templo do academicismo caboclo em São Paulo, pode ser um programa pelo menos indigesto para a maioria das pessoas. Mas para as sessenta crianças, entre cinco e sete anos, da Escola de 1º Grau Prudente de Moraes, no bairro da Luz, acostumadas a permanecer horas trancadas em reduzidas salas de aula, foi mais que um divertimento: um verdadeiro banquete gastro-artístico, preparado e conduzido por elas, quando não faltaram críticas às obras mais vanguardistas e o descobrimento de novas cores e formas, como o nu feminino e animais e frutas hoje distantes da mesa do trabalhador, e retratados nas grandes telas dos mestres Pedro Alexandrino e Almeida Júnior.

Algumas crianças chegaram a recusar a salada de frutas, preparada na arena do museu. Segundo elas, em suas casas não se come fruta daquela forma, picada e misturada. Outras descobriram o maracujá, a uva e até o abacaxi, e também a neve foi muito citada pela criançada, que a conhecia através de filmes pela teevisão.

A idéia de levar alunos da pré-escola para visitar um museu partiu de Maria da Graça Abreu Segolin, professora de literatura infanto-juvenil da PUC, imediatamente aceita pela diretora da Pinacoteca, Maria Cecília Lourenço.

"A salada de frutas foi mais que uma merenda escolar. Na Pinacoteca, elas estão desenhadas e possuem uma projeção bidimensional, mas quando a vivenciamos, elas passam a ser parte do cotidiano, da realidade da criança", explicou Maria dasGraças. Para Maria Cecília Lourenço, a experiência foi gratificante. "Provou que um museu pode se transformar em alguma coisa muito viva, atuante, deixando de ser um arquivo morto.

A Escola Prudente de Moraes foi escolhida pela diretora da Pinacoteca or estar ao lado do museu e por abrigar filhos de famílias de baixa renda, vivendo há muitos anos nos bairros da Luz, Bom Retiro, Santa Ifigênia, e Ponte Pequena.

No final, a disputa pela grande salada de frutas

A grande tela de Paul Michel Dupay, "Praia de Biarritz" (1913) provocou muitos comentários. Luciana Soares, 6 anos, lembrou-se que vira uma praia semelhante num filme sobre morcegos na televisão. As demais começaram então a falar de monstros, dráculas e gorilas. Algumas riram dos trajes de banho usados no início deste século. "Na praia que meu pai me leva a gente nada com outra roupa", comentou Luciana meio incrédula. Ninguém quis comentar o quadro "As Ostras", de Pedro Alexandrino, talvez devido a sua raridade na mesa do brasileiro. As professoras bem que tentaram descobrir se alguma criança sabia o que era aquilo. Mas foi inútil.

O mesmo não ocorreu diante das telas "Bananas e metal" e "Cozinha da Roça",do mesmo autor, "Lá em casa tem muita banana", contou orgulhoso Marcelo Ferreira, 6 anos, provocando a reação imediata de Vanessa Souza. "Na minha também, seu bobo. Minha mãe sempre compra para a gente".

Vanessa olhou demoradamente "O Violeiro", de Almeida Júnior, e exclamou: "Ele está ensaiando para cantar no Chacrinha, e vai levar a moça com ele". Mas para ela a obra que mais a fascinou foi uma grande estátua de mármore reproduzindo um nu feminino. "O corpo da minha mãe é mais bonito".

comentou ela, revelando que toma banho com seus pais. "Eu não tomo", falou rápido Viviani Guedes, completando: "Já sou uma mocinha".

Ao final da visita, a preparação da grande salada de frutas. Todas as crianças participaram do acontecimento, inclusive 23 com problemas auditivos, deslumbradas com a gritaria e correria. A pequena Cristina Alves Ribeiro, 10 anos, com problemas auditivos e mentais, agradecia uma por uma as professoras. Ela dizia que queria um violoncelo, — reproduzindo o gesto de um concertista — que vira numa tela de Almeida Júnior.

Fonte: Folha de São Paulo, 1983.

[264] Documento B70030013 / CEDOC/Pinacoteca.

A proximidade espacial entre a Pinacoteca e a EE Prudente de Moraes, assim como a possibilidade de propiciar uma transformação para o museu, auxiliam a ação costurada por uma professora da Pontifícia Universidade Católica da cidade. Esse caso das visitas de 1983 contribui para compreender esse momento, no qual a EE Prudente de Moraes se relaciona com outras instituições e processos sociais de seu local. Outro exemplo disso é um curso de alfabetização que lá funcionava, instalado por alunos da Escola Politécnica, mais notado na década de 1960, últimos momentos de funcionamento da instituição universitária na região.[265]

O prédio então ocupado pela EE Prudente de Moraes também é utilizado, nas décadas de 1960 a 1990, como local para aplicação de provas de diversos concursos, além de receber o posto policial durante os carnavais que ocorriam na avenida Tiradentes.[266] Isso talvez por estar numa região de centralidade da cidade, que explicaria algumas diferenças dentro do universo escolar - ao exemplo da cobrança de contribuição à Associação de Pais e Mestres três vezes mais cara que em escolas da zona leste em 1982 -[267] mas que, como visto, não garantia que a escola estivesse em diálogo com os planos para a região onde estava; inclusive por vezes não sendo reconhecida como elemento de valor.

Para seguir refletindo sobre a forma como o campo do patrimônio observou a EE Prudente de Moraes e seu prédio durante a década de 1980, vale destacar um outro processo de patrimonialização envolvendo o atual distrito do Bom Retiro. Em 1982 é aberto, pelo CONDEPHAAT, o processo de tombamento da edificação anteriormente ocupada pela Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo na rua Três Rios, num contexto de disputas sobre a transferência daquelas faculdades para a Cidade Universitária e a venda do prédio para angariar fundos para continuar as obras no novo campus. O prédio é tombado por esse Conselho em maio de 1982, como “bem cultural de interesse histórico-arquitetônico (...) por ser um dos últimos exemplares de construção do início da república na

---

[265] Conforme Freddi, *Campanha nascida em porão já ensinou mais de 35 mil a ler,* 1964; Correio Paulistano, *Educação de adultos,* 1961.

[266] Folha de São Paulo, *A polícia prevê muitas drogas na folia deste ano,* 1979; Scarpa, *Entusiasmo do público foi maior na concentração,* 1984.

[267] Folha de São Paulo, *Apesar de não ser obrigatória, taxa de APM é cobrada,* 1982.

cidade",[268] com os estudos também o tratando como parte da formação do campo profissional da farmácia, além de ser referência no bairro do Bom Retiro, como aponta o parecer do então conselheiro Eduardo Corona, professor da FAUUSP, assim como Lemos, Toledo e Goulart. No parecer são feitas menções também a uma conexão que a edificação da antiga faculdade teria com o Colégio de Santa Inês e com outras edificações da região, como o conjunto da antiga Escola Politécnica e "eixo de monumentos tombados na Avenida Tiradentes".[269]

É possível entender que o valor que é atribuído à edificação da antiga Faculdade para torná-la patrimônio passa por uma perspectiva arquitetônica, que positiva seus atributos estéticos e sua ligação a um momento específico ressaltado na historiografia adotada de São Paulo no início do século XX. A isso se soma sua proximidade com outras edificações semelhantes na região, algumas já protegidas após a atuação da COGEP e também por tombamentos anteriores, como o do Mosteiro da Luz.

Desde o início do processo administrativo em questão, o uso do prédio é colocado em debate, inclusive na imprensa.[270] É sugerida por Benedito Lima de Toledo a transferência de outra escola para a edificação - no caso, a EE Prudente de Moraes, o que preservaria a edificação "sem necessidade de 'tombamento' e outras complicações".[271] Roberto Cerqueira César - um dos responsáveis pela realização da regulamentação da Z8-007 da COGEP, como visto - também concorda na mesma matéria, apontando a relevância do prédio para o bairro e a "recuperação do jardim da Luz na parte mutilada para a construção da Prudente de Moraes",[272] numa transferência defendida como benéfica também para a escola em questão. Cabe lembrar que proposta de mesmo teor havia sido feita anos antes, no *Área da Luz*, pelos mesmos agentes, mas que havia se efetivado, assim como esta, como veremos.

Analisando a proposição, é possível observar que o Jardim da Luz surge como um elemento relevante na triangulação que envolve as edificações da

[268] Processo Nº 22033/82 / CONDEPHAAT.
[269] Idem.
[270] Conforme verificado em recortes de jornais incorporados no referido processo de tombamento.
[271] Idem.
[272] Idem.

Faculdade e da EE Prudente de Moraes. A *recuperação* da área *mutilada* do Jardim justificaria a saída da escola primária da esquina da avenida Tiradentes para uma posterior demolição do edifício do Convênio Escolar. Dessa forma, ao mesmo tempo haveria um uso para a edificação da Faculdade de Farmácia, fortalecendo sua preservação, e o Jardim recuperaria uma condição vista como favorável - e que já não existia desde a virada para o século XX, com a possível exceção de momentos entre as décadas de 1930 e 1940 em que havia ruínas no local após o incêndio do primeiro prédio da EE Prudente de Moraes.

Nessas décadas de 1970 e 1980, vê-se o Jardim da Luz passando por debates mais amplos em torno de sua transformação, alinhada com o reconhecimento de sua historicidade, como as intervenções de 1972 que visavam reviver uma *belle époque* paulistana, no programa "São Paulo Antiga" do órgão de turismo municipal,[273] cujo valor não era reconhecido no momento do tombamento do Jardim, como visto. Ainda, ao longo da década de 1980, a administração do Jardim da Luz (naquele momento também chamado de Parque) também propôs ações que visavam atrair atenção para o local, trabalhando sua historicidade como fator relevante, a exemplo de concurso de artes plásticas relacionado à "paisagem do Parque da Luz", em 1983.

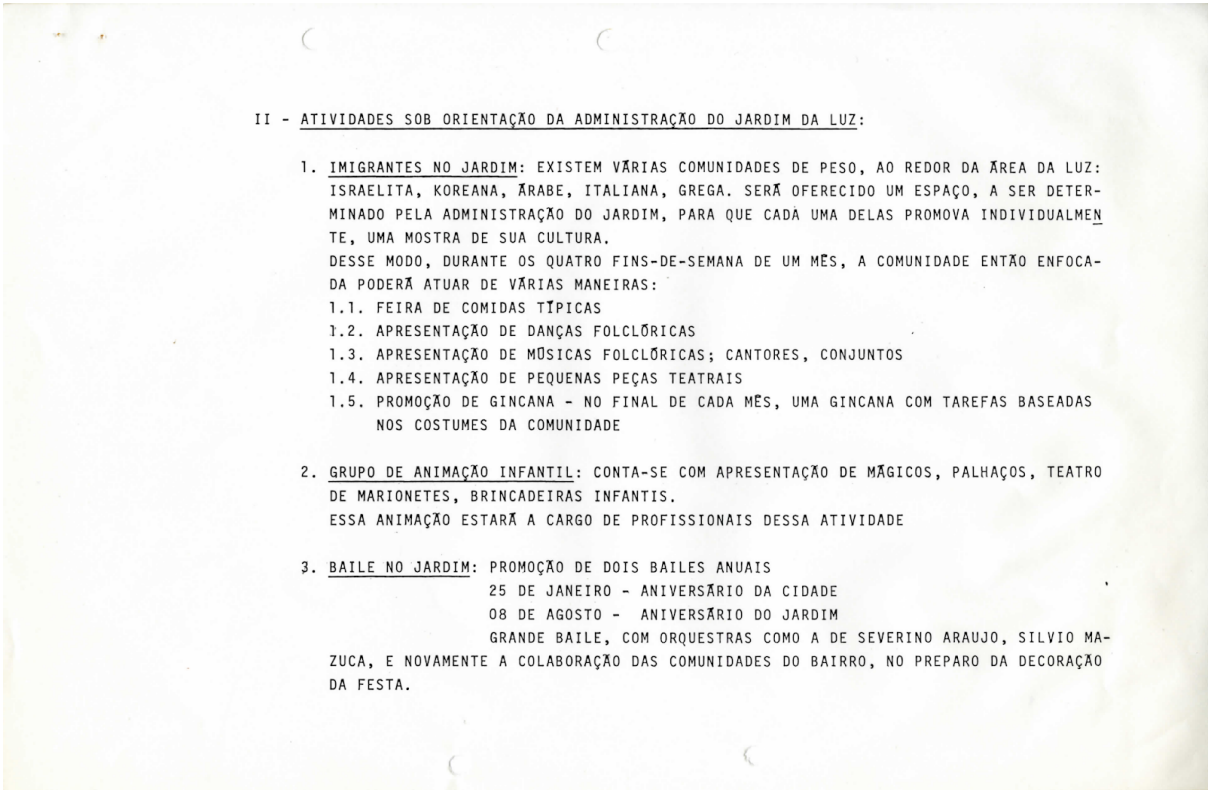
Ademais, nesse período, nas gestões Jorge da Cunha Lima como secretário estadual de Cultura e de Maria Cecília França Loureiro como diretora da Pinacoteca,[274] desenha-se um projeto que objetiva "a revitalização e a dinamização do Jardim da Luz, assim como a sua integração junto à Pinacoteca do Estado e às comunidades de bairro da região". Mais do que a efetivação do projeto, cabe entender a mobilização do passado do Jardim como justificativa e certo horizonte de relevância a ser atingido por meio das atividades. No projeto elaborado, as ações seriam orientadas pela Pinacoteca e do Jardim, abarcando exposição de artistas plásticos e de esculturas, de atividades na arena então existente na Pinacoteca e de cursos de arte.

---

[273] Guimarães, *Luz*, 1973: p. 61.

[274] Jorge da Cunha Lima foi secretário estadual de cultura entre 1984 e 1987 (Lessa, *Patrimônio como campo de conflitos*, p. 126); Maria Cecília França Loureiro foi diretora de Pinacoteca entre 1983 e 1987 (Esmanhotto, *Museus e a anima urbana,* 2008).

Imagem 29 - Trecho do Projeto Integração Pinacoteca do Estado - Jardim da Luz.



II - ATIVIDADES SOB ORIENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO JARDIM DA LUZ:

1. IMIGRANTES NO JARDIM: EXISTEM VÁRIAS COMUNIDADES DE PESO, AO REDOR DA ÁREA DA LUZ: ISRAELITA, KOREANA, ÁRABE, ITALIANA, GREGA. SERÁ OFERECIDO UM ESPAÇO, A SER DETERMINADO PELA ADMINISTRAÇÃO DO JARDIM, PARA QUE CADA UMA DELAS PROMOVA INDIVIDUALMENTE, UMA MOSTRA DE SUA CULTURA.
   DESSE MODO, DURANTE OS QUATRO FINS-DE-SEMANA DE UM MÊS, A COMUNIDADE ENTÃO ENFOCADA PODERÁ ATUAR DE VÁRIAS MANEIRAS:
   1.1. FEIRA DE COMIDAS TÍPICAS
   1.2. APRESENTAÇÃO DE DANÇAS FOLCLÓRICAS
   1.3. APRESENTAÇÃO DE MÚSICAS FOLCLÓRICAS; CANTORES, CONJUNTOS
   1.4. APRESENTAÇÃO DE PEQUENAS PEÇAS TEATRAIS
   1.5. PROMOÇÃO DE GINCANA - NO FINAL DE CADA MÊS, UMA GINCANA COM TAREFAS BASEADAS NOS COSTUMES DA COMUNIDADE

2. GRUPO DE ANIMAÇÃO INFANTIL: CONTA-SE COM APRESENTAÇÃO DE MÁGICOS, PALHAÇOS, TEATRO DE MARIONETES, BRINCADEIRAS INFANTIS.
   ESSA ANIMAÇÃO ESTARÁ A CARGO DE PROFISSIONAIS DESSA ATIVIDADE

3. BAILE NO JARDIM: PROMOÇÃO DE DOIS BAILES ANUAIS
   25 DE JANEIRO - ANIVERSÁRIO DA CIDADE
   08 DE AGOSTO - ANIVERSÁRIO DO JARDIM
   GRANDE BAILE, COM ORQUESTRAS COMO A DE SEVERINO ARAUJO, SILVIO MAZUCA, E NOVAMENTE A COLABORAÇÃO DAS COMUNIDADES DO BAIRRO, NO PREPARO DA DECORAÇÃO DA FESTA.

Crédito: CEDOC/Pinacoteca.

Também se propõe a realização de bailes no Jardim, de concursos, de feiras e apresentações relacionadas com grupos migrantes, sob a coordenação da administração municipal. O projeto afirma que “existem várias comunidades de peso, ao redor da área da Luz: israelista, koreana (sic), árabe, italiana, grega”, sendo que em todos os fins de semana do mês alguma dessas comunidades poderia promover atividades como uma feira de comidas típicas, apresentação de danças ou músicas *folclóricas* e, ainda, uma “gincana com tarefas baseadas nos costumes da comunidade”.

É uma primeira ação que reconhece a existência e práticas desses diversos grupos culturais como algo de interesse, associando-os à área da Luz e entendendo-os como interlocutores desejáveis para as atividades sob a tutela da administração municipal. É notável a diferença no tratamento de grupos migrantes em relação aos discursos dos anos 1930 a 1950, quando a região do Bom Retiro era estigmatizada por conta dos migrantes judeus; nesse projeto entre a Pinacoteca e o Jardim a tônica é da presença de múltiplos grupos na mesma região como algo

positivado. Esse enfoque tomará maior força em ações do IPHAN nos anos 2000, mas vinculadas com o *Bom Retiro* e não tanto com a *Luz*; alguma convivência de grupos sociais havia sido fracamente esboçada na exposição de Cristiano Mascaro em 1976, quando se enfatizou a questão do trabalho e da pobreza urbana, mas sem tantos detalhes às identidades dos mesmos.

Retorno à questão da edificação anteriormente ocupada pelas Faculdades de Odontologia e Farmácia, tombada em 1982, e que havia sido aventada como um destino da EE Prudente de Moraes, o que possibilitaria, assim, compensar suposta mutilação do Jardim da Luz. Os planos de realocação da escola fracassam neste momento, e a mesma continuará na edificação para ela construída pelo Convênio Escolar em 1950 - o que permite também matizar a relevância dos discursos que pretendiam demolir a edificação e recuperar a situação original do Jardim da Luz, posto que inclusive já havia a proteção via Z8-200 da edificação escolar e seu entendimento como elemento representativo da arquitetura do movimento moderno em São Paulo, o que dificultaria uma hipotética demolição.

De toda forma, o que poderia ser encarado como uma espécie de janela de oportunidade para a saída de EE Prudente de Moraes da quadra do Jardim da Luz se fecha, dado que, após uma série de debates com outras instâncias da USP, o antigo prédio da Faculdade de Farmácia acaba destinado à instalação da Oficina Cultural Três Rios, atualmente Oficina Cultural Oswald de Andrade, numa decisão ligada ao Projeto Luz Cultural, existente entre 1984 e 1987.

Dar uma destinação de uso cultural ao edifício da antiga Faculdade fortaleceu a decisão de criar o programa que analisava essa parte da cidade[275] e pretendia, "através dessa sua 'vocação' cultural, ou ainda, através de seu patrimônio cultural, atrair novos moradores e usuários e, principalmente o uso turístico, fato que, acreditavam, ajudaria na **revitalização** do bairro".[276] Mais um plano para a região, o Luz Cultural foi desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura e coordenado pela arquiteta Regina Meyer, sendo possível de entender nele a centralidade da articulação entre esse potencial para um chamado uso cultural da região, novamente definida como Luz, que se espraia tanto dentro do atual distrito do Bom

[275] Entrevista de Regina Meyer ao autor.

[276] Oliveira, *Do tombamento às reabilitações urbanas*, 2009: p. 101. Negrito no original.

Retiro quanto para os bairros de Campos Elíseos e Santa Ifigênia.[277] Estrategicamente trazia em sua nomenclatura o termo Luz, visto como mais atrativo simbolicamente, trabalhando com uma parcela da área central que era reconhecida muitas vezes pelos moradores como Bom Retiro.[278]

O Luz Cultural contou com um mapeamento que incluía como pontos de interesse da região os bens já patrimonializados até o momento e instituições como igrejas não tombadas, sinagogas, escolas e danceteria.[279] Propunha uma ocupação do espaço por artistas, em possível substituição da população local,[280] e a promoção do uso dos equipamentos e espaços públicos que, após consolidado, gerasse "demandas para melhoria do ambiente urbano", etapa que não chegou a ser realizada.[281]

Focado na chamada *ativação cultural* da região, são listadas como ações ligadas a esse programa a já citada instalação da Oficina Cultural no antigo edifício da Faculdade de Farmácia, que se aponta como uma criação de "espaço de caráter formativo, inserido não num ponto de grande visibilidade, mas em meio ao tecido urbano do Bom Retiro".[282] Também foi feita uma série de parcerias para a realização de atividades no Jardim da Luz, que contou com apresentações da banda da Polícia Militar, "ateliês de desenho e leitura e apresentações de espetáculos infantis".[283] Uma das ações aventadas era a transformação da praça Coronel Fernando Prestes em espaço para pedestres e usos culturais que, por troca da gestão do governo estadual, acabou não sendo executada.[284] As ações são executadas na gestão Jorge da Cunha Lima/Franco Montoro, entre 1984 e 1987,[285] aproveitando em parte as ações de turismo associadas ao Metrô.[286]

---

[277] Oliveira, *Do tombamento às reabilitações urbanas*, 2009: p. 102.
[278] Entrevista de Regina Meyer ao autor.
[279] Marins, *Do Luz Cultural ao Monumenta,* 2012: p. 155-6.
[280] Oliveira, op.cit,, 2009: p. 103.
[281] Mosqueira, *Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo*, 2007: p. 137.
[282] Marins, op. cit., 2012: p. 156.
[283] Mosqueira, op.cit., 2007: p. 137.
[284] Entrevista de Regina Meyer ao autor.
[285] Não há registros de atividades em acervo jornalísticos da Folha de São Paulo e Estado de São Paulo após esse período.
[286] Baeza, *Um projeto cultural anima o bairro da Luz*, 1986.

Desse plano, cabe notar que o Luz Cultural reforça uma narrativa presente no estudo ligado à COGEP de dez anos antes, que define uma identidade para essa parte da cidade, tornada *Luz*, marcada pela historicidade de suas edificações e, como parte da região central, passível de uma exploração estratégica dentro do âmbito da metrópole. O projeto segue entendendo diversas referências como formadoras de um conjunto urbano, com uma ligeira diferença na percepção de quais elementos seriam significativos.

Outra diferença é o que se propõe para a área, que agora deveria passar por uma intervenção sob a égide da ativação cultural e contando especialmente com um equipamento que articularia esse tipo de ação. Ao orientar a instalação de um centro cultural e de passeios nessa parte da cidade, o Luz Cultural incide de forma distinta de iniciativas anteriores que atuaram por meio de elementos isolados, como alguns tombamentos, e não de forma a fomentar uma imagem de conjunto.

O projeto Luz Cultural, como visto, parte da premissa que o atual distrito do Bom Retiro e parte de outras áreas da região central são locais onde um tipo específico de atividade deveria ser incentivado. Assim, tacitamente define essas partes da cidade como culturalmente relevantes e locais estratégicos para um desenvolvimento urbano; um dos desdobramentos dessa vinculação é futuramente obter uma maior valorização da terra urbana.

Essa tendência será observada também nas décadas seguintes, ligando essa parte da região central às políticas culturais e, em especial, seguindo uma leitura da mesma como *Luz.* A partir do *Área da Luz* comissionado pela COGEP,[287] percebe-se no Luz Cultural um início do que a arquiteta Beatriz Kara-José indica como uma instrumentalização da *cultura*, em que este conceito serve como um ideal abstrato e inquestionável que justificaria as políticas urbanas de valorização financeira fundiária a serem executadas.[288]

[287] O estudo está presente em materiais produzidos pela equipe envolvida com o Projeto Luz Cultural, como se vê nas fontes de publicações da coordenadora do projeto (Meyer, *Projeto luz cultural quer induzir, criar e revitalizar,* 1987).
[288] Kara-José, *As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo*, 2012*:* p. 189-190.

Ao longo da década de 1980, em meio ao processo mais amplo de democratização que se disputava nacionalmente, o território do atual distrito do Bom Retiro passa por transformações com o início da migração coreana e suas relações com o comércio têxtil na região da rua José Paulino.[289] Outro fato relevante são as ações de memorialização da comunidade armênia na região, renomeando a estação de metrô que cruza o rio Tamanduateí. Anteriormente chamada de Ponte Pequena e com referências para esse grupo nas imediações, como Igrejas e praça que já tinha uma escultura relembrando o genocídio, a estação receberá o nome de Armênia.[290]

O distrito do Bom Retiro segue sendo observado pelos órgãos do patrimônio, como na abertura do tombamento da Igreja São Cristóvão pelo CONDEPHAAT, realizado em 1982, mais uma medida que incide na área. Como visto anteriormente, a Igreja já havia sido indicada na primeira leva de Z8-200, em 1975, por Toledo e Lemos - o que é citado no processo administrativo, inclusive sendo anexados materiais daquela pesquisa no início de seu andamento. Agora, o processo é aberto a pedido do Secretário Estadual de Cultura, logo após o desabamento da parede que dá para a Rua 25 de Janeiro, ocorrido em meados do primeiro semestre de 1982, sendo tombada em maio do mesmo ano como “bem cultural de valor histórico”.[291]

Em 1985, são abertos dois processos de tombamento na região pelo CONDEPHAAT, tombados de forma definitiva no mesmo ano: o primeiro é o do Desinfectório Central, cuja valoração o considerou como “remanescente arquitetônico das iniciativas pioneiras de implantação e desenvolvimento dos serviços de saneamento e saúde pública no âmbito do Estado, visando o atendimento às mudanças ocorridas no processo socioeconômico em SP (sic) no final do século”.[292] O segundo é o do Portal de Pedra do antigo Presídio Tiradentes, no qual a decisão do Conselho é tomada “pelo valor simbólico que representa na

[289] Chi, *O Bom Retiro dos coreanos,* 2016.
[290] Passos, *O Metrô e o patrimônio histórico,* 1985.
[291] Processo Nº 222078/82 / CONDEPHAAT.
[292] Processo Nº 23881/85 / CONDEPHAAT.

luta contra o arbítrio e a violência institucionalizadas em nosso país em passado recente".[293]

No caso do Desinfectório Central, é possível traçar uma semelhança com o tombamento da Estação da Luz ou da edificação onde ficava a antiga Faculdade de Farmácia, com o reconhecimento sendo feito a partir da leitura da edificação, suas características estéticas-estilísticas e um recorte histórico de São Paulo no final do século XIX e começo do XX, por exemplo. Diferencia-se, porém, o local em que a edificação está situada, numa parte do distrito do Bom Retiro mais próxima à várzea do rio Tietê que a Faculdade de Farmácia - cuja proximidade com a avenida Tiradentes, inclusive, havia sido positivada no parecer de tombamento.

No Portal de Pedra do antigo presídio, por sua vez, é possível compreender que a valoração se dá pela ligação com o processo de reabertura e democratização, na medida em que a edificação serviu como prisão para opositores do Estado Novo e do regime militar, tendo sido demolida em 1972 para a passagem do Metrô. É um momento de disputas pela democratização, em que são discutidos e reconhecidos locais que mobilizam a memória de conflitos da ditadura de então, levando à sua patrimonialização, como também se percebe no caso do edifício Maria Antônia.[294]

Seguindo na década de 1980, em 1986 é aberto pelo CONDEPHAAT o processo de tombamento de 139 escolas em todo o estado, construídas entre 1899 e 1920, pensando na possibilidade de intervir em sua restauração. Uma delas é a EE Marechal Deodoro, localizada no Bom Retiro, já vista brevemente antes no texto. Dessa forma, em meados dos anos 1980 a edificação da escola Marechal Deodoro - construída ainda no momento da Primeira República numa parte do recorte territorial visto mais como Bom Retiro - é compreendida como portadora de valor enquanto patrimônio em conjunto com outras diversas escolas de todo o estado, num estudo de tombamento inicialmente observa os desdobramentos arquitetônicos e culturais dessa ação sistemática de implantação da política educacional na Primeira República, o que leva ao trabalho de seleção de mais de uma centena das então 4000 escolas existentes.

[293] Processo Nº 23345/85 / CONDEPHAAT.
[294] Neves, *A persistência do passado,* 2014: p. 70-77.

É possível notar uma diferença entre esse olhar à EE Marechal Deodoro e a forma como a EE Prudente de Moraes havia sido analisada anteriormente. A primeira patrimonialização da edificação então ocupada pela EE Prudente de Moraes se deu, como visto, por estar integrada administrativamente com outros conjuntos reconhecidos e desvinculada do conjunto de políticas educacionais. O longo processo de tombamento do conjunto de escolas da Primeira República, em que em meio ao esforço de documentação se tratam desde ocorrências corriqueiras como solicitações de reforma a imprevistos como incêndios, passando por uma miríade de temas das localidades paulistas, será concluído em 2010. O tombamento reconheceu no conjunto valores de representatividade das políticas educacionais do momento de sua construção, incluindo o papel do Estado como ator central e sua relevância para a configuração urbana dos diversos municípios instalados.[295]

Relacionado a esses processos de preservação, serão feitos esforços de documentação e publicação por parte da FDE de livros que reunissem o conhecimento sobre o tema. Esses foram divididos em ciclos que se mesclam às linguagens arquitetônicas que cada uma enfoca: o primeiro, publicado em 1991, diz respeito às edificações escolares ligadas à Primeira República, que tem esse processo de tombamento do CONDEPHAAT, do qual a EE Marechal Deodoro faz parte.[296]

O movimento seguinte da FDE sobre a história das edificações escolares estaduais é de 2006, quando se publicam um livro sobre estruturas pré-fabricadas, tratando das escolas que se construíam no começo dos anos 2000, e outro livro sobre o período dos anos 1950 e 1960, documentando as edificações ligadas ao Convênio Escolar e ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP)[297] - nela está a EE Prudente de Moraes - mas sem processo de tombamento que se relacione a essa série até o momento. As iniciativas de preservação que reconhecem escolas dos anos 1950 e 1960 se dão de forma relativamente isoladas, como no caso de São Paulo, e após um fortalecimento da preservação da arquitetura do movimento moderno, como será tratado posteriormente.

---

[295] Processo Nº 24929/86 / CONDEPHAAT. O CONPRESP faz o tombamento de ofício na resolução 29/CONPRESP/2014.
[296] Corrêa, *1890-1920 Arquitetura escolar paulista,* 1991.
[297] Ferreira, Melo, *Arquitetura escolar paulista,* 2006.

Sem estar diretamente vinculado ao atual distrito do Bom Retiro, vale ressaltar que nos anos 1980 segue um processo de reconfiguração de saberes e olhares dentro do campo do patrimônio. Tratado extensamente na bibliografia, as políticas debatidas naquele momento apontam para um contínuo distanciamento de um conceito de patrimônio como algo monumental e excepcional.[298] Nisso se insere a uma leitura que entende que a atuação do IPHAN até aquele momento estaria ainda calcada em paradigmas teóricos característicos da gestão de Rodrigo Melo de Franco Andrade, limitando-se a proteger "bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosa ou leiga".[299] É marcante dessa virada dos anos 1980 a atuação de Aloísio Magalhães, que se torna o novo presidente do órgão federal em 1979 e consolida uma alteração da concepção de patrimônio *histórico e artístico nacional* para *cultural*.[300]

Inicia-se a construção, nesse momento, da *referência cultural* como instrumental teórico.[301] O conceito toma força na Constituinte, mobilizado em meio às disputas da reformulação do campo, sendo efetivamente atuante na operacionalização do órgão federal nos anos 2000.[302] É um consenso na literatura que se trata de um entendimento do conceito de cultura mais próximo daquele operado pelo campo da antropologia, despontando uma multiplicidade de saberes envolvidos, além da percepção apenas arquitetônica ou ligada à história da arte.[303]

No bojo dessas discussões da década de 1980, também é reconfigurado o papel da sociedade e dos grupos que a formam para a definição do que seria o patrimônio cultural, como se vê na nova formulação constitucional em 1988:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (…)

---

[298] Meneses, *Repovoar o patrimônio ambiental urbano,* 2017. Fonseca, *A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan*, 2017; Nascimento, *Blocos de memórias*, 2016.
[299] Gonçalves, *A retórica da perda*, 1996.
[300] Idem.
[301] Clerot, *Referência Cultural,* 2019.
[302] Chuva, *Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio*, 2017.
[303] Gonçalves, op.cit.,1996; Fonseca, op.cit. 2017, Clerot, op.cit., 2019.

> § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.[304]

Nessa nova concepção jurídica, diversos grupos sociais compõem a sociedade e os bens são considerados patrimônio a partir do papel que desempenham para essas comunidades. Uma mudança, como aponta a bibliografia, já que

> o tombamento é que instituía o patrimônio nacional; agora, instituinte é a sociedade, ou melhor, seus "grupos formadores", cuja identidade, ação e memória são alimentados e alimentam determinados bens materiais ou imateriais, indistintamente. Deve-se reconhecer a interação de bens e sujeitos como característica do patrimônio.[305]

Algum ponto de confluência entre esse contexto mais federal de mudança se percebe no cenário das políticas culturais em São Paulo, como se vê no enfoque do Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART), setor 'irmão' do DPH na Secretaria Municipal de Cultura, que procura compreender as referências culturais na cidade.[306] Também se percebe a discussão da ampliação do conceito de patrimônio no momento de criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (CONPRESP). Os novos saberes, sujeitos e a reconfiguração do papel da cultura permitem compreender a mudança da nomenclatura e discurso dos novos órgãos: se em âmbito federal se tratava do *histórico e artístico*, o *arqueológico* e *turístico* foram incorporados na criação do órgão estadual. E, quando é instituído conselho específico em nível municipal, o foco é no valor *ambiental* e *cultural*, além do aspecto *histórico*.[307]

Criado e regulamentado pela Lei Municipal 10.032/1985, com significativas alterações em sua composição por parte da Lei Municipal 10.236/1986, se aponta como data marcante do CONPRESP o ano de 1988, quando há sua efetiva

---

[304] Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
[305] Meneses, *Repovoar o patrimônio ambiental urbano,* 2017: p. 39.
[306] Leite, *A experiência do Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART) em São Paulo*, 2017.
[307] Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019: p. 55.

operação com a nomeação do primeiro conjunto de conselheiros e seu primeiro tombamento.[308] Como visto, desde 1975 havia um departamento específico para a atuação da Prefeitura na área do patrimônio, mas não a possibilidade de tombamento em nível municipal, com a legislação municipal de preservação existente sendo operada pela COGEP, órgão vinculado ao zoneamento. No momento em que, no âmbito de São Paulo, o tombamento é criado, a mesma lei do Conselho define o DPH como órgão técnico de apoio deste conselho responsável por deliberar sobre sua aplicação do tombamento e seus prosseguimentos administrativos. O DPH, então, ganha uma nova atribuição, para além da atuação na área cultural da prefeitura.

Tonasso, a partir de depoimentos de agentes do patrimônio cultural paulistano, aponta que a criação do tombamento em nível municipal e de um conselho municipal esteve ligada ao fato de que enquadrar novos bens como Z8-200 vai se tornando inviável após os anos 1970. Isso se daria pois a iniciativa dependia da aprovação da Câmara Municipal, tendo forte influência do contexto político em que seriam aplicadas as medidas, dependendo também do diálogo com outras medidas do campo do planejamento, o que levava à protelação da análise de projetos de lei que propunham o enquadramento de áreas como Z8-200.[309] Assim, aplicando um modelo já existente nas esferas estadual e federal, se pretende uma maior agilidade e efetividade na decisão de proteger bens. Dessa forma, é possível perceber uma mudança de paradigma em torno de como deve ser realizada a tarefa de preservação em nível municipal, com um conselho de patrimônio substituindo a atividade de patrimonialização realizada através do planejamento.

Não era a primeira tentativa de instalação de conselho de preservação do patrimônio em nível municipal, mas a literatura aponta a diferença que o CONPRESP de fato efetivou-se, trazendo uma incorporação dos debates já existentes do campo do patrimônio até então, refletidos em suas atribuições e na composição proposta inicialmente, que se reduz com a alteração contida na lei de 1986. Outras diferenças apontadas dos desenhos institucionais propostos são a

[308] Tonasso, *Zonas de conflito?*., 2019: p. 108-112.
[309] Ibidem: p. 91; 114.

regulamentação das áreas envoltórias[310] caso a caso e a criação de um fundo específico para a preservação do patrimônio, administrado pelo CONPRESP.[311]

Portanto, a criação do CONPRESP dialoga tanto com o planejamento quanto com o movimento de instauração de novas instâncias responsáveis pelo campo cultural, dentre os quais o patrimônio, impulsionado nos anos 1970. O instrumento do zoneamento, visto antes como uma possibilidade de efetivação da tarefa de preservação àquele momento e que havia tido atuação marcada na cidade, foi lido a partir de uma chave crítica, o que consolidou o instrumento do tombamento em outra instância como forma mais efetiva de preservação de bens culturais.

[310] Também conhecidas como áreas de entorno.
[311] Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019: p. 108-112.

CAPÍTULO 3

espetáculo, cotidianos, e uma nova prudente de moraes: dos 1990 em diante

reflexos iniciais das mudanças de patrimônio no Bom Retiro

Como visto, a partir da década de 1960 vai se modificando a discussão sobre quais seriam os objetos culturais que deveriam ser preservados, com um olhar que incorpora uma leitura dessas referências como conjuntos dentro da cidade, seguindo por um olhar nos anos 1970 que propõe mudanças dentro de um paradigma urbano. Isso se dá simultaneamente a uma expansão do campo do patrimônio cultural, tanto teórica quanto de agentes envolvidos, que se consolida nos anos 1980, sendo que na década de 1990 será possível de perceber no distrito do Bom Retiro mais desdobramentos dessa série de mudanças no campo do patrimônio cultural. Por exemplo, a década se abre com a primeira ação de patrimonialização do CONPRESP nesse recorte territorial, em 1991, quando ocorre uma série de tombamentos *ex-officio* – o reconhecimento por esse conselho de bens que já haviam sido tombados em outras instâncias de preservação.

Numa ação que atingia a cidade como um todo, a resolução 05/CONPRESP/1991 tombou também na esfera municipal os bens que naquele momento já haviam sido considerados como patrimônio pelo IPHAN e CONDEPHAAT: o Quartel, o Mosteiro, o Jardim e a Estação da Luz, a Vila Economizadora, a edificação ocupada pela Pinacoteca, o prédio anteriormente ocupado pela antiga Faculdade de Odontologia, a Igreja São Cristóvão, o antigo Desinfectório Central e o antigo Portal de Pedra na avenida Tiradentes. Sem novas operações de atribuição de valor ou restrições administrativas impostas, a medida é de menor relevância para esta discussão.

A este se segue outro trabalho de patrimonialização do CONPRESP no distrito do Bom Retiro, que abre o processo de tombamento em 1992 das áreas que haviam sido declaradas como Z8-200. Significa mais uma camada de proteção que passa a incidir também sobre os antigos edifícios da Escola Politécnica , a vila à rua Dr. Rodrigo de Barros , a edificação ocupada pela EE Prudente de Moraes, as

edificações na Avenida Tiradentes, o Seminário Episcopal e os prédios em frente à Estação da Luz.[312]

Dessa forma, se estendeu a proteção via tombamento aos bens anteriormente patrimonializados pela COGEP, o que auxilia a consolidar a mudança do órgão que executa a operação diferenciada de atribuição de valor e imposição de restrições administrativas na esfera municipal. A distância entre planejamento e patrimônio, na esfera municipal, se aprofunda ao longo do tempo com essa diferenciação,[313] que, como visto, está ligada à própria instauração do CONPRESP em virtude de um entendimento que a preservação por meio do zoneamento era insuficiente. Nota-se, no caso, mais uma reorganização administrativa do patrimônio na escala municipal, com os agentes internos do próprio campo optando pelo tombamento por uma desconfiança em relação à Câmara Municipal, que já havia descartado outros bens e num momento em que se discutia um Plano Diretor para a cidade, conforme aponta a arquiteta Mariana Tonasso.[314] Desta forma são mantidos, com outro instrumento, os mesmos objetos já patrimonializados pela figura das Z8-200.

Também em 1992 se retoma o processo de tombamento da Estação da Luz no IPHAN. A Superintendência Regional da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), então operadora da Estação da Luz, pede o *reconhecimento* da estação ao IPHAN, apontando que já haviam sido inscritos nos livros do tombo a “arquitetura paulista da taipa de pilão e a arquitetura modernista dos anos vinte e trinta”, e que havia “inexplicável lacuna de registro de bens culturais atrelados tanto ao esquema ferroviário como a industrialização”.[315]

A CBTU afirma que a Estação, reconhecida nas esferas municipal e estadual, teria méritos arquitetônicos, sendo produção que marca a “ruptura do Brasil rural para o Brasil industrial, moderno”, com grandiosidade e novas técnicas arquitetônicas; histórico, de “presença marcante no processo de industrialização brasileira” e da ferrovia, “requisito básico para a estratégia de montagem do

[312] Respectivamente, itens 189-192; 567-587; 771-779; e 100-103 da resolução 44/Conpresp/1992, conforme Processo administrativo nº 1992-0.009.298-5 – PMSP.
[313] Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019.
[314] Ibidem: p. 114.
[315] Processo nº 0944-T-76 / IPHAN.

esquema industrial"; e simbólico. Assim, a Estação seria referência tanto para os fluxos migratórios do começo do século XX quanto para os "milhares de operários que habitam a periferia da Grande São Paulo que ocorrem ao centro para trabalhar".[316]

A solicitação é analisada pelo corpo técnico da regional do IPHAN que abrangia São Paulo, que aponta "equívoco" no parecer de 1977 que decidiu pelo não tombamento da Estação da Luz, quando se considerou que teria valor apenas regional. Dialogando com Cesare Brandi e Ulpiano de Meneses, o arquiteto Victor Hugo Mori, endossado pelo então coordenador dessa setorial do IPHAN, Antonio Luiz Dias de Andrade, afirma que a Estação teria valor 'cognitivo', que seria o de "bens culturais como suporte de informações para o conhecimento dos diversos processos históricos", mais do que valor formal, de "objetos de percepção estética". A nova posição da setorial do IPHAN aponta, também, que a "interação café, imigração, ferrovia, industrialização é referencial de memória obrigatória na história nacional", no que se entende como fruto do chamado processo de industrialização no qual "a presença cultural do Estado se afirma no país". A Estação comporia um "sistema vinculado a outros monumentos tombados, como os conjuntos de produção rural, as edificações urbanas do café e da imigração, incluindo as residências modernistas dos anos 20 e 30", não sendo obra de "vencedores" ou "documento da história oficial", no que o técnico entende como visão "unilateral e distorcida do objeto cultural".[317]

A partir da inclusão dessas informações, em outubro de 1992, o processo administrativo de tombamento federal da Estação da Luz, parado desde os anos 1970, volta a tramitar dentro do órgão nacional de patrimônio cultural. Nele, o coordenador da Superintendência aponta a necessidade de reconsideração em virtude das mudanças dos processos de atribuição de valor, que haviam passado por "evolução conceitual", entendendo a Estação como parte de processo que havia *inserido* São Paulo no cenário capitalista internacional e ligações no território nacional, relacionadas com outros estados como Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. Também se atribui, neste momento, valor arquitetônico à Estação,

[316] Processo nº 0944-T-76 / IPHAN.
[317] Idem.

como construção que teria como seu valor a *reproposição* dos “problemas da arquitetura sobre novas bases, privilegiando o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico [sic]”.[318]

Encaminhado para continuidade de análise no final de 1993, os referidos estudos são concluídos em agosto de 1995. O parecer do técnico constrói extensivamente uma narrativa historiográfica sobre a estrada de ferro São Paulo Railway, ligada à construção da Estação da Luz, relacionando-a a uma narrativa do desenvolvimento econômico, das linguagens arquitetônicas estabelecidas pelo projeto político das elites da época de sua construção, e da influência cultural *trazida* pelos ingleses, sendo símbolo da cidade de São Paulo e das mudanças econômicas e urbanísticas da época, e, portanto, de “um país que tentava se tornar ‘moderno’”.[319] O historiador conclui pelo acautelamento por meio do tombamento, sendo inscrito nos livros históricos e de belas artes, no que é endossado por sua chefia. É apontada uma área envoltória do bem, que é deixada de lado indicando que deve ser discutida *a posteriori* pelo Conselho, e o processo é encaminhado para análise do então Conselheiro Carlos Lemos em setembro de 1995.

O parecer de Lemos - agora conselheiro do IPHAN - concorda com o estudo realizado pela área técnica e estabelece outros quatro pontos de discussão, que contribuem favoravelmente para a decisão pelo tombamento da Estação da Luz: a “superação da Serra do Mar” executada pela linha férrea em questão; sua presença - preservada devido à ação do CONDEPHAAT, segundo Lemos - enquanto “marco referencial por excelência para quem transita pelo bairro da Luz, participando efetivamente do Patrimônio Ambiental Urbano”; a significância do ecletismo enquanto estilo arquitetônico, e como relação com a influência da imigração, a ser salvaguardado; e a ligação da Estação da Luz com o desenvolvimento econômico do café. Ao longo de suas observações, Lemos aponta divergências com o registrado anteriormente no processo, reafirmando a relevância da Estação, enquanto parte de uma narrativa de nação e não somente regional, especialmente em seu aspecto arquitetônico.

---

[318] Processo nº 0944-T-76 / IPHAN.
[319] Idem.

Na discussão no Conselho Consultivo, conforme registrada nas atas da reunião de setembro de 1995, são abordados pontos como a narrativa de Lemos que atribui ao "desinteresse do SPHAN a destruição da parte mais expressiva da arquitetura eclética do país", como observa o então Conselheiro Augusto Silva Telles. O conselheiro aponta que, no passado, teria havido uma *impossibilidade* de percepção da relevância do ecletismo pelos atores da preservação estatal brasileira, arquitetos que, ao mesmo tempo, preservavam e "estavam fazendo a modernização baseados nos princípios de Le Corbusier". Silva Telles também *lamenta* a *perda* de edificações ecléticas, e que o IPHAN teria tido mudança de opinião quanto ao tema, tombando arquitetura eclética.

A ata também indica que o então Conselheiro Modesto Carvalhosa concorda com Silva Telles e inclui na discussão a preservação da arquitetura modernista, que estaria "ameaçadíssima em São Paulo" e que poderia ser preservada pelo IPHAN, diferentemente da preservação da arquitetura eclética, cuja *salvação* não seria mais possível, no que é endossado pelo então presidente do IPHAN.

A retomada do processo de tombamento da Estação da Luz pelo IPHAN contribui para elucidar movimentos de parte do campo do patrimônio e da cultura na década de 1990. A relevância desse tombamento pelo IPHAN, em se tratando de um bem já salvaguardado por outros órgãos, é o reconhecimento das narrativas a ele envolvidas como parte da unidade nacional, remetendo à discussão travada durante quase 20 anos - como se vê explicitamente na demanda da CBTU, nas discussões internas do IPHAN e nas manifestações dos conselheiros, especialmente de Carlos Lemos.

A repetição de alguns atores nos dois casos é notável, especialmente dos conselheiros do IPHAN: Carvalhosa já havia sido presidente do CONDEPHAAT,[320] e Lemos, como já discutido anteriormente, teve atuação marcante na área ao longo dos anos 1970 e 1980, num trânsito de intelectuais entre o estado de São Paulo e as instâncias federais naquele momento. No estudo técnico, também é possível ver a utilização de fontes que haviam embasado parte das ações de patrimonialização ao longo dos 1970, como o processo de tombamento do CONDEPHAAT e do *Área da Luz*, estudo feito para a COGEP em 1974. Assim, torna-se possível apontar

[320] Rodrigues, *Imagens do passado*, 2000.

proximidades entre as análises realizadas, especialmente em torno da perspectiva historiográfica focada em ciclos econômicos e que apresenta as elites e o Estado como sujeitos das transformações naquela região ao longo do tempo.

Simultaneamente, também é marcante nesse momento do procedimento administrativo um processo de transformação do campo do patrimônio, efetuado no órgão federal e também a partir do mesmo. As críticas à atuação passada da instituição - no que se inclui também o diálogo com a bibliografia então recente que procurava redefinir a conceituação do campo, como o texto 'Revisão de premissas', de Ulpiano Bezerra de Meneses - são feitas abertamente em diversos momentos, colocando em xeque vieses de patrimonialização de atores como Lúcio Costa, de quem se cita o desprezo pelo estilo eclético. Um dos aspectos marcantes dessa discussão é a divergência em torno da aplicação de critérios estético-estilísticos das produções arquitetônicas nas ações de patrimonialização nacional, agora sendo adotadas outras chaves de historiografia da arquitetura e de quais elementos deveriam ser preservados, como se vê desde a análise técnica da setorial que dá início ao procedimento administrativo da reconsideração da Estação da Luz como bem cultural nacional.

Dessa forma, as análises e posicionamentos do IPHAN apontam - em maior ou menor grau visíveis nessa alteração de rumos do procedimento administrativo do tombamento - para a necessidade de considerar a Estação como bem cultural nacional, representativo de um processo econômico e arquitetônico, agora situado dentro de uma narrativa de nação. Assim, se transforma uma narrativa nacional com a reconsideração do que deveriam ser bens culturais, incluindo mais uma parte isolada do atual distrito do Bom Retiro nessa nação, ainda que com certa ambiguidade: vê-se a Estação como parte de um conjunto urbano mais amplo, mas apenas ela é um bem de interesse nacional nesse momento, inclusive sem delimitação de área de entorno ou de outros bens nesse momento.

Em 1996, há uma outra ação de patrimonialização no distrito do Bom Retiro, com a abertura de processo de tombamento do Colégio de Santa Inês por parte do CONPRESP, motivada por discussão, provocada no DPH pelos arquitetos José Roberto Pinheiro e Mauro Pereira de Paula Jr., sobre uma obra que estava sendo realizada no imóvel. A edificação já era protegida como área envoltória da antiga

Faculdade de Farmácia, o que possibilitou a interferência do órgão de preservação, embargando a obra. Os estudos realizados pelo DPH atribuem valor em virtude do estilo Art Nouveau austríaco da edificação, ou *Sezession*, no que é possível perceber a relevância do fator estético-estilístico para que a escola seja considerada como um bem.

Noto que a proteção ao edifício do Colégio foi algo compreendido pelo relator do processo quando de sua abertura no conselho - o então representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Lúcio Gomes Machado, professor da FAU-USP - como uma ação *surpreendentemente* não realizada até aquele momento. Essa leitura interpreta o Colégio separadamente do espaço mais amplo do distrito do Bom Retiro, com o valor dado por aspectos arquitetônicos dessa edificação, sem citar que havia sido facilitada a interferência nas obras pela legislação de área envoltória de um bem cultural já reconhecido. O tombamento será concluído em 2011.[321]

Na década de 2000, em meio ao fortalecimento da associação da área a planos de mudança de seus usos e moradores, que será discutido mais à frente, o distrito do Bom Retiro segue sendo percebido pelos órgãos de preservação, como no processo de tombamento das antigas edificações da Escola Politécnica pelo CONDEPHAAT. Como visto, esses edifícios já haviam sido objeto de abertura de tombamento pelo CONPRESP em 1992, pelo fato de terem sido enquadrados como Z8-200 em 1978, consequência do estudo *Área da Luz*.

Em 2002, o CONDEPHAAT conclui o tombamento com a resolução 186/2002, que indica como valores para a preservação do conjunto sua “forte presença urbanística e importância para a história da arquitetura paulista e para o ensino da engenharia e da tecnologia em São Paulo”, além de critérios estéticos-estilísticos. Observo que essa ação do órgão estadual de patrimônio tem como consequência primordial uma primeira incorporação desse bem cultural ao leque de referências que fariam parte de uma comunidade paulista, ampliando a ressonância dos valores presentes no bem. E, ainda que já preliminarmente protegida com a abertura de tombamento municipal, a conclusão mais ágil do procedimento administrativo estadual consolida a preservação do conjunto em 2002, antes da finalização do processo na instância municipal. Com uma diretriz de

[321] Processo administrativo nº 1996-0.035.840-0 / PMSP.

gabarito para as edificações no restante do lote, prevendo e regrando modificações futuras, o tombamento será replicado *ex-officio* pelo CONPRESP em 2017, adotando os critérios dispostos pelo órgão estadual.

mais planos para a Luz

Como visto, a parte do atual distrito do Bom Retiro mais próxima da Estação da Luz, em especial, era considerada desde os anos 1970 como um local onde deveriam incidir políticas públicas para uma transformação do perfil de ocupação da área. Concomitante ao movimento de algumas ações novas de patrimonialização no distrito do Bom Retiro, na década de 1990 há um fortalecimento de políticas urbanísticas que tratam a região central da cidade dessa forma como um todo.

Nessa época, por conta de uma leitura de que haveria uma situação problemática nesse setor da cidade, como um movimento de saída de instituições financeiras para a região da Marginal Pinheiros, os debates em torno da área central seguem o tom de que há uma degradação generalizada e que cabe pautar uma revitalização. No atual distrito do Bom Retiro é possível notar ações nesse sentido, como, por exemplo, nos discursos mobilizados pela Pinacoteca no momento final da intervenção realizada por Paulo Mendes da Rocha, em 1997. Uma das ações de Emanuel Araújo, então diretor da Pinacoteca, é tentar obter maior apoio policial em resposta a casos de assalto, entendendo que a instituição seria relevante em nível nacional, e que estaria numa "área de risco", objeto de futuras melhorias.[322]

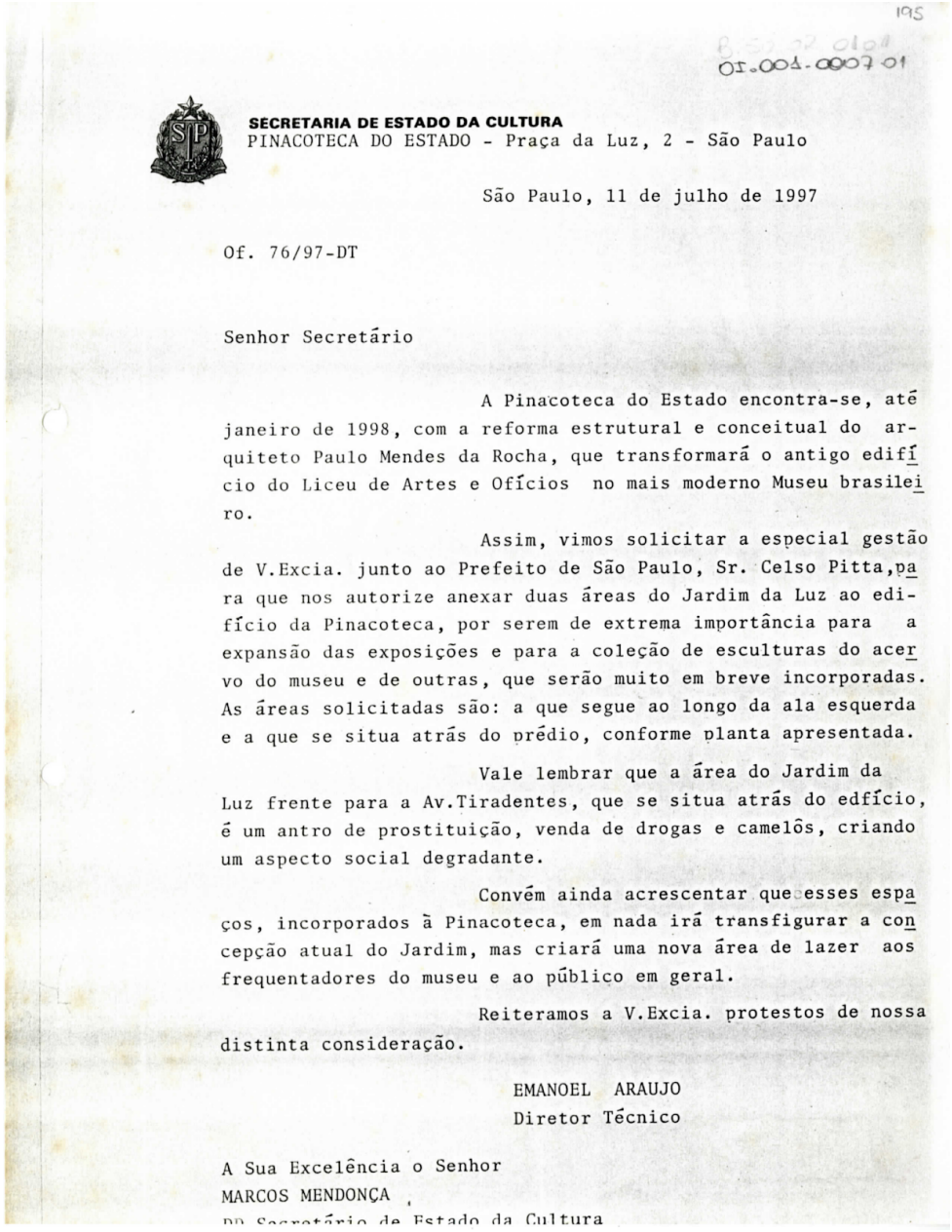
A Pinacoteca também se movimenta nesse ano para procurar anexar parte do Jardim da Luz a seu edifício, pensando em sua "extrema importância para a expansão das exposições e para a coleção de esculturas do acervo do museu e de outras, que serão muito em breve incorporadas". Em outro ofício para o secretário estadual de cultura, o então diretor afirma:

[322] Ofício de Emanuel Araújo constante no acervo do CEDOC/Pinacoteca; referência OI-001-000712.

Vale lembrar que a área do Jardim da Luz frente para a av. Tiradentes, que se situa atrás do edifício, é um antro de prostituição, venda de drogas e camelôs, criando um aspecto social degradante.

Convém ainda acrescentar que esses espaços, incorporados à Pinacoteca, em nada irá (sic) transfigurar a concepção atual do Jardim, mas criará uma nova área de lazer aos frequentadores do museu e ao público em geral.[323]

Imagem 30 - Ofício de Emanoel Araújo, diretor da Pinacoteca, em tratativas para anexar parte do Jardim da Luz para uso da instituição.



195

OI-001-000701

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
PINACOTECA DO ESTADO - Praça da Luz, 2 - São Paulo

São Paulo, 11 de julho de 1997

Of. 76/97-DT

Senhor Secretário

A Pinacoteca do Estado encontra-se, até janeiro de 1998, com a reforma estrutural e conceitual do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, que transformará o antigo edifício do Liceu de Artes e Ofícios no mais moderno Museu brasileiro.

Assim, vimos solicitar a especial gestão de V.Excia. junto ao Prefeito de São Paulo, Sr. Celso Pitta, para que nos autorize anexar duas áreas do Jardim da Luz ao edifício da Pinacoteca, por serem de extrema importância para a expansão das exposições e para a coleção de esculturas do acervo do museu e de outras, que serão muito em breve incorporadas. As áreas solicitadas são: a que segue ao longo da ala esquerda e a que se situa atrás do prédio, conforme planta apresentada.

Vale lembrar que a área do Jardim da Luz frente para a Av.Tiradentes, que se situa atrás do edfício, é um antro de prostituição, venda de drogas e camelôs, criando um aspecto social degradante.

Convém ainda acrescentar que esses espaços, incorporados à Pinacoteca, em nada irá transfigurar a concepção atual do Jardim, mas criará uma nova área de lazer aos frequentadores do museu e ao público em geral.

Reiteramos a V.Excia. protestos de nossa distinta consideração.

EMANOEL ARAUJO
Diretor Técnico

A Sua Excelência o Senhor
MARCOS MENDONÇA
DD Secretário de Estado da Cultura

[323] Ofício de Emanuel Araújo constante no acervo do CEDOC/Pinacoteca; referência OI-001-000701.

Crédito: CEDOC/Pinacoteca.

A percepção institucional da Pinacoteca sobre aquela parte do distrito do Bom Retiro é explicitamente de um espaço problemático, fazendo com que a proposta do museu se tornasse legítima como forma de melhoria da região - e ainda mais relevante por conta da reforma que estava sendo feita no museu, e pelos projetos de renovação urbana que a área receberia. Em meio a essa consideração simultânea de área com valor, mas em situação indesejada, seria justificável o museu incorporar parte de um bem público que, anteriormente, havia sido considerado de extrema relevância, como visto ao analisar o processo de tombamento do Jardim da Luz. A parte desejada pela Pinacoteca é obtida, como indica um texto de exposição de esculturas nesse espaço em 2000.[324]

Nos limites do atual distrito do Bom Retiro, são perceptíveis outros imbricamentos entre essas ações de renovação da área central e o campo do patrimônio, como, em 1999, na conclusão pelo CONDEPHAAT do processo de tombamento do antigo armazém da Companhia Sorocabana, que havia sido ocupado desde a década de 1930 pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O processo havia sido aberto em 1976 numa reunião do Conselho junto com processos relativos ao Quartel do Batalhão de Guardas, Igreja dos Aflitos, Largo Coração de Jesus, Vila Economizadora e Estação da Luz. Ainda ocupado pelo DOPS e num contexto de ditadura, o processo de tombamento do antigo armazém não prosseguiu até a década de 1980 - no que se levanta a hipótese de divergências entre a postura pretendida pelo CONDEPHAAT e o uso feito pelo DOPS-[325] , quando é agrupado ao tombamento dos Campos Elíseos em um estudo de conjunto urbano realizado por aquele órgão.

O imóvel é destacado do conjunto em 1999, tendo em vista a obtenção de “recursos oriundos de leis de incentivo à cultura para transformar o local numa Escola de Música”,[326] sendo a resolução de 1999 considerada uma homologação específica do tombamento dos Campos Elíseos, que foi resolvida somente em 2013. Importante apontar que, de forma distinta dos processos de tombamento do antigo

[324] Catálogo da exposição ‘Esculturas brasileiras no Jardim da Luz’ constante no CEDOC/Pinacoteca.
[325] Neves, *A persistência do passado*, 2014: p. 102.
[326] Ibidem: p. 103.

Portal de Pedra do Presídio Tiradentes e do Edifício Maria Antônia, esse processo não teve um estudo técnico elaborado para ser tomada a decisão.[327]

Outro programa de marcante relação com o campo do patrimônio que incide sobre o distrito do Bom Retiro é o Monumenta, iniciativa conjunta do Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), baseado na "ideia que a recuperação do patrimônio deverá ser capaz de criar, via mercado, uma dinâmica de transformação urbana".[328] Sua "oficialização dependia de comprovação da capacidade de autossustentabilidade dos investimentos",[329] ligada à sua rentabilidade, numa política que pretendia repetir a experiência realizada em Quito, no Equador, e focava em financiar calçamento, iluminação e mobiliário, diretamente ligados aos *monumentos* a serem restaurados.[330]

Para uma área ser elegível ao investimento do Monumenta era necessário a presença de tombamentos federais, obtendo mais recursos conforme o número de bens reconhecidos em nível federal.[331] Nesse contexto, a próxima ação de patrimonialização da área se dá em 2000, numa significativa atuação do IPHAN ao abrir um novo processo administrativo de tombamento - do "Conjunto Histórico no Bairro da Luz" - em maio daquele ano. A partir de um estudo breve da Superintendência regional - que o nomeia inicialmente como 'Conjunto Monumental da Luz', são apontados inicialmente os seguintes bens como parte desse tombamento: Jardim da Luz; Pinacoteca do Estado; Edifícios Paula Souza e Ramos de Azevedo da antiga Escola Politécnica; Quartel da Luz; Antigo Armazém Central da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana; e os Hotéis Federal Paulista, do Comércio e Queluz. Declaradamente em caráter de urgência, objetivando a apreciação pelo Conselho Consultivo em agosto do mesmo ano, relacionada à proposta enviada ao BID no contexto do Programa Monumenta, um técnico historiador da Divisão de Proteção é enviado para São Paulo para realização de vistorias. [332]

---

[327] Neves, *A persistência do passado*, 2014: p. 105.
[328] Kara-José, *As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo (anos 90)*, 2012: p. 179.
[329] Ibidem: p. 187.
[330] Idem.
[331] Tozi, *Primavera de estações,* 2007: p. 119-120.
[332] Processo nº 143-T-00 / IPHAN.

Ao longo do procedimento administrativo, há um debate que apresenta distinções entre o que seriam propostas de preservação de acordo com o corpo técnico da instituição e a pretendida pelo presidente do órgão. A argumentação do parecer versa em torno de uma abordagem focada no tombamento de edifícios isolados, protegendo o sítio urbano por meio de regulamentação de área envoltória, o que, para o historiador, permitiria uma operacionalização adequada à "revitalização de áreas degradadas".[333] Há também divergências entre os procedimentos de atribuição de valor executados anteriormente pelo IPHAN, especialmente ao estilo eclético. A linha que justificaria o tombamento do conjunto seria que o conjunto seria representativo do desenvolvimento da economia cafeeira, e de marcada atuação por parte do Estado na mudança e reurbanização da região, materializada em grande parcela dos edifícios analisados.

Cabe notar a menção ao processo de inclusão no projeto do BID e a vinculação à agenda da Presidência do órgão como atribuidores de valor, o que leva à não exclusão do edifício do Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocabana do conjunto encaminhado ao Conselho - agora, com a inclusão da Vila Inglesa, denominado "Conjunto Histórico no Bairro da Luz". Com parecer do agora conselheiro Nestor Goulart, há uma inserção do conceito de patrimônio ambiental urbano para compreender a área e, na votação do Conselho, a pedido do agora conselheiro do IPHAN Carlos Lemos, são inseridos neste conjunto o Mosteiro da Luz - com a alcunha de Museu de Arte Sacra–, o Seminário e a Igreja de São Cristóvão e o Hospital Militar como parte do Quartel da Luz. A conselheira Suzanna Sampaio sugere a inclusão do portal da antiga prisão na avenida Tiradentes, que teria sido mercado de escravos.[334]

Sem definição de área envoltória no momento e após essa inclusão de outros bens ao tombamento, há certo dissenso, no que se discute a possibilidade de criação de novo processo ou rerratificação do mesmo. A situação se arrasta até 2011 quando, por necessidade de regularização administrativa de um dos interessados perante o programa Monumenta, é promovida a continuidade da tramitação do procedimento e posto em votação no ano de 2013, alterando-se a

[333] Processo nº 143-T-00 / IPHAN.
[334] Idem.

nomenclatura do tombamento para Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Luz. Em 2017, é encerrado administrativamente prosseguindo os estudos para delimitação de sua área envoltória.[335]

Sobre a atuação do IPHAN ao realizar o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Luz, é possível notar uma explícita atenção às possibilidades abertas pelo reconhecimento federal e a inserção no Monumenta, que motiva e acelera a abertura do procedimento administrativo. A escolha dos bens não se dá de forma sistemática em torno de um bairro ou de ocupação urbana, como foi a ação do CONDEPHAAT em torno dos Campos Elíseos.[336] Porém, vale apontar a atuação do conselheiro Nestor Goulart como conselheiro em seu parecer ao mobilizar o conceito de patrimônio ambiental urbano, o que daria alguma coesão ao conjunto tratado e que não havia sido observado pela equipe técnica do órgão federal; a bibliografia aponta essa como uma das marcas de sua atuação no IPHAN, [337] no que cabe relembrar sua inserção nos debates de expansão conceitual do patrimônio realizados nos anos 1970, como visto.

Aponto também que o processo tem uma grande semelhança com as leituras que já haviam sido realizadas em torno dos mesmos objetos - e até mesmo pelos mesmos agentes, como se percebe na relevância de Nestor Goulart e Carlos Lemos nesse processo. Nesse momento, durante a presidência da República de Fernando Henrique Cardoso, a direção geral do IPHAN desde 1999 era ocupada por Carlos Henrique Heck, arquiteto e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, nos 3 anos anteriores tendo sido presidente do CONDEPHAAT. Heck substitui Glauco Campello, arquiteto paraibano que antes de presidir o IPHAN (então IBPC) entre 1994 e 1999 havia dirigido durante 12 anos a regional do IPHAN responsável por Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esse momento de contato do arquiteto paulista com o mundo do patrimônio nacional pode auxiliar a explicar questões como o constrangimento ao sentar na mesa que havia sido de Rodrigo Mello de Franco Andrade.[338]

---

[335] Processo nº 143-T-00 / IPHAN.
[336] Prata, *Patrimônio Cultural e Cidade*, 2009: p. 73.
[337] Pereira, *Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil,* 2021: cap 3.
[338] Ibidem: p. 47-50.

Com a exceção do Hospital Militar, ligado ao Quartel da Luz, todos os bens tombados neste processo do IPHAN já haviam sido patrimonializados anteriormente, por vezes também pelo próprio órgão federal. Assim, o que se produz é uma consagração de diversas edificações como parte do patrimônio nacional, unidas pela sua própria trajetória de monumentalidade anteriormente produzida pelos setores hegemônicos de ciclos econômicos.

Os processos de tombamento do antigo armazém da Sorocabana e do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Luz se inserem no contexto de alinhamento político entre as instâncias estadual e federal e o desenvolvimento, ao longo dos anos 1990 e 2000, de políticas de intervenção urbana nessa região de São Paulo, dentro de um ideário neoliberal, ligadas por uma visão de 'res' (revitalização, requalificação, reabilitação).[339] Nestas, surgem como peças essenciais os equipamentos culturais, que teriam papel de atrair o público desejado e, também, como máscaras para um projeto político produtor de desigualdades sociais, apresentado com o discurso universalizante, neutro, de valorizador da cultura.[340]

Pondero também que as intervenções em bens culturais executadas dentro do contexto do Monumenta são apontadas como tendo sido realizadas de forma excludente e/ou insuficientes para uma apropriação das mesmas pela população local, o que inclusive teria levado a uma rápida deterioração, o que corroboraria, portanto, para reiterar o caráter contemplativo e monumentalizante da ação dos órgãos de preservação e planejamento federais nesse local.[341]

Nestes dois processos se percebe um certo distanciamento da busca pela definição de uma identidade nacional, com a atuação do conselho do órgão sendo direcionada para a atuação do mercado e das lógicas de disputas entre cidades. Processo semelhante também ocorreu no tombamento de áreas na ilha do Recife em 1998[342] e na separação e aceleramento da homologação do tombamento do antigo armazém da Sorocabana pelo CONDEPHAAT. Todavia, cabe ser ressaltada a atuação de Nestor Goulart através de seu parecer no Conselho Consultivo, no que busca construir um olhar do campo do patrimônio que entende a totalidade dos

[339] Kara-José, *As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo (anos 90),* 2012.
[340] Idem.
[341] Marins, *Do Luz Cultural ao Monumenta*, 2012: p. 160-162.
[342] Ibidem: p; 158.

conjuntos como significativa, entrelaçando seus diversos objetos pertencentes e distanciando-se de uma atribuição de valor aos mesmos como bens isolados.[343]

Ainda que partilhando da criação de uma identidade da região como *Luz* e da relevância das políticas culturais como forma de atuação, essa ação dos anos 1990 e 2000 seria distinta da ação do Projeto Luz Cultural, dos anos 1980, de política pública cultural focada num público "mais contínuo que eventual, que poderia se agregar quotidianamente às outras muitas redes e práticas em curso na área", cujo símbolo é a instalação das Oficinas Culturais Três Rios.[344]

Essa proximidade entre as ações de articulação entre o patrimônio cultural e as iniciativas de culturalização da cidade se insere num contexto de discussão mais ampla da região central da cidade, fortemente influenciada por movimentos de moradia e pela Associação Viva o Centro (AVC). Nesse contexto, ressalto um conjunto de propostas articulado pelo último grupo, contando com o apoio de Jorge da Cunha Lima e Regina Meyer, que, em 1996, publicam um relatório chamado *São Paulo Centro: uma nova abordagem.* Posteriormente, esse dará origem a um projeto urbano que será chamado de Pólo Luz, abrangendo as avenidas Tiradentes, Prestes Maia, Duque de Caxias, rua Mauá, Alameda Nothmann, rua Três Rios e praça Coronel Fernando Prestes.[345]

Esse projeto, não executado, pretendia atingir um horizonte de mudança com intervenções pontuais, chamadas âncoras culturais, ações que conseguiriam "gerar a valorização fundiária através de uma intervenção pontual do Estado no urbano, como historicamente se previa com as intervenções viárias".[346] Há relativa consonância dessas políticas urbanas com a leitura já feita da *Área da Luz* e *Luz Cultural* nas décadas de 1970 e 1980, inclusive com parte dos mesmos agentes intelectuais, agora assessorando parte da sociedade civil.

Algumas das ações estratégicas previstas já estavam ocorrendo à época da publicação, como a reforma da Pinacoteca, a construção da Sala São Paulo e a reforma da Estação da Luz; outras ações apontadas como interessantes seriam a "restauração do Mosteiro da Luz, a ampliação do Museu de Arte Sacra, a

[343] Pereira, *Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil,* 2021: cap 3.
[344] Marins, *Do Luz Cultural ao Monumenta*, 2012: p. 156.
[345] Kara-José, *Políticas culturais e negócios urbanos,* 2007: p.197.
[346] Ibidem, p. 198.

recuperação do Jardim da Luz, o restauro e transformação do antigo edifício do DOPS em centro cultural e a implantação do Museu da Energia".[347] Nesses dez anos da virada para os anos 2000, ocorre uma forte reformulação de diversos equipamentos na região da Luz, com

> a reforma e ampliação da Pinacoteca do Estado, concluídas em 1998; a implantação da Sala São Paulo, uma sala de concertos projetada por meio da adaptação da antiga estação Júlio Prestes da E. F. Sorocabana e inaugurada em 1999, um projeto que custou cerca de 50 milhões de reais; em 2001, a Universidade Livre de Música (atual Escola de Música do Estado de São Paulo - Tom Jobim) foi instalada no antigo Hotel Piratininga, situado no largo General Osório, e adaptado para sua função; em frente à ULM ocorre a inauguração, em 2004, da Estação Pinacoteca, extensão da Pinacoteca do Estado implantada após a reforma e restauração da segunda estação da E.F. Sorocabana, que abrigara também o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops); a adaptação da Estação da Luz (....) para abrigar o Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 2006; e finalmente o Memorial da Resistência, dedicado às vítimas de perseguições políticas, também instalado na antiga sede do Deops, inaugurado em 2009 (...) houve também a inauguração do Museu da Energia de São Paulo, em 2005, situado em uma antigo palacete da época cafeeira, após a desocupação de numerosas famílias que aí viviam encortiçadas.[348]

Nesse momento, a identidade do *Bom Retiro* novamente não se menciona, assim como não havia sido tratada nos planos dos anos 1970 para essa parte da cidade. O que se entendia como *Luz* será expandido no sentido da estação Júlio Prestes e Sala São Paulo, extrapolando ligeiramente os limites do distrito do Bom Retiro, integrando essas âncoras culturais, cujo reconhecimento pelo campo do patrimônio permite a mobilização de incentivos financeiros e de um uso como cenário;[349] por vezes tendo seu reconhecimento alinhado à uma operacionalização desse planejamento voltado à valorização do espaço urbano.

A *culturalização* desses sucessivos e razoavelmente inalterados projetos urbanísticos para a região central - em alguns momentos tangenciando uma das partes do distrito do Bom Retiro - é entendida como uma forma de despolitização, tornando-os inquestionáveis. Ainda que não afirmado diretamente, seu sucesso se mediria por uma valorização fundiária que, por outro lado, não teria forma de

---

[347] Kara-José, *Políticas culturais e negócios urbanos,* 2007: p. 197.
[348] Marins, *Do Luz Cultural ao Monumenta*, 2012: p. 153-154.
[349] Kara-José, *Políticas culturais e negócios urbanos,* 2007: p. 246.

controle ou direcionamento estatal, setor responsável por toda essa ação de transformação no tecido urbano, e com uma normalização da expulsão de certos grupos sociais por conta de seu poder aquisitivo.[350]

uma virada dos anos 2000

Em 2004, outro elemento do distrito do Bom Retiro é percebido pela ótica patrimonial, quando o CONPRESP abre processo de tombamento da Ponte das Bandeiras. O procedimento administrativo já existia desde 2000, iniciado a partir de estudos do DPH. O entendimento da ponte enquanto bem cultural se deve ao reconhecimento da arquitetura do Estado Novo e os projetos ligados a Francisco Prestes Maia, prefeito da cidade entre 1938 e 1945 e entre 1961 e 1965. No caso em questão, especificamente, a atribuição de valor passaria pela relação da Ponte com o Plano de Avenidas, e também com o Túnel 9 de Julho e com a retificação do rio Tietê, num momento de mudanças urbanísticas na cidade e de projetos que monumentalizaram a atuação do Estado. Ainda que como elemento vinculado a esse processo de intervenção mais amplo na cidade, é possível perceber a operação de atribuição de valor por um critério arquitetônico, compreendendo como relevantes as soluções projetuais daqueles anos 1930. Esse tombamento, conduzido na área técnica do DPH principalmente pela socióloga Fátima Antunes, será concluído pelo CONPRESP em 2018.[351]

Também em 2004 a área passa por outra ação de patrimonialização ligada à abertura de processo de tombamento da Estação Armênia do Metrô em virtude do Plano Diretor Estratégico e definição das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), um tipo de enquadramento urbanístico ligado à proteção de bens culturais, algo semelhante às Z8-200. A estação estava listada no chamado Quadro 06, um dos anexos do Plano Diretor de 2004, que enquadrava como ZEPEC uma série de imóveis da arquitetura moderna construídos entre 1920 e 1970, arrolados pela Secretaria Municipal de Planejamento, sucessora da COGEP e depois

[350] Kara-José, *Políticas culturais e negócios urbanos,* 2007: p. 242-254.
[351] Processo administrativo nº 2000-0.012.854-2 / PMSP.

transformada em Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. A bibliografia situa essa ação numa retomada de pesquisas produzidas dentro do fortalecimento de uma visão de preservação da arquitetura moderna, feita pelo conjunto de produção de publicações, historiografia e atuação dos órgãos de patrimônio, notável nas escalas de órgãos estaduais a partir das décadas de 1970 e 1980.[352]

Dentro do desenrolar administrativo mais amplo das ZEPECs, foi aberto um processo de tombamento que englobava esses bens indicados pelo Plano Diretor de 2004 - a Resolução 26/2004 do CONPRESP, na qual estava incluída a estação Armênia da linha azul do Metrô, dentre outros bens. No caso seu valor foi reconhecido, nesse momento, por uma primeira leitura historiográfica da arquitetura moderna e fora do órgão de preservação já instituído. Num âmbito mais geral, essa ampla abertura de processo de tombamento se relaciona com discussões sobre a continuidade do uso de instrumentos de zoneamento para a preservação, transferências do direito de construir, processos participativos e tensões em torno das atribuições de valor do campo do patrimônio.[353]

Em 2004 também tem início outra das ações do IPHAN na região, o Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro (INRC-Bom Retiro). A pesquisa, intitulada como ‘Multiculturalismo em situação urbana’, se dispunha a compreender o bairro, caracterizado como “território urbano complexo”,[354] e seu contexto de “multiculturalismo (...) marca distintiva de uma metrópole globalizada, do século XXI, acolhendo identidades e conflitos em meio ao burburinho do comércio e outros negócios”.[355] Com tratativas iniciais executadas em agosto de 2004, contando com reuniões com o presidente do IPHAN à época, o antropólogo Antônio Arantes, “interessado de modo especial no projeto”,[356] a pesquisa não pretendia ficar meramente subordinada às divisões administrativas do bairro e se focava nos *grupos étnicos* atualmente existentes na região.

Inicialmente, o INRC seria feito em parceria com o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), com a presença do arquiteto Walter Pires, da Divisão de

[352] Tonasso, *Zonas de conflito?*., 2019: p, 141-143; Nascimento, *Blocos de memórias*, 2016: p. 135-162.
[353] Tonasso, op.cit., 2019.
[354] Bondi, *Apresentação,* 2007: p. V.
[355] Ibidem: p. VI.
[356] Memorando 497/2004 – Pasta 022 Arquivo 9ª SR/IPHAN.

Preservação, setor responsável pela execução de trabalhos de pesquisa e gestão do patrimônio cultural edificado dentro do DPH. Em 2005, o mesmo passa a ser diretor do DPH, deixando de acompanhar de forma mais próxima o trabalho, passando a um progressivo distanciamento entre DPH e IPHAN nessa questão.[357] A historiografia feita pelo próprio INRC-Bom Retiro o divide em dois momentos: um entre 2004 e 2005 e um segundo período da pesquisa, que teria sido tocado pelo IPHAN, aplicando "intensivamente a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais".[358] Nesse último, desenvolvido entre 2007 e 2010, se percebe também uma presença de novos técnicos, notadamente em antropologia e educação patrimonial da instituição, com o estudo passando a ser coordenado pela antropóloga Simone Toji.

O INRC-Bom Retiro levantou 215 referências culturais, das quais 39 são celebrações, 51 são edificações, 31 são formas de expressões, 64 são lugares e 20 são ofícios e modos de fazer, numa situação de "vitalidade das expressões culturais" da área.[359] A equipe responsável entendeu como eixos principais observados no estudo "a memória e vivências das dinâmicas de ocupação local" e "a experiência do multiculturalismo vivenciado por meio da presença de grupos migrantes e imigrantes e seus descendentes".[360] Foram apontadas como referências principais a Feira Kantuta e a Igreja Santo Eduardo (categorizadas como lugares); a Dança Tradicional Coreana (forma de expressão); a Sexta Feira Santa da Igreja Ortodoxa Grega e a Lembrança do Genocídio (celebrações) e a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, o Instituto Cultural Israelita Brasileiro, o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, a Oficina Cultural Oswald de Andrade, a Escola Estadual Prudente de Moraes e o Colégio Santa Inês (edificações).[361]

[357] Em depoimento ao autor em 07/12/2019.
[358] Relatório final do Inventário Nacional de Referências Culturais – Multiculturalismo em situação urbana complexa, p. 14.
[359] Toji, *Bom Retiro*, 2007: p. 16.
[360] Inventário Nacional de Referências Culturais – Multiculturalismo em situação urbana complexa.
[361] Idem.

Imagem 31 - Recorte do mapa do INRC-Bom Retiro, marcando com retângulos sólidos edificações, triângulos lugares; hexágonos celebrações e retângulos pontilhados ofícios e saberes.



Fonte: IPHAN, 2008.

Até este momento, não foram verificadas ações para a proteção das referências levantadas a partir do INRC-Bom Retiro, independentemente do instrumento ou órgão envolvido, seja pelo IPHAN, órgão responsável pela execução do INRC-Bom Retiro, ou pelo DPH, também brevemente envolvido em sua realização no começo - com exceção de bens que já haviam sido reconhecidos pelo tombamento e sem relação com o INRC, como o Colégio de Santa Inês e a EE Prudente de Moraes. Ainda que não esteja ligado à ações de preservação específicas por parte dos órgãos de patrimônio, devido à abrangência e profundidade do estudo realizado, parte do processo de compreensão e construção

de significados patrimoniais característico desse tipo de inventário,[362] entendo que o INRC-Bom Retiro deve ser compreendido como uma ação de patrimonialização ocorrida dentro do recorte espacial da presente pesquisa.

A metodologia do INRC está ligada à reconfiguração do campo do patrimônio desde os anos 1980, promovida a partir da consolidação do conceito de referências culturais como base da definição legal de patrimônio e com a adoção - estrategicamente realizada no processo da Constituinte-[363] do conceito de patrimônio cultural *imaterial*. A operacionalização desse arcabouço teórico-jurídico dentro do campo do patrimônio tem momento marcante com a publicação do Decreto nº 3551/2000, que criou o Plano Nacional de Patrimônio Imaterial, e à criação do Manual da Aplicação do INRC, também em 2000. Era delimitado, então, um arcabouço técnico e legal para sustentação de um novo aspecto dentro do campo do patrimônio, para o qual foi criado um novo setor dentro do órgão federal, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

Ainda que não estritamente vinculado ao chamado patrimônio cultural imaterial, consistindo num dos primeiros desdobramentos e definições do que seria o conceito de referências culturais definidos na Constituição,[364] o desenvolvimento do Manual de Aplicação do INRC se liga à necessidade de uma metodologia de pesquisa aplicável para a área do patrimônio imaterial, tendo sido desenvolvida pela empresa Andrade e Arantes, com a participação de Antônio Arantes.[365] Pensado como forma de produção de conhecimento aplicada à patrimonialização do órgão federal, a ferramenta do INRC propõe uma equipe multidisciplinar e etapas de pesquisa que contam com a mobilização e participação dos grupos detentores dos bens culturais em questão.[366]

Aponta-se que seu uso tem sido relacionado mais a uma instrumentalização para fornecer subsídios a processos de registro de bens culturais e menos a, propriamente, uma enumeração ou listagem que caracterizaria um inventário.[367] Há,

---

[362] Arantes, *Introdução*, p. 2000.
[363] Arantes, *Quem fala não é apenas porta-voz, mas intérprete,* 2014.
[364] Chuva, *Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio*, 2017: p. 91.
[365] Morais, Ramassote, Arantes, *Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais,* 2015; Morais, *Modos de fazer e usar o INRC,* 2019.
[366] Arantes, op.cit., 2000.
[367] Morais, Ramassote, Arantes, op.cit., 2015: p. 250.

ainda, uma crescente (e recente) discussão sobre o tema, impulsionada principalmente por técnicos do IPHAN e pesquisadores envolvidos com a elaboração de inventários, como se percebe na bibliografia,[368] a qual se liga a discussões da Associação Brasileira de Antropólogos, tanto sobre o tema do patrimônio cultural quanto às interfaces do ofício da antropologia e do Estado brasileiro.[369]

Para o que cabe neste texto, vale ressaltar uma aparente especificidade da abordagem proposta para o distrito do Bom Retiro, na qual a ação do então presidente do IPHAN - cargo que Arantes exerceu entre 2004 e 2006 - surge como relevante para o recorte adotado da pesquisa. Seria, por um lado, destoante de um cenário do patrimônio imaterial, que se indica na bibliografia como marcado por certo distanciamento do contexto social dos agentes da patrimonialização do Estado: nos registros, se veriam "o frágil, o rústico, o improvisado e o instável, características opostas às noções de ancianidade, monumentalidade e originalidade";[370] e, "no âmbito do marco temporal, há uma evidente opção por associar a identificação da cultura imaterial ao remoto, ao antigo".[371] No caso do INRC-Bom Retiro, o recorte enfoca explicitamente o contexto urbano, entendendo-o como uma "situação complexa", como se percebe em seu título, no que é possível dialogar com a diferenciação entre os conceitos das chamadas sociedades "simples" e "complexas", em que as primeiras são hierarquicamente vistas como menos evoluídas dentro de alguns debates da antropologia.[372] À época haveria um interesse, para Arantes, no estudo de locais de contato, com uma atenção para a transformação de conceitos e as tensões, provocando um "olhar além" de categorias configuradas pela pesquisa acadêmica, como o próprio "urbano".[373]

Outra diferença do estudo em questão seria a abordagem antropológica, pretendendo compreender dinâmicas culturais de forma etnográfica, não apenas adicionando aspectos demográficos a pesquisas já existentes,[374] que se coaduna à

[368] Souza Filho, Andrade, *Patrimônio imaterial de quilombolas,* 2012.
[369] Como em coletâneas publicadas em 2007, 2012 e 2019 pela Associação Brasileira de Antropologia.
[370] Marins, *Novos patrimônios, um novo Brasil?*, 2016: p. 14.
[371] Ibidem, p: 19.
[372] Peirano, *Etnocentrismo às avessas,* 1983.
[373] Arantes, Torres, *Entrevista,* 2008.
[374] Morais, Ramassote, Arantes, *Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências*

necessidade da participação dos grupos identificados como detentores dos bens culturais patrimonializados para o desenvolvimento da política pública do patrimônio cultural imaterial.[375] Ainda que vinculado, de certa forma, ao todo do patrimônio cultural imaterial, entendo que esse recorte do INRC-Bom Retiro em específico, ao situar de forma mais próxima o objeto do sujeito que o analisa, permite tensionar uma tradição de estabelecimento do que podem ser consideradas visões exotizadas de alteridade,[376] na qual os 'outros' surgem como objetos controlados em acordo a leituras compromissadas metodologicamente, como se percebe ao longo da consolidação do campo da antropologia urbana.[377]

Ainda, devem ser consideradas as formas como o corpo técnico que realizou o estudo influenciou nesse tipo de estudo, ao exemplo da compreensão do papel da antropologia como parte de uma negociação de identidades dentro do Estado, na qual se evita a folclorização dos grupos sociais envolvidos na pesquisa e a divisão entre "nós" e "outros", buscando "atuar na articulação de ações necessárias dentro da dinâmica social, política e econômica em que tais grupos se encontram".[378] Um entendimento de identidades não estanques também se percebe na leitura das identidades nacionais praticadas, com o uso do conceito de *hibridação* e a leitura de que os membros dos grupos no Bom Retiro se encontram numa "ressignificação constante entre o polo do que é ser brasileiro e do que é ser estrangeiro, reconstruindo o sentido do que é ser coreano, grego, latino-americano, judeu, italiano, armênio ou nordestino na cidade de São Paulo".[379]

Cabe notar que esse processo de mudança das posturas do corpo técnico se relacionam com uma conjuntura política do órgão federal, a partir de 2003 e 2008, de fortalecimento institucional após um desmonte neoliberal na década de 1990. Nesse momento, o IPHAN contou com uma reestruturação organizacional com a criação do setor de patrimônio cultural imaterial, uma preocupação com a integração do Monumenta e a ação nos municípios, além de uma expansão, que se pretendia

---

Culturais, 2015.
[375] Fonseca, *A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan*, 2017.
[376] Peirano, *Antropologia no Brasil,* 1999.
[377] Paterniani, *São Paulo cidade negra,* 2019: p. 173-186.
[378] Toji, *O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico,* 2011: p. 74.
[379] Toji, *Bom Retiro,* 2007: p. 12.

mais equitativa, do estoque patrimonial no país, com uma maior distribuição de processos de tombamento nas regiões nacionais.[380]

Dessa forma, o INRC-Bom Retiro se distancia também de uma narrativa nacional, hegemônica no IPHAN, de brasilidade construída por uma mestiçagem dominada econômica e culturalmente pela colonização portuguesa, como já observada na bibliografia.[381] Ressalto que a divisão administrativa do distrito do Bom Retiro foi o ponto de partida do estudo em questão.

Ainda, é significativa a construção do *Bom Retiro* como identidade com valor para o campo do patrimônio cultural, ressignificando elementos vistos anteriormente de forma negativa, como a presença judaica nos anos 1940, por exemplo, e entendendo as referências culturais cotidianas como portadoras de valor. Dessa forma, diferenciou-se das características mais identificadas à *Luz,* estudada na década de 1970 ou do conjunto efetivamente tombado nos anos 2000 pelo próprio IPHAN.

culturalização urbanística dos anos 2000

Simultaneamente ao início do INRC-Bom Retiro, essa parte da cidade também foi observada por agentes municipais do campo do planejamento. No caso, em 2005, se deu uma das continuidades dos projetos urbanísticos da região. Além do Monumenta, já tratado, o distrito do Bom Retiro estava inserido no Programa de Reabilitação Urbana da Área Central de São Paulo (PROCENTRO), também conhecido como Programa Ação Centro, reformulando um projeto anterior de 1993. Em seu início, esse projeto de autoria da gestão municipal pretendia promover diversas transformações numa área que abrangia a Praça da República, a da Sé, o Parque Dom Pedro II, parte da região zona cerealista no Pari, passando pela Santa Efigênia, Luz e parte do Bom Retiro.[382]

[380] Paiva, *O Brasil Segundo o IPHAN,* 2019: p. 170-177.
[381] Chuva, *Fundando a Nação,* 2003; *Os arquitetos da memória*, 2009; Gonçalves, *retórica da perda*, 1996.
[382] Oliveira, *Do tombamento às reabilitações urbanas,* 2009: p. 141-147.

Imagem 32 - Composição gráfica indicando o perímetro do PROCENTRO em vermelho.

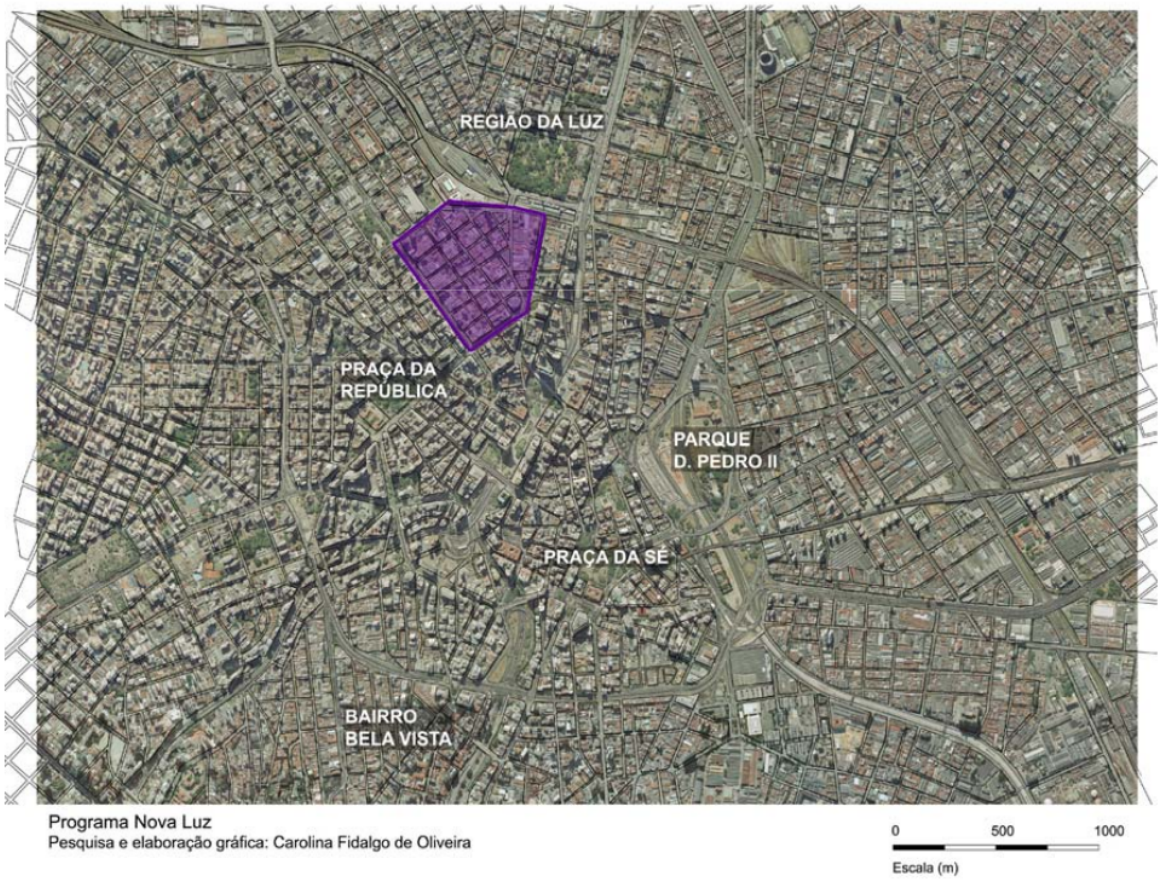


Fonte: Oliveira, 2009.[383]

Em 2005, com uma nova gestão municipal e troca da coalização eleita, uma nova prioridade é inserida no PROCENTRO: a transformação de parte da região próxima às avenidas Cásper Líbero, Rio Branco e rua Mauá, o que ficou conhecido como projeto Nova Luz. Neste ano é promulgado um decreto que definia as possibilidades para esta parte do projeto, que podem ser resumidas em isenções fiscais para tentar criar um pólo de empresas ligadas à tecnologia e área cultural, além da seleção de parte da área para demolição e implantação de novos empreendimentos habitacionais.[384]

[383] Oliveira, *Do tombamento às reabilitações urbanas,* 2009: p. 147.
[384] Ibidem, p. 161-2.

Imagem 33 - Composição gráfica indicando o perímetro do Programa Nova Luz em roxo.



Fonte: Oliveira, 2009.[385]

Esse conjunto de ações, que contaria com desapropriações e demolições em 2007, não atraiu efetivamente as empresas que pretendia, mas sua tentativa auxilia a compreender parte das intenções para aquela parte da cidade. Noto também que o programa segue na mesma linha geral de compreensão dos anos 1970, de que

> o poder público, investindo em infra-estrutura e na recuperação ou melhoria de espaços públicos, promoverá a valorização dessas áreas que serão atrativas para o mercado imobiliário e para setores da sociedade com capital mais elevado. Estes por sua vez, a partir da "reocupação" do território condicionariam a retomada de diversas atividades, recursos e investimentos

[385] Oliveira, *Do tombamento às reabilitações urbanas,* 2009: p. 161.

> para estes espaços, contribuindo (diretamente ou indiretamente) para o fortalecimento e recuperação econômica, bem como para a manutenção e preservação dos espaços de valor histórico.[386]

Em relação com os projetos anteriores, no *Nova Luz* esse processo de agenciamento financeiro de partes da cidade por parte do Estado aprofunda-se, com a regulamentação em 2009 da figura da concessão urbanística e da sua aplicação no perímetro em questão, facilitando as atividades de incorporação.[387]

Ainda vale ressaltar que se mobiliza novamente a identidade de *Luz* para a região, além de estabelecer um perfil para a série de usos seletivamente incentivados com recursos públicos, como se vê na tabela anexa à Lei Municipal 14.096 de 2005:

[386] Ibidem: p. 164.
[387] Pereira, *O projeto Nova Luz e a renovação urbana na região da Luz,* 2009: p. 107-108.

Imagem 34 - Reprodução da tabela de atividades incentivadas pelo Projeto Nova Luz, no que se percebe forte presença de atividades culturais, educacionais e de turismo.

TABELA ANEXA À LEI Nº 14.096, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2005

SEÇÃO 1 - Atividades comerciais
Galeria de arte.
Loja de departamentos.
Shopping Center.
Supermercado ou hipermercado.

SEÇÃO 2 - Atividades de prestação de serviços sujeitas à alíquota de 2%
Creche.
Elaboração de programas de computação (software).
Ensino regular pré-escolar, fundamental e médio.
Ginástica, dança, esportes, natação e artes marciais.
Hospital, laboratório e pronto socorro.
Licenciamento, distribuição ou cessão de direito de uso de programas de computação.
Serviços gráficos.

SEÇÃO 3 - Atividades de prestação de serviços sujeitas à alíquota de 5% com redução para 2%
Análise e desenvolvimento de sistemas, programação, processamento de dados, assessoria e consultoria em informática, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
Cursos de idiomas, computação e demais cursos de instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional.
Digitação e datilografia.
Ensino superior, cursos de graduação e demais cursos seqüenciais.
Espetáculos teatrais e circenses, exibições cinematográficas e programas de auditório.
Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem e mixagem.
Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, retocagem, reprodução e trucagem.
Hospedagem em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service e suite service.
Óperas, ballet, danças, concertos e recitais.
Organização de festas e recepções (bufê) realizadas em estabelecimento localizado na região-alvo.
Propaganda e publicidade.
Provedores de acesso à internet.
Reprografia, microfilmagem e digitalização.
Shows, bailes, desfiles e festivais.
Telemarketing e Central de Atendimento Telefônico "Call Center".

Fonte: São Paulo, 2005.[388]

[388] São Paulo (cidade). Lei 14.096 de 8 de dezembro de 2005.

É dentro desse contexto de intenções que, em 2007, é comunicado que a EE Prudente de Moraes sairia do prédio construído em 1950 pelo Convênio Escolar. A destinação da área era ao início nebulosa, com as informações apontando para uma demolição e construção de estacionamento[389] ou, no que se provaria mais acertado, que seria destinada para a ampliação da Pinacoteca. Já a escola teria destino incerto, com inquietações de que a mesma seria fechada e seus alunos transferidos para outras unidades.[390] Parte da comunidade escolar, ao finalmente tomar conhecimento desse conjunto de intenções, se organiza contra o fechamento da mais que centenária instituição de educação na qual trabalhavam ou em que seus filhos estudavam.

Em agosto de 2007, ainda sem nenhuma confirmação oficial dos planos ou destinação da edificação, a comunidade escolar faz um abraço coletivo ao prédio do Convênio Escolar, além de organizar uma passeata até a sede da Secretaria Estadual de Educação, no Largo do Arouche. É numa reunião ligada a essa passeata que se formalizam as intenções das secretarias estaduais de Educação e Cultura para o prédio, em Comunicado Oficial publicado em 25/08/2007, informando aos pais, alunos e professores que

> a cidade de São Paulo passa por um processo de valorização da região central, com projetos importantes para revitalizar a área. Destaque da cultura nacional, a Pinacoteca do Estado é um dos marcos desta recuperação, pois localiza-se no Bairro da Luz, ao lado do Parque da Luz, na região conhecida como Cracolândia.

A mudança da escola estava sendo gestada desde março daquele 2007 - de acordo com informações oficiais - em contatos entre a Pinacoteca e o gabinete da Secretaria da Educação, que teriam posteriormente se reunido com a secretarias estaduais da Casa Civil e Cultura, com esses atores acordando “que o prédio da escola Prudente de Moraes será cedido à Pinacoteca apenas se houver a possibilidade de construção de outra escola no mesmo quadrante”.

Esses planos são reafirmados pela Secretaria Estadual de Educação, como consta em seu Comunicado Oficial - publicado após a reunião realizada logo em

[389] Conforme resultados da Questão 2 do questionário online.
[390] Conforme resultados da Questão 17 do questionário online.

seguida ao protesto, quando oficialmente a comunidade escolar é recebida. A confusão de versões e uma certa demora da gestão em travar diálogo abertamente com a comunidade escolar, feito após ser pressionada, justifica um certo cuidado em acolher alguns detalhes do documento oficial. Isso ainda mais quando a própria comunidade escolar, que provocou a reunião que engendrou a comunicação oficial, indica que partiu dela a demanda pela manutenção da escola, entendendo como razoável sua instalação em um local próximo.[391] No Comunicado Oficial já citado, aponta-se um possível local "disponível" para construir essa nova edificação educacional, que ficaria próximo e estaria cedido à Polícia Militar pela Prefeitura de São Paulo.

A insatisfação com a possibilidade de saída da EE Prudente de Moraes da edificação que já ocupava, à época, há mais de 50 anos, alcança atores que não frequentavam a escola cotidianamente. Ainda naquele mesmo agosto de 2007, o deputado estadual Carlos Giannazi realiza audiência pública na Assembleia Legislativa; também há a abertura de um inquérito civil pelo Ministério Público estadual. Em outubro de 2007, é a vez de ser publicado no Estado de São Paulo, jornal de grande circulação, um artigo de opinião de Abram Szajman intitulado "Em defesa da educação pública". O texto retoma o histórico especificamente da EE Prudente de Moraes, afirmando que a primeira informação sobre a transformação seria que "a escola corre o risco de ser demolida para que em seu lugar seja erguido um prédio, cuja finalidade seria a de abrigar o acervo e as mostras de arte contemporânea da Pinacoteca".

Para Szajman, um dos impeditivos desse plano seria o processo de tombamento aberto pelo CONPRESP, que barrava sua demolição, além das necessidades das políticas educacionais que impediriam o fechamento de uma escola, num momento em que seguia sendo necessária. O autor, então presidente de relevantes instituições do terceiro setor como a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) e dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac, pontua também a relevância da escola para o Bom Retiro e Luz. É possível ver que Szajman tem uma relação especial com a EE Prudente de Moraes, como se vê num trecho em primeira pessoa do artigo publicado no jornal:

[391] Conforme respostas do questionário online.

> Eu mesmo, quando criança, freqüentei os seus bancos e salas de aula, o que contribuiu para formar minha convicção de que apenas a partir da escola pública de qualidade se pode construir um país desenvolvido e justo, com os mecanismos de mobilidade social que permitam aos menos favorecidos ascender na escala social, como foi o meu caso e o de tantos outros filhos de imigrantes sem recursos.

O então presidente da bilionária associação ligada ao comércio de São Paulo conclui sua defesa da escola pública, feita simbolicamente através da EE Prudente de Moraes, desejando que o bom senso da manutenção da escola naquele local seja feito e que, assim, seja dado um passo para a construção adequada de uma nação, ao exemplo da Coreia do Sul.

O Comunicado Oficial emitido pelas secretarias de Educação e Cultura é eloquente para apontar como a área é observada e quais as justificativas para a transferência do prédio. Sendo apenas recipiente da mensagem, a comunidade escolar é informada das mudanças pelas quais São Paulo estaria passando, com a Pinacoteca surgindo como ponto de destaque desse processo em nível nacional. A transformação se daria pela valorização da região central; seu recorte aqui é a Luz como bairro, dentro da área denominada como Cracolândia.

Esse processo, referido de forma vaga no comunicado, pode ser entendido como um conjunto de intenções direcionadas a parte do centro da cidade, que se reiniciaram em 2005 com a oficialização do Nova Luz como projeto da nova gestão municipal. A ideia incluiria a desapropriação de uma série de imóveis em quadras próximas à avenida Duque de Caxias, rua Mauá e avenida Cásper Líbero, além da concessão de uma série de incentivos fiscais, como já apontado.[392] A perspectiva seria de uma renovação urbana da área, que estaria passando por esvaziamento de sua população e perda de valor imobiliário, além de concentração de ilegalidades na região, que estariam provocando a deterioração daquela parte do centro.[393]

Ainda que fora do perímetro principal do projeto Nova Luz, a Pinacoteca é aproximada a ele no Comunicado Oficial, sendo ressaltada como símbolo de uma recuperação da área, no que é possível de perceber um alinhamento nos discursos

[392] Pereira, *A Nova Luz,* 2017: cap. 2.
[393] Pereira, *O projeto Nova Luz e a renovação urbana na região da Luz*, 2009: p. 77.

da gestão estadual e municipal, ambas à época do mesmo campo partidário. Também é notável a mobilização da *Cracolândia* no discurso como uma definição daquela parte da cidade, aplicando um

> estigma de degradação e criminalidade decorrente da presença, em ruas do bairro, de diversos usuários de crack, dentre eles homens, mulheres e meninos em situação de rua, profissionais do sexo.[394]

Assim, utilizando as problemáticas relacionadas à pobreza e dependência da droga como marcadores negativos, se constrói uma identidade que se sobrepõe ao bairro da Luz - por mais que a Pinacoteca e a EE Prudente de Moraes estivessem afastadas de fato da territorialidade itinerante do fluxo, que se dava mais próxima à praça Júlio Prestes.[395]

Dessa forma, amalgamada à parte da cidade conhecida Luz, a *Cracolândia* serve como duplo ao qual se opõe o Projeto Nova Luz, atrelado à identificação da Luz como *bairro cultural*.[396] Justifica-se, assim, a execução de políticas de transformação da área, pensadas como uma forma de tornar a área mais permeável a certas dinâmicas de mercado,[397] em especial, nesse caso, a práticas de consumo cultural, operação narrativa que ocorreu de forma semelhante no Rio de Janeiro, no contexto das intervenções associadas aos Jogos Olímpicos.[398] No caso da comunicação analisada, a *Cracolândia,* ameaça urbana expandida até o prédio da Pinacoteca na esquina da avenida Tiradentes, serve como argumento para legitimar a transferência da EE Prudente de Moraes e a ampliação da Pinacoteca, movimentos colocados como parte dos esforços de “revitalização” da área.

Como visto, a efetiva transferência da EE Prudente de Moraes dependeria da manutenção da instituição num local próximo. Indicado no Comunicado Oficial de 2007 de forma relativamente vaga, o local que receberia a nova edificação da EE Prudente de Moraes seria uma gleba da Prefeitura, parte dela cedida a Polícia Militar.

---

[394] Frugoli Jr, Spaggiari, *Da cracolândia aos nóias,* 2010: p. 2.
[395] Idem.
[396] Idem.
[397] Frugoli Jr, Cavalcanti, *Territorialidades da(s) cracolândia(s)em São Paulo e no Rio de Janeiro.* 2013*:* p. 83.
[398] Frugoli Jr, *Roteiro pelo bairro da Luz, São Paulo*, 2008.

Imagem 35 - Mapa da situação em 2004.



Nesta se vê a Pinacoteca (na parte mais inferior, indicada pela mancha azul), o Jardim da Luz (em verde), a EE Prudente de Moraes na esquina da rua Ribeiro de Lima (em laranja) e, no quarteirão logo antes da praça Coronel Fernando Prestes, na parte superior da imagem, a presença da antiga garagem municipal (amarelo). Elaboração do autor, fev/2022. Fonte: Geosampa, foto aérea de 2004, acesso em dezembro/2021.

Imagem 36 - Foto da sala de aula da EE Prudente de Moraes na edificação construída pelo Convênio Escolar.



Crédito da fotografia: Carlos Kipnis e Clóvis Copelli, 2006.[399]

[399] Ferreira; Mello, *Arquitetura escolar paulista,* 2006: p. 119.

Imagem 37 - Foto da entrada principal da EE Prudente de Moraes na edificação construída pelo Convênio Escolar, com o busto do patrono.



Crédito da fotografia: Carlos Kipnis e Clóvis Copelli, 2006.[400]

[400] Ferreira; Mello, *Arquitetura escolar paulista,* 2006: p. 118.

Imagem 38 - Foto do corredor da EE Prudente de Moraes na edificação construída pelo Convênio Escolar, com crianças em sala de aula e jardins ao fundo, à direita.



Crédito da fotografia: Carlos Kipnis e Clóvis Copelli, 2006.[401]

[401] Ferreira; Mello, *Arquitetura escolar paulista,* 2006: p. 118.

Imagem 39 - Foto da parte externa da entrada principal da EE Prudente de Moraes na edificação construída pelo Convênio Escolar, face para a avenida Tiradentes.



Crédito da fotografia: Carlos Kipnis e Clóvis Copelli, 2006.[402]

Porém, não é em 2007 e nem na parte do terreno ocupada pela Polícia Militar que se executarão os planos de construção desse novo prédio para a escola. À época, o terreno da Prefeitura havia sido cedido a título precário em 2006 para a Polícia Militar, mas havia sido historicamente ocupado pela Garagem Municipal e divisões administrativas relacionadas e, posteriormente, pela Defesa Civil do município. Pode-se inferir a interferência dos planos de implantação de novo espaço para Pinacoteca na mudança de destinação dessa área municipal, já que em 2008 a mesma tem sua destinação alterada pelos Decretos Municipais nº 49.227 e 49.617/2008: segue parcialmente destinada à Polícia Militar e à construção de uma nova sede do Centro de Operações, e outra parte passa a ser destinada para a construção da nova EE Prudente de Moraes.

Em 2009 percebe-se a continuidade das disputas em relação à área, sendo que em maio deste ano a área técnica do DPH protocola um processo administrativo para tratar das instalações que haviam abrigado a Garagem Municipal, já com um histórico inicial que tratava da urbanização da área, da trajetória da Garagem e da necessidade estatal de organização para sua

[402] Ferreira; Mello, *Arquitetura escolar paulista,* 2006: p. 117.

administração, com pesquisa iconográfica correspondente.

Os valores atribuídos pela Seções Técnicas de Levantamento e Pesquisa e de Crítica e Tombamento do DPH (STLP e STCT/DPH) ao conjunto das antigas instalações da garagem envolviam sua leitura dentro de um conjunto urbano da praça Coronel Fernando Prestes, a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora e o antigo complexo da Escola Politécnica, e também como uma edificação representativa de mudança administrativa realizada pela Prefeitura na primeira metade do século XX, no qual essa esfera do Estado se estrutura e organiza de forma diversa, com a construção de edificações destinadas à própria instituição. No caso específico, foi apontado que a central de armazenamento de materiais saiu de um local alugado e considerado pequeno, efetuando um gasto menor a longo prazo para ter um lugar mais amplo, visto como adequado à administração pública na época de sua reformulação.[403] O encaminhamento para a chefia imediata, ainda dentro do DPH, é feito no mesmo maio de 2009.

Não é o único processo administrativo envolvendo a área que tramitava no âmbito municipal; nos primeiros dias de janeiro de 2009[404] havia sido criado um processo para a construção da nova EE Prudente de Moraes, a pedido da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), responsável pela construção de edificações escolares. Analisado e encaminhado para a deliberação do CONPRESP. Na 464ª Reunião do Conselho, no começo de julho daquele ano, o pedido foi inicialmente indeferido. Poucos meses depois, na 469ª Reunião, em setembro, o mesmo processo retorna para deliberação e é deferido, como resume a ata dessa reunião:

> O projeto apresentado havia sido indeferido em reunião anterior. No entanto, após entendimentos entre o Presidente do CONPRESP e o Diretor de Obras e Serviços da FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, verificou-se que seria possível a realização de pequenas modificações nesse projeto para permitir a preservação de parte dos galpões da Antiga Garagem Municipal e a manutenção dos procedimentos administrativos em curso na FDE para a construção da nova escola. Desta maneira, o projeto foi reexaminado e, por unanimidade de votos, **DEFERIDO**, **com as seguintes diretrizes**: a) Preservar a volumetria do GALPÃO 2 e preservar e restaurar a sua fachada Afonso Pena e a sua parede sul; b) Preservar a fachada do

[403] Processo administrativo nº 2009-0.149.595-2 / PMSP.
[404] Processo administrativo 2009-0.005.933-4 / PMSP.

> GALPÃO 3; c) Apresentar, para aprovação do Conpresp, antes do início das obras, o projeto alternativo.[405]

Percebe-se, nesse momento, a ação do conselho municipal de preservação, então presidido pelo professor de arquitetura José Lefevre, que se reuniu com representante da FDE. Com a preservação de elementos da antiga Garagem, ainda que nem todos aqueles que haviam sido inicialmente apontados no estudo técnico, o projeto de nova edificação foi analisado mais uma vez pelo Conselho. Dessa vez, foi aprovado, devendo ainda atender algumas diretrizes relacionadas à preservação do conjunto então existente e construído para abrigar a garagem municipal.

Diferente desses pedidos de novas construções, iniciados e aprovados em 2009, o tombamento da antiga garagem municipal não terá andamento até 2012. Neste ano o processo novamente é encaminhado ao CONPRESP, que o devolve ao DPH para nova análise, em face da aprovação já ocorrida enquanto o processo havia aguardado resposta interna do órgão, que será retomada em 2015.

A associação entre as políticas de reconhecimento dos órgãos de preservação e a ação de implantação de equipamentos culturais esteve presente na próxima ação de patrimonialização na área, que se desenvolve a partir de 2008, quando é aberto pelo CONDEPHAAT o processo de tombamento da antiga estação elevatória de esgotos do Brás. Na região de várzea do Tamanduateí, quase em seu encontro com o Tietê, a edificação que abrigava a estação é entendida pelo conselho estadual como portadora de valor cultural por estar inserida num contexto histórico do saneamento, sendo um exemplar arquitetônico desse momento da ação do Estado no “período inicial da industrialização paulista”.[406]

O procedimento administrativo foi aberto após pedido da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, num local que havia sido utilizado como museu até a década de 1990 e que pretendia ser utilizado novamente para fim semelhante, inclusive com o assunto já sendo discutido num estudo contratado pela referida Fundação para o tombamento e projeto de intervenção arquitetônica. A antiga estação elevatória de esgotos será tombada definitivamente em 2012 e atualmente encontra-se fechada.

---

[405] Ata da 469ª Reunião do CONPRESP.
[406] Processo 57881/08 / CONDEPHAAT.

Posteriormente, há a abertura de tombamento pelo CONPRESP dos remanescentes do antigo Hospital Militar da Força Pública em 2013. A área já havia sido considerada relevante como patrimônio pelo IPHAN no tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Luz, que passava pela conclusão de ajustes administrativos no mesmo ano. A ação do órgão municipal atribui valor ao antigo hospital pelo viés arquitetônico, como projeto de Ramos de Azevedo que aplicava os princípios higienistas, parte de um complexo militar na região.[407]

Nesse período, como visto, enquanto se preparava a construção de uma nova edificação, a EE Prudente de Moraes mantinha suas atividades no prédio realizado pelo Convênio Escolar. A mudança para a nova edificação é anunciada na passagem para o segundo semestre de 2014, com professoras e funcionários preparando as coisas e realizando a transferência de forma apressada.[408] O prédio que recebia a EE Prudente de Moraes, localizado na esquina da rua Afonso Pena com a praça Coronel Fernando Prestes, ainda estava sendo finalizado, com espaços em obras e não adequados para receber atividades de ensino infantil. A percepção da comunidade escolar em relação a essa transferência será tratada no capítulo seguinte.

Em 2015, ocorre mais uma ação dos órgãos de patrimônio cultural na região. Quando a EE Prudente de Moraes já desenvolvia suas atividades na edificação da rua Afonso Pena, e com o antigo edifício da Avenida Tiradentes desocupado e aguardando a utilização por parte da Pinacoteca, há a abertura de processo de tombamento das antigas instalações da garagem e do almoxarifado municipais pelo CONPRESP. A deliberação do Conselho é posterior ao posicionamento do DPH, que como visto havia instaurado um procedimento administrativo em 2009 visando a proteção da área, mas que ao não ter encaminhamentos naquele ano perdeu relevância perante a demolição de quase todo o conjunto da antiga garagem.

[407] Processo administrativo nº 2013-0.133.745-1 / PMSP.
[408] Como será tratado em maior detalhe no capítulo 4.

O processo administrativo de tombamento é retomado com um parecer da equipe técnica em 2012, do arquiteto Mauro Pereira de Paula Jr., defendendo que o que poderia ainda ser preservado seria insuficiente para a compreensão do existente anteriormente, e sustentando que os remanescentes da antiga garagem e almoxarifado não deveriam ser preservados, para não ocultar seu desaparecimento. O entendimento do conselheiro que relata o processo no Conselho é distinto, considerando que a manutenção de estruturas remanescentes permite a leitura de que lá havia edificações e usos distintos no local, procedendo à abertura de processo em 2015; situação similar se repete quando de seu tombamento, em 2018, com a resolução 10/CONPRESP/2018, que acaba protegendo apenas a edificação na esquina da rua Afonso Pena e rua Ribeiro de Lima, sem maiores implicações nas fachadas consideradas no momento de aprovação da construção da nova EE Prudente de Moraes.

O olhar seguinte do patrimônio cultural para o distrito do Bom Retiro é um desdobramento da abertura do processo de tombamento das antigas Z8-200 pelo CONPRESP, realizado em 1992 e já tratado anteriormente. Em 2015 se reinicia a tramitação do procedimento administrativo no DPH, em que a arquiteta Clara D'Alembert encaminha a atualização fichas desses bens, analisando seu valor para o tombamento definitivo de acordo com sua "relevância histórica, representatividade estilística, incorporação de elementos artísticos, integridade arquitetônica, caráter afetivo e referencial e interesse ambiental".[409]

Essa análise embasa dois tipos de decisão do CONPRESP. Numa delas, a que gerou a resolução 21/CONPRESP/2016, são excluídos do tombamento definitivo parte dos imóveis antes patrimonializados à avenida Tiradentes. Teriam sido *descaracterizados* os números 746-8; 750-2; 764 e 768-772 da referida avenida, não tendo mais os valores anteriormente atribuídos a eles e sendo injustificada sua preservação. Apesar de relativamente distinta da atuação dos órgãos de preservação na área, que sinaliza em um sentido de preservação de edificações e depois o confirma, essa exclusão de proteção também é uma ação de articulação que se baseia na leitura dos valores das edificações, que por não os possuírem agora não são mais consideradas como bens culturais.

[409] Processo administrativo nº 1992-0.009.298-5 / PMSP.

Outro desdobramento dessa retomada em relação à esses conjuntos na área do Bom Retiro é o tombamento definitivo dos outros imóveis anteriormente incluídos na Z8-200, com a resolução 22/CONPRESP/2016. Os bens da região foram indicados para preservação tendo em vista a manutenção de sua feição eclética e o valor para a ambiência urbana, em diálogo com a discussão do instrumental teórico operado quando do enquadramento desses bens. Exceções dessa linha são duas edificações: a antes ocupada pela escola Prudente de Moraes e a chamada Igreja Armênia do Rito Oriental Católico.

A primeira tem uma orientação de preservação devido ao entendimento de ser "exemplar paradigmático da arquitetura moderna",[410] também sendo valorada pela presença de árvores, o que integraria a mesma ao Jardim da Luz, numa continuidade da valoração do enquadramento em Z8-200, com o texto da ficha do bem sendo semelhante ao 'tijolinho', a publicação da SEMPLA que englobava referências culturais protegidas municipalmente até 1984.[411] Por sua vez, a dita Igreja Armênia tem também sua preservação total recomendada, no que se *desconsideraria* seu valor arquitetônico, com a atribuição à mesma de valores "afetivo e referencial".[412]

Há também um viés estético-estilístico marcado nesse processo de tombamento da EE Prudente de Moraes na resolução 22/2016, cuja filiação a uma escola definiria se a edificação teria valor como arquitetura, dialogando mais com a historiografia arquitetônica e uma análise das formas construídas do que pensando como as edificações foram observadas de uma forma mais ampla. É dentro dessa perspectiva que pode ser lido o olhar do DPH para a escola, vista apenas como edificação da arquitetura moderna, deslocada da produção mais ampla do Convênio Escolar e dos significados atribuídos pela comunidade que havia se relacionado cotidianamente com aquele edifício ao longo de outras décadas - inclusive sem tratar a saída da instituição do ponto de vista do patrimônio cultural, ou outras

[410] Processo administrativo nº 1992-0.009.298-5: p. 228 / PMSP.
[411] Secretaria Municipal de Planejamento, *Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*, 1984. Para maiores informações sobre a publicação, ver Tonasso, *Zonas de conflito?,* 2019: p. 59.
[412] Processo administrativo nº 1992-0.009.298-5: p. 1094 / PMSP.

mudanças nos significados atribuídos à EE Prudente de Moraes ao longo das quase quatro décadas que os órgãos de preservação municipais a acompanharam.

Na preservação da edificação referida como Igreja Armênia, é possível perceber que a marcação do valor está ligada a um processo "afetivo", distinto de uma objetividade do valor da *técnica* e da *arquitetura*, que se legitimam entre si, algo possível de ser relacionado com a operação do discurso autorizado do patrimônio.[413] Vale ressaltar que a preservação estendida à Igreja Armênia do Rito Oriental, cujo reconhecimento se deu pela afetividade de um grupo social específico, foi a mais restritiva possível dentro da resolução de tombamento, com diretrizes específicas para o bem, que destoa do procedimento geral da listagem, aproximando-a de um detalhamento e cuidado de objetos da ortodoxia patrimonial.[414] Essa igreja também havia sido observada pelo INRC-Bom Retiro, entendida como Igreja Católica São Gregório Iluminador e associada a outras referências da comunidade armênia, como a Missa do Rito Católico Armênio, a Língua Armênia, que, assim como a Igreja em questão, foram inventariadas mas não elencadas para salvaguarda.[415]

Ainda no mesmo ano de 2016, foi aberto outro processo de tombamento, ligado à definição da nova lei de zoneamento, a Lei Nº 16.402 de 22 de Março de 2016. Antes da elaboração dessa legislação, houve o envio de sugestões do DPH à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que elaborava a minuta da lei. Quando foi promulgada, mais da metade dos bens a serem considerados não constava na referida legislação. O órgão de preservação os levou ao CONPRESP, que decidiu, então, "abrir uma resolução de tombamento para todos aqueles que não foram incluídos, mas que haviam sido, de alguma forma, solicitados pela sociedade, através dos pedidos de tombamento", o que levou à resolução 23/CONPRESP/2016, abrindo o processo de tombamento de uma listagem de bens. Cabe notar que essa legislação também previa um prazo de dois anos para a finalização dos prazos dos processos de tombamento abertos das ZEPECs, que levou a um aumento do número de processos analisados pelo Conselho até 2018.[416]

---

[413] Smith, *Uses of heritage*, 2006.

[414] Processo administrativo nº 1992-0.009.298-5 / PMSP; resolução 22/CONPRESP/2016, com 4 das 216 entradas sendo correspondentes à preservação total.

[415] INRC Bom Retiro; p. 138 do anexo 3.

[416] Tonasso, *Zonas de conflito?*, 2019.

A resolução 23/CONPRESP/2016 incidiu sobre o distrito do Bom Retiro com a abertura de processo de tombamento do painel de azulejos de Alfredo Volpi, protegendo o edifício Eldorado, na rua Afonso Pena, e de um antigo posto de gasolina à avenida Tiradentes com rua Porto Seguro. Este último bem tem seu tombamento definitivo deliberado pelo CONPRESP em 2017, em conjunto com um antigo posto de serviços automotivos no bairro da Aclimação, num processo conduzido pela socióloga Fátima Antunes. O valor atribuído às edificações é por serem testemunhos de período de maior acesso aos automóveis em São Paulo, assim como de uma arquitetura ligada ao estilo "neocolonial hispano-americana". A resolução de tombamento considera esses postos

> remanescentes dos primeiros modelos de postos de serviços automotivos implantados na cidade de São Paulo por empresas estrangeiras distribuidoras de combustíveis, entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930, e construídos, neste caso em particular, pela Anglo-Mexican Petroleum Company Limited, atual Shell do Brasil S/A.[417]

Ainda que pouco marcada, é possível observar que o órgão de preservação aponta a filiação dos postos a um estilo arquitetônico; no caso, a um cuja preservação não foi feita de forma tradicional pelo campo do patrimônio influenciado pelo paradigma da arquitetura modernista.[418] O neocolonial hispano-americano, também chamado de *misiones*, fez parte das disputas pela hegemonia do campo da preservação, da historiografia e da prática da arquitetura, especialmente nas décadas de 1920 e 1930,[419] tendo sido suplantado pelo movimento modernista.

O reconhecimento do valor cultural desses postos de gasolina, feitos num processo conduzido por uma socióloga da equipe técnica do DPH, marca seu pertencimento ao passado, *antigos,* num discurso que situa o bem fora de uma cronologia rígida, como se vê numa das avaliações feitas pelo órgão não haver marcação baseada em anos ou décadas. Dessa forma, é possível perceber um foco num processo ocorrido ao longo do tempo, e menos numa datação de quando algo poderia ter acontecido.

---

[417] Processo administrativo nº 2008-0.108.451-9 / PMSP.
[418] Nascimento, *Blocos de memórias,* 2016; Chuva, *Os arquitetos da memória*, 2009.
[419] Pinheiro, *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio…,* 2011; Magalhães, *A Inspetoria de Monumentos Nacionais,* 2017.

Ao observar esse tombamento, o que se entende como significativo daquele momento é o *deixar de ser exclusivo* dos carros, que "cresciam em número pelas ruas da cidade",[420] construindo uma ligação daquele bem com um cotidiano baseado no rodoviarismo e em automóveis particulares. Nota-se certa vinculação com a ideia de urbano e uma presença do rotineiro, perspectivas que, como visto, estão presentes no campo do patrimônio em São Paulo a partir dos anos 1980.

Em 2017, também foi concluído pelo CONPRESP o tombamento da Estação Armênia da Companhia do Metropolitano, analisado em conjunto com outras três estações, que foram valoradas pela participação do arquiteto Marcelo Fragelli e de outras empresas do consórcio que implantou a primeira linha do Metrô na cidade, assim como sua "concepção formal" arquitetônica e a relevância da preservação do "*patrimônio moderno"* de São Paulo. A Estação Armênia também é valorada como patrimônio, no parecer da arquiteta Dalva Thomaz, do corpo técnico do DPH, por ter sido uma relevante contribuição técnica por conta da dificuldade de realizar a transposição da várzea do rio Tamanduateí.

É possível perceber nesse processo de patrimonialização a presença do critério arquitetônico das estações para caracterizar o bem como tal. Também se trata, de maneira explícita, especificamente do processo de preservação da produção da arquitetura do movimento moderno em São Paulo, no que se pode relacionar com uma consolidação, a partir dos anos 1970, da valoração como patrimônio desse tipo de edificações e de uma historiografia específica,[421] nesse caso inicialmente provocada a partir da ação do Quadro 06, conforme já apontado anteriormente. Também cabe trazer que a Estação Armênia havia sido brevemente estudada pelo INRC-Bom Retiro, cujos aspectos ressaltados pela equipe do IPHAN diziam respeito mais à sua relação com a comunidade armênia que, em 1985, logrou alterar o nome da estação, anteriormente Ponte Pequena, remetendo ao nome histórico daquela região.[422] Posteriormente, em 1995, a estação recebeu uma obra de arte relacionada com a identidade armênia, onde se encerra uma das referências culturais ressaltadas pelo INRC-Bom Retiro, a celebração da Lembrança

[420] Processo administrativo nº 2008-0.108.451-9 / PMSP.
[421] Nascimento, *A construção da ideia de patrimônio moderno no Brasil,* 2020.
[422] Passos, *O Metrô e o patrimônio histórico,* 1985.

do Genocídio Armênio, passeata que rememora e denuncia massacres étnicos ocorridos em 1915.[423]

Ainda que fora do distrito do Bom Retiro, sobre a temática da preservação da arquitetura do movimento moderno em São Paulo vale apontar que ao longo de 2017 e 2018 há uma série de tombamentos do CONPRESP relacionados à temática, como o de casas do arquiteto Rodrigo Lefèvre e os de obras do arquiteto Oswaldo Bratke, de obras do arquiteto Hans Broos, de Paulo Mendes da Rocha e Vilanova Artigas, respectivamente nas resoluções 34, 35, 39, 42 e 45/CONPRESP/2018, com a participação marcada da arquiteta Dalva Thomaz em nas conclusões desses estudos, em grande parte de indicação do quadro 06 do Plano Direto de 2004. O aumento das decisões sobre a preservação pelo tombamento está ligado à premência para a conclusão de processos determinada na aprovação da então nova lei de uso e ocupação do solo, como apontado.

Vale ressaltar, especificamente, a resolução 30/CONPRESP/2018, que tombou três escolas e duas bibliotecas, analisando como valores dos bens fazerem parte da experiência do Convênio Escolar, sendo a ação de

> arquitetos da Comissão Executiva, coordenada por Hélio Duarte e em particular Eduardo Corona, Roberto José Goulart Tibau, Ernest Robert de Carvalho Mange e Oswaldo Corrêa Gonçalves na elaboração de uma linguagem adequada à construção de um conjunto de escolas, bibliotecas e outros prédios públicos.[424]

Cabe ponderar que essa última é uma dentre outras ações de reconhecimento da arquitetura do movimento moderno, como se vê nas ações do CONPRESP no mesmo 2018, e que trata apenas parcialmente do conjunto de edificações realizadas no âmbito do Convênio, e através da valorização dos arquitetos envolvidos. Pode ser entendida como relevante, em especial, por estar de alguma forma presente uma ampliação de quais objetos devem ser entendidos como portadores de valor, conforme visto como mais adequado por parte da historiografia arquitetônica mais recente.[425]

---

[423] Relatório final do INRC Bom Retiro: p. 150; Anexo 3 do INRC Bom Retiro: p. 151.
[424] CONPRESP, Resolução 30/2018.
[425] Martins, *"Há algo de irracional...",* 2010.

Essa série de tombamentos de 2018 pode ser entendida como uma continuidade das ações do órgão de preservação municipal em relação à arquitetura do movimento moderno. Essas são visíveis desde os anos 1970 e 1980, em propostas de atores como Carlos Lemos e Benedito Toledo, atuantes também na construção de uma historiografia da arquitetura naquele momento,[426] que repercutem no mínimo até 2016 quase que intocadas, como visto no tombamento das Z8-200. Outras formas de olhar a produção arquitetônica do movimento moderno pelo DPH foram ações como o Inventário de Arquitetura Moderna, rascunhado em conjunto com o DOCOMOMO,[427] além de tombamentos relacionados a alguns desses bens na década de 1990, ainda que com outras trajetórias institucionais dentro da Secretaria Municipal de Cultura, como a proteção dos teatros Paulo Eiró, João Caetano e Arthur Azevedo.[428] Em discussões como a do tombamentos do Conjunto Residencial da Mooca, um dos produzidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão, pode-se ver também certa consonância com a mudança de leitura da historiografia da arquitetura do movimento moderno, com a visão da área técnica propondo a preservação desses conjuntos, ainda que sem endosso total por parte do CONPRESP.[429]

No distrito do Bom Retiro, a última série de ações de reconhecimento de patrimônio cultural até o momento foi a realizada pelo Inventário Memória Paulistana, uma ferramenta criada pelo DPH e CONPRESP em 2019. No bojo de uma mudança de gestão municipal da área da cultura, é formulada uma série de ações para a visibilização de narrativas, inicialmente associada ao conceito de lugares de memória de Pierre Nora. Mas, ao ser consolidado num instrumento de preservação oficial, distancia-se desse paradigma rememorativo francês rumo ao arcabouço teórico do patrimônio cultural no Brasil pós-anos 1980.[430]

---

[426] Como se vê na publicação em conjunto com Alberto Xavier, dentre outras, conforme tratado por Nascimento, *Blocos de Memórias,* 2016: cap. 3.
[427] Baffi, *O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH,* 2006.
[428] No caso, o tombamento desses teatros está ligado a um estudo da Divisão de Iconografia e Museus (DIM, atual Departamento de Museus Municipais), que só posteriormente desdobrou-se no acautelamento pelos órgãos de preservação.
[429] Nascimento, *Patrimônio cultural e história oral nos conjuntos residenciais dos IAPs,* 2019.
[430] Contier, Correa, Fuser, *O Inventário Memória Paulistana, as placas de patrimônio e a salvaguarda de histórias da cidade de São Paulo,* 2020.

A regulamentação do Memória Paulistana se dá na resolução 13/CONPRESP/2019, prevendo uma série de etapas, que basicamente consistem de ações de identificação com algum foco participativo e a possibilidade de posterior afixação de placas azuis para a marcação e visibilização dessas narrativas de passado no tecido da cidade. São realizados trabalhos de levantamento ao redor de São Paulo em 2019, contando também com concursos abertos para a sugestão de pesquisas de memórias em 2020 e 2021, levando a uma série de indicações paulatinamente levadas ao CONPRESP e eventualmente instaladas, chegando ao número de 147 placas afixadas em 2022, das 468 narrativas mapeadas.

No distrito do Bom Retiro, as histórias reconhecidas passam pelo Radar Tantã, antigo clube noturno instalado no que foi a edificação da Fábrica da Ford; pelo Edifício União, um dos primeiros pedidos de usucapião concedidos a um prédio; pelo Desinfectório Central, já tratado anteriormente; pela Barbearia de Salvatore Battaglia, imigrante italiano ligado à fundação do Sport Club Corinthians Paulista; pela Primeira Sinagoga de Sâo Paulo, a Kehilat Israel; pela Casa do Povo, instituição cultural ligada à comunidade judaica; pelo Jardim Botânico, que deu origem ao Jardim da Luz; e chegando ao Clube de Regatas Tietê, espaço esportivo na várzea do rio que recentemente foi convertido em centro esportivo municipal, e à Capela de Nossa Senhora da Luz.[431]

[431] Lista completa, com indicação de origem da sugestão inicial, quando não de pesquisa interna: Edifício União / Desinfectório Central / Barbearia de Salvatore Battglia - concurso 2020 / Primeiro campo de futebol oficial da cidade / Primeira Sinagoga de São Paulo / Antiga zona do meretrício / Cine Lux / Pletzale / Casa do Povo / Jardim Botânico - concurso 2020 / Seminário Episcopal - concurso 2020 / Casa Gagliano - concurso 2020 / Rua São Caetano - concurso 2020 / Casa de Correção - concurso 2020 / Capela de Nossa Senhora da Luz - concurso 2020 / Associação Atlética São Paulo - concurso 2020 / Clube de Regatas Tietê - concurso 2020.

Imagem 40 - Recorte da camada do Inventário Memória Paulistana no Geosampa, com o distrito administrativo do Bom Retiro em destaque.



Fonte: Geosampa, acesso em dezembro/2021.

Comparativamente, vale trazer o panorama de bens protegidos pelo tombamento pelas três instâncias de preservação, cuja trajetória para proteção ocupou majoritariamente as páginas desta dissertação até o momento:

Imagem 41 - Recorte da camada dos bens tombados ou em com processo de tombamento aberto no Geosampa, com o distrito administrativo do Bom Retiro em destaque.



Fonte: Geosampa, acesso em dezembro/2021.

É possível verificar uma certa variedade de narrativas e grupos sociais aos quais as memórias inventariadas se ligam, e também com uma extensão da temporalidade, abrangendo desde a década de 1970 até o início do século XVII. Ainda que recente, a iniciativa mostra consonância com diversas das narrativas relacionadas ao distrito do Bom Retiro e que os capítulos anteriores perpassaram.

Imagem 42 - Recorte do mapa do INRC-Bom Retiro, marcando com retângulos sólidos edificações, triângulos lugares; hexágonos celebrações e retângulos pontilhados ofícios e saberes.



Fonte: IPHAN, 2008.

Ao observar o mapa do INRC-Bom Retiro, é possível perceber que essa relativa ampliação com o surgimento de um novo instrumento municipal de proteção em 2019 abrange menos o distrito do Bom Retiro do que a iniciativa de pesquisa realizada pelo IPHAN na década de 2000. Isso se explica por conta dos escopos de cada inventário: ainda que ambas ações de sistematização de conhecimento aplicadas, um abrange o município como um todo, enquanto outro o distrito em si, permitindo um maior aprofundamento; e sendo que o tocado pelo DPH e CONPRESP é focado apenas em narrativas de passado,[432] o que abrangeria apenas uma das categorias de referências mapeadas na metodologia do INRC.

[432] Freire, *Memória de São Paulo é contada em placas expostas pela cidade*, 2021.

Do ponto de vista do impacto sobre as ações de salvaguarda dos processos sociais apreendidos pelo campo do patrimônio, percebe-se que o Inventário Memória Paulistana prescinde da existência daquilo que faz referência, inclusive chegando a usar a ausência como premissa para uma forma de retomada e de nova visibilidade para essas narrativas. Em relação às histórias que tem de alguma forma relação com parte do presente na atualidade, é possível perceber algumas semelhanças do Inventário Memória Paulistana com outras política públicas de reconhecimento simbólico por selos, como o francês Label Patrimoine do XXe siègle (Patrimônio do século XX).

Focado em produções arquitetônicas francesas no século XX, esse selo foi criado na virada dos anos 2000 na França, procurando atender uma demanda por preservação ao mesmo tempo em que não trazia responsabilidade pela salvaguarda por parte do Estado dos objetos que eram identificados, trabalhando apenas em torno das associações simbólicas e narrativas que observavam aqueles edifícios.[433] A política da "labelização" francesa provou-se em diversos momentos insuficiente para a proteção das referências reconhecidas, já que sem exigências legais seguiram sendo demolidas, e chegou a ser reformulada cerca de vinte anos depois.[434]

[433] Nascimento, *Cotidiano Conjunto,* 2021: p. 376.
[434] Ibidem: p. 388.

CAPÍTULO 4

as mudanças para a comunidade da ee prudente de moraes[435]

uma escola em mudança

A saída do edifício construído pelo Convênio Escolar e a transferência para um nova edificação na praça Coronel Fernando Prestes não foi um ponto final da EE Prudente de Moraes e da comunidade escolar envolvida com essa instituição. A mesma segue até hoje com suas atividades, e ainda no distrito do Bom Retiro. Esse contato entre as perspectivas do mundo escolar e as narrativas oficiais de patrimonialização - essas últimas produzidas tanto dentro quanto fora dos órgãos técnicos de preservação, conforme trabalhado nos capítulos anteriores - permite uma aproximação com o discutido pela educação patrimonial sobre a legitimidade nos processos de produção de conhecimento.

Como visto, a relação com a edificação da EE Prudente de Moraes por parte da comunidade escolar que convivia com a mesma foi parcamente considerada nos processos de transformação que atingiram essa escola, um dos últimos realizados entre 2007 e 2014. Isso ficou mais evidente ao perceber, como aponta o pedagogo José Sérgio Fonseca de Carvalho, que se tratava dessa forma uma instituição imbuída de autoridade em seu contexto mais próximo, já que os professores detém a posição de iniciar os jovens em seu processo de formação e participação num legado social historicamente constituído.[436]

Não foi o que se percebeu com o ocorrido com a mudança da EE Prudente de Moraes, em 2007. A comunidade escolar, ao receber tardiamente essa notícia indesejada, realizou protestos e reconfigurou o inicialmente planejado. Além desse descolamento de projetos, ao se analisar a documentação relacionada também se

[435] Esse capítulo é fruto de uma articulação com o projeto específico de pesquisa CAAE 46523221.0.0000.5390, aprovado na Comissão de Ética em Pesquisa da EACH-USP, que também realizei enquanto discente da pós-graduação da FAUUSP. Para este capítulo, foi utilizado essencialmente o texto e dados trazidos naquele relatório final.

[436] Carvalho, *"Democratização do ensino" revisitado*, 2004: p. 331.

nota uma ausência de entendimentos da comunidade escolar na maior parte dos desdobramentos das políticas públicas para a área, inclusive na produção de conhecimento sobre sua edificação, sobre o distrito do Bom Retiro e as narrativas patrimoniais.

Essa conjunção de fatores indicava uma situação que, ao serem definidas as políticas públicas para essa parte do distrito do Bom Retiro, teria sido dado menos peso às visões da comunidade da EE Prudente de Moraes sobre o prédio que havia sido construído para a mesma e onde se localizava. E que, possivelmente, o papel dos órgãos de preservação teria sido mais consonante com boa parte das políticas públicas realizadas, se distanciando de um diálogo com a comunidade escolar. Essa última postura seria mais indicada dentro das perspectivas do paradigma patrimonial atual, que pressupõe igualdade nas possibilidades de criação de significado, como aponta a arquiteta e pesquisadora sobre espaços escolares Samira Chahin.[437]

Ao chegar nessas questões, surgiu outro ponto: como lidar com essa ausência de material ou de entendimento, inclusive pensando que, mesmo que entendendo de forma crítica a documentação existente, o que seria apreensível teria limites dentro desse conjunto de olhares específicos produzidos historicamente. Portanto, foi proposta a abertura de um contato mais próximo com a comunidade escolar da EE Prudente de Moraes, procurando entender alguns dos pontos que atravessavam a situação, como os sentimentos em relação à antiga edificação do Convênio Escolar, à nova edificação ocupada desde 2014, e quais as percepções do distrito do Bom Retiro e com as narrativas ligadas à essa parte da região central.

Para essa discussão, entendo que uma chave teórica relevante é tratar a transferência para a nova edificação da Escola Estadual Prudente de Moraes como um *evento*, um acontecimento interpretado pelos diversos grupos envolvidos nessa ocorrência, como coloca o antropólogo Marshall Sahlins.[438] A partir disso, seria provocado um diálogo com a comunidade escolar, para apreender essas interpretações do passado (vivenciadas ou não) e quais suas relações com as ações presentes. E, em paralelo, entender quais são e como são construídos os

[437] Chahin, *Diálogos numa corda bamba,* 2019.
[438] Sahlins, *Ilhas de História*, 1990: p. 14-15.

conceitos que tecem essa ação de interpretação, apreendendo as formas de percepção do espaço e as relações sociais que se ligam à comunidade escolar.

Isso se desdobrou em tratar as formas como a comunidade escolar experiencia os dois edifícios (antigo e novo), entendendo os grupos sociais da EE Prudente de Moraes de forma relacionada com o bairro e suas transformações. Ao mesmo tempo foram analisadas, comparativamente, as percepções da comunidade escolar, dos órgãos de patrimônio cultural e dos órgãos de planejamento urbanístico sobre o distrito do Bom Retiro, discutindo as fronteiras das identidades territorializadas e as referências dos distintos grupos sociais da comunidade escolar envolvidos com o *evento* do deslocamento da EE Prudente de Moraes para seu novo, e atual, edifício.

Imagem 43 - Saída dos estudantes do prédio novo da EE Prudente de Moraes, na esquina da praça Coronel Fernando Prestes e rua Afonso Pena.



Na foto se vê a edificação escolar principal e uma fachada da antiga garagem, incorporada como muro no projeto da escola. Foto do autor, fevereiro/2022.

Metodologicamente, essa abordagem se deu em três frentes ao longo do segundo semestre de 2021, com atividades de discussão com roteiro semi-dirigido, em horário de aula, em duas salas de terceiro ano de ensino fundamental da Escola Estadual Prudente de Moraes, com o pesquisador acompanhado das respectivas professoras responsáveis. Também foram enviados questionários online aos integrantes da comunidade relacionada à escola e realizada observação participante na escola e entorno.

As atividades em sala foram realizadas em três momentos, nos dias 03, 16 e 18 de junho de 2021, com duas turmas do terceiro ano, cada uma com cerca de 10 alunos participantes remotamente. A primeira parte do roteiro de atividades previsto [439] foi feita separadamente em cada sala, e a segunda e terceira foram feitas com as duas reunidas. As atividades foram agendadas alinhando momentos em que poderia haver maior participação remota dos estudantes, considerando os rodízios relacionados à pandemia de coronavírus. Foram feitas através da plataforma Google Meet, na qual as aulas estavam transcorrendo usualmente.

A dinâmica das atividades foi de uma roda de conversa virtual no final das aulas correntes, com perguntas dirigidas ao conjunto dos estudantes por parte do pesquisador, por meio de mediação e acompanhamento das professoras de cada sala. As professoras incentivaram o uso da câmera por parte das crianças e deixavam as suas ligadas todo o tempo, mas por vezes as crianças as desligavam - conforme relatado pelas professoras, por diversos motivos, incluindo o conflito entre as necessidades do cotidiano das crianças de onde estavam participando da aula: nas casas, nos quartos mais ou menos ainda empijamados, em salas de estar e cozinhas; e também em locais menos privados, como salas de abrigos ou oficinas administradas por seus pais.

As câmeras desligadas não eram, necessariamente, sinal de uma falta de participação, portanto, o que se percebia com a continuidade das dinâmicas já rotineiras do ambiente virtual de ligar e desligar os microfones para falar. Muitas vezes algum dos estudantes teve que aguardar um colega concluir um pensamento, devido às limitações da plataforma virtual, fazendo com que o diálogo se tornasse um pouco refreado, embora conseguissem assim serem compreendidos uns pelos outros. Eventualmente essa vontade de diálogo simultâneo era suprida pelo chat da ferramenta, em que alguns dos alunos digitavam ao mesmo tempo que um colega, o

[439] Disponível no anexo I.

pesquisador ou as professoras falavam. Com certa regularidade na presença e uma continuidade de premissas da sala de aula presencial, como a hierarquia professor-aluno e o uso de material didático na maior parte dos momentos, também foi perceptível que a dinâmica da aula virtual - no qual se inseriu a atividade de pesquisa - era reconhecida como tal pelos agentes envolvidos.

A primeira parte da discussão em sala virtual, conforme roteiro de atividade, tratava das experiências mais diretamente relacionadas à escola Prudente de Moraes, iniciando com uma retomada da trajetória educacional das crianças. Nas respostas da atividade, é possível ver um perfil razoavelmente diverso de relações com outras instituições de ensino antes da Prudente, com a maior parte dos estudantes tendo tido contato com instituições públicas na região central, como a Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Casper Líbero e João Teodoro, e o Centro de Educação Infantil Betty Lafer, administrado em parceria com a Unibes, principalmente localizadas nos quarteirões próximos da EE Prudente.

Também foram mencionados casos de instituições privadas na região central, como o Liceu Coração de Jesus, o Colégio Higienópolis e a escola Luminova. Ainda se observaram casos de alunos que haviam estudado em outras regiões do Brasil, como uma aluna que havia estudado anteriormente no Piauí, e da América do Sul, aluno que comentou de sua experiência numa escola peruana. Não se pretendeu obter uma precisão numérica nas respostas, considerando as diversas possibilidades de participação na atividade, ainda mais sendo uma pergunta introdutória da atividade, mas é possível estimar as experiências anteriores em instituições públicas em torno de 50% a 65% dos alunos participantes, com cerca de 15% de instituições privadas também na área central de São Paulo e outros 20% de alunos migrantes de fora de São Paulo.

Em seguida, a primeira atividade focou em discutir as experiências dos estudantes com a EE Prudente de Moraes, procurando apreender a relação com o espaço e os usos no prédio escolar. Os comentários feitos, sem tanto entusiasmo das turmas, variaram em torno de terem ficado impressionados com o tamanho do prédio, ao que compararam com um parque e com pátio grande, e especialmente outros mais relacionados com o começo numa escola nova, sendo mencionada uma

certa vergonha e uma maior desenvoltura em participar nas atividades conforme se conheciam as pessoas, incluindo as professoras.

A atividade também propôs refletir sobre quais eram os locais preferidos na escola, sendo apontados:

- as salas de aula, por diversos alunos;
- pátio, sendo mencionadas as brincadeiras de amarelinha;
- o refeitório, assim como comer lá após a aula de educação física;
- a quadra e as práticas esportivas associadas na aula de educação física;
- a parte próxima à quadra, e os momentos de encontro e lanche no recreio com amigos;
- a sala de artes.

Nesse momento surgiram alguns comentários que comparavam a experiência de estudar em casa com a escola, no que as crianças que se manifestaram sinalizaram que preferiam estudar na escola. Entre os motivos apresentados, destacaram-se prestar maior atenção à aula, socializar com os amigos e encontrar os professores. Cabe ponderar que alguns alunos não tinham uma relação direta com o edifício escolar, tendo visitado-o apenas para buscar materiais ou até mesmo não conhecendo o prédio da escola, devido às aulas remotas e às dinâmicas de revezamento que então estavam ocorrendo no quase ano e meio da pandemia de coronavírus. Por conta destes fatores, observa-se um distanciamento entre o edifício escolar e as atividades escolares, enfraquecendo, especificamente, a relação entre as crianças e o prédio da EE Prudente de Moraes. Ao mesmo tempo, também é notável a preferência por realizar as atividades educacionais nos prédios escolares.

Na parte final da primeira rodada da atividade, que propunha questionamentos sobre quais espaços poderiam passar por mudanças na escola, as crianças comentaram com entusiasmo sobre:

- inclusão de teatro e biblioteca;

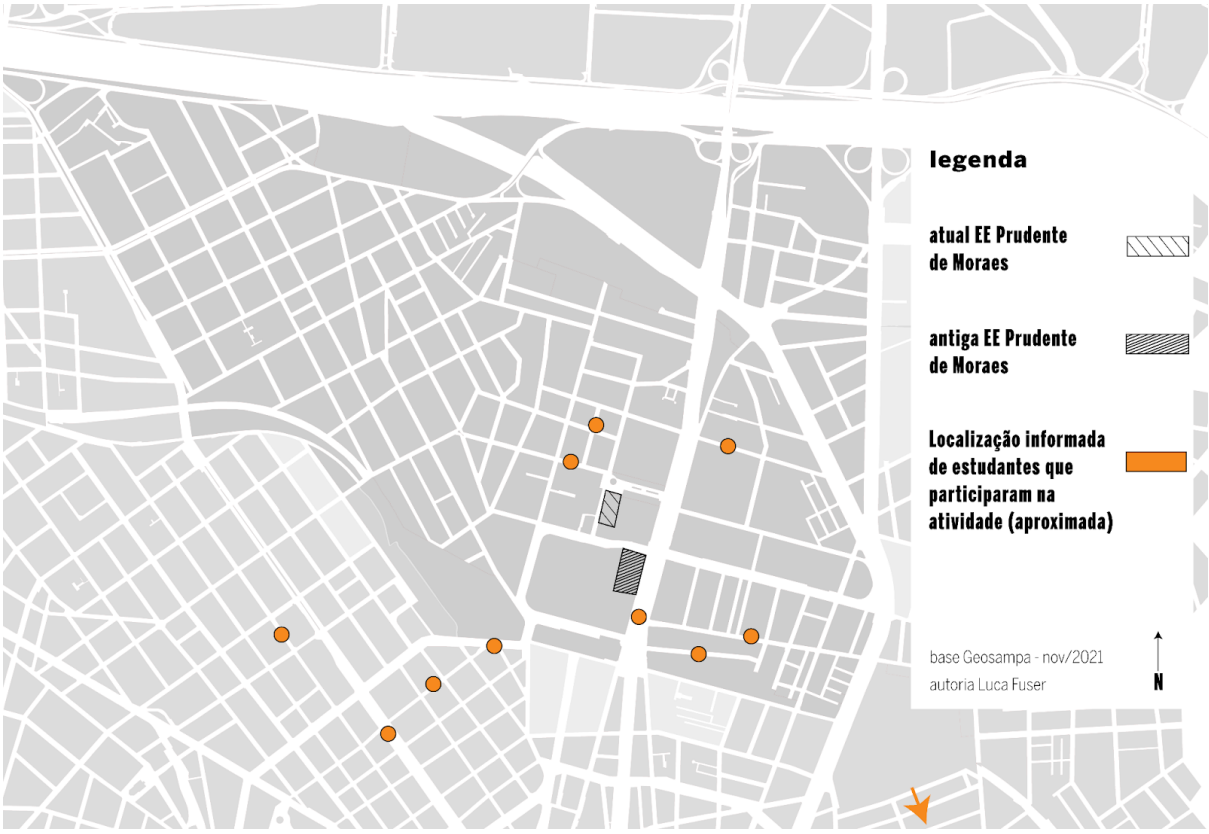
- mudança do refeitório para entregar comida e poder comer no pátio, ou do outro lado do refeitório;
- colocar mais equipamentos para prática de atividade esportiva, como aros e redes, no mezanino da quadra, assim como equipamentos de academia;
- alterar escadas e colocar escada rolante, por conta de cansaço após-educação física;
- instalação de piscina de bolinha.

Como se vê, as mudanças levantadas rapidamente pelos alunos passam mais por algumas trocas de dinâmicas ou usos nos espaços da escola, sendo as mais relacionadas com a estrutura física do prédio a inclusão de um teatro e biblioteca e de alteração das escadas.

A segunda parte das atividades em sala pretendia debater a relação dos alunos participantes com o espaço de suas rotinas e as práticas que as envolviam, compreendendo também sua localização e trânsitos em São Paulo. Essa parte da conversa começou perguntando onde as crianças estavam naquele momento de sua aula virtual, com as respostas sendo majoritariamente das ruas onde moravam, além de algumas menções a regiões mais amplas, como Bom Retiro e Metrô Belenzinho. Tirando a menção ao Metrô Belenzinho, os locais mencionados se encontram numa área mais central de São Paulo, sendo citadas as seguintes ruas:

- Rua 25 De Janeiro;
- Avenida Celso Garcia;
- Avenida Tiradentes;
- Avenida Rio Branco / Bom Retiro;
- Rua General Osório;
- Rua São Caetano;
- Rua Doutor Rodrigo De Barros;
- Rua Três Rios;
- Rua Conselheiro Nébias;
- Rua Amazonas;
- Rua Mauá

Imagem 44 - Mapa com a localização aproximada de estudantes quando participaram na atividade, dentro de quem a informou.



Elaboração do autor, dezembro/2021.

Em seguida, a partir da proposta de discutir sobre quais eram as atividades que gostavam de fazer e onde aconteciam, a maior parte das respostas dos alunos esteve vinculada com experiências lúdicas. Exemplos são brincar e desenhar em casa, assim como na rua; brincar no parquinho do prédio ou na casa da tia; assim como ir ao parque próximo da casa, ao *shopping center* e ao cinema. Outras atividades também foram comentadas, como a escola e ir ao mercado. Houve ainda um comentário sobre ter se mudado para São Paulo durante a pandemia, sem uma vinculação específica a espaços na cidade. A dinâmica da pesquisa também propôs discutir lugares e atividades que os alunos não gostassem, momento em que mencionaram ida à lojas, embora em alguns casos o aluno já tivesse se acostumado posteriormente; ao mercado; ao hospital; ao terminal de ônibus; e, ainda, para casa de parentes.

A terceira parte da atividade em sala de aula virtual orientou a discussão em torno da ligação entre os espaços frequentados, as atividades realizadas e a forma de apreensão da cidade e seus lugares, em especial em torno das discussões de Luz e Bom Retiro - como visto, narrativas que atravessaram o processo de transferência da escola para uma nova edificação. Essa parte da atividade iniciou-se debatendo onde fica a EE Prudente de Moraes, que os alunos responderam indicando que a escola ficava perto de sua casa ou de colegas; próximo do metrô Tiradentes e da praça. A seguir, foi proposta a pergunta sobre o que seria um bairro - com a resposta de que seriam ‘muitas ruas em que a gente mora’; o prédio, o que é perto e depende de onde mora - e também de quais bairros os alunos conheciam, com as seguintes respostas:

- Liberdade
- Avenida Tiradentes
- Mooca
- Vila Guilherme

Em seguida, foi perguntado aos alunos sobre o Bom Retiro e o que achavam; as poucas respostas foram:

- perto de outras casas
- onde está o mercado

Logo após a ausência de maiores respostas e discussões sobre o Bom Retiro, foi perguntado na atividade o que era a Luz, com os alunos participando mais, e afirmando que seria:

- Avenida

- Parque
- Estação de metrô
- Museu
- Cinema
- Banco
- Pinacoteca
- Perto da avenida Tiradentes
- Onde o aluno morava
- shopping

As respostas na atividade são elucidativas para compreender a perspectiva dos alunos sobre o termo *bairro*, marcado pela proximidade espacial e por um senso de familiaridade. As respostas de bairros visitados tratam mais de referências conhecidas de São Paulo, o que indica um trânsito desses significados no cotidiano daquelas crianças, que os haviam visitado e que sabiam identificar esses lugares.

A relação com a proximidade da moradia foi notável com o Bom Retiro e também com a Luz. Percebe-se um maior grau de conhecimento do que seria Luz, com diversas referências sendo mobilizadas de forma mais significativa que em relação ao Bom Retiro. Em relação à imagem de Luz produzida pelos alunos, cabe notar a identificação de algumas instituições culturais destacadas na área, especialmente a partir da década de 1990, como o Museu - possivelmente da Língua Portuguesa, ainda que a referência de forma ampla já seja uma confluência com a imagem de *bairro cultural* estabelecida[440] -; a Pinacoteca. Também se vêa menção a referências vinculadas à toponímia da *Luz*, como o Jardim, mencionado como Parque, e a Estação de Metrô.

A terceira parte da atividade sugeriu uma discussão em torno de uma hipotética mudança da EE Prudente de Moraes, com os alunos respondendo que: seria ruim; se fosse longe iria mudar de escola; e que teria que andar muito mais, ou pegar metrô, até chegar nesse novo local. Também foi respondido por alunos que, caso a escola mudasse, gostariam que tivesse mais natureza e mais verde, algo apontado também por outros alunos; outras propostas discutidas mencionaram desejar um espaço maior para correr e brincar de esconde-esconde, e uma sala para estudar.

[440] Frúgoli Jr., *Roteiro pelo bairro da Luz, São Paulo,* 2014.

Entre 03 de junho e 06 de outubro de 2021 foram recolhidas 22 respostas ao questionário enviado a adultos relacionados à escola, disponibilizado na ferramenta virtual Google Forms, conforme anexo II, através de divulgação feita pelas professoras envolvidas nas atividades presenciais. Foi pedido para que se divulgasse livremente, ao exemplo de páginas públicas, atividades, grupos e reuniões internas da escola.

Das 20 respostas entendidas como válidas, inicialmente cabe salientar que são em sua maioria de ex-funcionários da Escola Estadual Prudente de Moraes: 13 de 20 pessoas (65%), sendo que uma outra resposta sinalizou que trabalhou por mais de 15 anos na Escola. Essa última faz parte de um grupo de 3 respostas (15%) que marcaram como a relação de maior relevância com a escola terem estudado lá; outras 3 (15%) indicaram que sua principal relação com a escola seria que seus filhos/filhas estudaram lá e 1 pessoa (5%) que respondeu a pesquisa considerando que não trabalhou, estudou ou conhecia quem havia estudado lá.

O tempo com o qual cada uma das pessoas se relacionou com a Escola é variável, sendo consideravelmente mais longo nas respostas vinculadas às relações de trabalho com a escola, quando são recorrentes períodos superiores a 5 anos, por exemplo. Todos as respondentes tiveram relação com a escola após a virada das décadas de 1990 e 2000.

A transferência da escola para seu novo prédio era de conhecimento prévio da maior parte de quem respondeu o questionário, com apenas 4 de 20 (20%) pessoas desconhecendo o fato. Dessas 4 pessoas, nenhuma delas tinha a principal relação com a escola se dando através do trabalho e, marcadamente, com relações mais recentes com a EE Prudente de Moraes. Ainda que seja um universo restrito e enviesado pela divulgação da pesquisa se dar por redes de contatos, principalmente a partir de duas salas de uma das séries da escola, é possível considerar que a história da transferência da escola é de conhecimento da comunidade escolar com

permanência maior ou mais prolongada, especialmente entre quem trabalhou na própria instituição.

O intuito da pergunta era aferir, de forma generalizada, qual era o conhecimento sobre a transferência, além de posteriormente entender qual era a opinião sobre essa mudança de prédios da perspectiva da comunidade escolar diretamente envolvida. Das 16 pessoas que sabiam da transferência, é possível perceber uma amplitude dos sentimentos em relação a esse fato. A tabela a seguir sistematiza temas trazidos em diversas respostas, sendo que cada uma pode levar a mais de um tema:

Tabela 3 - Opiniões sobre transferência, em 2014, para novo prédio.

Temas levantados	**Recorrência nas respostas (número absoluto)**	**Recorrência nas respostas (porcentagem)**
Melhores condições com transferência para prédio novo	3	18,75
Interesse pela localização dos prédios na cidade	2	12,5
Necessidade de reforma/conservação do prédio antigo	2	12,5
Ligação afetiva com prédio antigo	2	12,5
Prédio antigo era histórico/patrimônio cultural	1	6,25
Maior adequação do prédio antigo à idade escolar de ensino infantil	1	6,25

Maior arborização do prédio antigo	1	6,25

Elaboração do autor, dezembro/2021.

Em relação aos posicionamentos gerais sobre a transferência, vê-se que expressões que positivam a mudança, tais como “muito bom”; “maravilhosa”, estão presentes em 10 das 16 respostas, com 6 dessas não apontando nenhum tipo de ponderação sobre o antigo prédio. Uma das respostas indica a continuidade da escola “em uma localização ótima”. E, ainda, 4 respostas apresentam uma visão no geral negativa sobre a transferência para o novo prédio, sem trazer inicialmente pontos positivos sobre o novo prédio. Apenas 1 das 16 pessoas que sabiam da transferência do antigo prédio não o frequentou.

Na tabela a seguir categorizei posicionamentos mais gerais, a partir do informado:

Tabela 4 - Posicionamento geral sobre mudança dentro que quem conhecia o antigo prédio.

Opiniões	**Recorrência nas respostas (número absoluto)**	**Recorrência nas respostas (porcentagem)**
Positiva	6	37,5
Negativa	4	25
Mista	3	18,75
Neutra	3	18,75

Elaboração do autor, dezembro/2021.

O prédio que anteriormente sediava a EE Prudente de Moraes, na esquina da Avenida Tiradentes com a Rua Ribeiro de Lima, não foi marcado como conhecido por 5 das 20 pessoas (25%). Sistematizo, a seguir, os temas trazidos pelas 15 pessoas que conheciam o prédio e sua recorrência:

Tabela 5 - Opiniões sobre antigo prédio.

Temas levantados	Recorrência nas respostas (número absoluto)	Recorrência nas respostas (porcentagem)
Necessidade de reformas	7	46,67
Muito bom	7	46,67
Histórico	4	26,67
Bem arborizado/ligação de natureza e sala de aula	4	26,67
Aconchegante/acolhedor	3	20
Amplo	1	6,67
Pouca ventilação/pequeno	1	6,67
Arquitetura inadequada para ensino infantil	1	6,67
Comum/semelhante a outras escolas da região	1	6,67
Perigoso para crianças saírem na avenida	1	6,67

Elaboração do autor, dezembro/2021.

A necessidade de reformas no antigo edifício é um ponto apontado em um número alto de respostas, seja entre aquelas que desejavam a permanência no antigo edifício seja nas que viram a mudança como positiva. Também há uma presença marcada de opiniões de apreço pelo antigo edifício de forma geral. A seguir, se percebe um grupo de respostas que apontaram a ligação do prédio com a história da escola e suas memórias pessoais, e outro grupo que indicou a arborização como marcante, pontuando, inclusive, sua relação com o cotidiano escolar.

Outro tema apontado de maneira recorrente foi que seria um espaço aconchegante e acolhedor. Opiniões menos frequentes foram que o espaço seria amplo, assim como que seria pequeno, e que teria arquitetura inadequada ao ensino infantil contemporâneo. Ainda foi apontado que a escola seria comum, semelhante a outras da região, e que era perigoso para as crianças saírem na avenida.

É possível perceber que essas 15 pessoas que conheciam o prédio antigo não mudaram de opinião entre a época que o frequentaram e atualmente. Em alguns casos, quando debatendo se haviam alterado sua opinião, trouxeram aspectos de sua vivência no local, ao exemplo de uma adequação ao aprendizado mas que atualmente o prédio estaria defasado, ou de vincular o prédio do Convênio Escolar a uma “época de maior envolvimento da comunidade”, com “proximidade entre as pessoas, respeito e até uma dose de carinho pelo prédio”.

O novo prédio, atualmente ocupado pela EE Prudente de Moraes, não é conhecido por 2 das respondentes da pesquisa (10%). Classifico a seguir as outras 18 respostas sobre o prédio atual, por tema e sua recorrência, podendo uma fala ter a ocorrência de mais de um tema:

Tabela 6 - Opiniões sobre prédio atual.

Temas levantados	**Recorrência nas respostas (número absoluto)**	**Recorrência nas respostas (porcentagem)**
Grande/espaçoso/amplo	6	33,33
Inadequado para ensino fundamental	5	27,78
Boas instalações	4	22,22
Muito bom	4	22,22
Moderno	4	22,22
Com problemas de instalações/equipamentos/pr	4	22,22

oblemas arquitetônicos em geral		
Bonito	3	16,67
Frio/impessoal/não é acolhedor	3	16,67
Harmônico com a região	1	5,55
Confortável	1	5,55
Organizado	1	5,55
Boa escola	1	5,55

Elaboração do autor, dezembro/2021.

Sobre o atual prédio, o principal tema apontado é que o mesmo seria grande e espaçoso. Também foi recorrentemente apontado que o mesmo seria inadequado ao ensino fundamental que recebe, exemplificando que o prédio foi entregue com instalações que não condizem com esse ciclo formativo, como marcações para laboratórios de física e química.

Outras opiniões presentes nas respostas caracterizaram o prédio como tendo boas instalações, com um peso semelhante de respostas indicando que o edifício tem problemas em suas instalações e de execução do projeto arquitetônico. Percebe-se uma visão positiva generalizada sobre o prédio, assim como que o mesmo seria moderno. Em menor grau as respostas indicaram que o edifício é bonito e, também, que o mesmo é impessoal e pouco acolhedor. Foram menos presentes opiniões que sinalizaram que o edifício seria harmônico com a região, confortável, organizado. E uma das respondentes, perguntada sobre o edifício, indicou que era uma boa escola para suas filhas.

O questionário tratava, a seguir, da antiga garagem municipal que ocupava o lote onde foi construído o atual prédio da EE Prudente de Moraes, no que 5 pessoas responderam que a conheciam (25%). Dentre outras respostas, uma informou que lá funcionava a Defesa Civil municipal e que não se fazia uma manutenção adequada do local, e outra que afirmou que não “parecia essencial”. É perceptível certo desconhecimento ou pouca relevância aferida, tanto pela grande taxa de

desconhecimento geral quanto pelas respostas concedidas, com pouca mobilização de sentimentos quando perguntado.

A pergunta seguinte do questionário trabalhou de forma semi-dirigida com o novo uso do antigo prédio da EE Prudente de Moraes, informando que seria transformado em museu e usado pela Pinacoteca. Na tabela a seguir classifico e sistematizo os temas presentes nas 20 respostas, inicialmente para além de juízos de valor mais amplos sobre a mudança:

Tabela 7 - Opiniões sobre antigo prédio virar um museu ligado à Pinacoteca.

Temas levantados	**Recorrência nas respostas (número absoluto)**	**Recorrência nas respostas (porcentagem)**
		20
Perda de ligação com identidade da escola	4	
Importância de espaços culturais	3	15
Bom para atividades escolares do atual EE Prudente de Moraes	3	15
Bom para moradores da região	1	5
Receio de demora	1	5

Elaboração do autor, dezembro/2021.

As respostas a essa pergunta, no geral, estiveram mais relacionadas com posicionamentos sobre a transferência, que sistematizo a seguir:

Tabela 8 - Posicionamento geral sobre antigo prédio virar um museu ligado à Pinacoteca.

Opiniões	**Recorrência nas respostas (número absoluto)**	**Recorrência nas respostas (porcentagem)**
Positiva	11	55
Negativa	4	20
Mista	3	15

Elaboração do autor, dezembro/2021.

Os posicionamentos favoráveis, no geral, não trouxeram justificativa ou maiores informações. Já os negativos e parte considerável dos que classifiquei como mistos reforçaram a relevância do antigo prédio para o EE Prudente de Moraes. Os temas levantados apontam, além da perda de ligação da escola com o antigo edifício, a importância de espaços culturais e o impacto positivo para os alunos da escola. As respostas sinalizam, com menor recorrência, que o novo uso pela Pinacoteca seria interessante para os moradores e algum receio na demora e detalhes do espaço museal.

Essa questão pode ser comparada com a quarta e quinta questões do formulário, que trataram da transferência especificamente, sendo que agora nessa pergunta se apresentava o novo uso, museal, do prédio anteriormente ocupado pela EE Prudente de Moraes. A obrigatoriedade de sua resposta explica o maior número de respostas, com aumento nas que entenderam de forma positiva o novo uso. Destas, 11 no total, 3 respostas foram de pessoas que não tinham conhecimento da escola antiga ou de sua mudança em 2014, que ao serem correlacionadas com outras respostas do questionário é possível entender que são estudantes e mães de alunos.

Nota-se uma perspectiva mais positiva quando se associa a mudança ao novo uso do prédio, em parte pela aprovação das pessoas cujo contato com a escola é mais recente. Chamo a atenção para a falta de maiores justificativas sobre essa aprovação, no que entendo ser compreensível pela transferência da escola já ser fato consumado e por uma aceitabilidade da presença de instituições culturais, ainda mais de forma associada ao centro da cidade.[441] Segue sendo reforçada, de toda forma, a perda de ligação com a trajetória anterior da escola, cujo valor é reconhecido também para pessoas que consideram interessante o novo uso do edifício da avenida Tiradentes.

A parte seguinte do questionário trabalhou a relação mais ampla dos respondentes com as identidades mobilizadas em relação à EE Prudente de Moraes

[441] Kara-José, *Políticas culturais e negócios urbanos*, 2007; e conforme já tratado anteriormente nesta dissertação.

ao longo da história da escola, propondo compreender brevemente quais as referências relacionadas à Luz e ao Bom Retiro. Sistematizo a seguir o trazido pelas 20 respostas, além de relacionar com cada das identidades territoriais apontadas e sua recorrência:

Tabela 9 - Identificação de Luz e Bom Retiro a partir de referências culturais.

Referência mencionada	Vezes associadas ao Bom Retiro	Vezes associadas à Luz	Total de vezes mencionadas
Estação da Luz	1	8	9
Museu da Língua Portuguesa	4	5	9
Pinacoteca	5	4	9
Parque da Luz	2	6	8
rua José Paulino	6	2	8
Dom Bosco	5	2	7
Oficina Cultural Oswald de Andrade	6		6
Praça da Luz	1	4	5
Museu de Arte Sacra	4	1	5
Casa do Povo	4		4
Rua das Noivas/São Caetano		3	3
Sala São Paulo	1	2	3
UNIBES	2	1	3
Praça Coronel Fernando Prestes	3		3
Comunidade judaica	3		3
Comunidade coreana	3		3
Colégio Santa Inês	3		3
FATEC	3		3

Estação Júlio Prestes		2	2
Cracolândia		2	2
antiga Rodoviária/complexo moradia Minha Casa Minha VIda		2	2
Casa do Norte/ Avenida Casper Líbero		2	2
Batalhão da Rota	1	1	2
Empório Brasil Israel	1	1	2
Gastronomia/ de todas as partes do mundo	2		2
Centro Comercial José Paulino	2		2
Igreja Nossa Senhora Auxiliadora	2		2
EE Marechal Deodoro	2		2
Quartel do Comando Geral	2		2
Metrô da Luz		1	1
Memorial da Resistência		1	1
Estação Pinacoteca		1	1
Ocupação de Moradia Mauá		1	1
Ocupação de Moradia Prestes Maia		1	1
Igreja São Cristovão		1	1
Vila operária rua		1	1

São Caetano			
Igreja São Expedito		1	1
Bolivianos		1	1
Ambulantes		1	1
Regimento de Polícia MIlitar/Cavalaria		1	1
Poupatempo		1	1
Museu Emílio Ribas	1		1
Vila Michele Anastasi	1		1
25 de março	1		1
Padaria San Remo	1		1
Posto de saúde rua areal	1		1
padaria Família Carvalho	1		1
Liceu Sagrado Coração de Jesus	1		1
Sinagoga rua da Graça	1		1
Arquivo Histórico Municipal	1		1
Mistura das culturas no bairro	1		1
Memorial da Imigração Judaica	1		1
Restaurante Acrópolis	1		1
COPOM	1		1
EE Prudente de Moraes	1		1
ETESP	1		1

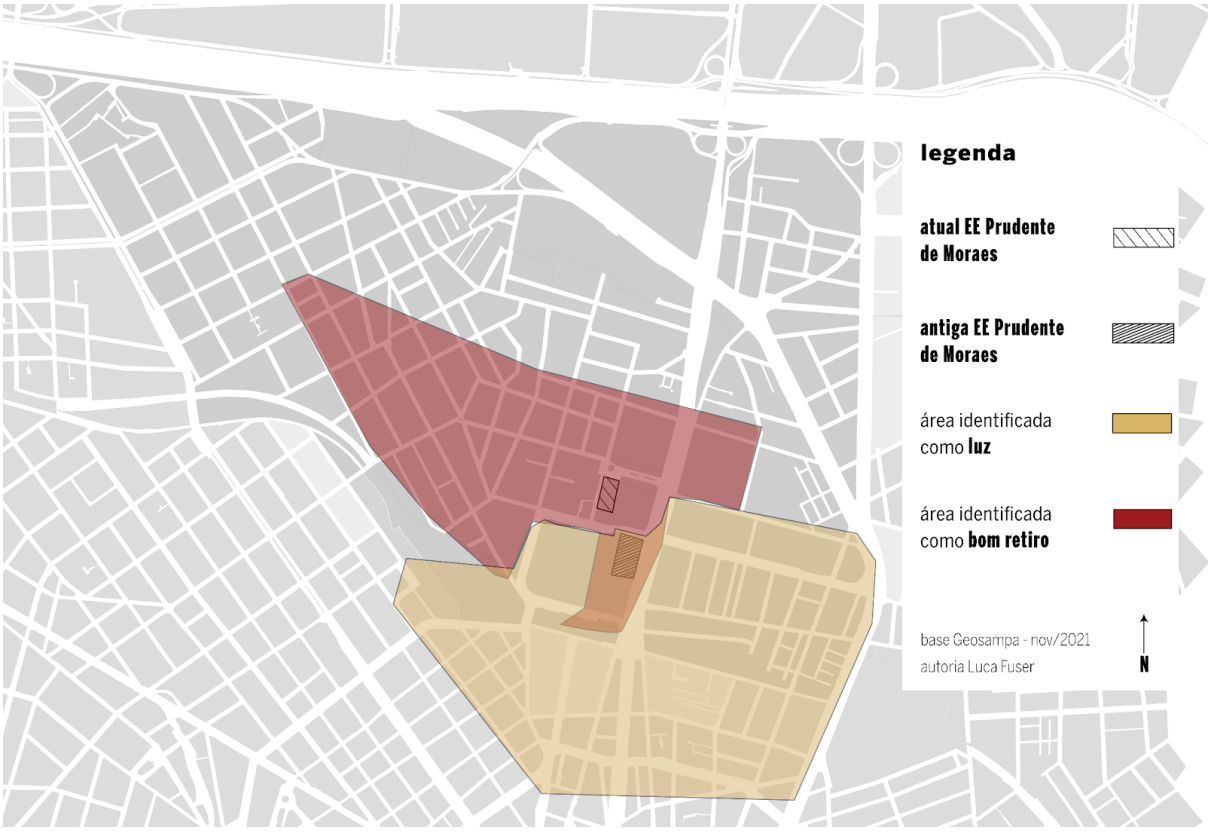
Comunidade Nordestina	1		1
Muvuca na José Paulino	1		1
Doceria Buriquita	1		1

Elaboração do autor, dezembro/2021.

Somando as associações ao Bom Retiro e à Luz, foram mencionadas 59 referências no total das 20 respostas. É possível notar que algumas foram trazidas mais vezes praticamente apenas associadas à Luz, como a Estação da Luz, o Parque da Luz, a Praça da Luz, a Cracolândia, a rua das Noivas ou rua São Caetano, a antiga rodoviária, a Estação Júlio Prestes e casas do norte, por exemplo. Outras foram lembradas por diversas pessoas de forma mais intensa ao Bom Retiro, como a Oficina Cultural Oswald de Andrade, a rua José Paulino, o Instituto Dom Bosco, o Museu de Arte Sacra, a Casa do Povo ou antigo Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB), a praça Coronel Fernando Prestes, as comunidades coreana e judaica, o Colégio de Santa Inês, a Faculdade de Tecnologia (FATEC) e padarias como a San Remo e a Família Carvalho. A EE Prudente de Moraes foi relacionada ao Bom Retiro, ainda que num número relativamente baixo de respostas.

Também é notável que algumas referências surgiram associadas às duas identidades territoriais, ainda que caiba pensar que a metodologia do questionário trabalhou essa contiguidade apenas de forma introdutória. Exemplos interessantes desse pertencimento compartilhado são o Museu da Língua Portuguesa e a Pinacoteca, já que espacialmente encontram-se no mesmo local de outras referências associadas à Luz, mas sem a toponímia expressa - inclusive, uma das respostas ao questionário expressa essa dúvida sobre a qual espaço a Pinacoteca pertenceria, assim como trazendo a divisão entre esses dois territórios no Parque da Luz.

Imagem 45 - Mapa com áreas identificadas como Luz e Bom Retiro, a partir das referências e relações indicadas na pesquisa.



Elaboração do autor, dezembro/2021.

O pertencimento simultâneo a mais de um lugar sugere uma certa zona de compartilhamento entre duas identidades territoriais contíguas, além de afastar uma ideia estática de ambas, somando-se à diversidade das possibilidades de definições desses lugares. Ou seja, uma referência pode ser percebida de diversas formas, sendo relacionada à diversas localidades e, inclusive, com estas definições podendo se sobrepor.

Há um conjunto de 5 respostas que propuseram questões mais amplas para a mesma pergunta. Uma delas associa “pessoas de diferentes raças” e “teatros” ao Bom Retiro, enquanto a Luz seria marcada por “museus” e “prédios”. Outras caracterizaram a Luz como um lugar de “cultura”, de mau cheiro, e levantaram a questão de prover assistência a pessoas em situação de rua. O aspecto comercial é compartilhado pelos dois lugares, que são marcados por “comércio” ou “lojas”.

Em conjunto com a análise das referências apontadas, dialogar com as respostas que não trouxeram elementos específicos permite apreender algumas tendências mais gerais de definição de cada identidade territorial e, assim, situar as narrativas mobilizadas em torno da transferência da EE Prudente de Moraes para seu novo prédio e as perspectivas da comunidade escolar. A diversidade cultural é associada ao Bom Retiro, com as referências de diversos grupos sociais e de produções relacionadas, vistas de forma positiva, como as gastronomias ou espaços de lazer e arte, além da presença de locais vinculados ao cotidiano, como *mercados*, padarias ou postos de saúde - talvez por uma maior proximidade das pessoas respondentes.

A Luz é bastante associada com a descida para a área do Tamanduateí, com a rua São Caetano, além da praça e estação de trem e metrô que carregam a identidade em seu nome. Também se percebe a vinculação desse lugar aos espaços museais lá presentes - tanto nas instituições que compõem esse cenário quanto na *cultura* ou *museu* de forma mais abstrata. E nota-se, ainda, o compartilhamento de diversas referências, especialmente nas instituições museais situadas ao redor da praça da Luz, como a Pinacoteca .

O questionário também propôs um exercício de auto-identificação. Sistematizei o obtido nas 20 respostas em conjunto com as identidades que foram afirmadas simultaneamente, assim como àquelas que responderam apenas a identidade em questão, sem correlação com outras:

Tabela 10 - Pertencimento à comunidades e identidades.

Identificação	**Recorrência nas respostas (número absoluto)**	**Recorrência nas respostas (porcentagem)**	**Relação com outras identidades (percentual de correlação dentro do grupo)**
Paulista	9	45%	Brasileira (55%) ; Mariliense (11%) ; Paulistana (22%); Nordestina (11%); Judaica (11%) ; Sem correlação (44%)
Brasileira/Brasileiro	9	45%	Paulista (45%); Paulistana (44%);

			Mariliense (11%); Paulista (11%); Italiana (11%) ; Portuguesa (11%) ; Nordestina (11%) ; Judaica (11%); Sem correlação (11%)
Paulistana	9	45%	Brasileira (55%); Nordestina (22%); Italiana (11%); Portuguesa (11%); Paulista (22%) ; Judaica (11%) ; Sem correlação (44%)
Nordestina	3	15%	Paulista (67%); Brasileira (67%) Paulistana (33%)
Italiana	1	5%	Portuguesa (100%); Paulistana (100%); Brasileira (100%)
Portuguesa	1	5%	Paulistana (100%); Brasileira (100%); Italiana (100%)
Bahiana	1	5%	Sem correlação (100%)
Paraguaia	1	5%	Sem correlação (100%)
Judaica	1	5%	Paulistana (100%); Paulista (100%); Brasileira (100%)
Mariliense	1	5%	Paulista (100%); Brasileira (100%)

Elaboração do autor, dezembro/2021

Como em toda a pesquisa, o corpo analítico é limitado e permite apenas uma apreensão preliminar do cenário. A partir das respostas declaradas, é possível perceber um amplo pertencimento simultâneo de identidades, algumas sem ou com pouca afirmação exclusiva de identificação, como a brasileira, judaica e mariliense, e outras com maior percentual de pertencimento apenas àquela comunidade, como a paulista, paulistana, baiana e paraguaia.

É possível ver um grande índice de pertencimento às identidades ligadas às comunidades administrativas mobilizadas na patrimonialização no distrito do Bom

Retiro, a saber, município, estado e nação, com apenas 2 respostas (10%) não compartilhando essas comunidades de alguma forma. Entendo que isso permite que as respostas da pesquisa possam ser colocadas em diálogo com as ações dos órgãos de preservação na área e em relação à escola, já que tratam de mobilizações relacionadas às mesmas comunidades.

Ainda, o pertencimento apenas a comunidades migrantes surge de forma isolada em poucas respostas, situação possível de vincular com uma chegada recente à cidade. Um exemplo é o da respondente que se declarou paraguaia e que chegou em São Paulo faz cinco anos. Sua relação com a EE Prudente de Moraes se dá por conta dos filhos terem estudado lá, desconhecendo o prédio antigo e considerando positiva a instalação do novo museu, sem abordar maiores discussões.

vislumbres do Prudente, de perto e de dentro

A observação participante como uma metodologia de contato e pesquisa foi entendida como complementar para a compreensão da perspectiva da comunidade escolar. Foi compreendida como uma forma de produção de conhecimento a partir de uma experiência de alteridade, com um olhar no contato entre a paisagem e os atores que nela se situam e continuamente a constróem, num rearranjo de lógicas e significados a partir de um olhar de perto e de dentro dessas dinâmicas sociais.[442] É uma possibilidade de pesquisa cuja discussão passa também pelas tensões relacionadas à legitimação e à produção de conhecimento no campo do patrimônio cultural brasileiro, com seu uso permitindo uma reconfiguração entre os diversos agentes produtores de significados patrimoniais.[443]

O peso deste método no trabalho, porém, sofreu com a interferência da pandemia de coronavírus, que reconfigurou as dinâmicas presenciais anteriores. Dessa forma, menos central, a observação participante se deu nos momentos de visita à escola para discutir as atividades a serem realizadas, e nos diálogos que

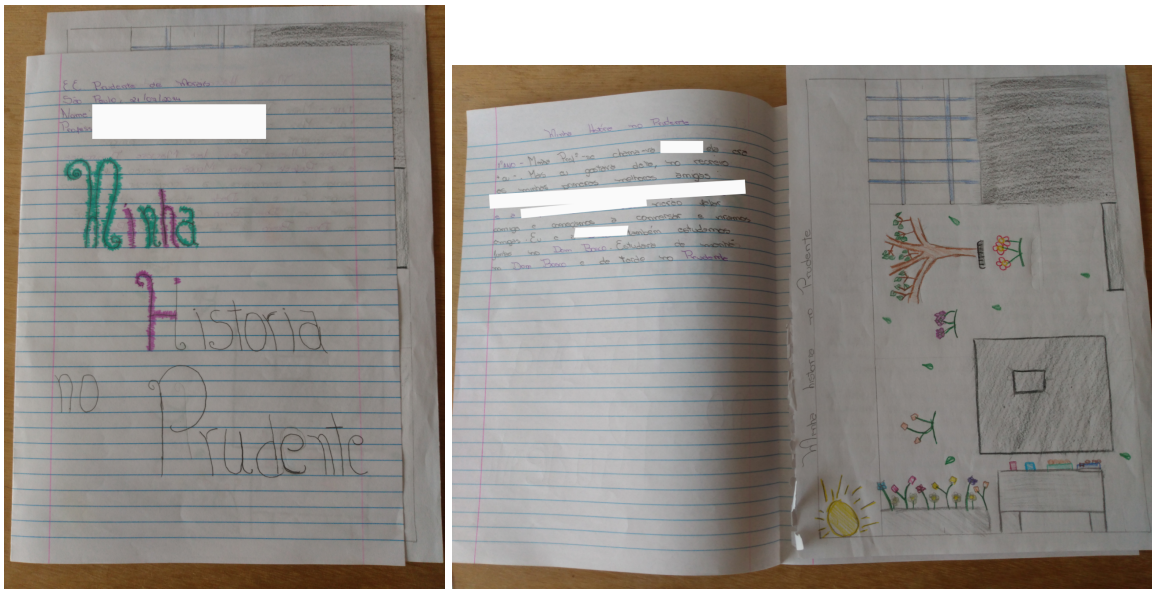
[442] Magnani, *Da periferia ao centro,* 2012: cap. VII.
[443] Tamaso, *Quando o campo são os patrimônios*, 2018.

circundaram os outros eixos metodológicos desse contato direto com a comunidade escolar da EE Prudente de Moraes.

“Minha história no Prudente”

Em conversas com as professoras envolvidas na elaboração das atividades em sala de aula virtual previstas neste projeto, foi comentado que, em julho de 2014, durante a mudança para o novo prédio da escola, haviam sido feitas atividades com alunos de então sobre a relação deles com o Prudente de Moraes e que seria possível consultar esse material. Atualmente guardado junto com os materiais letivos da professora que foi responsável por sua realização, é composto por cerca de 20 textos breves de alunos que então estavam no 5º ano, expondo sua trajetória na escola. e no prédio que usavam. Destes, separei 4 mais representativos para digitalização neste relatório, trazendo temáticas comuns aos outros trabalhos escolares. Numa análise documental mais ampla, o texto das crianças trabalhou a temática intitulada *Minha História no Prudente,* dividido em cada ano escolar, com capa, cerca de uma página de texto corrido e ilustração da escola.

Imagens 46 e 47 - uma das atividades realizadas à época.



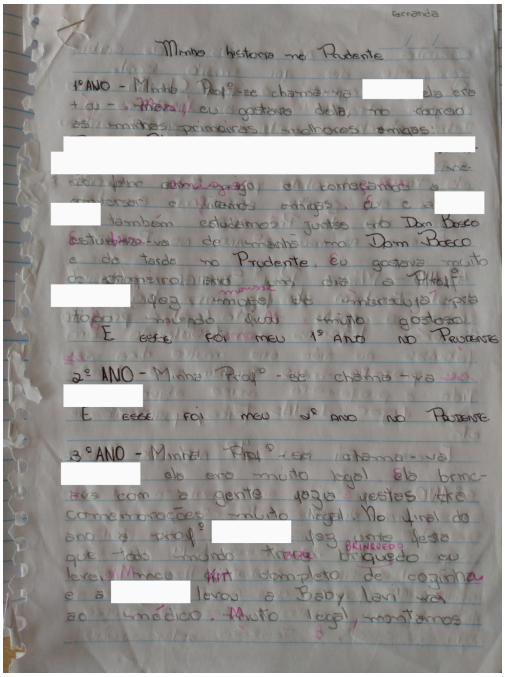
Edição minha com intuito de anonimização das pessoas citadas. Fotos do autor, agosto/2021.

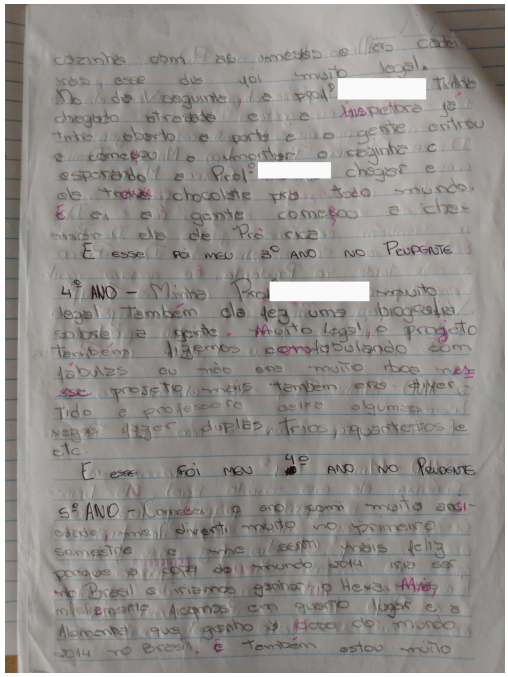
No texto lê-se:[444]

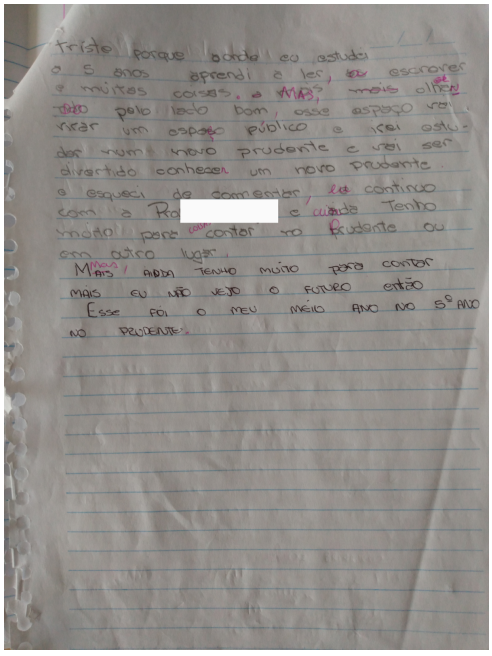
> 1º ano - Minha Profº -se chamava [XXXX] ela era + ou -. Mas eu gostava dela, no recreio as minhas primeiras melhores amigas xXXX, XXXX e a XXXX vierão falar comigo e começamos a conversar e viramos amigas. Eu e a XXXX também estudamos juntas no Dom Bosco. Estudava de manhã no Dom Bosco e de tarde no Prudente.

[444] Optei por transcrever literalmente os textos, mantendo erros gramaticais e as correções eventuais feitas pela professora.

Imagens 48, 49 e 50 - Rascunho da atividade anterior, com nomes anonimizados







Percebe-se que é uma versão feita antes de ser revisada e escrita definitivamente, quando ficou com menor extensão e igual teor inicial. Fotos do autor, agosto/2021.

O rascunho dessa atividade traz o seguinte texto, mais completo:

1º ano - MInha profº-se chama-va XXX ela era + ou -. Mas eu gostava dela, no recreio as minhas primeiras melhores amigas XXXX, XXX eXXX vierão falar comigo, e

começamos a conversar e ficamos amigas. Eu e a XXX também estudamos juntas no Dom Bosco. Estudava de manhã no Dom Bosco e de tarde no Prudente. Eu gostava muito do primeiro ano um dia a Profª XXXX fez mousse de maracujá para todo mundo ficou muito gostoso.
E esse foi meu 1º ano no Prudente.

2º ano - Minha profª-se chama-va XXXX.
E esse foi meu 2º ano no Prudente.

3º ano - Minha profª-se chama-va XXXX ela era muito legal. Ela brincava com a gente fazia festas de comemorações muito legal. No final do ano a profª XXXX fez uma festa que todo mundo trouxe brinquedo eu levei meu kit completo de cozinha e a ZZZZ levou a Baby Lavi vai ao médico. Muito legal, montamos cozinha com as mesas e as cadeiras, esse dia foi muito legal.

No dia seguinte, a profª ZZZZ tinha chegado atrasada e a inspetora já tinha aberto a porta e a gente entrou e começou a montar a cozinha e esperando a Profª ZZZZ chegar e ela trouxe chocolate pra todo mundo. E ai a gente começou a chamar ela de Prô rica.
E esse foi meu 3º ano no Prudente.

4º ano - Minha Profª ZZZZZ muito legal também ela fez uma biografia sobre a gente. Muito legal, o projeto também fizemos confabulando com fábulas eu não era muito boa nesse projeto mais também era divertido a professora deixa algumas vezes fazer duplas, trios, quartetos e etc.
E esse foi meu 4º ano no Prudente.

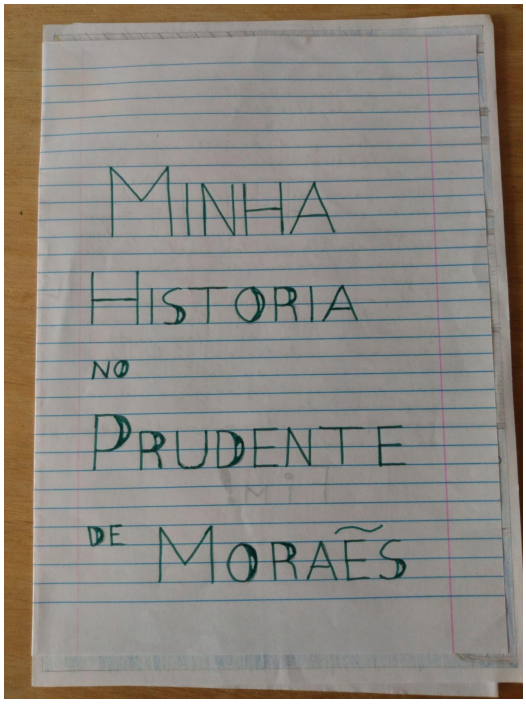
5º ano - Comecei o ano com muita ansiedade, me diverti muito no primeiro semestre, e me senti mais feliz porque a copa do mundo 2014 iria ser no Brasil e iriamo ganhar o Hexa. Mas, infelizmente ficamos em quarto lugar e a Alemanha que ganho a copa do mundo 2014 no Brasil. E também triste, porque aonde eu estudei a 5 anos aprendi a ler, a escrever e muitas coisas. Mas, olhando pelo lado bom, esse espaço vai virar um espaço público e irei estudar num novo prudente e vai ser muito divertido conhecer um novo prudente e esqueci de comentar, eu continuo com a Profª ZZZZZ e ainda tenho muito para contar no Prudente ou em outro lugar.

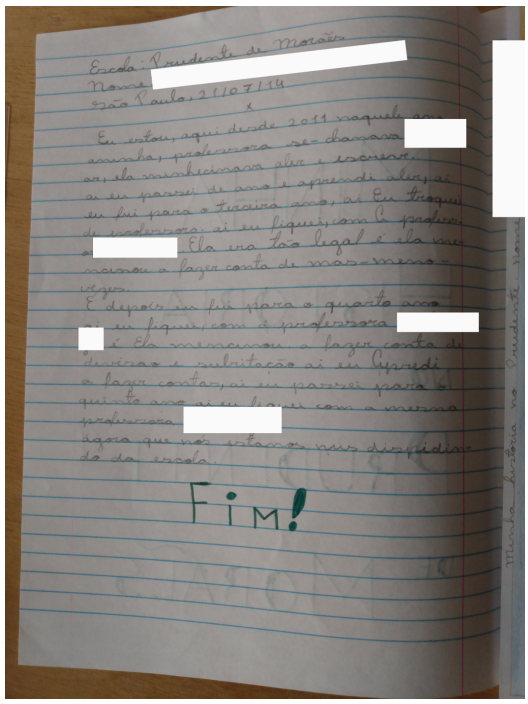
Mas, ainda tenho muito para contar mais eu não vejo o futuro então
Esse foi o meu meio ano no 5º ano no Prudente.

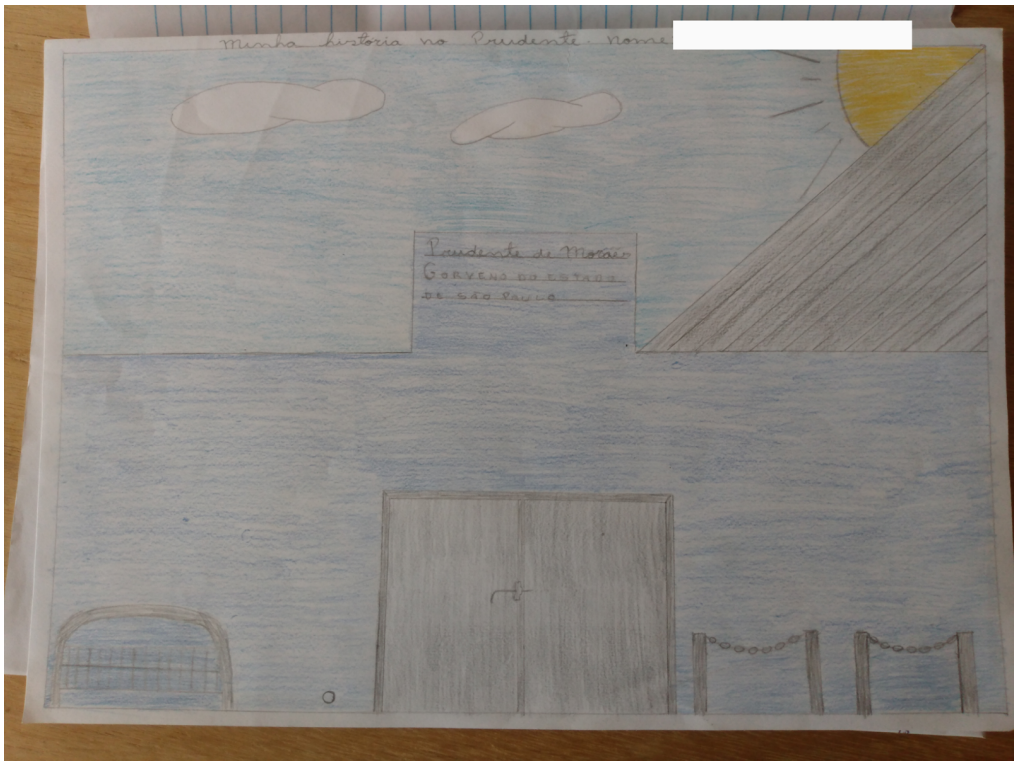
Os assuntos levantados abordaram as professoras que cada um teve em cada ano e apresentando amizades, sentimentos, lugares e atividades que julgavam relevantes, tais como a realização de um mousse de maracujá em sala de aula, amizades do primeiro ano e convívio no Instituto Dom Bosco, entidade religiosa que provê atividades no bairro do Bom Retiro e que é próxima aos dois edifícios relacionados à Escola.

Outras tarefas trazem um nível de detalhamento distinto, mas dentro já da entrega final do trabalho:

Imagens 51, 52 e 53 - Atividade realizada em 2014 na Escola Prudente de Moraes, com anonimização dos nomes citados.





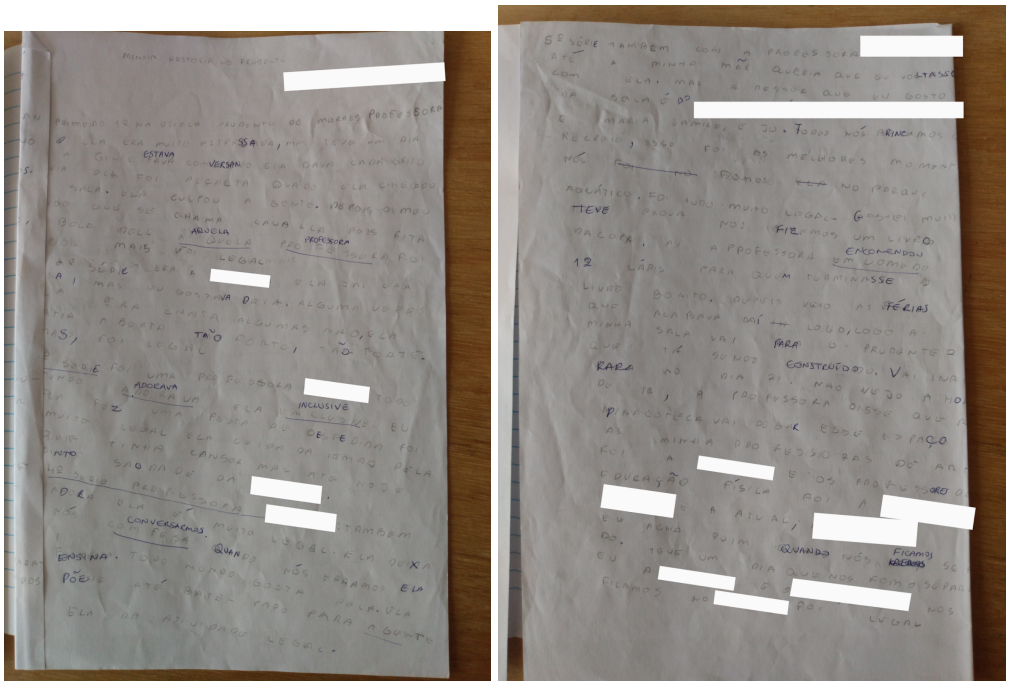


Fotos do autor, agosto/2021.

Nessa tarefa se lê:

> Eu estou, aqui desde 2011 naquele ano minha, professora se-chamava XXXXX, ela minhecinava aler e escreve. ai eu passei de ano e aprendi aler, ai eu fui para o terceiro ano, ai Eu troquei de professora. ai eu fiquei, com A professora XXXXX. Ela era tão legal e ela mencinou a fazer conta de mais-meno-vezes.
>
> E depois eu fui para o quarto ano ai eu fiquei, com a professora XXXX é Ela mencinou a fazer conta de devisao e subitração ai eu Apredi a fazer contas, ai eu passei par ao quinto ano ai eu fiquei com a mesma professora ZZZZ.
>
> agora que nós estamos nus dispidindo da escola.
>
> Fim!

Imagens 54 e 55 - Rascunho de atividade realizada em 2014 na Escola Prudente de Moraes, com anonimização dos nomes citados.



Vê-se que a atividade está em processo de correção por parte da professora responsável. Fotos do autor, agosto/2021,

Nessas páginas se lê:

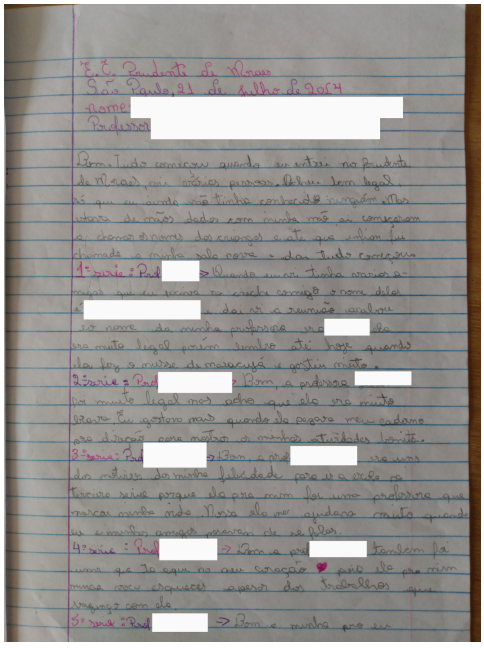
> Primeiro 1º na escola prudente de moraes professora ela era muito estressada, mas teve um dia a gente estava conversando ela dava cada grito um dia ela foi alçalta quado ela chegou na sala ela culpou a gente. depois o meu amigo que se chama XXXX ela pois fita na bola dele aquela professora foi pior mais foi legal.
>
> Mudei de série era a XXXX eu gostava dela. Alguma ves ela era chata algumas nao, ela batia a porta tão forte, tão forte. Mas, foi legal.
>
> 3ª série foi uma professora XXXXX todo mundo adorava ela inclusive eu. ela fez uma festa de despedida foi muito legal ela cuida da irmão dela que tinha canser mas até hoje sinto saudade da XXXX.
>
> 4ª série professora XXXX: também adora ela é muito legal. ela deixa nós conversarmos quando nós erramos ela ensina. Todo mundo gosta dela. Ela poe até bate-papo para a gente. Ela dá atividade legal.
>
> 5ª série também com a professora XXXX. Até a minha mãe queria que eu voltasse com ela, mas a pessoa que eu gosto na sala é do XXXXX, XXXX e XXXX e XXXX. Todos nós brincamos no recreio, isso foi os melhores momentos. Nós fomos no parque aquático. Foi tudo muito legal. Gostei muito. Teve prova nós fizemos um livro na copa. A professora encomendou 12 lápis para quem terminasse o livro bonito, depois veio as férias que acabava daí logo, logo a minha sala vai para o Prudente que tá sendo construído. Vai ir para no dia 21. Não vejo a hora de ir, a professora disse que a Pinacoteca vai pegar esse espaço. As minhas professoras de arte foi a XXX e os professores de educação física foi a XXX e a atual XXXX eu acho ruim. Quando nós ficamos se [ilegível]. Teve um dia que nós fomos separados eu a XXX e o XXX nós ficamos no XXXX foi legal.

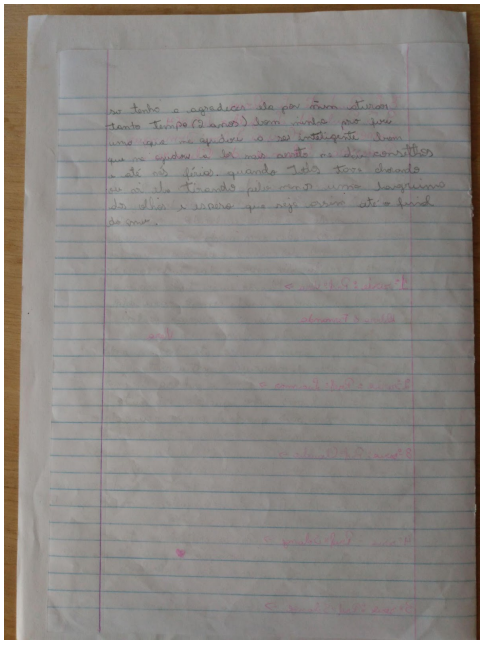
Nos trabalhos também são citados acontecimentos como os aprendizados seriados característicos da vida escolar, como operações matemáticas e de leitura. Eventuais felicidades e episódios de violência que marcaram cada ano escolar são citados, com parágrafos curtos, com pouca variação entre os mesmos, em que se percebem também os esforços da docente responsável na correção gramatical e ortográfica dos trabalhos.

Imagens 56, 57, 58 e 59 - Atividade realizada em 2014 na Escola Prudente de Moraes, com anonimização dos nomes citados.









O material estava em processo de correção por parte da professora responsável. Fotos do autor.

Essa tarefa traz o seguinte texto:

> Bom. Tudo começou quando eu entrei no Prudente de Moraes, vi várias pessoas. Achei bem legal, só que eu ainda não tinha conhecido ninguém. Mas estava de mãos dadas com minha mãe, aí começaram a chamar os nomes das crianças e ate que enfim fui chamada a minha sala nova e dai tudo começou..
>
> 1ª série: Prof. XXXX Quando eu vi tinha várias amigas que eu ficava na creche comigo o nome delas e XXXX e XXXX e daí vi a reunião acabou eo nome da

> minha professora era CCCC ela era muito legal porém lembro até hoje ela fez o musse de maracujá e gostei muito.
>
> 2ª série: Prof. XXXX Bom, a professora XXXX foi muito legal mas acho que ela era muito brava. Eu gostava mais quando ela pegava meu caderno pra direção para mostrar as minhas atividades bonitas.
>
> 3º série: Prof XXXX. Bom, a prof. XXXX era uns dos motivos da minha felicidade para ir a escola na terceira serie porque ela pra mim foi uma professor que marcou minha vida. Nossa ela me ajudava muito quando eu e minhas amigas paravam de se falar.
>
> 4ª série: Prof. Bom a prof. XXX também foi uma que ta aqui no meu coração <3 pois ela pra mim nunca vou esquecer apesar dos trabalhos que bagunça com ela.
>
> 5ª série: Prof. XXX Bom a minha pro eu so tenho a agradecer ela por mim aturar tanto tempo (2 anos) bom minha pro foi uma que me ajudou a ser inteligente bom que me ajudou a ler mais correto me deu conselhos e até nas férias quando todos tava chorando eu vi ela tirando pelo menos uma lágrimas dos olhos e espero que seja assim até o final do ano.

É possível de perceber, naquele momento, uma continuidade das crianças na escola, passando muitas vezes o ciclo inicial do ensino fundamental na mesma instituição. O processo de início da vida escolar regular se relacionava com a chegada na EE Prudente de Moraes e seu antigo edifício, o que faz com que a saída do mesmo intensifique o sentimento de mudança nos alunos, com a passagem para outro edifício escolar se misturando à uma mudança de ciclo escolar.

Os desenhos realizados pelas crianças trazem aspectos relacionados ao espaço escolar então ocupado, em que são percebidas a arborização (imagens 47, 56 e 57); janelas e portões de entrada (imagens 53 e 57); lousas, cadeiras e elementos vazados presentes nos corredores do prédio (imagem 47).

Nos textos, com o mesmo peso dado às memórias dos anos anteriores, alguns alunos abordam temas daquele momento e que atravessavam a experiência escolar, como a Copa do Mundo de futebol masculino, cuja edição de 2014 foi disputada no Brasil e que levou a mudanças no calendário de aulas, e a própria saída para o novo prédio. Sobre a transferência, são manifestados, por exemplo, sentimentos de tristeza pela saída do prédio anterior (imagens 49, 50 e 55); empolgação para conhecer o novo espaço escolar (imagem 50); aceitação do novo

uso pretendido, visto como público e já associado à Pinacoteca (imagens 50 e 55). Cabe notar que diversos trabalhos também não trazem menção especial à transferência (imagem 59) ou sem atribuí-la relevância em seu texto (imagem 52).

Dentro dessa análise documental dos trabalhos, é possível entender esses textos como um suporte das visões dos estudantes do momento da separação, no que o processo das crianças de produzir essa narrativa consolida o peso da mudança para o novo prédio que ocorria naquele momento. Tal como o tema tratado na pesquisa, atualmente, a circulação desses materiais na escola é pequena, embora os trabalhos possuam uma capacidade de elucidar o drama que ocorria. Contudo, a apresentação desses trabalhos para este pesquisador mostra como, no presente, são considerados relevantes testemunhos da transformação ocorrida são considerados relevantes, justificando um cuidado em preservá-los ao longo de quase uma década e, dessa forma, tornando-se em pontos significativos para este estudo e com uma possível maior divulgação dos mesmos.

Um corredor de memória

Ao longo da pesquisa, foram diversas as falas que consideraram o atual prédio da EE Prudente de Moraes como impessoal e frio, especialmente com corredores de salas de aula muito longos e fechados, o que tem levado a iniciativas que visam torná-los mais próximo do ensino infantil que lá ocorre, com a contratação de pinturas de personagens de desenhos animados em paredes, por exemplo.

Outra forma de apropriação do espaço da escola é especialmente perceptível em um dos corredores do atual prédio da EE Prudente de Moraes, onde é possível observar uma série de objetos escolares que foram trazidos na mudança de 2014. O local é de relativo destaque: o corredor que fica em frente a uma das entradas do prédio, próximo à secretaria, às salas de diretoria e a de professores, e uma das passagens dos alunos entre o pátio e as salas de aula nos andares superiores.

Imagem 60 - Foto do corredor da EE Prudente de Moraes.



Piano e mancebo, pertencentes ao acervo da escola e trazidos na mudança, permanecem em um dos corredores de entrada da escola. Mais atrás, nota-se uma série de fotos antigas e placas comemorativas. Ao fundo, a grade vermelha separa a área do pátio. Foto do autor, julho/2021.

Imagem 61 - Foto do corredor da atual EE Prudente de Moraes.



Parte das placas, busto e fotos que se enxergam na entrada pela secretaria. O piano fica à direita desta imagem, o gradil do pátio à esquerda. Foto do autor, julho/2021.

Imagem 62 - Destaque de uma das fotos penduradas no corredor da EE Prudente de Moraes.



Nelas se retrata a vida escolar nos antigos edifícios do Prudente de Moraes. Foto do autor, julho/2021.

Os objetos, provenientes do antigo edifício, são diferentes do material do prédio atual e do mobiliário atualmente utilizado, respectivamente de concreto, plástico e metal, gerando um estranhamento no contato inicial. Quando percebidos, se mostra que havia uma outra Prudente de Moraes, em outro tempo e com outras pessoas, aos quais ficam relacionados aqueles objetos. Dessa forma, a presença desses objetos naquele espaço auxilia a estabelecer alguma continuidade da instituição no novo edifício e um suporte da memória da escola, em parte pelos materiais e formas daqueles objetos, os textos das placas e as cenas retratadas.

Essa distinguibilidade, também, faz com que essa leitura não seja uma imitação de um passado já inexistente; relacionando com a discussão do campo do patrimônio, acaba se tratando, no caso, não de uma vontade de revisitar algo que passou, com um viés nostálgico,[445] mas sim de uma proposta de evidenciar as

[445] Ao exemplo do discutido por Lowenthal, *The past is a foreign country*, 2002.

múltiplas camadas existentes, rumando para uma leitura dos processos inerentes à produção de documentos e as intenções relacionadas a cada momento.[446] Abre-se, assim, uma perspectiva pedagógica de discussão das transformações e do tempo, no que se incluem temas como o deslocamento da escola, a trajetória das políticas educacionais e as experiências pessoais de gerações que estudaram na instituição.

Sobre a relação com a antiga edificação da EE Prudente de Moraes, falas de professores ouvidas durante a pesquisa levantaram o desejo de ter maior conexão com o edifício que a EE Prudente de Moraes ocupava anteriormente, que ainda encontra-se desocupado e sem o início das obras para abrigar a nova unidade da Pinacoteca. Afirmaram também que não havia um diálogo institucional fluido com a Pinacoteca, apesar da proximidade, sendo inclusive mais fácil a visita a outros museus próximos, como o da Língua Portuguesa, na Estação da Luz.

Assim, além da trajetória da instituição escolar, é nesse contexto - de intenções e de espaço - que se insere a criação desse local para exposição dos móveis e imagens da antiga Prudente. É uma ação de identificação e preservação dessa trajetória institucional, destacada do edifício que anteriormente ocupava, provocada a partir da posse dos materiais após a mudança, descrita em contatos durante a pesquisa como apressada e organizada pelos próprios funcionários da escola. Assim se evidenciam as transformações para quem passa pelo corredor.

[446] Na linha do que apresenta Le Goff, *Documento/Monumento*, 2016.

CONCLUSÃO

A construção de uma visão mais panorâmica da trajetória da EE Prudente de Moraes e de sua relação com o campo do patrimônio se torna possível com a observação, a partir da consolidação da urbanização em meados do século XIX, do pedaço de São Paulo que corresponde ao atual distrito do Bom Retiro, os processos sociais a ele relacionados e como se formaram os pensamentos sobre os mesmos.

Da virada do século XX até a década de 1960, há diversas transformações nesse espaço, vinculadas aos processos de expansão da área central da cidade. São criados no distrito do Bom Retiro diversos novos usos, como instituições relacionadas ao controle da crescente população, escolas e faculdades inseridas no processo de consolidação de uma sociedade republicana e laica, além de um Jardim. As várzeas também são ocupadas, com olarias e novas residências para os trabalhadores ao mesmo tempo que, na parte mais próxima do parque e da estação ferroviária da Luz, se consolida a presença de casarões. Retifica-se o rio e criam-se pontes e avenidas.

Até quase meados do século XX, a historicidade do distrito do Bom Retiro foi considerada de forma pontual, com o campo do patrimônio que então se formava tratando de forma diferenciada somente o Mosteiro da Luz. Isolado de uma teia de relações sociais mais ampla e localizada, esse foi o objeto de interesse e de uma tomada efetiva de ações para sua preservação nesse primeiro momento, no que se percebe a atuação de um olhar monumentalizante.

É algo distinto do que se passou em outras cidades no mesmo período, como Salvador, com um olhar mais extenso para um conjunto de bens em sua área central, além de casos com um diálogo maior entre as formas criadas nos planos urbanísticos e as edificações existentes. Também não se vê o distrito do Bom Retiro ou a iniciativa do Convênio Escolar, da qual o prédio da EE Prudente de Moraes será considerado um exemplar relevante posteriormente, nos movimentos imbricados entre patrimônio, historiografia e projeto, como aqueles feitos pelo grupo

de Lúcio Costa ao tentar consolidar sua percepção do que seria uma arquitetura brasileira moderna.

Portanto, até os anos 1960 se vê que o atual distrito do Bom Retiro ficou ligado a uma visão da cidade de São Paulo e do estado como espaços secundários no arranjo simbólico de construção da nação, atravessados por um olhar que majoritariamente não via neles valor como algo que necessitasse ser preservado. Desta forma, consolidou-se a implantação do que então eram as novas instituições, assim como o controle e alteração daquele espaço, como ocorrido nas ações do Plano de Avenidas e na dinâmica capitalista de loteamentos e reconstruções na cidade - ligado, inclusive, à alteração mais brusca de dinâmicas sociais, como o confinamento estatal da prostituição, saindo do que se pretendia como centralidade para uma região com enclave judaico, por exemplo.

Sem serem observadas de perto pelo então campo do patrimônio, essas transformações eram ligadas aos desejos modernizantes da época, em especial os da elite política. É quando ocorre a criação da escola que viria a se tornar a atual EE Prudente de Moraes, tanto na instalação de sua primeira edificação quanto, após os sobressaltos que levaram à sua saída daquele prédio, na construção de sua segunda edificação, dentro do âmbito do Convênio Escolar, vindo a ocupar a esquina da avenida Tiradentes com a rua Ribeiro de Lima no prédio inaugurado em 1950.

As primeiras décadas da EE Prudente de Moraes são marcadas por uma proximidade relativamente maior com a forma de ocupar o território proposta pela elite da época, tendo sido construída em área mais valorizada do distrito do Bom Retiro e com maiores ligações com instituições de destaque, como a Escola Politécnica. Também foi uma referência que circulava como representativa das escolas públicas estaduais, surgindo em diversas publicações, como no álbum de Guilherme Gaensly e nas páginas do Correio Paulistano.

Ainda que fora da narrativa historiográfica da arquitetura moderna brasileira que se tornou canônica, a edificação modernista da EE Prudente de Moraes também desponta como sendo relevante para o meio arquitetônico da época, estando presente em publicações sobre o Convênio Escolar e tendo sido executada dentro de relativo curto período de tempo. Nisso cabe ressaltar que essa edificação

e a produção do Convênio Escolar tem, no geral, pouca circulação em premiações ou em circuitos que envolvessem grupos mobilizados em historiografar a produção daquele momento. O que, de certa forma, explica a relação que o IPHAN trava com a escola - razoavelmente distante, ainda que espacialmente próxima do Mosteiro da Luz, tombado em 1943.

Os anos 1960 vêem, como na publicação da Carta de Veneza, um fortalecimento no campo do patrimônio de uma visão preocupada com a preservação integrada dos contextos em que estão localizados os bens. Percebe-se a intenção de conectar planejamento urbanístico e seu zoneamento à preservação, não usando necessariamente o tombamento - como ocorrido no distrito do Bom Retiro com o enquadramento de diversos bens como Z8-200, proveniente de diversos estudos e inventários, ainda que de abordagens e autores muito próximos.

De forma relacionada a esse movimento, cabe ressaltar mais uma vez a realização do *Área da Luz*, estudo urbanístico que engloba parte do recorte analisado na pesquisa. Nele se mobiliza de forma pioneira uma imagem do que seria a Luz como um lugar legitimado pela historicidade, assim como se projetam diretrizes para a atuação naquele local como um conjunto. Aqui a preservação de edificações e a caracterização do bairro têm um papel relevante, já que a principal tendência era intensificar usos já existentes na região e preservar edificações, com algum reconhecimento de pré-existência. Essa ação de planejamento, articulada em torno da lei municipal de zoneamento que comissionou a realização do *Área da Luz*, listou bens pelo seu valor como conjunto urbano e também de forma isolada, posteriormente considerados como Z8-200.

Nesse momento, nos anos 1970, a edificação ocupada pela EE Prudente de Moraes é percebida por olhares conflitantes: por vezes foi entendida como uma intrusa, obstáculo ao patrimônio que se via como legítimo, especialmente o Jardim da Luz, com sua mudança sugerida de forma a possibilitar a demolição da edificação que ocupava. Ao mesmo tempo é quando se protege, pela primeira vez, a edificação modernista da escola, sendo inserida num dos perímetros das Z8-200 e inventariada como um exemplar representativo das construções do Convênio Escolar, relacionada com a atuação do arquiteto Hélio Duarte.

A ação de preservação através do zoneamento, presente em São Paulo pela figura das Z8-200, é parte da reformulação das políticas de cultura que se fortalecem nos anos 1970, assim como a criação de incentivos ao turismo e novas instituições museais, como o Museu de Arte Sacra, instalado no Mosteiro da Luz, e da Fundação Padre Anchieta. No distrito do Bom Retiro, será especialmente relevante a atuação do órgão estadual de preservação, o CONDEPHAAT, criado nesse período e que se liga a mudanças do campo preservacionista em São Paulo, ao exemplo da realização de cursos de formação e de debates em torno da incorporação de outros bens de São Paulo a uma narrativa nacional, como o caso do tombamento da Estação da Luz.

Assim, a partir dos anos 1970 é que se fortalece uma identidade de parte do recorte espacial da presente pesquisa como *Luz*, com suas edificações historicamente legitimadas e visto como local a ser transformado por meio de políticas culturais, aproveitando, desta forma, um papel estratégico próximo à centralidade. É a partir dessa definição da área que se altera a destinação de um dos bens tombados - a antiga Faculdade de Farmácia, que se transformará em Oficina Cultural posteriormente - suplantando a possibilidade de transferência da EE Prudente de Moraes para o local, como havia sido aventado nos anos 1970 e 1980 ao considerarem a edificação da escola como uma interferência no Jardim da Luz. Ao longo desse processo, nota-se uma mobilização mais marcada da identidade da área como *Luz*. Mesmo quando as ações se tornam mais distantes do eixo da avenida Tiradentes, se percebe pouco uso da identidade do Bom Retiro, o que nas décadas anteriores havia sido mais marcante e relacionado especialmente à migração judaica.

Se atendo às duas escolas estaduais da região, percebe-se que há um tratamento distinto entre elas desde o momento de sua criação, com a EE Prudente de Moraes estando muito mais próxima dos circuitos da elite da virada do século XX, por exemplo. O olhar do patrimônio também será distinto. A EE Marechal Deodoro é observada pelo órgão de preservação estadual nos anos 1980, integrada a uma série de edificações escolares da Primeira República, com um reconhecimento dessa política educacional ligada a seu valor arquitetônico, de certa forma vista fora do contexto da cidade no qual se insere ou dos planos urbanísticos

da São Paulo da época. Por sua vez, a localização mais central da EE Prudente de Moraes se relacionou com sua presença em meio às disputas que se desdobraram nos anos 1970, tanto por ser vista como menos legítima historicamente, quanto por ser considerada antes como bem cultural a ser protegido.

O discurso que define parte da área como *Luz* a vê como local estratégico para a implantação de políticas urbanas articuladas com equipamentos culturais é reforçado a partir da última metade da década de 1990, num contexto das políticas neoliberais na área da cultura. Essa parte da região central de São Paulo é observada como local onde devem ser articulados equipamentos culturais e renovação urbana. Nota-se uma presença de investimentos estatais, ainda que vinculados ao discurso de parceria com atores da iniciativa privada e procurando uma lógica empresarial, promovendo uma série de reformas e inaugurações.

Nesse momento, os órgãos de preservação se movimentam numa atuação alinhada com o desenvolvimento de políticas de valorização financeira a partir de aspectos culturais, com convergências significativas entre as diversas instâncias, ainda que com discussões internas no próprio campo. Exemplos dessas últimas são o tombamento de locais vinculados à repressão e conflitos da ditadura, num momento de redemocratização do país, num distanciamento dos discursos estilísticos ao atribuir valor ao bem, ou também na proposição teórica de preservação de conjuntos, tensionando compreender as edificações de forma integrada.

O INRC Bom Retiro, outro reflexo das mudanças teóricas do campo do patrimônio, é distante dessas ações de planejamento urbanístico, sendo mais ligado ao novo cenário do IPHAN no final dos anos 2000, com a consolidação da mudança do paradigma teórico da *referência cultural* e a entrada de novos quadros técnicos, inclusive de antropólogas. Também se nota, no estudo, que essa parte da cidade é identificada como *Bom Retiro*, e procura-se compreender as dinâmicas cotidianas que dão corpo àquele lugar, identificando desde as referências que poderiam ser vistas como monumentais até as mais comezinhas, como ofícios e celebrações dos diversos grupos sociais na região.

Esse Inventário de Referências Culturais, iniciativa de pesquisa mais atenta e aprofundada sobre as dinâmicas culturais da região, até o presente momento não

está ligado à iniciativas dos órgãos de preservação na área, em quaisquer das instâncias. O distrito do Bom Retiro, mais recentemente na década de 2010, tem sido tratado principalmente pelo órgão de preservação municipal, que tem reconhecido novos bens culturais ainda sem proteção alguma através do tombamento. Também é um locais por onde passa o Inventário Memória Paulistana, que além da documentação mais ampla possibilita a implantação de placas para visibilização de narrativas de passado e origem, ligadas à diversos grupos sociais, como a luta por moradia nas cidades, a sociabilidade judia e a instalação de uma zona de meretrício na região, mais ligados ao reconhecimento do *Bom Retiro* como um bairro.

O rol de bens culturais reconhecidos mais recentemente passam por exemplos como a Igreja Armênia do Rito Oriental e referências ligadas às mudanças das décadas de 1920 e 1930, como visto nos tombamentos da Ponte das Bandeiras e da antiga garagem e almoxarifado municipal, ligados a um processo de reconfiguração estatal. As mudanças ocorridas nesse período temporal também surgem na patrimonialização do antigo posto de gasolina na Avenida Tiradentes. E também se percebe o Estado como sujeito de transformações relacionadas com bens culturais no tombamento da antiga Estação Elevatória de Esgotos, da Estação Armênia e da edificação da EE Prudente de Moraes.

A perspectiva que via algum valor à edificação modernista da EE Prudente de Moraes, ainda que tombada definitivamente em 2016, não se alterou de maneira significativa desde os primeiros olhares dos anos 1970. Quando vista como objeto relevante, foi entendida isolada do conjunto de edificações do Convênio Escolar e vinculada a um autor e filiação de linguagem arquitetônica. Num contexto de retomada de projetos de valorização fundiária da área, com retórica já ensaiada desde os anos 1980, o edifício escolar novamente é inserido numa disputa com um vizinho simbolicamente mais legítimo, que se movimentava para expandir seu espaço desde a década anterior - no caso, não o Jardim da Luz e sim a Pinacoteca.

Essa instituição museal - âncora da política de culturalização dessa parte da região central e que já estava ocupando outra edificação além daquela projetada por Ramos de Azevedo (e que para se consolidar neste espaço havia passado por uma disputa com a Faculdade de Belas Artes) - movimenta-se nos bastidores da cena

política dos anos 2000 e força a saída da EE Prudente de Moraes da avenida Tiradentes com a rua Ribeiro de Lima. O campo do patrimônio atravessa esse movimento: isso, por exemplo, por estar ligado ao reconhecimento de uma historicidade para a região, que a legitimava como espaço que deveria receber uma nova instituição cultural e os desdobramentos mais amplos da valorização fundiária. E também, nesse momento, por conta das legislações de preservação já existentes, que colocaram como premissa que a edificação escolar modernista não iria ser demolida pelo novo ocupante, como chegou a ser temido por parte da sociedade quando foi divulgada a saída da EE Prudente de Moraes de sua antiga edificação.

As mais de seis décadas de convivência da comunidade escolar criaram uma teia de memórias, especialmente junto aos funcionários da escola, que conheceram seu prédio anterior. Para a comunidade escolar, essa atribuição de valor ao antigo edifício é mobilizada atualmente quando se menciona a transferência, por vezes como justificativa forte o suficiente para que a mesma não se realizasse, entendendo o prédio como parte do histórico da escola. Não é um sentimento que se opõe às críticas do estado anterior da edificação, com a necessidade de reformas sendo trazida por diversos pontos de vista. Para algumas pessoas, essa necessidade de melhorias é o que justificaria a transferência para o novo edifício, enquanto para outras, esse esforço de manutenção - ainda não realizado pela Pinacoteca - teria que ser feito de toda forma, sendo ainda mais razoável ter sido realizado com a EE Prudente de Moraes lá, já que estariam ligadas por conta de suas trajetórias.

Atualmente, a decisão de saída do edifício antigo já foi concretizada, colocando em questão apenas as memórias relacionadas a esse espaço, que é entendido como parte da identidade daquela escola, mobilizando sentimentos das pessoas envolvidas. Relatos apreendidos durante esta pesquisa permitem compreender que à época da saída havia o desejo de permanecer na edificação modernista da avenida Tiradentes. Naquele momento, em meio às notícias sobre o fechamento da escola e realocação de alunos e professores para outras unidades, foram feitos protestos para a manutenção da mesma, como um abraço na escola e encontros com os Secretários da Cultura e da Educação. Discutida após ser anunciada a saída do prédio antigo, a proximidade da localização do novo prédio da

EE Prudente de Moraes surge como um fator relevante para a aceitação da transferência pela comunidade escolar, sendo um dos pontos de continuidade mais marcantes entre os dois edifícios da EE Prudente de Moraes, de diferentes percepções relacionadas a cada um, além de suas trajetórias e épocas de criação.

O órgão de preservação municipal também esteve ligado ao espaço que seria o novo destino da EE Prudente de Moraes: após a publicização da saída da escola, as áreas técnicas de levantamento de bens culturais do DPH haviam feito um estudo sobre a antiga garagem municipal e proposto seu tombamento. Antes de uma decisão definitiva sobre essa preservação, foram discutidos e aprovados projetos para um centro de controle policial e uma nova edificação escolar, e que ocupavam o espaço que a área técnica pretendia tombar inicialmente. Durante esse processo, o projeto do edifício destinado à realocação da EE Prudente de Moraes passou por adaptações orientadas pelo DPH e CONPRESP por ser parte da área de entorno de outros bens e, considerando a historicidade da região, houve a decisão de manter elementos das fachadas da antiga garagem que não haviam sido tão prejudicadas por um incêndio, servindo como uma espécie de muro. Dessa forma, a EE Prudente de Moraes passa a conviver, na sua nova localização, com marcas desse passado, ainda que tenham sido pouco mencionadas, com outras referências da região tendo muito mais relevância.

Algumas diferenças foram apreendidas entre a experiência em cada edifício, com o prédio antigo sendo visto como mais acolhedor, ligado à história da instituição e das pessoas que por lá passaram, e com uma relação maior de proximidade com a natureza, com árvores vistas pela janela e atividades aproveitando essa situação. O prédio novo, sede atual da escola, é percebido como menos adequado ao ensino infantil, sendo impessoal e pouco acolhedor; ao mesmo tempo também é visto como mais amplo, com boas instalações e moderno. É o local onde transcorrem as atividades escolares atuais, com os alunos criando opiniões sobre o edifício, como o incômodo do subir escadas ou o prazer de desfrutar de locais favoritos. A leitura do edifício está imbricada às práticas que ocorrem nele, como o estar com amigos e os momentos de lazer nos pátios, além da relevância de estudarem em locais que não suas casas, experiência que não ocorria no momento da pesquisa devido à pandemia de coronavírus.

Após a transferência em 2014, é possível perceber que a proximidade entre edificações facilitou a manutenção da própria comunidade associada com a escola e sua inserção numa teia de práticas e memórias do Bom Retiro, numa parte específica da região central - ainda que esgarçada após a transferência do edifício antigo, visto que o prédio antigo tem sido menos identificado com a EE Prudente de Moraes pelas gerações mais recentes da comunidade escolar. Ainda, percebe-se relativo desconhecimento e menor relevância da edificação anteriormente existente no lote da escola atual, a antiga garagem municipal.

Espacializando as identidades apontadas, vê-se que a escola está próxima a uma zona de sobreposição de áreas identificadas como *Luz* e *Bom Retiro*, que se inicia no Parque da Luz, passando pela Pinacoteca, o Museu da Língua Portuguesa e vai até o começo da rua José Paulino. Talvez, num exercício de conjectura, uma mudança da escola para outro local tivesse esgarçado de forma mais abrupta essa relação de pertencimento ao bairro do Bom Retiro, já que a EE Prudente de Moraes seguiu próxima do conjunto de referências relacionadas a esse lugar, como a praça Coronel Fernando Prestes, o Instituto Dom Bosco, a UNIBES e a Casa do Povo, por exemplo.

Porém, nota-se que a associação da escola ao bairro não é feita assiduamente e, ainda, percebe-se uma tendência de ser uma identidade mais lembrada por adultos, com as crianças que estudam na escola reconhecendo-a menos, ainda que associando o Bom Retiro a aspectos cotidianos. Quando inquiridos sobre bairros que haviam visitado, mesmo morando na região, as crianças mencionaram locais como Liberdade e Mooca, por exemplo.

Também se antevêem outros processos de conformação de identidades e ligações com referências culturais, marcadamente em relação à Luz. Associada de maneira significativa a locais que carregam o mesmo termo no nome, como as estações de transporte público e o Parque, foi uma identidade mais reconhecida pelas crianças na atividade de aula, o que sinaliza uma maior evidência dessa identidade territorial. Além disso, há a menção a museus e de instituições culturais no conjunto de referências que definiria a Luz.

É possível, então, perceber relativo sucesso no investimento político para a instalação dessas instituições na área, assim como no projeto de forjar a

identificação dessa parte da cidade com esse tipo de atividade. É notável que, quando não tiveram a associação com a região no nome, os museus foram menos identificados com a Luz. Um exemplo é o Mosteiro da Luz, peça central para que se começasse a olhar para a região como historicamente relevante e que foi citada como parte do Bom Retiro, além de referenciado pelo nome da instituição cultural lá instalada em 1970, o Museu de Arte Sacra. Assim se percebe, além de mais um momento de intersecção entre essas fronteiras de identidades territorializadas, limites na forma como foi naturalizada a *vocação* dessa parte de receber tal tipo de equipamento, posto que há espaços museais, cuja presença serviu de baliza para o estabelecimento da *Luz* como localidade, entendidos como ligados a outros lugares, como o Bom Retiro, no caso.

Parte dos pontos negativos que foram levantados sobre o atual edifício da EE Prudente de Moraes motivaram ações recentes no prédio, como visto durante a observação participante realizada. Exemplos são a pintura das paredes e pilares dos corredores com personagens e temas entendidos como mais apropriados ao público infantil. Parte do que se aponta como marcante da experiência no antigo prédio, como a proximidade com a natureza na sala de aula e corredores de salas de aula mais abertos, acaba sendo, de certa forma, irreproduzível no atual edifício, com projeto arquitetônico distinto.

Em relação a um distanciamento do passado da escola, por agora estar num outro edifício, a alocação dos objetos da escola trazidos do antigo prédio no corredor é uma ação que evidencia uma vontade de lembrança dessa trajetória institucional. Esses suportes facilitam compor a memória da comunidade escolar - hoje mantida principalmente a partir da permanência dos funcionários da instituição, que sabem e reproduzem essas narrativas.

Cabe retomar que, como visto, os vieses que atravessaram a produção de legitimação e historiografia de forma geral deixaram em segundo plano referências culturais como instituições escolares, ou aquelas menos monumentalizantes, mais afastadas da glorificação de ciclos econômicos ou, ainda, as formas culturais que não se enquadrassem dentro de alguma perspectiva arquitetônica. Assim se permite entender que uma reiterada ausência da escola nos discursos patrimoniais mais presentes em relação com o distrito do Bom Retiro, seja pelos órgãos de

preservação ou de forma mais ampla, pode ser relacionada com esse afastamento da compreensão da EE Prudente de Moraes como parte do patrimônio cultural, inclusive de parte dos atores que fazem e fizeram parte da comunidade escolar. Possivelmente apenas no INRC houve abertura para a compreensão desse conjunto como patrimônio, indo no sentido do previsto no paradigma teórico atual.

Mas essa ação de reconhecimento, dentro dos andamentos do órgão federal de patrimônio, acabou transcorrendo num contexto mais distante das políticas escolares e urbanísticas, ligadas às camadas estaduais e municipais. Assim, foi ganhando mais força a remoção da instituição escolar - paulatinamente com sua importância diminuída em comparação com outros objetos na área da *Luz*, via de regra seguidamente legitimados a partir de sua historicidade monumental e ligação com uma narrativa de ciclos de hegemonia econômica - sem abertura para uma incursão tateante da comunidade escolar pelo campo do patrimônio cultural.

Não obstante isso, a continuidade da instituição, fortalecida pela exposição dos objetos, é uma das características da comunidade escolar da EE Prudente de Moraes. O desejo de lembrar a trajetória da escola, incluindo a ocupação do antigo edifício da linguagem modernista, é visível, ainda que atualmente o alcance dessas ações seja pouco amplo, dado que os objetos que facilitam essa relação estarem situados no corredor, dialogando apenas com a comunidade escolar de passagem por lá ou por eventuais visitantes, por exemplo.

Outros elementos têm potencial de serem aproveitados como suportes nessa discussão, como os materiais produzidos por antigos alunos sobre a mudança, além de ser possível um diálogo com o tema em instalações no espaço escolar, atualmente feitas com outras temáticas e linguagens artísticas. Mas, principalmente, um outro suporte para entender a transferência e a continuidade da EE Prudente de Moraes é o antigo prédio da EE Prudente de Moraes, no qual se referenciam memórias daquela comunidade escolar e que que está presente na vivência mais cotidiana desse pedaço de contato entre o Bom Retiro e Luz, havendo o desejo de fazer atividades para rememorar as experiências, que abririam uma outra chave de discussão em torno das rotinas escolares e urbanas, atualmente acessada apenas pelos professores que passaram pelas duas edificações.

A permanência da EE Prudente de Moraes no mesmo contexto territorial está ligada à ação da comunidade escolar, que a firmou em meio aos projetos urbanísticos para a região. Esses últimos se relacionam com o deslocamento da escola para seu atual edifício ao procurarem definir a Luz como identidade, e uma onde deveria ser aplicada uma estratégia de desenvolvimento combinada com a instalação de instituições culturais. A continuidade da escola abre uma possibilidade de aprofundar o debate sobre essas escalas de leitura e de ação na cidade. Ao se alterar o edifício onde ocorre a rotina escolar, se impactou o conjunto das relações vinculadas ao ensino, imbricando o deslocamento da escola desde a experiência nas salas de aula até a quais trajetos são feitos para chegar ao novo prédio, com diversas formas e recortes possíveis para discussão sobre o tema.

A comunidade escolar apontou também um desejo de maior articulação com instituições culturais próximas, cujo contato hoje é mais de visitas extra-curriculares pontuais e menos para discussão do compartilhamento de localidade e dinâmicas que tecem o cotidiano, especialmente de seus alunos, no qual a escola está inserida. Não depende apenas da escola, com a Pinacoteca detendo uma das referências centrais para a memória da EE Prudente de Moraes, por exemplo. Mas, de forma geral, é possível perceber que a escola está aberta a uma articulação com outros grupos e instituições, numa busca por aprofundar a discussão com a memória e o local em que está situada, sendo esta breve pesquisa um exemplo dessa abertura.

As movimentações da EE Prudente de Moraes, ao se situar numa área de intersecção simbólica das identidades territoriais da Luz e Bom Retiro, podem ser compreendidas a partir das ações orientadas por diferentes conjuntos de percepções sobre o espaço. Desta forma, historicamente se tornaram mais ou menos cabíveis certos tipos de atividades, espaços e pessoas nos lugares projetados; no caso, muitas vezes sendo considerada a ligação com uma materialidade presente nos locais em questão (ou pela ausência da mesma, com estruturas físicas suplantadas por outras lógicas ou fora dos olhares). As próprias identidades articuladas também interferem no que se produz como adequado, sendo mais ou menos permeáveis a cada referência de acordo com suas

características e desejos das comunidades envolvidas - a nação, o estado, o município e, também, outras que não se refletem nessas divisões administrativas.

Essa operação de construção de uma historicidade ligada aos lugares da cidade teve participação marcante dos agentes do campo do patrimônio, que ao longo de quase um século de ação passou por diversos tensionamentos e permanências - ao exemplo da monumentalidade e da excepcionalidade como critérios de legitimação, relacionadas com uma visão de cultura como símbolo de poder, ou pela tentativa de se aproximar mais dos aspectos cotidianos, da diversidade de grupos sociais efetivamente existente e de sua capacidade de construção de significados.

Em 2022, inicia-se um ano, com as saídas das crianças, professoras, pais e maês na porta da nova EE Prudente de Moraes, na beira da praça mais marcante de um lugar chamado de Bom Retiro. Em meio às instituições policiais da vizinhança, também com novos prédios, a escola é separada da rua por fachadas de uma antiga garagem, que fazem as vezes de muros. Se lembram, enquanto isso, de uma outra esquina e de outras décadas passadas em um edifício escolar modernista, que agora segue aguardando as obras para receber a nova instituição museal, mais uma nessa região - cenário em constante transformação, com desejos ligados a diversos passados e presentes, muitos talvez ainda a entrar em cena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ivanir Reis Neves. **Convênio escolar**: utopia construída. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AGIER, Michel. 2011. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Lélia Coelho Frota (Ed.). Brasília: MEC/Sphan, 1981.

ANDRADE, Paula Rodrigues de. **O patrimônio da cidade**: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, Stephanie Silveira Guerra de. **Indústria e comércio de moda no centro de São Paulo: Rua José Paulino (1928-1980)**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira. **Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951: uma história a contrapelo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

APPADURAI, Arjun. Grassroots Globalization and the Research Imagination. In: APPADURAI, A. (org.). Globalization. Durham, NC and London: Duke University Press, 2001.

ARANTES, Antonio Augusto. Introdução. In: Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, p.23-25.

ARANTES, Antonio Augusto. Quem fala não é apenas porta-voz, mas intérprete", in CAMPOS, YDS Proposições para o Patrimônio Cultural. Juiz de Fora: Funalfa, 2014.

ARANTES, Antonio Augusto. TORRES, Lilian de Lucca, « Entrevista: Antônio Augusto Arantes », Ponto Urbe [Online], 3 | 2008, posto online no dia 31 julho 2008, consultado o 08 março 2020.

A GAZETA. O que é o Grupo "Marechal Deodoro". In: *A Gazeta*, São Paulo, 18 de setembro de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764507&Pesq=%22grupo%20escolar%20bom%20retiro%22&pagfis=888

BAEZA, Sandra Beltrán. Um projeto cultural anima o bairro da Luz. In: *Folha de São Paulo,* São Paulo, 30 de outubro de 1986. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9671&keyword=%22projeto+cultural%22&anchor=4164323&origem=busca&originURL=&pd=41426c3fbf309fda9c9c9f1f89f97ece.

BAFFI, Mirthes. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. **Revista do Arquivo Municipal 204** – 30 anos de DPH. São Paulo: DPH, 2006, P. 169-191.

BONDI, Mauro David Artur. Apresentação, *in* Scifoni, S. (org), Bom Retiro Memória Urbana e Patrimônio Cultural: coletânea de textos para a Educação Patrimonial, São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p 99-130 ago.2016

CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. **Arquitetura para educação:** escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962). Tese (doutorado) - FAU-USP, São Paulo, 2005.

CAMPOS, Eudes. Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [online]. 2005, v. 13, n. 1, pp. 11-57.

_____. Luz e Bom Retiro. in: **Informativo do Arquivo Histórico**, n. 09, nov/dez 2006.

_____. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiaes: Obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material [online]. 2007, v. 15, n. 1, pp. 11-114.

_____. A vila de São Paulo em seus primórdios: ensaio de reconstituição do núcleo urbano quinhentista. Versão revista e ampliada, 2012. Disponível em: < https://3ad9be02-e369-4dc1-b9fc-6a5652430382.filesusr.com/ugd/a9f845_3e9e5b98eab84eab98804d0b12e2c72d.pdf />. Acesso em fevereiro de 2022.

CASTILHO, Clarissa Silva de. **O espaço escolar como mediador simbólico: cultura, experiência e sentidos**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

CARMO, Maurício Martins do Carmo. Fisionomia urbana e bandeirantismo: a tradição bandeirante na paisagem paulistana. In: **Revista do Arquivo Histórico**, n.205, 2014, p. 101-119.

CARSALADE, F. L.. Bem. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (Org.). Dicionário IPHAN do Patrimônio Cultural. 1ed.Rio de Janeiro: IPHAN, 2015, v. , p. 1-34.

CARTA DE VENEZA, 1964. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de, “Democratização do ensino” revisitado. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004.

CÉSAR, Roberto Cerqueira; FRANCO, Luiz Roberto Carvalho; BRUNA, Paulo. Área da Luz. Renovação urbana em São Paulo. São Paulo, Perspectiva, 1977.

CHAHIN, Samira Bueno. Diálogos numa corda bamba: sobre a formação continuada de professores. **Revista CPC (USP)**, v. 14, p. 149-164, 2019.

CHI, Jung Yun. **O Bom Retiro dos coreanos**: descrição de um enclave étnico. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.313-333, Dezembro 2003.

_____. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, p.79-103, 2017.

_____, M.; LAVINAS, L. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 75-98, 1 abr. 2016.

CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. **Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural.** Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.

CONTIER, Raquel Furtado Schenkman; CORREA, Vanessa; FUSER, Luca. O Inventário Memória Paulistana, as placas de patrimônio e a salvaguarda de histórias da cidade de São Paulo. In: Anais do 4º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Anais...Belo Horizonte(MG) Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/simposioicomos2020/242937-O-INVENTARIO-MEMORIA-PAULISTANA-AS-PLACAS-DE-PATRIMONIO-E-A-SALVAGUARDA-DE-HISTORIAS-DA-CIDADE-DE-SAO-PAULO>.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão. Et al. 1890-1920 Arquitetura escolar paulista. São Paulo: FDE, 1991.

CORREIO DE S. PAULO, M.M.D.C. - Centro de Preparação Militar - C.P.M.In: *Correio de S. Paulo,* São Paulo, 1 de julho de 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720216&pesq=%22grupo%20escolar%20bom%20retiro%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=343>.

CORREIO PAULISTANO. Assistencia Dentaria Escolar. In: *Correio Paulistano,* São Paulo, 3 de dezembro de 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22grupo%20escolar%20marechal%20deodoro%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=23760>.

_____. As eleições do dia 24 de fevereiro. In: *Correio Paulistano,* São Paulo, 19 de janeiro de 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22grupo%20escolar%20marechal%20deodoro%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=24423>.

_____. Uma grande cruzada da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saude. In: *Correio Paulistano,* São Paulo, 13 de junho de 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=%22grupo%20escolar%20marechal%20deodoro%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2452> .

_____. Grupo Escolar Prudente de Moraes. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, 17 agosto de 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&Pesq=%22grupo%20escolar%20prudente%20de%20moraes%22&pagfis=19929>.

_____. Movimentam-se os moradores do Bom Retiro contra a permanencia ali do meretricio. In: *Correio Paulistano,* São Paulo, 2 de abril de 1947.

_____. As autoridades de ensino não souberam prever o crescimento da cidade. In: *Correio Paulistano,* São Paulo, 18 de fevereiro de 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_10&pesq=%22grupo%20escolar%20prudente%20de%20morais%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=5156.

_____. Superlotados os grupos escolares. In: *Correio Paulistano,* São Paulo, 23 de agosto de 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_10&pesq=%22grupo%20escolar%20prudente%20de%20morais%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=27491.

_____. Educação de adultos. In: *Correio Paulistano,* São Paulo, 2 de maio de 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_11&pesq=%22escolar%20prudente%20de%20morais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=7191

COSTA, Sabrina Studart Fontenele. **Relações entre o traçado urbano e os edifícios modernos no centro de São Paulo.** Arquitetura e Cidade (1938/1960). Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. **Joseph-Antoine Bouvard no Brasil. Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

DERTÔNIO, Hilário. O bairro do Bom Retiro. História dos bairros de São Paulo. Vol. 9. Departamento do Patrimônio Histórico. 1971.

DUARTE, Hélio. As arquiteturas do Convênio Escolar. In: **Habitat**, São Paulo, no4, jul./set.1951.

_____. O problema escolar e a arquitetura. In: **Habitat**, São Paulo, no4, jul./set.1951.

ESMANHOTTO, Monica Novaes. **Museus e a anima urbana: Pinacoteca e o bairro da Luz.** Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2008.

FARIA, A. L. G. de., A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, Dezembro/1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2000, n. 14, p. 19-34.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas: a territorializão da prostituição feminina em São Paulo.** Dissertação (Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. Bom retiro: bairro múltiplo, identidade étnica mutante. In: Anais do XV ENANPUR, Recife. 2013.

_____. O bairro do Bom Retiro: deslocamento em massa, destino definitivo. In: Feldman, Sarah;Fernandes, Fernanda;Marins, Paulo C. G.; Leme, M. c.. (Org.). Deslocamentos. Os estrangeiros em São Paulo. 01ed.São Paulo: Alameda, 2015, v. 01.

FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger (orgs.). EE Prudente de Morais. In: Arquitetura escolar paulista: anos 1950 e 1960. FDE: São Paulo, 2006.

FIAMMENGHI, João Bittar. Arquitetura, história e interpretações do edifício do Grupo Escolar Prudente de Morais (pesquisa comissionada pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC). 2021.

FREIRE, Mariana. Memória de São Paulo é contada em placas expostas pela cidade. In: *Agora,* São Paulo, 21 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/02/memoria-de-sao-paulo-e-contada-em-placas-expostas-pela-cidade.shtml.

FUSER, Luca. Antropologia do restauro: notas sobre o projeto arquitetônico de um novo Estádio do Pacaembu. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 6 (11): 65-80, janeiro a julho de 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO, A polícia prevê muitas drogas na folia deste ano. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de fevereiro de 1979. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6864&keyword=%22escolar+prudente+de+moraes%22&anchor=4234177&origem=busca&originURL=&pd=913733c10029513260717a092b1e2422 .

_____. Apesar de não ser obrigatória, taxa de APM é cobrada. In: *Folha de São Paulo,* São Paulo, 07 de dezembro de 1982. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8248&keyword=%22escola+estadual+prudente+de+morais%22&anchor=4213517&origem=busca&originURL=&pd=21b64b53258b28ce0c3d1157bf7df073.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. **Revista do Patrimônio nº 35**. s.l.:IPHAN / MinC, 2017, p. 157-171.

FREDDI, Paulo Sérgio. Campanha nascida em porão já ensinoou mais de 35 mil a ler. In: *Folha de São Paulo,* São Paulo, 18 de agosto de 1964. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1580&keyword=%22escolar+prudente+de+morais%22&anchor=4984688&origem=busca&originURL=&pd=418b1a0eee9de40d3a5ac6cb79f6e4c0.

FREHSE, Fraya. O tempo das ruas na São Paulo de Fins do Império. São Paulo: Edusp, 2005.

FRÚGOLI JR., Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.

_____. Roteiro pelo bairro da Luz, São Paulo. **Ponto Urbe** [Online], 2 | 2008, posto online no dia 07 agosto 2014, consultado o 01 novembro 2021.

_____. CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândia(s)em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico.** v.38 n.2 | 2013, p. 73-97.

_____., SPAGGIARI, Enrico. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. **Ponto Urbe** [Online], 6 | 2010, posto online no dia 31 julho 2010, consultado o 01 novembro 2021.

GAENSLY, Guilherme. Lembrança de São Paulo. Álbum fotográfico, 1902?. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon325123_1045448/icon325123_1045448.pdf>.

GONÇALVES, João Felipe. The Hero's Many Bodies: monuments, nationalism, and power in Havana and Miami. Tese (Doctorate in Philosophy) – Faculty of Social Sciences, University of Chicago, Chicago, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ IPHAN, 1996.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 55, p. 211-228, jun. 2015.

GUERRA, José Wilton Nascimento. **O Projeto de Ernani Silva Bruno: uma discussão sobre as bases de criação, implantação e gestão do Museu da Casa Brasileira (1970-1979).** Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GUIMARÃES, Lais Barros Monteiro. Luz. Série História dos Bairros, 12. São Paulo: Arquivo Histórico, 1973.

GUINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes um paradigma indiciário. In: _____. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____.O queijo e os vermes: cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cornpanhia das Letras, 2006.

HARTOG, François. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. Institucional. Disponível em: http://www.ipac.ba.gov.br/institucional. Acesso em 26 de fevereiro de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf (acesso em fevereiro de 2022).

KARA-JOSÉ, Beatriz. Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

_____. As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo (anos 90). In: Baptista, Dulce; Gagliargi Clarissa (org.). Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália. São Paulo: EDUC/CAPES, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. História e Memória, Editora Unicamp. 2016.

LEAL, C. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 99-136, 1 abr. 2016.

LEITE, Andréa Andira. **A experiência do Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART) em São Paulo: uma revisão crítica.** Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Ed. Unicamp; Aracaju, SE, 2007.

LESSA, Ana Lara Barbosa. **Patrimônio como campo de conflitos: o processo de preservação das Indústrias Matarazzo na Água Branca**. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

LESSA, Juliana Bellot Rolemberg. **O ensino na prancheta: da arquitetura escolar à docência de**

arquitetura e urbanismo, o legado de Hélio Duarte. Dissertação (mestrado) - FAU-USP, São Paulo, 2017.

LOWENTHAL, David. Cap. 1. in: _____. The past is a foreign country. Cambridge: Cambridge University Press, [1985] 2002.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **An. mus. paul.**, Set 2017, vol.25, no.3, p.233-290.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 17, n. 49, p. 11-29, June 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso>. Accesso em 24 July 2018.

_____. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MANGILI, Liziane Peres. **Transformações e permanências no bairro do Bom Retiro, SP (1930-1954)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

MANGUEIRA, Renato Silva. **Cartas arqueológicas para a cidade de São Paulo**: estabelecimento de modelo de potencial para a preservação de bens arqueológicos. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARINS, Paulo César Garcez. Do Luz Cultural ao Monumenta: sobre a opção pela escala monumental na preservação de uma área de São Paulo. In: Baptista, Dulce; Gagliargi Clarissa (org.). Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália. São Paulo: EDUC/CAPES, 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, abr. 2016. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122/59342>. Acesso em: 24 Jul. 2018.

MARTINS, C. A. F.. "Há algo de irracional...". Notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira.. In: Guerra, Abílio. (Org.). Textos Fundamentais sobre a História da Arquitetura Moderna Brasileira, parte 2. São Paulo: Romano Guerra, 2010, v. , p. 131-168.

MELO, Carina M.S. . Novos conceitos, velhas práticas na proteção de áreas de entorno de bens tombados federais. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016, Porto Alegre. Anais do IV Enanparq. Porto Alegre: PROPAR / UFRGS, 2016. p. 1-17.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio**. s.l.:IPHAN / MinC, n. 36, p. 39-53, 2017.

MEYER, Regina Maria Prosperi. Projeto luz cultural quer induzir, criar e revitalizar. In: Revista Projeto, abr. 1987, p.77-82.

MINODA, Thais Klarge. **Artefatos no Jardim da Luz**: usos e funções sociais (1870-1930). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2017.

MONTOYA URIARTE, Urpi. Pobreza e cultura. A luta dos pobres para permanecer morando no Centro Histórico de Salvador. **Cadernos PPG-AU**, Número especial sobre Patrimônio, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFBA, 2012.

MONUMENTO Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra15140/monumento-mausoleu-ao-soldado-constitucionalista-de-1932. Acesso em: 26 de fevereiro de 2022. Verbete da Enciclopédia.

MORAIS, S. Modos de fazer e usar o INRC: reflexões sobre sua dimensão prática. In: Organização Izabela TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá, VASSALO, Simone. *A antropologia na esfera pública : patrimônios culturais e museus* [ebook] / Goiânia : Editora Imprensa Universitária, 2019.

_____; RAMASSOTE, R.; ARANTES NETO, A. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antonio Arantes. **Revista CPC**, n. 20, p. 221-260, 29 dez. 2015.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. **Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo**: projetos urbanos e estratégias de intervenção. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio**. sl.: IPHAN/MinC, n. 22, pp. 108-122.1987.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Edificações como documentos: O patrimônio construído na região da Luz e Bom Retiro, *in* Scifoni, S. (org), Bom Retiro Memória Urbana e Patrimônio Cultural: coletânea de textos para a Educação Patrimonial, São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

_____. Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.

_____. Patrimônio Cultural e escrita da história:a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material, v. 24, p. 121-147, 2016.

_____. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, v. 24, n.1, p. 205-236, 1 abr. 2016.

_____. Olhar a rua: cotidiano, fotografia e preservação do Centro do Rio nos anos 1980. In: Ana Maria Mauad. (Org.). Fotograficamente Rio, a cidade e seus temas. 1aed.Niteroi: PPGHistória/ Labhoi-UFF/ Faperj, 2016, v. 1, p. 178-196.

_____. Patrimônio cultural e história oral nos conjuntos residenciais dos IAPs, São Paulo/SP. **Revista arq.urb**, n.26, p. 117-137, setembro-dezembro 2019.

_____. A construção da ideia de patrimônio moderno no Brasil: Valorações e práticas dos anos 1940 aos 2000. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 85-106, nov. 2020

_____.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado**: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NOSSA VOZ. Edifício em final de construção (anúncio). In: *Nossa Voz,* São Paulo, 26 de maio de 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120987&pasta=ano%20195&pesq=godel%20kon&pagfis=3644 .

O COMBATE. Grupo Escolar Bom Retiro. In: *O Combate,* São Paulo, Edição 01237, 10 de julho de 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830453&Pesq=%22grupo%20escolar%20bom%20retiro%22&pagfis=2305>.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. **Do tombamento às reabilitações urbanas**: um estudo sobre a preservação no centro histórico de São Paulo (1970-2007). Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAIVA, Marcelo Cardoso de. **O Brasil segundo o IPHAN: a preservação do patrimônio cultural brasileiro durante a gestão de Gilberto Gil no MinC (2003-2008).** Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PAIXÃO, Giselle Marques Leite. Museu de arte sacra. In: MUSEU DE ARTE SACRA. Museu de Arte Sacra de São Paulo: Mosteiro da Luz. São Paulo: Editora Artes, 1987.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro. O Metrô e o patrimônio histórico. 1985. Relatório final de curso de especialização disponível no acervo do Departamento do Patrimônio Histórico.

PATERNIANI, Stella. **São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. Brasília, 2019. Tese (doutorado)

PEIRANO, Mariza . Etnocentrismo às avessas: O conceito de sociedade complexa. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso) , Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 97-115, 1983

_____. Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada). In: Sérgio Miceli. (Org.). O Que Ler Na Ciência Social Brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré, 1999, v. 1, p. 226-266.

_____. PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre , v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014 .

PEREIRA, Aglaé Vaz. **O projeto Nova Luz e a renovação urbana na região da Luz**: o espaço urbano como condição e produto da acumulação e como espaço de reprodução da vida. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Bruno Ribeiro da Silva. **Cartografias cruzadas: os caminhos do samba e os traçados do Plano de Avenidas em São Paulo (1938-1945)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, Carla Janaína de Freitas. **A Nova Luz: requalificação urbana e representações do Centro paulistano**. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, Julia da Rocha. **Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil: consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (1990- 2010)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

PERLONGHER, Nestor. O negócio do michê. 2ªed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PINHEIRO, M. L. B.. Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil. 1. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2011. v. 1. 312p .

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sôbre o patrimônio de cultura. In: *O Estado de São Paulo*, 5 de julho de 1969. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690705-28907-nac-0051-lit-5-not/busca/patrim%C3%B4nio+cultura.

_____. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000 [1970].

RODRIGUES, Marly. Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Unesp/Imesp/CONDEPHAAT/Fapesp, 2000.

_____. Passados 50 anos... **Revista CPC**, v. 13, n. 26esp, p. 20-44, 4 jan. 2019.

ROSIN, Maíra Cunha. **Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor:** os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905-1938). 2021. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SALLA, Natália Maria. **Produzir para construir**: a indústria cerâmica paulistana no período da primeira república (1889-1930). 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 59-74, 1 abr. 2016.

_____. A cidade-atração. A norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EdUFBA/PPGAU FAU UFBA, 2017.

SÃO PAULO (cidade). Lei nº 8.328 de 2 de dezembro de 1975.

_____. Lei 8.769 de 31 de agosto de 1978.

_____. Lei 14.096 de 8 de dezembro de 2005.

SÃO PAULO (estado). Decreto N. 9.496, de 14 de Setembro de 1938. https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9496-14.09.1938.html

SCARPA, Paulo Sérgio. Arte e frutas para as crianças. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de outubro de 1983.

_____. Entusiasmo do público foi maior na concentração. In: *Folha de São Paulo,* São Paulo, 07 de março de 1984. Disponivel em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8704&keyword=%22escola+prudente+de+morais%22&anchor=4308504&origem=busca&originURL=&pd=ed9b1f6ab2ede6c4c888f98d2b5db73b.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. Companhia das Letras, São Paulo. 1992.

SILVA, Elisangela Maria da. **Práticas de apropriação e produção do espaço em São Paulo: a concessão de terras municipais através das cartas de datas (1850-1890)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SMITH, Laurajane. Uses of heritage. Nova York: Routledge, 2006.

SNM; SEMPLA; EMPLASA. Bens Culturais Arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo. São Paulo: SEMPLA. 1984.

SOARES, Moisés Julierme Stival. **O espaço do patrimônio na "cidade-modelo"**: instrumentos, práticas e conflitos no Centro Antigo de Curitiba . 2017. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA FILHO, Benedito e ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas: limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos** [online], vol.18, n.38, pp.75-99, Porto Alegre, 2012.

TAMASO, Izabela. Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública. **Revista de Antropologia**, v. 61, p. 60, 2018.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs). Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

TEIXEIRA, C. C. ; LOBO, A. ; ABREU, L. E. . Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. In: Teixeira, C.C.; Lobo, A.; Abreu, L.E.. (Org.). Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. 1ed.Rio de Janeiro:Brasília: Editora E-papers / ABA publicações, 2019, v. 1, p. 7-21

TOJI, Simone. Bom Retiro: o multiculturalismo dentro e fora da sala de aula, *in* Scifoni, S. (org), Bom Retiro Memória Urbana e Patrimônio Cultural: coletânea de textos para a Educação Patrimonial, São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

_____. O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no 'uso da diversidade'. **Revista CPC (USP**), v. 12, p. 55-76, 2011.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. **Zonas de conflito? Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo (1975-2016)**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TOZI, Desirée Ramos. **Primavera de estações: o programa Monumenta e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural na região do bairro da Luz.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO, Resposta ao E-SIC 432032020875. Mensagem eletrônica.

WU, Zongjie; HOU, Song. Heritage and Discourse, *in* The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research, p.37-51. Palgrave Macmillan, 2015.

Arquivo Central do IPHAN (via arquivo eletrônico)

Processo 0325-T-43
Processo 0944-T-76
Processo 143-T-00
Tabela ‘BENS TOMBADOS E PROCESSOS EM ANDAMENTO 2019 MAIO’, disponível em em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf.

Arquivo IPHAN-SP

Pastas 21 a 28. 0721, 0723, 0724, 0725 e 0735

Arquivo CONDEPHAAT (via arquivo eletrônico)

Processo 15268/69
Processo 20097/76
Processo 20213/77
Processo 20236/77
Processo 00215/79
Processo 22078/82
Processo 22033/82
Processo 23881/85
Processo 23345/85
Processo 24929/86
Processo 38685/99
Processo 39843/00
Processo 57881/08

Arquivo DPH/CONPRESP

Processo administrativo nº 1992-0.009.298-5
Processo Administrativo nº 2015-0.278.796-9
Processo Administrativo nº 1996-0.035.840-0
Processo administrativo nº 2000-0.012.854-2
Processo Administrativo nº 2013-0.133.745-1
Processo administrativo nº 2009-0.149.595-2
Processo administrativo nº 2008-0.108.451-9
Ata da 469ª Reunião. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ata_469_ro_08_09_1254753523.pdf.
Resolução 30/2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/re3018tombamento3escolas2bibliotecaspdf_1554995377.pdf.

Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

Acervo Folha de São Paulo

Acervo Estado de São Paulo

Acervo Biblioteca Nacional

Acervo Centro de Documentação (CEDOC) da Pinacoteca

Walter Pires em 7 de dezembro de 2019.
Paulo Bruna. Entrevista concedida em 9 de dezembro de 2020.
Regina Meyer. Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2020.

ANEXOS

Anexo I - Roteiro atividades sala de aula

Em itálico, instruções e apresentações de conceito. Sem itálico, enunciados.

Parte 1 – Duração 45 minutos

Você já estudou em outra escola antes? Como ela era? Onde ela ficava? Tinha quadra? Como eram as salas?
Descreva o que é estudar na atual Prudente em cinco palavras.
Quais são os espaços que você mais frequentava dentro da escola? Com quem?
Você acha que isso vai mudar?

Enquanto respondem, sistematizar respostas de acordo com partes da escola e opiniões relacionadas.

Você mudaria alguma coisa no prédio da escola?

Sistematizar respostas; retomar discussão sobre localização da escola, arquitetura e ensino.

Parte 2 – Duração 30 minutos

‘Onde você está agora?’

Sistematizar respostas obtidas, discutir diversas escalas geográficas, apresentar da cidade de São Paulo – território e escala.

O que você gosta de fazer no seu dia a dia? Onde essas atividades acontecem?
E o que você não gosta? Onde essas atividades acontecem?
Você acha elas importantes? Por quê? Qual você mudaria? O que aconteceria com isso?

Sistematização de respostas por lugares, atividades e opiniões relacionadas a cada um. Discussão do conceito de lugar.

Parte 3 – Duração 30 minutos

O que há em comum entre onde acontecem as atividades que você gosta? *Retomar a partir das discussões realizadas anteriormente – repetições territoriais; de tipos de fazeres*
Se a escola mudasse de lugar, o que aconteceria?

Discutir o conceito de espaço e lugar.
Discutir conceito de bairro e pertencimentos à localidades.

Anexo II - Roteiro questionário online

1. *Apresentação:*

Olá! Esta é uma pesquisa intitulada "**Uma escola e a patrimonialização contemporânea do centro de São Paulo: a nova Prudente de Moraes**", desenvolvida junto a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo pelo pesquisador Luca Otero D'Almeida Fuser, no USP (-), o qual pode ser contatado pelo e-mail (-).

A referida pesquisa discute a transferência da escola Prudente de Moraes para seu novo edifício, ocorrida recentemente. Através das atividades deste questionário e em sala de aula, a pesquisa quer compreender como a comunidade escolar experiencia os dois edifícios (antigo e novo), entendendo-a de forma relacionada com o bairro, suas transformações e as ações dos órgãos de patrimônio cultural.

Compreendo que, ainda que mínimos, os riscos na participação na pesquisa envolvem eventuais constrangimentos pela participação na pesquisa; sendo que o pesquisador responsável se compromete a evitá-los respectivamente com a anonimazação e/ou troca de nomes das fontes e ocultamento de informações sensíveis, tais como salas de aulas ou funcionários, evitando trazer riscos aos seus participantes.

Os benefícios desta participação na pesquisa são contribuir para a compreensão das dinâmicas urbanas da região central de São Paulo; contribuir para a compreensão das relações entre as ações dos órgãos de patrimônio cultural e as dinâmicas urbanas como um todo; e por fim auxiliar a compreender as especificidades da Escola Estadual Prudente de Moraes dentro do distrito onde está localizada e os processos históricos que conduziram a esta situação.

A pesquisa segue as normas das Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, sendo que a participação nesta pesquisa não inclui nenhum tipo de pagamento, e também não gera despesa para sua participação. A pesquisa foi analisada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, localizado na Rua Arlindo Bettio, 1000, Prédio I1, Sala T14, telefone (11) 3091-1046, email cep-each@usp.br e com atendimento das segundas às sextas-feiras das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, que pode ser contatado em caso de dúvidas.

Você também poderá, a qualquer momento, buscar maiores esclarecimentos, inclusive relativos à metodologia da pesquisa, assim como buscar assistência ou indenização de eventuais danos causados pela pesquisa, caso deseje.

Caso concorde e queira continuar respondendo, marque 'Sim' na caixa abaixo. Você tem o direito de retirar o seu consentimento para sua utilização em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma, além de procurar maiores detalhes e tirar dúvidas que surjam no email indicado.

Você quer responder essa pesquisa? Ela dura aproximadamente quinze a vinte minutos.

a. Sim – *Continuar para ponto 2*

b. Não – *Pular para ponto 18*

2. Qual sua relação com a Escola Estadual Prudente de Moraes? Em caso de mais de uma, marque a que considera a principal.
    1. Trabalhei lá
    2. Estudei lá
    3. Conhecidos estudaram lá
    4. Meus filhos/filhas estudaram lá
    5. Filhos/filhas de outras pessoas estudaram lá
    6. Não trabalhei, não estudei e não conheço pessoas que estudaram lá

7. Não sei que escola é essa – *Pular para ponto 18*

3. Durante quais anos? *Resposta aberta entre 10 e 2000 caracteres com espaço*
4. Você sabia que a escola Prudente de Moraes foi transferida para outro prédio em 2014? Se sim, o que achou dessa mudança?
    1. Sim - *Resposta aberta entre 10 e 2000 caracteres com espaço*
    2. Não
5. Você conhece ou frequentou o antigo prédio da Escola Estadual Prudente de Moraes, na Avenida Tiradentes? Se sim, qual era a sua opinião?
    1. Sim - *Resposta aberta entre 10 e 2000 caracteres com espaço*
    2. Não – *pular para ponto 6*
6. . Você acha a mesma coisa hoje em dia? Se mudou de opinião, por quê? *Resposta aberta até 2000 caracteres com espaços*
7. Você conhece o prédio atual da Escola Estadual Prudente de Moraes, na praça Coronel Fernando Prestes/rua Afonso Pena? Se sim, qual sua opinião sobre ele?
    1. Sim - *Resposta aberta entre 10 e 2000 caracteres com espaço*
    2. Não
8. Você conhecia a antiga garagem municipal, que ficava onde foi construído o prédio atual da escola Prudente de Moraes? Se sim, qual sua opinião sobre ela?
    1. Sim - *Resposta aberta entre 10 e 2000 caracteres com espaço*
    2. Não
9. O prédio antigo da escola Prudente de Moraes, na avenida Tiradentes, será transformado em um museu e usado pela Pinacoteca. O que você acha disso? *Resposta aberta entre 10 e 2000 caracteres com espaços*
10. Enumere de 3 a 10 referências importantes do Bom Retiro – podem ser objetos, costumes, pessoas ou lugares que sejam representativos (‘a cara’) do Bom Retiro, independente se você goste ou não deles. *Resposta aberta entre 100 e 5000 caracteres com espaços*
11. Enumere de 3 a 10 referências importantes da Luz - podem ser objetos, costumes, pessoas ou lugares que sejam representativos (‘a cara’) da Luz, independente se você goste ou não deles. *Resposta aberta entre 100 e 5000 caracteres com espaços*
12. Você mora ou morou na cidade de São Paulo? Se sim, onde? E durante quanto tempo? *Resposta aberta entre 20 caracteres e 2000 caracteres com espaços*
13. Qual sua idade?
    1. Até 19 anos
    2. 20-39
    3. 40-59
    4. 60-79
    5. 80 ou mais
14. Caso você se identifique, marque uma ou mais das categorias abaixo.
    1. Paulistana
    2. Paulista
    3. Nordestina
    4. Nortista
    5. Brasileira
    6. Japonesa
    7. Coreana
    8. Chinesa
    9. Judaica
    10. Grega
    11. Espanhola
    12. Italiana
    13. Francesa

14. Alemã
15. Russa
16. Polonesa
17. Búlgara
18. Boliviana
19. Paraguaia
20. Colombiana
21. Peruana
22. Outra:
23. Isso não é relevante para mim

15. Qual sua escolaridade?
    1. Ensino fundamental completo
    2. Ensino médio completo
    3. Ensino superior completo
    4. Pós-graduação completa
16. Qual sua renda familiar média?
    1. Até 1 salário mínimo
    2. 2 a 4 salários mínimos
    3. 5 a 8 salários mínimos
    4. 9 salários mínimos ou mais
17. Quer fazer algum comentário ou observação?
18. Obrigado pela sua participação!